

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU -33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas
v.33, n.1, jan-jun /2013

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Edgard Malagodi - emalagodi@uol.com.br
Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UF CG)
*Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UF CG)* Bernard
Roux (INRA/Paris)* Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves
(UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/
FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UF CG) * Gian Mário Giuliani
(UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UF CG) * Josefa Saete Bar-
bosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UF CG)
*Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva
(UF CG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de
Soler (UF CG) *Olívio Alberto Teixeira (UFS) *Paolas Cappelini Giuliani
(UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UF CG) *Régina Célia Reys Novais
(UFRJ) *Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) *Robério Ferreira dos
Santos (UF CG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UF CG) *Sônia Maria
Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Yasmine Lima

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

DIRETORA:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ramonildes Alves Gomes

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFMG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.33, n.1, jan-jun /2013 - . -
Campina Grande: UFG/PPGCS, 1982 - .

v.

Semestral

Resumos em *português*, *abstracts in English*

ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330

CDU 338-43 (05)



SUMÁRIO

EDITORIAL..... 05

ARTIGOS TÉCNICOS-CIENTÍFICOS..... 08

Elizabeth Christina de Andrade Lima

“A Herança Bendita”: o poeta, a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima..... 09

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho

A disputa pelo governo do Ceará em 2010: consolidação de um ciclo político pós tassismo? 34

José Adilson Filho

Família, tradição e poder na transversal da modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura da cidade de Belo Jardim – PE 53

Maria Ferreira

Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no sertão do médio São Francisco..... 68

João Emanuel Evangelista e Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Democracia eleitoral e transformismo político: o caso da dominação política no Rio Grande do Norte 85

Irlys Alencar Firmo Barreira

Conselhos de fato e conselhos no papel - poderes locais e práticas de participação 105

José Romildo Souza Lemos Júnior

O poder local entre práticas e representações: possibilidades de construção de uma história cultural

do político 119

Maria Lucinete Fortunato e Mariana Moreira Neto

Tramas e ardis do jogo político: entre microfones, cores e fugidias promessas 136

José Marciano Monteiro

Cultura política, violência simbólica e dominação no nordeste semiárido 149

Raíces

v.33, n.1, jan-jun /2013

EDITORIAL

EDITORIAL

Este número da Revista Raízes dossiê “Poder local, mandonismo, família e política”, organizado pela Professora Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS/UFCG), reúne um conjunto de trabalhos articulados por temas de grande relevância no campo das ciências sociais em geral, sociologia, antropologia e ciência política e, da história de modo particular. Informados pela pesquisa empírica, os textos revisitam os conceitos de poder local, mandonismo, jogos e disputas de famílias no cenário performatizado pela espetacularização da política. Os comportamentos políticos são vistos e analisados a partir de teias e tramas que envolvem dimensões diversas da vida social, atravessadas por elementos da cultura política tradicional, ressignificados e contornados por expressões da política moderna, sempre misturando – representações sociais, vida comunitária, família e redes sociais, mídia, festividades, capital político e carisma. Apesar de diversos os universos empíricos, o enfoque da participação política e da descrição crítica e minuciosa dos casos tratados dá coerência aos artigos aqui compellidos: todos falam de um lugar – o Nordeste do Brasil, onde o passado da política local, marcado pelo mandonismo, pelo apelo ao carisma e pelos jogos que alimentam os interesses de família, longe de estarem adormecidos reacendem as lealdades familiares e as vinculações partidárias, atualizando compromissos e práticas que dão significado ao poder local.

Dos artigos que integram o dossiê destacam-se, “A Herança Bendita”: o poeta, a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima, de autoria de Elizabeth Christina de Andrade Lima, que pontua a instituição e consolidação do grupo Cunha Lima no Estado da Paraíba, e especialmente na cidade de Campina Grande; consolidação essa simbolicamente representada e fortalecida pela Festa do Maior São João do Mundo. O artigo problematiza a instituição da rede de poder do grupo “Cunha Lima” através da biografia política do Poeta Ronaldo José da Cunha Lima.

Na sequência, temos o artigo “A disputa pelo governo do Ceará em 2010: consolidação de um ciclo político pós-tassismo?”, de Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho, cujo objetivo é analisar a noção de Ciclos Políticos, a partir do processo de disputa eleitoral no ano de 2010, período em que se percebe a forte vinculação entre a mídia e a esfera política, e as afetações desta nas disputas eleitorais instituindo temporalidades políticas com características peculiares.

O artigo de José Adilson Filho, “Família, tradição e poder na transversal da modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura da cidade de Belo Jardim – PE”, propõe uma análise do poder local, feita sob a perspectiva do Tempo Presente, tempo esse encruzilhado entre a experiência do autor, a observação dos fatos e a sua narrativa. A trama analisada é tecida no município de Belo Jardim – PE, localizado no agreste central, onde há mais de quatro décadas a cena política e econômica é protagonizada pelas famílias Mendonça, Galvão e Moura.

Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no sertão do médio São Francisco, artigo escrito por

Maria Ferreira, busca refletir sobre as dinâmicas que possibilitaram a permanência de latifundiários e de latifúndios no Sertão do sub-médio São Francisco. Seguindo a trajetória social de quatro proprietários de terras em suas redes de relações, constata-se que processos de sociabilidade experimentados por algumas famílias reforça a condição de abastadas, as características de pertencimento a um grupo social, permitindo que estes transitem em lugares de poder, preservando o status quo, ainda que em situações adversas.

A discussão instigante apresentada no artigo Democracia eleitoral e transformismo político: o caso da dominação política no Rio Grande do Norte, escrito por João Emanuel Evangelista e Gustavo César de Macêdo Ribeiro, ressalta os contornos assumidos pelas disputas político-eleitorais no Rio Grande do Norte a partir da polarização de grupos clânico-oligarquicos, liderados pelas famílias Alves e Maia, que nos anos 2000, reaparece num típico caso de transformismo político representado na personagem de Wilma de Faria (PSB), originária dos grupos políticos tradicionais, e que desponta no cenário político com uma vitória para o governo do estado.

O artigo de autoria de Irllys Alencar Firmo Barreira, Conselhos de fato e conselhos no papel - poderes locais e praticas de participação, convida os leitores para o debate sobre o tema da participação, cuja face moderna pressupõe a existência de conselhos como instrumentos reguladores de políticas públicas. A análise empírica se baseia em diferentes experiências de articulação entre entidades associativas e poderes locais em municípios cearenses (Sobral e Santana do Acaraú).

O poder local entre práticas e representações: possibilidades de construção de uma história cultural do político, artigo de autoria de José Romildo Souza Lemos Júnior, busca revisitar, a partir de esforço de análise crítica, a bibliografia que trata do poder local. O esforço de reflexão se dirige para pesquisas relacionadas ao poder político no campo da história cultural, tomando como referência as relações entre poder local e representações na construção de uma história cultural do político.

Com as lentes voltadas para o tema do Poder Local, o artigo de Maria Lucinete Fortunato e Mariana Moreira Neto busca contribuir com a discussão dos jogos da política no Alto Sertão Paraibano, considerando as eleições de 2012 no município de Cajazeiras - PB. Tramas e ardis do jogo político: entre microfones, cores e fugidias promessas, analisa as relações de poder em municípios do Alto Sertão Paraibano, no que concerne ao exercício do poder político local, relações estas historicamente analisadas como relações “tradicionais” ou de “apadrinhamento” e dominação.

O artigo intitulado Cultura política, violência simbólica e dominação no nordeste semiárido, escrito por José Marciano Monteiro, adota uma perspectiva relacional para analisar a cultura política local e as práticas de dominação exercidas pela família Ernesto-Rêgo, no município de Queimadas (PB). A reflexão problematizou os elementos que propiciaram a continuidade e a reprodução do poder no interior do grupo familiar, a partir das seguintes questões: a partir de quais práticas se instituiu tal dominação? Quais as estratégias são ou foram implementadas para realizar as ações políticas locais?

O estilo e conteúdo adotados pelos diferentes autores permitirá ao leitor analisar os universos políticos construídos, os processos que personalizam a política, o poder das famílias e a perpetuidade das redes que conformam ainda o mandonismo. A todos uma boa leitura!

Raízes

v.33, n.1, jan-jun /2013

Poder local, Mandonismo, Família e Política
(Elizabeth Christina de Andrade Lima Org.)

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

A HERANÇA BENDITA: O POETA, A FESTA E A INSTITUIÇÃO DO PODER DA FAMÍLIA CUNHA LIMA NA PARAÍBA

Elizabeth Christina de Andrade Lima

RESUMO

A continuidade do poder através do nome de família e da disputa entre grupos clânico-oligárquicos tem sido uma constante na cultura política brasileira. Neste artigo analisaremos a instituição e a consolidação do grupo Cunha Lima no Estado da Paraíba, e especialmente na cidade de Campina Grande, por ser esta cidade o principal reduto eleitoral do grupo e de seus aliados. Investigamos a instituição da rede de poder do grupo “Cunha Lima” através da biografia política de Ronaldo José da Cunha Lima. Este é aclamado e festejado como o “poeta Ronaldo” e considerado o “pai” do “Maior São João do Mundo”, festa junina que dura 30 dias ininterruptos, que acontece no município de Campina Grande, no agreste da Paraíba. Nossa intenção aqui é pensar a festa na política e a política na festa, vendo essa articulação como uma estratégia de construção do poder da referida família e grupo político na cidade e região.

Palavras-chave: Familismo; Grupo Político; Festa, Oligarquias

THE BLESSED HERITAGE: THE POET, THE PARTY AND THE POWER ESTABLISHMENT OF CUNHA LIMA FAMILY IN PARAIBA STATE

ABSTRACT

The continuity of power through the family name and the dispute between clan-oligarchic groups has been a constant in the Brazilian political culture. In this article we analyze the establishment and consolidation of the Cunha Lima group in Paraíba State, and especially in the city of Campina Grande, because this city is the main constituency of the group and its allies. We investigate the power establishment of the Cunha Lima group through the political biography of Ronaldo José da Cunha Lima. He is acclaimed and feted as the “poet Ronaldo” and considered the “father” of the “Maior São João do Mundo”, a June party that lasts 30 uninterrupted days in Campina Grande. Is our intention here thinking about the party in the politics and the politics in the party, regarding the articulation between both elements as a power building strategy of the referred family and political group in Campina Grande City and region.

Key words: Familism; Political Group; Party; Oligarchies

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).
E-mail: ecalima@terra.com.br.

O POETA BOÊMIO

“Hoje, meu filho, você anuncia as Manchetes do dia, amanhã você será Manchete!”¹

Não é nenhuma novidade o poder que os nomes de família e grupos políticos possuem no Brasil, na região Nordeste e, particularmente, em nosso caso de estudo, no Estado da Paraíba. O que se observa é o revezamento do poder entre grupos políticos e suas linhagens familiares.²

Wright Mills, sociólogo norte-americano, em seu livro “A Elite do Poder”, assinala que:

Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa de assalariados, funcionários, camponeses e desempregados. E que tais famílias possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência nos jornais, e na realidade, os jornais são deles como deles são as duas estações de rádio. Também são donos da maioria das lojas comerciais e das poucas fábricas existentes (MILLS, 1982, p.41).

Na trajetória da política paraibana, um grupo político merece destaque por sua longevidade, carisma e continuidade no poder: o chamado “Grupo Cunha Lima”. Tudo se inicia com o maior e mais importante representante do grupo, Ronaldo José da Cunha Lima.³ Figura paradigmática, marcada pela simplicidade e proximidade com o povo; detentor de dotes inusitados para um político e para carreira política: o dom da poesia de improviso e a prática boêmia. Entra no imaginário coletivo como “Ronaldo coisa linda”. Tais atributos fizeram dele um campeão de votos e detentor de diversos cargos políticos, à exceção da Presidência do Brasil, cargo para o qual nunca se candidatou; como também conseguiu eleger seu filho, Cássio Cunha Lima e outros tantos parentes e prepostos em variados cargos. O escritor Bráulio Tavares assim definiu a veia poética do político Ronaldo:

O que mais marcou as campanhas de Ronaldo, e que vive até hoje na memória dos que as assistiram, foram seus discursos em rondilha, naqueles versos simples de rimas exatas que o povo reconhece tão prontamente, porque faz parte de nossa memória cultural. (Jornal da Paraíba, 08/07/2012).

1 Frase atribuída a Dona Nenzinha Cunha Lima, mãe de Ronaldo Cunha Lima, quando ele ainda era um jovem e vendia jornais, gritando suas Manchetes. OLIVEIRA, Harrison. Ronaldo, os degraus da glória. Traços biográficos do candidato Ronaldo Cunha Lima. Companhia Brasileira de Artes Gráficas. s/d, p. 15.

2 Para aprofundar o estudo da disputa pelo poder entre grupos políticos e as chamadas “dinastias familiares”, consultar: Lewin, (1993), Gurjão (1994), Lemenhe (1995), Rêgo (2008) e Adilson Filho (2009).

3 “Ronaldo José da Cunha Lima nasceu no dia 18 de março de 1936, na cidade Guarabira, Estado da Paraíba. Filho de Demóstenes da Cunha Lima e Francisca Bandeira da Cunha Lima (D. Nezinha). Estudou no Colégio Pio XI e no Colégio Estadual da Prata, de Campina Grande, bacharelando-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; é casado com Maria da Glória Rodrigues da Cunha Lima e tem quatro filhos: Ronaldo Filho, Cássio, Glaucé e Savigny. Entrou na vida política na década de 1960, como vereador pelo PTB (1959-1963), em Campina Grande. Foi eleito Deputado Estadual, pelo PTB, para o mandato de 1963-1967; reeleito em 1967-1969. Em 1969 se elegeu prefeito de Campina Grande, permanecendo no cargo por apenas 38 dias por ter o seu mandato cassado, assumindo no seu lugar, o interventor Manoel Paz de Lima. Após a destituição do cargo, fixa residência no Rio de Janeiro. Na capital fluminense trabalha como advogado e em 1982, retorna à Campina Grande, ano que se candidata a prefeitura de Campina Grande, pelo MDB; o substitui, o seu filho, Cássio Cunha Lima, em 1989. Tornou-se governador da Paraíba pelo PMDB, no período de 1991-1994. Foi ainda eleito para o Senado da República, no período de 1995-2002 e em 2003, assume uma cadeira na Câmara Federal desta feita, pelo PSDB e se reelege no ano de 2006”. (Pereira Filho, 2009, p. 105)

Com uma tremenda capacidade de reinventar-se o tempo inteiro, sem deixar de lado as marcas tradicionais que o caracterizaram como um vencedor na política, Ronaldo na verdade só sai de cena, pelo menos em termos físicos, com a sua morte, em 07 de julho de 2012, cujos funerais, igualmente, foram um sucesso, um verdadeiro espetáculo de “reatualização do mito”, marcado pela comoção popular e por algumas centenas de manifestações públicas de amor e admiração.

O último adeus a Ronaldo, não sem coincidência, ocorreu na Pirâmide do Parque do Povo. A emblemática em torno de Ronaldo Cunha Lima é tão forte que o seu funeral foi realizado por um dia e uma noite, que, ainda enfeitada com motivos juninos, recebeu o seu corpo para o adeus “ao poeta”. Tal espaço que, há 29 anos, ele mesmo construiu e prometeu inaugurar a festa junina batizada de o “Maior São João do Mundo”⁴. Ao ser velado no Parque do Povo, no dia 07 de julho de 2012, para o último adeus, sela-se uma espécie de “fidelidade eterna” para com “o poeta”, de tal sorte que sua memória e sentimento de gratidão por parte dos eleitores campinenses, muito possivelmente ajudaram nas vitórias dos candidatos a prefeito, Romero Rodrigues, sobrinho de sua mulher, Glória Cunha Lima, e a vice-prefeito de seu filho, Ronaldo José da Cunha Lima Filho, a prefeitura da cidade de Campina Grande, nas Eleições 2012, desbancando as candidaturas de dois fortes grupos políticos representados pelas famílias Vital do Rêgo e Ribeiro.

De certa maneira o voto dado a Romero ganhou um significado muito forte na socieda

de local; espalhou-se a ideia de que tal gesto seria uma última homenagem à memória de Ronaldo e a todos os seus feitos como político. Merece destaque o fato de que durante a campanha eleitoral surgiu todo um “circuito de boatos” (Barreira, 1998) que afirmavam ter sido “a última vontade de Ronaldo que Romero fosse o candidato a prefeitura de Campina”; ou ainda que ele (Ronaldo) “teria pedido a seu filho, Ronaldo Filho, para compor chapa com Romero”; chegou-se ainda a afirmar-se que Ronaldo teria gravado um vídeo, fazendo todos esses pedidos e que tal vídeo seria exibido no guia eleitoral de Romero. Tal fato não se deu.

A repercussão em torno do uso da imagem de Ronaldo, após a sua morte, e a necessidade dos eleitores lhe prestarem a última homenagem foram tão alardeadas na cidade, que a irmã de uma das candidatas à prefeitura da cidade, Marta Medeiros, escreveu, no dia seguinte ao resultado das eleições, em sua página no *facebook*, um discurso bastante ressentido na defesa de sua irmã, a candidata Tatiana Medeiros, do PMDB, que a admirava “por sua garra e competência, que enfrentou com destemor um grupo sem escrúpulos, onde mais valem os fins que os meios utilizados; um grupo que se utilizou da própria morte de seu patriarca para alavancar a campanha de seu candidato.”⁵

Não sem coincidência, no ano seguinte a morte de Ronaldo, no ano de 2013, e já com a prefeitura nas mãos, o agora prefeito e vice-prefeito Romero Rodrigues e Ronaldo Filho se preparam para realizar mais uma edição de trinta dias da festa do “Maior São João do Mundo” e novamente, de maneira astuta, a fes-

4. Para maiores informações sobre a construção da festa do Maior São João do Mundo, consultar o livro: “A Fábrica dos Sonhos”: A invenção da Festa Junina no espaço urbano. 2ª edição, Campina Grande, EDUFPG, 2010, de nossa autoria.

5. http://www.apalavraonline.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=2&Itemid=128&id_noticia=3287. Acesso em 29/10/2012.

ta tem início no dia 07 de junho e se prolonga até o dia 07 de julho. No dia 07 de julho se comemorou também um ano da morte de Ronaldo Cunha Lima e seu filho, o vice-prefeito, Ronaldo Filho, ocupa o palco do Parque do Povo para fazer um discurso emocionado para lembrar a morte do pai e o primeiro aniversário de sua morte.

No Paraibaonline.com. br, no dia 08 de junho de 2013, foi possível ler a seguinte notícia:

O prefeito em exercício de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima Filho, encerrou os festejos do Maior São João do Mundo com um discurso emocionado. Ele disse que “a festa realizada em 30 dias mostrou para a Paraíba, para o Brasil e para o Mundo uma festa de paz, alegria e que vai deixar saudades no coração da população.” O prefeito ainda lembrou que “a data marca um ano do falecimento do poeta Ronaldo Cunha Lima.” “Estou tomado por uma forte emoção por estar neste palco encerrando o São João criado pelo meu pai, o poeta Ronaldo Cunha Lima. Faz um ano que ele partiu, mas recebeu o carinho do povo na Pirâmide que ele construiu. As palavras dele marcaram aquele momento: ‘Pra que este meu gesto marque o nascer de um tempo novo, o povo pediu o parque e eu fiz o Parque pro Povo’” – finalizou Ronaldinho.

No discurso acima descrito fica clara a tentativa de fazer com que Ronaldo não seja esquecido. Ele deve continuar presente como uma fantasmagoria no imaginário e nas representações dos cidadãos como uma presença e gratidão eternas. Podemos então afirmar que o espetáculo do funeral de Ronaldo, aliado a sua presença em forma de discursos constantes, proferidos durante os trinta dias de fes-

ta do “Maior São João do Mundo”, fortalecem a construção mítica do citado político.

Foi também no ano de 2013 que a festa do “Maior São João do Mundo” comemorou seus trinta anos de existência. Na tentativa de reconstituir os primeiros anos de existência do “Maior São João do Mundo” e da vida pública de Ronaldo, retornamos ao ano de 1983, quando assume a prefeitura da cidade aquele que é considerado o “pai” do evento junino.

O intento deste artigo é, portanto, apresentar como essa festa se institui como um mega evento junino durante a administração de Ronaldo José da Cunha Lima (no período de 1983-1988) para demonstrar os vários usos e apropriações da festa utilizadas pelo seu idealizador e prepostos. Em outras palavras, buscamos analisar os vários usos e apropriações da chamada “tradição da festa junina”, entre eles, todo um processo de manipulação tática e estratégica do chamado “Grupo Cunha Lima”, na busca da construção de seus perfis políticos mediados pelo evento. Buscamos demonstrar que um dos principais usos da festa junina em Campina Grande é o de possibilitar a metamorfose do político em festa; a figura do político é construída e mediada pela festa por ele gestada, de maneira que não há mais como separar o evento de seu idealizador, e tal “suave jogo político” consubstancia-se em um excelente palco de disputas e definição do poder político. Um teatro no qual se encenam as táticas do fazer político e a consequente possibilidade de uso da política como um espetáculo.

Buscamos construir uma série de intercessões entre poder, festa e política. A Antropologia, ao voltar o seu “olhar” para as sociedades contemporâneas e para o espaço urbano, redescobre essa importante área da cultura e passa a tomar a política, sobretudo, como um

processo ritual. Entre os antropólogos brasileiros, não foi diferente; principalmente a partir da década de 90, do século passado, um esforço foi direcionado a releitura da “política”, buscando analisar as atividades políticas dentro do Estado moderno-contemporâneo, evitando limitá-las às organizações partidárias e às instituições, sendo estes objetos de investigação privilegiados da Ciência Política. Tais estudos atentaram para a necessidade de interrogar as matizes do pensamento político moderno, bem como as relações nele tecidas entre conceitos, representações e imaginários.

Esta nova perspectiva de estudos denominada de Antropologia da Política⁶ surge apontando para uma amplitude na concepção do termo política, colocando-a mais próxima do vivido e de temas e aspectos diversos, a partir da percepção de que há uma multiplicidade de questões que envolvem a prática política e suas representações. A análise das práticas políticas é realizada a partir dos discursos e das ações dos atores sociais, e não exclusivamente a partir das instituições sociais. A política é tomada enquanto representação, visando contribuir para alargar a sua concepção para além da esfera institucional/administrativa e contemplar, de forma muito clara, a ação de outros atores coletivos até então praticamente ignorados.

Optamos por pensar o lugar da política em suas práticas cotidianas, destacando assim o “lugar” da interseção política e cultura, reinstituindo o peso explicativo das tradições políticas e seus rituais. Como bem sinalizou Geertz (2001), o antropólogo pretende uma busca interpretativa e, ao fazê-lo, quer, ainda, encontrar significados.

Para propor algumas reflexões da relação entre a festa e a política e os usos desta relação simbiótica e ambígua por parte da família Cunha Lima, consultamos, especialmente, os arquivos do *Jornal da Paraíba*, na década de 80, durante o mês de junho, além da pesquisa aos arquivos do *Jornal Folha Junina*, notícias das décadas seguintes, veiculadas pelos jornais locais, bem como obras escritas pelo poeta Ronaldo e obras que tiveram o referido político como tema principal.

1. A FESTA NA POLÍTICA

Iniciamos a nossa reflexão indagando: o que a festa como dimensão política pode enunciar? A festa tem congregado vários sentidos. Em sua relação com a política ela tem servido, por exemplo, para a reprodução da legitimação das relações de poder dos políticos locais. Jacques Heers, ao atentar para a relação estratégica entre a festa e a política, assevera que a festa se apresenta como reflexo de uma sociedade e suas intenções políticas. Para o autor:

A festa pública exalta os poderes, a festa privada reforça as clientelas e as audiências sociais. Não são nem jogos nem meros espetáculos, mas sim forças que pesam muito nos equilíbrios ou nas hierarquias, elementos decisivos para forjar ou conservar reputações (HEERS, 1987, p.18).

A festa parece servir como um excelente instrumento de comunicação entre os políticos ou seus eleitores; analisar a imagem da política tendo por referência a festa – como um es-

⁶ Sobre tal problemática consultar Kuschinir (2007), Palmeira e Golman (1996), Palmeira e Heredia (2010) e Barreira e Palmeira (1998) Palmeira e Barreira (2006), Mendonça (2002) e Lima (2010).

paço privilegiado de entrecruzamento de subjetivações e *devires* que apontam para uma nova forma de política é algo instigante, porque tal atitude pode vir a se constituir em um exercício de reavaliação do que é o próprio “fazer político”. É preciso, pois, considerar o que a festa como dimensão política enuncia, em que universos ela toca, que aspectos das singularidades subjetivas ela exacerba. Em outras palavras, cremos ser necessário desconstruir “o que está ‘dado’ para mostrar as fissuras saturadas, para demonstrar que o que se considera um discurso privilegiado não passa de mera construção que encobre o poder e o interesse pessoais” (ARONOWITZ, 1992, p. 165). Ou seja, a festa como dimensão política constitui uma existência coletiva particular; ela não é tão somente:

(...) a multidão numericamente expressiva configurada pela assistência de um comício – ainda que este frequentemente tome-lhe de empréstimo a feição; não constitui um ato político com fim determinado externamente, como uma passeata. A festa, lugar do lúdico, domínio social auto-referenciado, dimensiona um espaço político presentificado e celebrado como união primordial e necessária entre *pessoas*. (CHAVES, 2003, p.66)

Nesses termos,

A festa, como expressão e realização política, evento, *faz* política. Acontecimento social com conotações políticas, porquanto ato político, a festa é eficaz na medida em que veicula mensagens dotadas de sentido. Acontecimento, ela dá lugar à conjunção de representações e práticas (CHAVES, 2003, p.66).

Na cidade de Campina Grande, ao pesquisar a festa do “Maior São João do Mundo” (LIMA, 2010), percebemos que o elemento pri-

mordial da política local manifesta-se não nos partidos, mas nos políticos, contradizendo o eixo definidor das análises e da teoria política modernas, mostrando ser necessária uma reorientação do modo de compreender a política local e a política no Brasil. Em nosso estudo observamos que o lugar do partido é ocupado pelo “bom político”, e o bom político é, dentre outros atributos, aquele que faz festa para o povo, aquele que frequenta a festa com o povo. A festa assim conforma um espaço político concreto onde a política é vivida e percebida como relação particular entre *pessoas*.

Entre os simpatizantes e eleitores dos políticos que congregam o chamado “Grupo Cunha Lima”, Ronaldo José da Cunha Lima representa uma espécie de ponto de partida, de chefia das chefias. Ronaldo, líder carismático, soube desde sempre fazer ótimo uso de sua imagem pública; aclamado como o “político poeta” sempre fez questão de estar muito próximo do povo, tornando-se aquela *pessoa* sem orgulho, que conhecia a todos pelo nome, o boêmio que entrava noite adentro nos bares campinenses fazendo versos e a todos tratando com igual simpatia.

Conforme Mello (2008), que pesquisou sobre a história do PMDB na Paraíba, o antigo MDB ao assumir a candidatura de Ronaldo Cunha Lima, para Prefeitura de Campina Grande, nas Eleições de 1968, buscou encontrar um vice que desse credibilidade à chapa e gerasse confiança junto aos segmentos da alta classe média campinense, uma vez que este grupo social não simpatizava com o “jeitão boêmio e rueiro de Ronaldo”. Foi escolhido para vice o genro do senador Argemiro de Figueiredo, Orlando Almeida. Segundo o radialista Joel Carlos:

[...] Ronaldo era chamado de “Ronaldo coisa linda”. Isso começou com as mulheres dos cabarés do centro, o de Nina, e os da Rua João Pessoa de Danda e de Zé Garçon, depois tomou as ruas e criaram o mote “Ronaldo coisa linda” que pegou e alastrou-se pelos bairros por todo canto. Ele bebia e improvisava poesia. Ele pertenceu ao Grêmio Literário. O modo dele agir na política, criou um clima político muito interessante em Campina Grande. [...] Ele era um sujeito novo, simpático, muito comunicativo e improvisava poesias. Desde as eleições de 59, 62 e 66 ele tinha inventado essa história de improvisar versos nos comícios.

É sobre todo esse imaginário em torno da figura emblemática de Ronaldo Cunha Lima e de sua invenção da Festa do “Maior São João do Mundo”, que passamos a descrever. Para tanto, vamos fazer incursões na sua vida pública, até chegarmos à construção do citado evento junino.

2. A POLÍTICA NA FESTA

Quem sou eu
 Sou plateia e personagem
 Sou multidão, sou sozinho,
 Sou bloqueio, sou caminho,
 Sou verdade, sou miragem.
 Sou pensamento, sou vida,
 Sou cisma, sou acalanto,
 Sou regozijo, sou pranto,
 Sou chegada, sou partida.
 Sou abandono, sou ninho,
 Sou desamor, sou amante,
 Sou eterno, sou instante,
 Sou desconforto e carinho.
 Sou amparo e abandono,
 Sou revide, sou perdão,
 Sou inverno, sou verão,
 Sou primavera e outono.

Sou fome, sou mesa e pão,
 Sou adulto, sou criança,
 Sou descrença e esperança,
 Sou pai, sou filho e irmão.
 Sou discórdia, sou estima,
 Sou a curva, sou a reta,
 Sou, simplesmente, poeta,
 Sou Ronaldo Cunha Lima
 (Lima, 2004, p.15)

No ano de 1983 assume a Prefeitura de Campina Grande Ronaldo José da Cunha Lima. Ronaldo já havia assumido os cargos de Vereador (1959), Deputado Estadual (por duas vezes – 1963 e 1967) e em 1969, foi eleito prefeito de Campina Grande. No entanto, só administrou a cidade por 38 dias pois teve o seu mandato cassado pelo regime militar. Com o acontecido, viajou para a cidade do Rio de Janeiro onde exerceu a sua atividade de bacharel em direito.

Mesmo não mais residindo em Campina Grande Ronaldo não sai de cena; continua a manter com os seus correligionários contatos constantes. Passa a ser comum Ronaldo receber em sua residência no Rio de Janeiro, campinenses que precisam àquela cidade se deslocar, bem como continua a ter um diálogo constante com os políticos aliados. Para manter-se informado sobre Campina Grande passa a receber os Jornais locais, enviado pelos correios por amigos.

Um acontecimento que lhe dá grande visibilidade midiática é a sua participação, na década de 70, de um programa exibido pela extinta TV Tupi, “O céu é o limite”, onde ele responde perguntas sobre a obra de Augusto dos Anjos. Ele sai vencedor na disputa com outros candidatos. Tal participação naturalmente o torna conhecido em todo o Brasil e tudo isso ajuda a fortalecer a sua imagem de poeta.

Em sua autobiografia pode-se ler alguns poemas que retratam as suas vitórias para os referidos cargos. Vale a pena descrevermos partes desses poemas para termos a devida dimensão de como a sua veia poética é um grande aliado na construção de sua imagem pública⁷ e serve para fortalecer a representação do boêmio e poeta festeiro próximo do povo. É o personagem do *common man*, tão bem posto por Schwartzberg (1978)⁸

. Abaixo poemas que retratam as suas vitórias para a Câmara de Vereadores, Assembleia Estadual, Prefeitura Municipal e cassação de seu mandato, respectivamente:

Lembro, com emoção, minha partida:
 Newton Rique, um dia, me convida,
 convite simplesmente tentador.
 O PTB foi, então, minha legenda,
 a classe estudantil me recomenda
 e Campina me faz Vereador.
 Daí até ser Governador,
 Foi longa, foi difícil a caminhada.
 Com o apoio da minha terra amada,
 Juntos, sempre juntos, prosseguimos.
 Assim, eu e Campina construímos
 Uma bonita história de amor.
 (Lima, 2004, p.51)

Pedindo votos de graça,
 nova eleição eu disputo.
 Não dispondo de reduto,
 eu saí de praça em praça.
 Viola, versos, cachaça,
 coisas bem do meu agrado,
 percorri todo o Estado,
 litoral, sertão, caatinga,
 na base do pinga-pinga
 fui eleito Deputado.
 (Lima, 2004, p.52)

I

Eram seis, no total, os candidatos.
 Bravos, fortes de ardis, intemoratos,
 numa luta ferrenha e desigual.
 Parecia, até mesmo, um desatino,
 eu querer enfrentar Osmar de Aquino,
 Plínio Lemos, Estênio e “seu” Cabral!
 Além de tudo, para completar,
 numa mesma legenda enfrentar
 o formidável talento de Vital

II

E mais difícil se fez essa contenda
 com o advento da sublegenda,
 novidade da lei eleitoral
 que somente admitia vitória

7 A prática política está definida como uma luta pela imposição de imagens públicas de atores públicos. Uma competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política. As atividades políticas estão associadas à criação e à circulação de imagens. A política de imagem é entendida como “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas” (GOMES, 2004, p. 242). É um fenômeno que tem como ponto central a construção da imagem pública e está permeado por um jogo de papéis, de status, de posições relativas e de valores sociais. Dessa forma, a imagem pública é algo conceitual, que está apoiado e construído sobre mecanismos enunciativos linguísticos. A construção dessa imagem está ligada a um manuseio apropriado de informações. É uma construção cognitiva, que possui correspondência com os valores que estão presentes em uma determinada sociedade. É importante salientar que esse tipo de construção não está ligado necessariamente a uma imagem plástica, de configuração visual, mas sim a uma forma de representação e apresentação de algo que está situado na realidade. As imagens públicas estão relacionadas a ações, discursos e configurações expressivas, que podem incluir elementos visuais, mas que não dependem dos mesmos para existir. Nesse sentido, “elementos visuais podem contribuir para a formação de uma imagem, desde que se submetam a uma conversão em indícios, pistas, sintomas que sirvam para sustentar inferências lógicas” (GOMES, 2004, p. 252).

8. O personagem do *common man*, do homem comum, aplica-se muito bem a imagem de Ronaldo Cunha Lima. Por seu comportamento boêmio, e sua veia poética, além de sua proximidade e afeto para com a população, ele é o homem comum, a boa *pessoa*, igual a todo mundo, o homem “simples da cidade”, nos termos de Schwartzberg (1978).

àquele que vencesse a somatória
dos votos das legendas do rival.
A disputa foi mesmo uma “Coisa Linda”,
E muito mais bonita foi, ainda,
Minha homérica vitória no final.
(LIMA, 2004, p.53)

Pelo povo de Campina fui eleito
para ser do município seu prefeito.
Mas não pude o meu povo governar.
Com pouco mais de um mês ter-se passado,
sem pecado nenhum eu fui cassado
por ato do regime militar.
Noites e dias vivi, os mais medonhos,
amargando a desdita de meus sonhos,
quase sem forças pra recomençar.
(LIMA, 2004, p.54)

Compondo versos e concorrendo em vários pleitos eleitorais, Ronaldo a todos venceu, como também os candidatos os quais apoiou, igualmente saíram vencedores, de tal sorte que podemos falar na existência de um Grupo Político, num primeiro momento conhecido como “ronaldistas” e, posteriormente, Grupo Cunha Lima.

Na sequência da vida pública de Ronaldo Cunha Lima, chegamos às eleições de 1982. Sabedor de sua popularidade na cidade e das condições propícias a sua vitória, retorna Ronaldo a cidade de Campina Grande, para concorrer à prefeitura, e sai vencedor. Indagado sobre as suas expectativas de retornar a cidade ele assim se manifestou:

Sempre esperei e sonhei com o dia da volta. Cheguei até a escrever música, escrever canção. Eu tenho uma devoção especial pela Paraíba, em especial por Campina Gran-

de. Eu quando chego aqui me sinto bem, me sinto feliz e, por isso, sonho com o dia de voltar definitivamente para cá.⁹

Para comemorar a sua vitória, em poesia, ele registra esse momento em sua autobiografia e em seu discurso de posse, respectivamente:

Mais de dez anos se passaram.
O lugar que me tomaram,
Campina me devolveu.
enfrentei Vital, de novo,
e, graças de Deus, o povo
novamente me escolheu.
(LIMA, 2004, p.56)

Aqui estou de novo para cumprir meu mandato. Repete-se o cenário e, pela segunda vez, eu vivo o mesmo instante dentro de mim. Até parece que o tempo parou, marcando compasso de espera para que não se fragmentassem ilusões, não se dissipassem sonhos, não se adiassem esperanças (MELLO, p.147, no prelo).

O “timoneiro da esperança”, o “salvador da pátria”, estava de volta ao seu “lugar”. Pronto para se “dar em serviço a cidade que sempre o acolheu”. É corriqueira a tentativa de um gestor público tentar construir uma marca para a sua administração e no caso do Prefeito Ronaldo, a sua administração na cidade ficará marcada pela festa que ele criou e imprimiu visibilidade midiática e marca turística: as festas juninas, batizadas como “O Maior São João do Mundo”. Nestes termos, a história da passagem desse político no governo do município, no período de 1983-1988, constrói, nos discursos e

9. TEJO, William. “As Eleições Municipais de 82”. In: “Oposições se unem, dividindo-se”. Anuário de Campina Grande – 81.p.39/40.

na prática da festa, uma espécie de divisor entre o que era a festa junina da cidade antes e depois de Ronaldo.



Ronaldo José da Cunha Lima.
Fonte: Folha Junina, 09 a 15 de junho de 1989.

Aclamado e festejado como o pai, o idealizador do evento “O Maior São João do Mundo”, é na sua administração que a festa de São João assume a asserção de um espetáculo e a perspicácia e astúcia do citado administrador e de seus prepostos permitem a utilização da festa como um excelente instrumento de construção de estratégias, de táticas e de correlações de força em busca e continuidade do poder.¹⁰

No ano de 1983, época do primeiro São João de sua administração, a festa junina passa a ser realizada ao lado do Centro Cultural – mesmo lugar onde no ano de 1986 é inaugurado o “Parque do Povo”, espaço que atualmente centraliza a festa. O Centro Cultural situa-se próximo ao Parque do Açude Novo – conhecido também como Parque Evaldo Cruz –, no centro da cidade, local onde acontecia até 1982 à festa junina.

No último ano da administração do então prefeito Enivaldo Ribeiro, em 1982, ocorre à desapropriação de uma grande área anexa ao Parque do Açude Novo, chamada de “Coqueiros de Zé Rodrigues” e em parte dessa área é construída e inaugurada por este administrador o Centro Cultural; só que uma grande área, de quase 25.000 metros quadrados, fica ociosa e é exatamente nesse espaço que na administração de Ronaldo é montado o “Palhoção” – uma espécie de palhoça coberta com palhas de coco e folhas de bananeiras, que serve como espaço para dança e venda de bebidas e tira-gostos – para realizar o que os organizadores da montagem da festa e a mídia irão denominar a época de “O Maior São João do País”.

A infraestrutura do “Palhoção” é rudimentar, o terreno é em terraplanagem e o sistema de iluminação é fraco, no entanto, é dado o primeiro passo para transformar essa área, três anos depois – 1986 – num suntuoso espaço

10 Referimo-nos a estratégia como “(...) o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado.” (Certeau, 1994, p. 99). A tática como uma “(...) ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. (...) A tática não tem lugar, senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto, (...) a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado (...) Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas dependem. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (Certeau, 1994, p. 100). E a poder como algo que “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” (Foucault, 1993, p. 175).

11 “Forródromo” é o nome como será batizada a área coberta do Parque do Povo, em forma de Pirâmide, como uma evocação ao “Sambódromo” carioca.

para a festa, com a inauguração do “Parque do Povo” e o seu “Forródromo”.¹¹



“Palhoção”.

Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Na oportunidade em que discursa na noite de São João e no primeiro festejo junino de sua administração, o prefeito Ronaldo da Cunha Lima dirige-se ao público concentrado no Centro Cultural e em versos “profetiza”:

Vendo assim minha gente,
Feliz e toda contente,
Nasce um desejo profundo...
Hei de fazer em Campina
O Maior São João do Mundo.¹²

Com essa fala o prefeito, na verdade, planta a primeira semente do que pretendia concretizar: transformar a festa junina na cidade em um espetáculo turístico. Em seu discurso de abertura do festejo junino em 1984, no “Palhoção” do Centro Cultural, ocorrido no dia 02 de junho, o prefeito, novamente fazendo uso de sua capacidade para a poesia de im-

proviso, dirige-se ao público e recita a seguinte estrofe:

Grande festa nordestina,
Forró a cada segundo,
Vamos fazer em Campina,
O Maior São João do Mundo.¹²

Esta estrofe não surge tão somente como resultado de uma inspiração do governante municipal. Ele continua a pôr em prática e a substancializar um projeto extremamente bem definido de construir na cidade a festa junina, instituindo-a como um evento turístico. A propósito, essa fala do prefeito será diversas vezes utilizada e reproduzida como discurso que, não só institui a festa, mas também a sua figura de *pessoa* profundamente festeira.

A partir de então a festa assume cada vez mais um novo contorno. Ela passa a ser a expressão da administração municipal; é o prefeito poeta quem a constrói e a torna um fato concreto, real, um evento “sem precedentes” na e para a história do município, é isso que relatam os jornais locais da época. A festa junina agora tem não apenas um gestor, mas um dono, uma espécie de pai, que passa a ser paulatinamente identificado à festa por ele criada.

3. A POLÍTICA MEDIADA PELA FESTA E A CRIAÇÃO DO MITO POLÍTICO

Um fato recorrente observado na construção e execução da festa junina na cidade de Campina Grande é a participação e a presença dos políticos aliados, não só em seus espaços, mas em todo um conjunto de produções

12 Jornal da Paraíba – C. Grande, 23/06/1983.

13 Jornal da Paraíba – C. Grande, 02/06/1984.

discursivas que apontam para a disputa da festa como um bem, um instrumento de apropriação e de reivindicação à gestação do evento. De fato, a construção da festa junina no espaço urbano surge como um excelente campo de busca e concretização por prestígio e poder.

A fabricação da festa junina consubstancia-se, ainda, como um espaço de comunicação dos políticos locais com o povo; os momentos de suas aparições públicas nos espaços da festa do “Maior São João do Mundo”, configuram-se em uma oportunidade de, não só pôr em confronto a sua audiência e receptividade “popular”, mas, sobretudo, de criar um ambiente propício para a construção de imagens públicas.¹⁴ A imagem pública é um repertório construído coletivamente por representações sociais, ou seja, é uma imagem coletiva, que não se constitui de apenas uma expressão, mas de uma grande variedade delas. É um somatório de experiências vividas e que precisam ser compartilhadas pelo grupo. A construção de uma imagem pública está ligada a um complexo de informações, de noções, conceitos que uma determinada coletividade partilha e que tem como objetivo caracterizar um sujeito. O ator político é estabelecido como uma personalidade, um personagem que existe para si, mas que também possui uma forma de existência exterior, uma existência que é representacional, ligada a uma imagem. Para que uma imagem seja formada é preciso reconhecer um conjunto de propriedades que caracterizam determinado ator político, servindo dessa forma como uma atribuição.

Um dos momentos mais esperados pelos políticos locais é, sem dúvida, o dia da abertura oficial da festa junina; momento em que o pre-

feito toma a palavra e, ao discursar, comumente engrandece a sua cidade e o seu povo pelo majestoso evento que é oferecido aos cidadãos e aos turistas. A festa, nesse momento, transforma-se em uma espécie de palanque para um comício político; é a ocasião por excelência na qual os humores, as sensibilidades estão voltadas para viver a festa.

O público, ansioso, espera e aguarda o veredicto final, ou o famoso: “declaro oficialmente aberto ‘O Maior São João do Mundo’ deste ano”. É exatamente nesse momento que, de maneira subliminar e estratégica, o político passa a sua mensagem de festeiro, de “amigo do povo e da cidade”, de “administrador moderno”, pois, afinal, na sua administração, construiu espetáculo tão rico, popular e alegre; além de não esquecer de destacar a importância do evento como um instrumento de divisas econômicas para o município, para a divulgação da cidade, etc.

O espaço da festa configura-se como um importante ambiente de comunicação e passa a ser amplamente utilizado por Ronaldo como uma maneira de construir sua imagem pública.



Fonte: Jornal da Paraíba, 07/07/1984

14 O homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de maneira duradoura a personagem em cuja pele se meteu. Precisa aceitar ajustar-se à imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim “vive ele, aprisionado num papel determinado, como ator, e escravo do seu próprio mito”. (SCHWARTZEMBERG, 1978, p. 14).

Daí que sua presença nos arraiais, por entre as barracas, no palco, discursando, a sua ocupação, enfim, de todos os espaços da festa, é uma prova incontestante de que na festa junina urbana pode-se experimentar uma nova forma de fazer política, desta vez, mediada por um jogo de sedução, de disputas por pertencimentos, de comunicação direta com o público. É sob esse prisma que a política não é mais, como formula Jacques Le Goff:

Um simples estoque de ideias programáticas produzidas pelas “elites conscientes”, pelos partidos nascidos nas crises revolucionárias, e que teria se difundido progressivamente ao conjunto do corpo social por sua própria capacidade de convencer e mobilizar. Para impregnar a vida social a política teve que tornar-se algo diverso de si mesma – seríamos tentados a dizer, mas do que ela mesma: não só um projeto sobre a organização de poder, mas uma maneira de se comunicar com os outros e compreender o mundo (LE GOFF, 1993, p.149).



Ronaldo fantasiado de “caipira”, juntamente com seu aliado político, o prefeito Félix Araújo Filho, durante a festa junina.

Fonte: Jornal da Paraíba, 19/06/1994.

A política, assim, nos “tempos da sociedade do espetáculo”, utiliza amplamente o es-

paço da festa urbana para estabelecer uma comunicação com o público eleitor e transmitir as suas mensagens, seja deles se aproximando, com todo um conjunto de discursos que apontam para a sua identidade com a festa, reivindicando o seu papel de gestor, seja aproveitando o espaço para criticar os opositores, classificando-os como antifesteiros e até “inimigos do povo”. O espaço da festa junina serve também de palco para o acirramento das disputas políticas e para a construção de figuras políticas. As menções ao idealizador do “Maior São João do Mundo”, os seus discursos e os usos que irão fazer do evento, demonstram de forma prática, como a festa é um excelente espaço de disputas pelo poder. É exatamente a partir do ano de 1984, que se esboçam os primeiros discursos que enaltecem a figura do prefeito como completamente comprometido com a cidade e com o cidadão; a festa é propalada como um presente, uma dádiva do administrador municipal, que, “com todo o empenho”, envidou os esforços necessários para torná-la uma realidade na cidade, como enuncia o discurso abaixo:

Não bastava apenas o evento. Era preciso usar a criatividade, o amor maior por um acontecimento de domínio popular. Servindo não apenas de lazer, mas especialmente marcante pelos traços históricos. Pelo folclore, por sua beleza de um modo geral que forçam por si só a participação espontânea de todas as pessoas. A partir do dia 02 de junho, a consagração total, com a presença de um público incalculável no Parque do Centro Cultural. Durante todo o mês de junho, em todos os bairros havia festas, quadrilhas, todos recebendo o apoio da Prefeitura Municipal. Apesar das dificuldades econômicas do município, Ronaldo Cunha Lima usando novamente a sua inteligência e criatividade

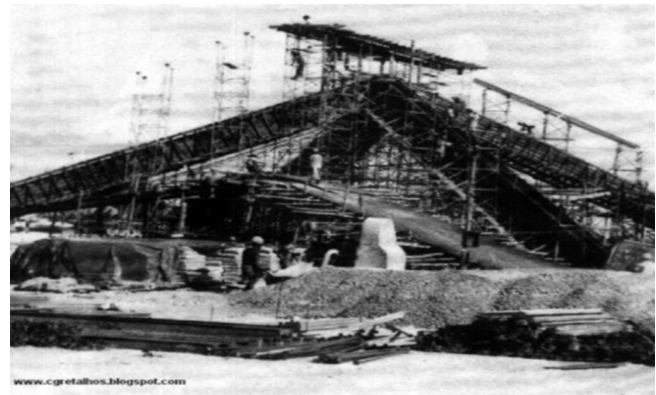
na divulgação da promoção, colhia os frutos do trabalho realizado.¹⁵

A festa, nestes termos, assume um contorno diferente: ela passa a ser a expressão da administração municipal; é o prefeito quem a constrói e a torna uma realidade, um evento sem precedentes na e para a história do município. A matéria acrescenta, ainda, a atenção que o evento recebeu de entidades, de instituições e de grupos políticos, através do envio de votos de parabéns ao administrador, pela iniciativa e patrocínio da festa:

Enquanto isso, o Gabinete da Prefeitura campinense começava a receber de todas as partes do Brasil, telegramas, cartas, ofícios e outros documentos, numa unanimidade de expressões parabenizando o Prefeito Ronaldo Cunha Lima, pela promoção do Maior São João do Mundo.¹⁶

Com a inauguração do Parque do Povo, ocorrida no ano de 1986, os jornais locais incitavam a seguinte indagação: como e por que surgiu a ideia de construir uma espacialidade para a festa junina na cidade? Segundo relatos da época, houve um que parece ter sido definidor na execução da citada obra: o de marcar a administração de Ronaldo José da Cunha Lima, como expressão, anos depois, o então secretário de Educação e Cultura do Município, ao ser indagado sobre quem teve a ideia de arquitetar o Parque do Povo e o seu “Forródromo”. Em entrevista concedida ao Jornal da Paraíba, ele assevera:

O sonho primeiro de ver o São João realizado naquele local foi nosso. Recordo-me que a Secretaria de Educação estava funcionando provisoriamente no Centro Cultural. Da varanda eu olhava para aquele espaço e algo me dizia que era ali que a festa devia ser realizada. Levei a sugestão para o Prefeito e ele concordou. Porém a construção do Forródromo tem outra história... Ronaldo queria marcar sua administração com uma obra monumental. Pesquisas e consultas foram feitas e ele optou por uma realização que pudesse fazer o povo eternamente feliz. Acertou.¹⁷



Construção do Forródromo do Parque do Povo.
Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

A importância que a festa junina vai assumir na cidade e entre os seus habitantes, bem como a sua relação com o seu idealizador, vão materializar-se nos espaços do Parque do Povo.¹⁸ Daí porque não há mais como separar a festa de seu pai, os discursos instituem essa relação de verdadeira simbiose, a ponto de, ano após ano, a sua memória, lembrança e presença, não serem mais esquecidas.

15 Jornal da Paraíba – C. Grande, 07/07/1984.

16 Jornal da Paraíba – C. Grande, 07/07/1984.

17 Entrevista com o Secretário de Educação e Cultura do Município, Eraldo César, concedida ao Jornal da Paraíba – C. Grande, 14/06/1992.

18 Georges Balandier formula que: “no decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída

A sua imagem passa a apresentar-se como uma espécie de fantasmagoria a percorrer os espaços da festa; desde a abertura do evento, quando nos discursos ele é lembrado como o seu pai, até o encerramento do ciclo junino, quando, novamente, ele se apresenta marcado no adeus à festa. No parque vazio e sem festa, resta a sua lembrança nas paredes de blocos de concreto que revestem a pirâmide e duas grandes placas fincadas ao longo do espaço do parque, sinalizam a sua passagem pela administração do município. Em uma dessas placas estão registrados os seguintes versos por ele escritos:

Que esse meu gesto marque
O nascer de um tempo novo,
O povo pediu o Parque
Eu fiz o Parque do Povo.¹⁹



Ronaldo carregado nos braços do Povo.
Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Ronaldo José da Cunha Lima atinge, assim, o seu objetivo, que não foi somente o de marcar a sua administração – com a construção de uma “obra monumental” – mas, sobretudo, o de não ser esquecido, pois consegue se metamorfosear em festa²⁰.

Prova de tal fato, ainda no campo da ação política²¹ e das estratégias de poder, pode ser mensurado no dia da inauguração do Parque do Povo, em 14 de maio de 1986. Cerca de 10 mil pessoas para lá acorreram e enquanto fazia uso da palavra, o prefeito, ao dirigir-se ao público, fez uma inusitada pergunta: se devia ou não deixar a Prefeitura – no meio de seu mandato – para se candidatar ao Governo do Estado. Os jornais noticiaram na época, que o povo aos “gritos” assim se manifestou em resposta à indagação do prefeito: “fica, fica, fica”. Em seguida, ele transmitiu o seguinte discurso para o público:

Eu devo renunciar a meu mandato de Prefeito. Tenho até meia-noite para me decidir. Mas para atender à vontade do meu povo, fico. Ficarei até o fim governando Campina Grande para bem servi-la. Aqui, no momento histórico da mais alta responsabilidade para minha vida política, para o destino de Campina Grande e da Paraíba, eu repito o que foi dito há muito tempo atrás, uma frase que ficou na história deste País: se

uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresenta a sociedade “oficial” e, inversamente em que se “manifesta” o protesto popular. A topografia simbólica de uma grande cidade é uma topografia social e política. (...) Certos lugares exprimem o poder e impõem seu ar sagrado melhor do que qualquer explicação”. (Balandier, 1982, p. 11-12).

19 Informação recolhida em Pesquisa de Campo no Parque do Povo.

20 Georges Balandier assevera que: “Ao centro das ilusões produzidas pelo poder se encontra a capacidade de escapar aos assaltos do tempo. Tão inevitável como os embaraços naturais ele quer ser fator de continuidade, ele apresenta as provas de sua duração em face dos homens e das gerações que passam, de seus súditos que morrem” (Balandier, 1982, p. 10).

21 Edgar Morin ensina que: “a ação política é um jogo (...) constantemente defrontado com o problema do erro de percepção, do erro de diagnóstico, do erro de previsão e do erro de comportamento. (...) A ação política, por último, é estratégia, e como toda estratégia necessita de certo segredo e de certa astúcia”. (...). (Morin, 1995, p.152).

Campina Grande pede e se é pela vontade deste povo, eu digo a este povo que fico.²²

Momento mais que propício para o governante, em plena inauguração do espaço da festa, transformar o evento em uma espécie de “showmício”. Na verdade, a decisão de não mais se candidatar ao Governo do Estado, foi tomada um dia antes, após longas horas de reunião com a cúpula de seu partido – o PMDB – e com aliados políticos, ocasião em que o prefeito decide dar continuidade ao seu mandato. Mas, por tratar-se de um político ousado e confiante de que o carisma é seu principal trunfo e, principalmente, após ter sido criada na cidade toda uma expectativa em torno da inauguração do Parque do Povo com o seu “Fórródromo”, ele resolve “por à prova” o seu poder, a sua popularidade e a sua audiência, diante de uma plateia atenta e de toda a cúpula do PMDB, presente ao evento.



Público no Parque do Povo no “dia do fico”.
Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Político astuto, já sabia, obviamente, qual seria a reação do público e, diante de tal

receptividade, o prefeito, ao demonstrar o seu poder, sai fortalecido, não só nos limites do Município, mas do Estado e de sua liderança no interior de seu partido.

A repercussão de seu gesto e o desenrolar de todos os acontecimentos ocorridos no dia da inauguração do Parque do Povo foi de tamanha magnitude que provocou na Câmara de Vereadores da cidade, uma propositura estapafúrdia de uma vereadora aliada ao prefeito, Maria Barbosa, de instituir por “Lei Municipal, O DIA DO FICO”. Chega a ser anedótica tal proposta, mas em seu bojo, ela encerra uma evidência concreta: a força política do prefeito.²³

O próprio Ronaldo, em sua autobiografia, dedica uma poesia para marcar o acontecimento que ficou conhecido como o “DIA DO FICO”:

Vim pra decidir o meu caminho,
abri as asas para um voo mais alto.
Ouvindo esse clamor, adio o salto,
fico ao abrigo do meu próprio ninho”.
(LIMA, 2004, p.67)

A partir do ano de 1986 o Jornal da Paraíba começa a circular, durante o mês de junho, com suplementos especiais que tratam exclusivamente da festa junina na cidade e, neste ano, todo o caderno intitulado: “O Folclore Paraibano está de parabéns”, é dedicado à inauguração do Parque do Povo. Nele há um discurso extremamente interessante chamado de “Poesia e Sonho”:

A inauguração, hoje, do Parque do Povo, traz em seu bojo uma simbologia que trans-

22 Jornal da Paraíba – C. Grande, 15/05/1986.

23 Jornal da Paraíba – C. Grande, 31/05/1986.

cente à própria obra em sua dimensão material. Feliz associação entre a vontade de quem faz e as origens culturais da terra, o Parque com o Forródrodo marca definitivamente, o reencontro do Prefeito Ronaldo Cunha Lima com o povo de Campina Grande, naquilo que ele tem de mais importante: a sua identidade cultural. Líder carismático, Ronaldo soube aproveitar bem os anseios da coletividade, que antes de planos mirabolantes, que acenam com um futuro nebuloso, quer um pouco de pedra e cal na concretização de suas quimeras. De parabéns Campina Grande. De parabéns o Prefeito Cunha Lima, que com sua alma de poeta faz transbordar o coração dos campinenses, na alegria da festa que nos toca mais de perto. Feliz o povo que ainda pode sonhar. Abençoado o governante que pode proporcionar aos seus concidadãos, além de obras materiais, o lirismo e o sonho.²⁴

Este discurso institui um sentido interessante para a construção da imagem pública de Ronaldo Cunha Lima; ele não é tão somente um gestor que cria o espaço para a festa, ele é o poeta que clama pelos “anseios do povo campinense” e pela emoção de sua festa maior – a festa junina – que se deixando levar pela sensibilidade, transforma “armações de concreto em sonho”.

A festa, neste sentido, serve para a legitimação de perfis políticos a partir de construções imagéticas e discursivas tais como: “é a sensibilidade de poeta que se une à sensibilidade

de do povo festeiro”; o “sonho” se concretiza porque, por uma “feliz coincidência”, o “poeta” também administra a cidade; ele não entrega aos campinenses uma “obra”, mas a possibilidade de um “sonho” de poder festejar as suas datas mais importantes, particularmente, a festa junina.²⁵

Outro fato que merece destaque ocorrido no ano de 1987, na véspera do dia de São João (23), foi à soltura de dezenas de balões no Parque do Povo, mas com uma peculiaridade: eles continham as iniciais do prefeito local:

Por volta das 22 horas, os céus de Campina Grande se vestiram de um colorido mágico, quando se iniciou o “show pirotécnico”. Ao mesmo tempo, dezenas de balões foram soltos na imensidão da cidade, os quais traziam a inicial do nome do Prefeito (R).²⁶

A criatividade do prefeito-poeta em se metamorfosear em festa não tem limites; os balões trazendo as suas iniciais servem de lembrança e mensagem simbólica ao povo de que aquela festa tem um dono, um idealizador, um pai. A escolha do balão junino para marcar a presença do referido político, não é sem consequência; o balão – um dos emblemas e sinais da festa junina – é utilizado exatamente para provocar uma simbiose da figura do político a um ícone da festa, a tal ponto que, como produto de construções imagéticas e discursivas, ele

24. Jornal da Paraíba – C. Grande, 31/05/1986. Suplemento especial com o título: “O Folclore Paraibano está de Parabéns”.

25 Georges Balandier defende que é “o mito do herói que acentua com mais frequência a teatralidade política. (...) Ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência. Ele deve ainda respeitá-los na condução do governo, manter-se no próprio papel, mostrar que a sorte permanece sua aliada contra todos”(BALANDIER, 1982, p. 07).

26 Jornal da Paraíba – C. Grande, 26/06/1987.

passa a ser representado igualmente, como elemento constitutivo e instituinte da festa.

No ano seguinte, em 1989, há uma questão crucial para ser resolvida pelo prefeito Ronaldo Cunha Lima: que nome escolher para sucedê-lo na administração municipal, nas eleições do mês de novembro do corrente ano. E, não por coincidência, ele escolhe o nome de seu próprio filho, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, na época, exercendo o mandato de Deputado Federal. E não menos sem coincidência, ele escolhe exatamente o espaço de realização da festa do “Maior São João do Mundo” para lançar a candidatura de seu filho – na oportunidade em que no Parque do Povo ocorria o encerramento oficial do festejo junino no referido ano. Ao discursar para o público presente – cerca de 50 mil pessoas – o prefeito, como de praxe, agradece ao povo, aos patrocinadores e aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da festa e assumindo a paternidade do evento, formula astutamente:

Essa festa eu criei como se cria um filho, pequeno crescendo e jogando-o ao mundo. E só um filho poderia prosseguir-la no Maior São João do Mundo. Por isso, entrego Cássio ao próprio destino de Campina Grande.²⁷

Cássio Rodrigues da Cunha Lima após a fala do pai, estrategicamente acrescenta:

Haverei de palmilhar os caminhos de Campina Grande, iniciados por Ronaldo Cunha Lima (...) E com o vosso apoio e vossa confiança, oferecer minha juventude e ideias, para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro.²⁸

Dando continuidade ao jogo de sedução numa noite de melancolia em que os festeiros se despediam de sua “festa maior”, Raimundo Lira, o então Senador da República e aliado do prefeito, toma a palavra, afirmando que: “a cidade terá a grande satisfação de ver um grande filho suceder um grande pai”.²⁹



Ronaldo com seu filho, Cássio. Acenos para o público.

Fonte: Jornal Folha Junina, 15/06/1989

27 Jornal da Paraíba – C. Grande, 12/07/1988.

28 Jornal da Paraíba – C. Grande, 12/07/1988.

29 Jornal da Paraíba – C. Grande, 12/07/1988. O poder investido nestas três últimas falas pode ser evidenciado tomando de empréstimo as palavras de Georges Balandier: “Sua pregação transforma o imaginário em presença. (...) A mecânica empregada para produzir efeitos é a máquina oratória. O poder adquirido é teatral na acepção mais imediata do termo. Nasce de uma voz, no sentido lírico do termo. É uma “ditadura da voz”. É com este desempenho que o imaginário e a ideologia se tornam ilusões realizadas. (...) O grande ator político comanda o real através do imaginário. Ele pode, aliás, manter-se em uma ou outra destas cenas, separá-las, governar e produzir um espetáculo” (Balandier, 1982, p. 06).

Aproveita ainda o Senador o momento de euforia política para “alfinetar” os seus adversários políticos que, segundo ele, “pretendem acabar com o São João de Campina”. Neste sentido, formula, enfático: “esta festa está assegurada, pelo menos até 1992”,³⁰ exatamente o período de mandato do sucessor de Ronaldo que, como previsto, foi seu filho, Cássio.

Ao formular que a oposição é contrária à festa, o Senador de maneira estratégica, cria uma espécie de “estado de terror” junto à população de que a festa do “Maior São João do Mundo”, “tão caprichosamente criada por Ronaldo”, corre o risco de ser extinta, caso a Prefeitura chegue a mãos erradas. A festa, além de servir de instrumento e dispositivo de legitimação, é também, moeda política; assim, para que ela não desapareça, é preciso um “guardião” e ninguém melhor que o próprio filho do “pai da festa”, para protegê-la de seus “algozes” e “desafetos”. Esse discurso e outros irão permear a campanha política do candidato do prefeito, de tal maneira que será comum o enunciado de que “é necessário que Cássio ganhe as eleições para que o São João de Campina Grande não desapareça”; portanto, uma das estratégias de perpetuação de poder amplamente utilizada pelo grupo político dos “Cunha Lima” é exatamente a apropriação da festa, tomando para si a autoria e, sobretudo, a proteção do evento.

E a suposta festa de encerramento do festejo junino transforma-se em uma festa de lançamento do candidato Cássio Rodrigues da Cunha Lima à Prefeitura do Município:

Carregados nos braços da população, o Prefeito Ronaldo Cunha Lima e o deputado Cássio Cunha Lima foram retirados do palanque, num encerramento de uma festa com gosto de comício.³¹

Em entrevista concedida a Gabriella Caniello³², no dia 16 de agosto de 2012, o Senador Cássio Cunha Lima relata aspectos curiosos de sua candidatura. Vejamos trechos de seu depoimento:

Tem uma coisa curiosa que agora eu nunca revelei a ninguém, vou revelar a você pela primeira vez; meu pai fazia uma exortação tão emotiva, tão comovente, que no primeiro instante eu tinha preocupação de como a cidade ia receber aquilo. Eu tinha um receio da cidade achar que era uma coisa exagerada, e que por isso podia provocar certa rejeição. Eu nunca disse nem a ele isso, porque ele fazia a coisa com tanto amor, que era verdadeiro, não era uma jogada de marketing, o tempo me mostrou, né, que não era uma jogada de marketing, era o coração dele falando e por isso funcionou. Mas naquele instante eu me assustava muito porque ele fazia uma exortação muito grande, ele dizia a cidade: “eu vou deixar a vocês o que eu tenho de melhor que é meu próprio filho, eu tô doando a vocês o que eu tenho de melhor que é minha descendência” e ele fazia isso com a vocação poética dele. Então me lembro exatamente desse dia, teve esse dia no parque do povo, na época, a legislação eleitoral permitia, né, hoje não seria mais possível, permitia, o que gerava uma vantagem enorme, a legislação fez bem em proibir, mas era legal naquela época, e en-

30 Jornal da Paraíba – C. Grande, 12/07/1988.

31 Jornal da Paraíba – C. Grande, 12/07/1988.

32 Gabriella Caniello foi orientanda no mestrado em Ciências Sociais pelo PPGCS/UEPB. A sua dissertação teve como tema a construção da imagem pública do Senador Cássio Cunha Lima, defendida no ano de 2013.

fim, eu já me sentia preparado, eu, eu topei ser candidato a prefeito, é outro episódio. Eu quando vinha de Brasília, eu trazia os anteprojetos da Constituição para o meu pai ver, meu pai sempre foi um brilhante advogado, mas do que advogado, ele era um jurista, tinha um conhecimento de direito muito profundo. Então eu chegava de Brasília, vinha aqui dar um beijo nele, um beijo na minha mãe, falar das novidades, e nesta casa aqui, me lembro como se fosse hoje, meu pai tava na rede, no quarto, dei um beijo nele, “oi poeta, cheguei de Brasília”, ele, as vezes muito atribulado, ai entreguei o anteprojeto da Constituição. Com pouco tempo eu escuto o grito: “Cássio vem cá”, e eu digo: “diga pai”; “já leu isso aqui?”, eu digo: “li, o que tem?”, “com isso aqui você pode ser candidato a prefeito”, “como é a história? Não posso não pai, sou inelegível”, ele disse: “não, leia aqui direito”. Tinha sido feita uma medida casuística, não pra me atender, pra atender a família Sarney, lá no Maranhão, que era o seguinte: a regra eleitoral não permite que parente de primeiro e segundo grau sucedam, você não pode ser candidato, qual foi o casuismo que foi feito? Naquela época, naquela eleição para prefeito eles faziam uma exceção: quem fosse detentor de mandato, mesmo sendo parente, podia suceder, e não era pra mim aquilo. (...) Aí resultado, meu pai grita, como eu contei: “com isso aqui você pode se candidatar”, eu digo: “pai, não posso”, ele disse: “leia”.

No dia da posse de seu filho, Cássio Cunha Lima, Ronaldo, em um discurso emocionado, ao transmitir o cargo para seu próprio filho, profere as seguintes palavras, as quais caracterizam muito bem a continuidade e o fortalecimento do Grupo Cunha Lima:

Chego, agora, ao fim dessa jornada, marcada que foi por angústias iniciais, por preocupações atormentadas, por dificuldades que foram sendo superadas, para culminar na majestosidade deste instante em que me concedeis a suprema ventura de passar às mãos de um filho o destino de minha cidade, palco dos meus sonhos e depositária do meu amor. Prefeito Cássio, meu filho Cássio Cunha Lima: entrego-lhe, agora, ao testemunho do meu povo e sob as bênçãos de Deus, a responsabilidade que foi minha até agora de dirigir minha amada Campina Grande, reduto inviolável de minhas crenças. Suplanta-me em amor e dedicação e eu me aumentarei no amor de pai, orgulhoso pela ação do filho. [...]. Receba as minhas bênçãos de pai, mais acima delas, acredite nas bênçãos de Deus.³³

Com as condições legais necessárias para sua candidatura e vitória, Cássio governa a cidade de Campina Grande no período de 1989 a 1992 e é sucedido por um aliado do Grupo Cunha Lima, Félix Araújo Filho, no período de 1993 a 1997 até que novamente, Cássio Cunha Lima volta a administrar a cidade, para o período de 1997 a 2000.

No ano de 1991, Ronaldo vence as eleições para assumir o governo do Estado da Paraíba e no mês de junho, no dia da abertura da festa do “Maior São João do Mundo” ele se dirige ao Parque do Povo, com o seu filho prefeito e demais prepostos e assim discursa:

Neste instante estou revivendo alguns minutos quando assumi a prefeitura de Campina Grande numa situação muito difícil, não tão grande como a do Estado, que estou vivendo agora. Na época em que idea-

33 Jornal da Paraíba – C. Grande, 03/01/1989.

lizei essa festa houve quem não acreditasse o resultado agora é que ela cresce a cada ano, e aqui estou vivendo a emoção de um governador que declara oficialmente aberto o Maior São João do Mundo, e que em épocas passadas o inaugurou como prefeito.³⁴

Tal discurso é seguido pela fala de seu filho, o prefeito Cássio Cunha Lima:

Este ano o Maior São João do Mundo tem sabor diferente, já que após uma longa espera, um governador, o próprio que criou a festa, faz a sua abertura oficial.³⁵

Um dos traços da personalidade de Ronaldo, com base no exposto, é de ser, sem dúvida, uma *pessoa* bastante vaidosa e crente em seu carisma. Os atributos de poeta, boêmio e político, “por sacerdócio e não por negócio”, como gostava de afirmar, fizeram dele um forte personagem da política local, ao modo de podermos então usar o termo Grupo Político, para ele e seus prepostos. Assim acreditamos que mesmo com a sua morte, ele não sai de cena, muito pelo contrário, o mito sempre que necessário, será

reatualizado, lembrado insistentemente para não ser esquecido. Um último poema, por ele escrito, caracteriza bem esse poder:

Vitórias absolutas,
mesmo sem ser candidato,
disputando ou não, mandato,
fui feliz nessas disputas.
Venci, bem, todas as lutas,
pois meus amigos fiéis
impediram-me o revés
pelas suas posições.
Foram dez as eleições,
e venci todas as dez.
(LIMA, 2004, p.51)

Ser um vencedor, um campeão em todas as disputas eleitorais em que concorreu fez, sem dúvida, de Ronaldo Cunha Lima, um poderoso personagem político local, alguém que mesmo com alguns episódios de queda em sua biografia particular, como o atentado ao governador do Estado, Tarcísio de Miranda Burity, ocorrido no ano de 1993,³⁶ e a perda de sua saúde, por ter sido vitimado com um AVC – acidente vascular cerebral, ocorrido em 30 de

34 Jornal da Paraíba – C. Grande, 02/06/1991.

35 Jornal da Paraíba – C. Grande, 02/06/1991

36 Ronaldo, no exercício de seu cargo de governador da Paraíba, atentou contra a vida do ex-governador da Paraíba, Tarcísio Burity, no dia 03 de novembro de 1993. Dirigiu-se ao restaurante Gulliver, em João Pessoa, por volta das 14:00 horas e desferiu, a queima roupa, três tiros em seu desafeto. Tal fato repercutiu na imprensa nacional que noticiou o acontecido e afirmava que a razão de tal ato devia-se a uma vingança de Ronaldo contra Burity que estaria por trás de uma série de acusações contra as atividades desenvolvidas por seu filho, Cássio Cunha Lima, junto a Superintendência da Sudene. A revista Veja, no dia 10 de novembro do referido ano, trás em sua capa a seguinte mensagem: “Denúncias respondidas a balas.” Em seis páginas de matéria há um interessante trocadilho entre a imagem do homem violento e o poeta. O título da matéria sugestivamente foi “Viola calibre 38”. (VEJA, Edição 1 313. Ano 26, nº 45, p.32-37). Ao praticar tal ato, Ronaldo, para se livrar do flagrante, astutamente foge para o seu reduto eleitoral, a cidade de Campina Grande e lá é literalmente ovacionado pelo povo que, aos gritos, em frente de sua residência, demonstra seu apoio a tão querido líder político. Por ocasião de uma sessão solene, acontecida no Senado Federal, no dia 18 de março de 2013, data de aniversário de Ronaldo e como uma homenagem póstuma a sua memória, vários parlamentares se revesam em discursos emocionados a relatar a trajetória pessoal e política de Ronaldo Cunha Lima. Um dos senadores a discursar foi José Agripino Maia, que à época era governador do Estado do Rio Grande do Norte, que em sua fala, ao fazer menção ao atentado contra a vida de Burity, narrou o fato de ao saber do acontecido com seu amigo Ronaldo, o telefonou imediatamente e se colocou a sua disposição, chegando a afirmar que se Ronaldo necessitasse, poderia dirigir-se a cidade de Natal, que ele colocaria todo o poder policial e bélico do seu Estado para protegê-lo, de acusado ele passa a ser vítima. Essa seria, mais um singelo exemplo do poder das oligarquias no Brasil, e particularmente, no Nordeste.

abril de 1999, o que comprometeu o seu movimento de um lado de seu corpo, fazendo-o andar de cadeiras de rodas e ter que passar por um longo processo de recuperação da fala e dos movimentos do corpo – não só se “reergue” de tais infortúnios, como se lança candidato a Deputado Federal, nas Eleições 2002, agora pelo PSDB, com o *slogan* “um voto especial”, desta feita, conclamando o eleitor a votar nele “por todos os serviços prestados à Paraíba” e não levar em consideração a sua frágil saúde. O seu apelo logra êxito e ele sai vencedor, sendo o segundo mais votado no Estado e ainda terá a grande alegria de ver seu filho, Cássio Cunha Lima, Governador do Estado.

Nas eleições de 2006, o fato se repete, Ronaldo se reelege Deputado Federal e Cássio também é reeleito para o Governo do Estado, vencendo inclusive o grande desafeto político de seu pai, José Targino Maranhão, do PMDB.³⁷

Para coroar a vitória de Cássio, ao governo do Estado, escreve Ronaldo, o seguinte poema:

Cássio a vitória lavra
Com a presença e a palavra
De forma bem destemida
Todo o Estado se agita
Na campanha mais bonita
Que já vi na minha vida.
(Lima, 2002, p.61)

Quem ainda poderia colocar em suspeição o poder da família Cunha Lima e do Grupo Político que ele representa, por tantas e sucessivas histórias de vitórias, deixa de possuir qualquer dúvida. O Grupo continua extremamente forte, com uma incrível capacidade de “ressurgir das cinzas” em momentos de crise³⁸ e voltar ao poder ainda mais fortalecido. Campeão de votos, não só Ronaldo, mas seu filho Cássio, que herda do pai, todo o seu carisma, perpetua-

37 Ronaldo, em sua vida política, sempre demonstrou forte paixão pelo seu partido o PMDB. Côncio de que era o seu principal representante e de que todos os demais membros a ele estariam subjugados, vê tal poder ser ameaçado por outro político que intenta igual poder: o então governador do Estado, José Targino Maranhão, que ambicionava por sua reeleição. O motivo de tal contenda, iniciada no dia 21 de março de 1998, por ocasião da comemoração da festa de aniversário de Ronaldo Cunha Lima, no Clube Campestre, em Campina Grande, é quem seria o escolhido pelo partido para ser o candidato nas eleições que se avizinhavam. Na verdade, Ronaldo se irrita profundamente com a festa que foi dada com muito mais efusão quando da chegada de Maranhão ao clube, acompanhado de um intenso foguetório e aplausos, o que provocou a ira do aniversariante que se vê preterido. Em um longo discurso, Ronaldo destila a sua raiva em frases tais como: “Esta festa seria uma festa particular de homenagem a mim. Mas quero concluir as minhas palavras, para que ninguém tenha dúvidas a respeito de meu compromisso: que eu, Governador José Maranhão, estarei a seu lado – defendendo seu nome, defendendo a unidade do partido. Apenas lhe peço – não sei se peço muito, e não estou trocando isto pelo meu apoio, que é incondicional, ele será dado de qualquer maneira – eu estou vacinado contra a intriga: vacine-se contra a bajulação!” (Jornal Correio da Paraíba, 23/03/1998) Como consequência do acontecido e da posterior convenção do Partido para escolher o novo candidato ao governo do Estado, o próprio Ronaldo se candidata para ser presidente do diretório estadual do PMDB no estado e sai derrotado pela chapa apoiada por Maranhão. Tais fatos promovem um verdadeiro racha no partido e Maranhão sai fortalecido nessa crise, não só sai candidato a reeleição, como a vence e de certa maneira, provoca a saída de Ronaldo do PMDB, o qual se desfilia para filiar-se ao PSDB, no ano de 2002. A partir de então “cria-se” um novo grupo político no Estado: os maranhistas que passam a se confrontar diretamente com os ronaldistas.

38 Cássio assume o governo do Estado, no ano de 2002 e se reelege em 2006. Em 2007 é cassado pelo pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) sob a acusação de ter distribuído 35 mil cheques a cidadãos carentes durante a campanha eleitoral de 2006, por meio de programa assistencial da Fundação Ação Comunitária (FAC), vinculada ao governo estadual. Segundo a denúncia, os cheques totalizavam cerca de R\$ 4 milhões. Continua a governar, por força de uma liminar, até 2008, sendo novamente julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral e novamente cassado. Em seu lugar, assume o segundo candidato mais votado nas eleições de 2006, o agora, mais do que nunca desafeto político, José Maranhão. Cássio também enfrentará o estigma de “ficha suja”, o que o tornaria inelegível. Mesmo assim, ele se candidata a uma vaga no Senado Federal e é o candidato mais bem votado em to-

se no poder e com grande força para ver serem derrotado os seus desafetos e fazer vencedores os seus aliados políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “saga” do Grupo Cunha Lima, com base nas reflexões acima descritas, aponta para a sua continuidade como forte grupo a disputar o poder local. A história contada e decantada de Ronaldo Cunha Lima, que perdura mesmo depois de sua morte, unida ao carisma e espetacular poder de encenação teatral de seu filho, Cássio Cunha Lima, sinalizam para a evidência de que o grupo ressurgiu e se reinventa o tempo todo, fazendo uso principalmente de um imaginário coletivo que se cristalizou no “Ronaldo coisa linda” e no “menino de Ronaldo” garantindo a sua longevidade.

O grupo, mesmo não contando atualmente com a presença física de seu iniciador e principal representante, Ronaldo Cunha Lima, sobrevive de sua memória e da esperança colocada pelo pai, nos ombros de Cássio, para ser o seu continuador. Não à toa que o poeta, em um outro poema tratou dessa herança e transferência de poder:

Guiei teus passos na vida, um dia, quando
precisavas de colos e regaços,
eram fortes e firmes os meus braços,

eram frágeis teus passos, quando andando
O tempo, em nossos passos, foi passando,
Descobrimos, nós dois, novos espaços,
com a tua juventude e os meus cansaços,
tu me amando bem mais e eu mais te amando.
Hoje, Cássio, és meu norte e minha meta.
Em ti, o meu futuro se projeta,
permitindo da morte ir mais além.
Porque me deixas, filho, convencido,
que através de tua voz serei ouvido,
que por teus passos andarei também.
(LIMA, 2004, p. 152)

O Senador Cássio Cunha Lima ao ser indagado sobre a importância de seu pai em sua vida, em entrevista concedida a Gabriella Caniello, em 05 de agosto de 2012, assim se manifestou:

Tudo que eu sou, eu devo a ele, porque ele me conduziu pelos braços, me conduziu de forma muito fraterna, como um pai muito carinhoso, um pai amoroso, e me transferiu todo o patrimônio de imagem pública que ele construiu. Eu tenho a imensa honra, a imensa felicidade de ter um pai que me amou com amor materno. Ele fez o que pode e mais do que podia até, pra contribuir com a minha trajetória.

A gratidão tão bem explicitada por pai e filho, coroa, para além do amor filial, uma muito bem sucedida relação de disputa por espaços

do o Estado da Paraíba, com mais de um milhão de votos. Esse acontecimento constrói um fato inédito na história política brasileira: um candidato inelegível ser eleito. E, de fato, ele não assume o cargo imediatamente, assumindo em seu lugar o terceiro candidato mais votado. Com cerca de um ano após as eleições o Tribunal Superior Eleitoral decide que a chamada “Lei da Ficha Limpa” não se aplica aos candidatos eleitos nas eleições de 2008, o que permite a condução de Cássio ao Senado Federal. De todo o exposto, o que fica claro para nós, é a força política do grupo Cunha Lima, que ressurgiu das cinzas e no ano de 2010 leva ao poder o candidato, por eles apoiado, Ricardo Coutinho, a uma memorável vitória contra José Targino Maranhão. Para completar a força do Grupo, quebra ainda nas Eleições majoritárias de 2012, o poder dos maranhistas, na cidade de Campina Grande, que já vinham no poder a oito anos, representado pela família Vital do Rêgo. Vence as citadas eleições, já com a morte de Ronaldo, Romero Rodrigues, primo legítimo da esposa de Ronaldo, Glória Cunha Lima, para prefeito e Ronaldo Cunha Lima Filho, filho de Ronaldo, para vice-prefeito.

de poder. O pai encaminha o filho, o filho segue os ensinamentos do pai. E de pai para filho podemos falar na existência de verdadeiras “dinastias políticas” no poder no Brasil. Sucessão e mais sucessão do poder através dos nomes de famílias, que ao se instituírem enquanto grupos buscam naturalizar, na sociedade e na cultura política, a ideia de que a disputa eleitoral se resume na briga entre grupos políticos rivais.

Trabalho recebido em 20/10/2012

Aprovado para publicação em 11/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADILSON FILHO, José. *A Cidade Atravessada*. Velhos e novos cenários na política belo Jardimense. Recife: Comunigraf, 2009.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. *A Fabricação do Mito João Pessoa: batalhas e memórias na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande, EDUFCG, 2013.
- BALANDIER, George. *O Poder em cena*. Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Chuva de Papéis*. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir. (Org.). *Candidatos e Candiaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3 ed. Ver. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da Política*. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- _____. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Wilson. *Transformações da Política na era da Comunicação de Massa*. São Paulo, Paulus, 2004.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa, EDUFPB, 1994.
- HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa, Dom Quixote, 1987.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder. *O (caso) dos coronéis*. São Paulo: Annablume, 1995.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. “A Fábrica dos Sonhos”: a invenção da festa junina no espaço urbano. Campina Grande: EDUFCG, 2010.
- _____. *Ensaio de Antropologia da Política*. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- LIMA, Ronaldo José da Cunha. *Eu nas entrelinhas: extratos e retratos de minha vida*. João Pessoa: Forma Editorial/ Gráfica GB, 2004.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *Ronaldo Cunha Lima: a trajetória de um vencedor (1936-2007)*. João Pessoa: Ideia, 2008.
- MENDONÇA, Kátia. *A Salvação pelo Espetáculo*. Mito do herói e política no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.
- MILLS, C. Wright. *A Elite no Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MORIN, Edgar. *As grandes questões no nosso tempo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1995.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). *Política no Brasil*. Visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.
- PEREIRA FILHO, Sebastião Faustino. *Homo Mídias e o político midiático na folia do rei nu*. Natal: Ed. do autor, 2009.
- RÊGO, André Heráclio. *Família e Coronelismo no Brasil: Uma história de poder*. São Paulo: Girafa Editora, 2008.
- SANTOS, Laymert G. apud GUATTARI, Félix & ROLNIX, Suely. *Micropolítica-Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

A DISPUTA PELO GOVERNO DO CEARÁ EM 2010: A CONSOLIDAÇÃO DE UM CICLO POLÍTICO PÓS TASSISMO?

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho

RESUMO

Este artigo coloca em discussão a noção de ciclo político, assim como as condições de sua emergência, consolidação e declínio em esferas públicas midiáticas, tomando por referência estudos sobre eleições majoritárias para o poder executivo no Brasil e de modo especial no estado do Ceará, a partir do retorno das eleições diretas na década de 1980. A campanha eleitoral de 2010 para o governo do referido estado é analisada como momento de demarcação de um ciclo “pós tassista” na política cearense, marcado pela reeleição em 1º turno do governador Cid Ferreira Gomes, por uma maioria consagradora de votos, desta feita em oposição a Tássio Jereissati, antigo aliado, que, sem seu apoio, foi candidato derrotado a uma das duas vagas do Ceará no senado.

Palavras-Chave: Poder; Mídia e Política; Grupo Político

THE DISPUTE FOR CEARÁ STATE GOVERNMENT IN 2010: THE CONSOLIDATION OF A POST TASSISM POLITICAL CYCLE?

ABSTRACT

This paper discusses the notion of the political cycle, as well as the conditions of its emergence, consolidation and decline in Brazilian media public sphere, taking as reference studies on majoritarian elections to the executive power in Brazil and especially in Ceará State, since the return of direct elections in 1980. An analysis of electoral campaign of 2010 in the referred state is analyzed as a turning point of a post Tasso Jereissati period, started with the re-election in first round of the former governor, Cid Ferreira Gomes, with a consecrating majority of votes, defeating Tássio Jereissati's group candidate. Without the support of Cid Gomes and his political group Tássio Jereissati was also defeated as candidate for one of two places of Ceará State at the Federal Senate.

Key words: Power; Media and Politics; Political Group

Professora de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: rejanecarvalho@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar a campanha estadual de 2010 no Ceará sob a perspectiva dos Ciclos Políticos no período da redemocratização, admitindo que sua dinâmica vincula-se ao processo de mediação da esfera política que afeta as condições de competitividade nas disputas eleitorais instituindo temporalidades políticas com características peculiares.

Na primeira seção faço considerações sobre a noção de ciclo político, de suas condições de sua emergência, consolidação e declínio em esferas públicas mediadas, tomando como referência estudos sobre eleições majoritárias para o poder executivo no Brasil e de modo especial no Ceará, a partir do retorno de eleições diretas na década de 1980.

Na segunda seção apresento argumentos que sustentam a tese de que as campanhas ao governo do Ceará em 2002 e 2006 podem ser consideradas de transição para um ciclo político “pós tassistista”, cujos contornos vão sendo definidos nas eleições estaduais de 2010.

Na terceira seção analiso peculiaridades da campanha de 2010, como momento de demarcação de um ciclo “pós tassistista” na política cearense com a reeleição do governador Cid Gomes em 1º turno por uma maioria consagrada de votos, desta feita em oposição ao antigo aliado, que sem seu apoio foi candidato derrotado a uma das duas vagas ao senado. A redução da bancada de deputados federais e estaduais do PSDB, partido de Tasso Jereissati é ou-

tro indicativo importante da dissolução de suas bases eleitorais¹.

Na quarta seção desenvolvo a análise dos cenários pré-eleitoral e eleitoral da campanha de reeleição de Cid Gomes marcada pela quase ausência de competitividade, e finalmente os resultados eleitorais que definiram ganhadores e perdedores, reafirmando a indagação posta no início do texto: consolidação de um novo ciclo político na política cearense?

1. CICLOS POLÍTICOS: CONDIÇÕES DE LONGEVIDADE EM ESFERAS PÚBLICAS MEDIADAS

A noção de ciclo político se assenta na longevidade de uma liderança pessoal, de um grupo político ou partidário cuja permanência no poder ultrapassa um mandato e seja acompanhada do reconhecimento de sua hegemonia em determinado espaço político (nacional ou estadual).

Algumas considerações sobre peculiaridades de ciclos políticos que transcorrem no período da pós-redemocratização do Brasil, em ambiência de esferas públicas mediadas que merecem ser discutidas, assim nomeadas porque são as diferentes mídias as principais fontes de produção, circulação e consumo de informações às quais a população tem acesso, não só sobre a política, mas sobre os acontecimentos que se inscrevem na categoria “atualidades” ou “*fait divers*”.

¹ Ver texto de Jakson Aquino e Rejane Vasconcelos Carvalho, “A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais?”, apresentado na Reunião da ANPOCS em 2010, Caxambu MG.

No Brasil é na década de 1970, com a ampliação das redes de televisão para todo o território nacional, que se efetiva mais nitidamente este processo. Seus efeitos sobre o funcionamento da esfera política brasileira somente se fazem sentir vigorosamente na década de 1980, com o retorno do voto direto nas campanhas eleitorais majoritárias para cargos executivos².

A gênese de ciclos políticos em esferas públicas midiaticizadas pressupõe uma temporalidade marcada no imaginário político por acontecimentos e narrativas de forte teor simbólico, encarnados por personagens centrais dos enredos de campanhas eleitorais, produzidas com recursos midiáticos - publicitários para alcançar uma audiência de massa.

No Brasil a midiaticização das campanhas eleitorais para cargos no poder executivo, presidencial, estadual e para prefeituras de capitais encontra nos programas do horário eleitoral na televisão sua forma principal de expressão. Neles são desenvolvidas e super-dimensionadas as estratégias para construção da imagem dos candidatos, a batalha entre os concorrentes, e os estilos de persuasão utilizados na “comunicação direta” com os eleitores. Desse modo os mediadores políticos tradicionais (chefes políticos, partidos, entre outros) têm suas funções reduzidas na medida em que se ampliam as possibilidades dos candidatos mobilizarem, em determinados cenários políticos, recursos simbólicos eficazes para apresentar aos eleitores

imagens de si (*ethos*) que suscitem sentimentos de empatia e crença que se convertam em votos. Exemplo disso é o que se nomeia de “surpresa eleitoral”, ou seja, candidatos que iniciam a disputa como quase desconhecidos, com irrórisos índices nas pesquisas pré-eleitorais ultrapassam em um curto tempo de campanha, competidores antes considerados imbatíveis, atingindo meteoricamente o estrelato político³.

A longevidade por sua vez exige dos governantes a confirmação de *imagens de gestão* cuidadosamente produzidas no âmbito de estratégias de marketing institucional que realmente continuamente os laços com o eleitorado. Acrescento ao debate a tese de que a mais recente redemocratização no Brasil agregou alguns fatores que conjugados afetaram a dinâmica da política nacional acentuando a tendência de instalação de ciclos políticos longevos.

O primeiro fator, já mencionado, reporta-se ao uso dos protocolos da comunicação midiática e publicitária nas campanhas eleitorais majoritárias cujo sucesso depende do vigor das imagens dos personagens que protagonizam o duelo apresentando-os como inauguradores de uma nova e promissora era política (lugar de fala da oposição), ou como defensores de sua permanência, sob o argumento principal de que os bons frutos de uma gestão somente podem ser preservados por quem os plantou. (lugar de fala da situação). Os sentimentos básicos mobilizados são respectivamente o da esperança (na fase inaugural de um ciclo), e medo (quando a espe-

2 Sobre o tema ver: Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política, Pontes, Campinas: 1999.

3 Sistema que Richard Sennett nomeia como “star system” no livro O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Companhia das Letras, SP 1998. A conquista da Presidência da República por Fernando Collor de Melo em 1989 ilustra bem o sentido de ascensão meteórica ao estrelato político; no Ceará a vitória de Maria Luiza Fontenele (PT) para a prefeitura de Fortaleza em 1985, de Tasso Jereissati para o governo do Ceará em 1986, e a de Luizianne Lins (PT) para a prefeitura de Fortaleza em 2002.

rança declina, mas ainda não é maior que o medo do desconhecido). O segundo fator está relacionado à alteração da legislação eleitoral brasileira para permitir a possibilidade de reeleição dos detentores de mandatos no poder executivo. Não por acaso o estatuto da reeleição datado de 1997, contou com o empenho direto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que se empenhou pessoalmente na aprovação pelo parlamento da emenda que alterava a cláusula constitucional impeditiva. Reconhecido como *Pai do Real*, vitorioso na batalha sobre a inflação, até então considerada missão impossível, o Presidente alcançava índices de popularidade. Outro fator destacado com propriedade por André Borges⁴, é a simultaneidade das eleições majoritárias e proporcionais para postos do executivo e legislativo nos níveis federal e estadual introduzida em 1994, que acentuou o impacto da competição vertical resultando em alinhamentos situacionistas de modo especial em estados e municípios mais pobres e por consequência com maior grau de dependência de transferência de recursos federais e estaduais para alimentar máquinas políticas. Por consequência o autor considera que as eleições regionais tendem a seguir uma lógica nacional, que resultaria em mudanças concomitantes nas coalizões governativas estaduais. Borges confirma esta hipótese com dados estatísticos referentes aos resultados eleitorais em cinco estados classificados como de baixo desenvolvimento econômico: Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Goiás e Paraíba.

Uma indagação ainda pouco esclarecida reporta-se às condições que favorecem a infl-

xão de ciclos políticos no plano nacional que tendem a se espalhar aos estados e municípios, viabilizando a alternância de poder, condição necessária aos regimes de democracia representativa. No texto *“Já não se fazem mais máquinas políticas com antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”*, Borges centra sua análise empírica em estados de baixo desenvolvimento econômico e social que segundo a literatura acadêmica tenderiam a preservar padrões políticos de dominação oligárquicos face ao peso das práticas clientelistas na alimentação das máquinas políticas estaduais. Segundo o autor a hipótese explicativa, apoiada em dados estatísticos é que a ascensão da esquerda ao poder, e mais especificamente a conquista da Presidência da República pelo em 2002, conduziu à dissolução das bases eleitorais dos partidos considerados de direita ou de centro nos estados mais pobres onde antes predominavam e que progressivamente aderem aos vitoriosos. Ou seja, os partidos e coalizões nomeados de esquerda mudaram significativamente o padrão de votação, invertendo sua dominância dos estados mais ricos para os estados de regiões periféricas, de modo especial Norte e Nordeste. Em síntese, a tendência situacionista geograficamente localizada seria assim suprapartidária e supra-ideológica.

Como já dito anteriormente a mais recente transição brasileira nos ofereceu no plano presidencial dois ciclos políticos longevos, o primeiro protagonizado por um partido considerado de centro esquerda, o PSDB, encarnado na figura estelar do presidente sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, símbolo da conquista do controle da inflação que afligia os brasi-

⁴ André Borges “Já não se fazem mais máquinas políticas com antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”. In: Revista de Política e Sociologia..

leiros; e o segundo por um partido de esquerda o PT, personalizado na figura de Lula, um operário, um homem do povo cuja bandeira era cuidar dos pobres, erradicando a miséria absoluta no país com programas sociais de distribuição de renda, que teve no *bolsa família* o ícone mais consagrado.

A hipótese que proponho é que, se a fragmentação e baixa credibilidade dos partidos políticos no Brasil conspiram contra a longevidade, e em contrapartida a centralidade da personalidade de políticos cujas imagens se consagram por seus feitos, funciona como âncora da estabilidade na medida em que sua atuação ocorre no âmbito de uma matriz institucional cujas regras reforçam a dimensão personalista das disputas eleitorais. O estatuto jurídico da reeleição foi acompanhado de alterações valorativas nos usos e distinções semânticas entre os termos “continuismo” e “continuidade”. Negativamente valorado, o “continuismo” pressupõe práticas de sujeição próprias do poder tradicional ou oligárquico para produzir e manter “votos cativos” por formas de coerção simultaneamente econômicas e extra-econômicas negadoras dos princípios democráticos. No vocabulário político o continuismo é execrado, confundindo-se com o “fisiologismo”, metáfora biológica que evoca a política de adesões e “conchavos” oportunistas motivados pela mera fome de poder. O termo “continuidade” ao contrário, distingue-se do primeiro ao ser resignificado e valorado positivamente como processo, que resultante da livre escolha dos cidadãos e reconhecendo os méritos de uma gestão política optam por conceder, ao mesmo man-

datário, ou a alguém que o represente, outro mandato, como espécie de gratidão pelo que foi feito, e principalmente como forma de garantia de que as boas obras não serão interrompidas, esperando assim que seus benefícios possam ser multiplicados. O termo “continuidade” assume o sentido de processo natural de evolução do que está funcionando bem.

Vale ressaltar que o estatuto da reeleição alterou as condições sociais de produção dos discursos políticos “situacionistas” e “oposicionistas”. O lugar de produção dos discursos políticos situacionistas configura-se como aquele de onde o poder é exercido, e a possibilidade de continuar a exercê-lo tende a potencializar sua dimensão performática de apontar para o que foi feito o que se está fazendo e se continuará a fazer para melhorar a vida da população. As fronteiras entre os discursos eleitorais e os de publicidade institucional são pouco nítidas, já que o governante e o candidato são reconhecidos como a mesma fonte emissora⁵. O teor e o tom dos discursos situacionistas dos candidatos à reeleição tendem a ser, mais afirmativos que negativos, mais otimistas que pessimistas. O lugar de produção dos discursos políticos de oposição, ao contrário, torna-se quase sempre mais espinhoso. Em cenários nos quais são altos os índices de popularidade dos governantes, as condições de produção dos discursos de oposição eficazes são extremamente precárias, algumas vezes praticamente inviáveis. Face à redução das oportunidades de mostrar realizações objetivas, a oposição obriga-se a produzir discursos negativos, de crítica aos mal feitos dos que ocupam o po-

⁵ A legislação eleitoral no Brasil não exige que candidatos a reeleição a cargos no poder executivo sejam afastados dos mesmos durante o período de campanha eleitoral.

der com potencial de sensibilização do eleitorado para rejeitar o tempo presente e ainda apresentar propostas que ensejem o desejo e a crença de *mudança de rumo* para um futuro melhor. As críticas, no entanto não podem ser excessivamente agressivas ou diretas nos casos em que a opinião majoritária dos eleitores objetiva em percentuais das pesquisas revela-se favorável aos governantes. Foi o que aconteceu na campanha de reeleição de FHC a presidência em 1998, vitória caucionada na mística de continuidade do Plano Real. Novamente aconteceu na reeleição de Lula em 2006, consagrado como o *homem do povo que cuida dos pobres* e em 2010 quando em uma espécie de reeleição virtual votava-se em Dilma “como se” estivesse votando mais uma vez em Lula. José Serra (PSDB), principal candidato de oposição à candidatura de Dilma (PT), lançada e encampada por um presidente com mais de 70% de aprovação popular, obrigava-se a reconhecer publicamente os méritos da ERA LULA e a afiançar a continuidade do “que tinha dado certo”. Por outro lado, a simbiose das imagens de Lula e Dilma tornava difícil decidir para quem direcionar os ataques (a candidata? ao seu patrono?) e mais complicado ainda ponderar os riscos de que os mesmos fossem interpretados como ressentimento de inimigos desleais, a quem não restavam armas mais honrosas. Como lembra Thompson (2002) a propagação de denúncias e sua transformação em “escândalos” políticos não se fazem na ausência de oxigênio na “atmosfera política”, que desencadeie o processo de combustão capaz de corroer rapidamente as imagens dos envolvidos⁶. Em que medida

e em quais condições a atmosfera da campanha eleitoral favorece a que denúncias sejam convertidas em escândalos e surtam os efeitos desejados pela oposição? Esta é uma indagação para qual não se tem uma resposta clara, exigindo um exame das particularidades de cada caso. Finalmente ressalto que a perspectiva de reeleição dos ocupantes do poder executivo afeta de forma significativa a dinâmica das campanhas para o parlamento ao estimular amplas coligações pré-eleitorais e intensificar o arco das coalizões situacionistas pós-eleitorais. Na configuração de ciclos políticos de longa duração há assim uma confluência dos laços da política tradicional com as inovações introduzidas pelas novas formas de fazer política. Na medida em que o principal “trabalho político” dos parlamentares, aquele que lhes garante a conquista e manutenção de mandatos, continua a ser as benfeitorias e obras, que conseguem levar para suas bases eleitorais (Estados ou Municípios) torna-se essencial estabelecer o melhor trânsito possível com as escalas mais altas do poder executivo estadual e federal que se constituem fontes principais das verbas a serem distribuídas e aplicadas⁷. A longevidade dos ciclos políticos potencializa assim as dificuldades de manter-se na oposição. O adesismo passa a ser a regra mais geral acentuando a desproporção entre as bancadas situacionistas e a oposicionistas. Sob o argumento legitimador de manter uma suposta “governabilidade,” o que se constitui é uma quase unanimidade. A coloração ideológica de “esquerda” e “direita”, os princípios normativos e ideológicos que diferenciavam partidos e grupos políticos se diluem na vala comum

⁶ Ver a obra de Thompson Escândalo Político e Mídia- Poder e Visibilidade na Era da Mídia, Ed. Vozes, RJ, 2002.

⁷ Ver o texto Em Nome das “Bases” - BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das “bases”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

do pragmatismo político. Um exemplo disto é a composição da bancada de apoio a atual presidente Dilma Roussef: Os resultados das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados e para o Senado mostram que a base de apoio ao governo federal será formada por 402 deputados (de 513) e 59 senadores (de 81). A base aliada do governo Dilma Roussef é 13% maior do que alcançada por Lula no segundo mandato: serão 402 deputados federais, contra os 380 que possuem mandato até 31 de janeiro e os 357 eleitos em outubro de 2006. A bancada oposicionista antes formada por 33 senadores passou a ter 22 parlamentares contra os 59 da base governista. A mesma tendência pode ser constatada no Ceará onde a coligação da disputa presidencial foi mantida. A dificuldade de manter-se na oposição é ilustrada no depoimento de um senador colhido por jornalista do “Congresso em Foco” por ocasião da solenidade de posse da nova presidente: “Tolerância com o governo em razão da popularidade do presidente. Muitos não fizeram oposição com medo disso. E acabaram se estrepando inclusive nas suas próprias candidaturas”, disse o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Neste sentido quais percalços podem fragilizar a imagem de uma persona política que encarna a hegemonia de um ciclo político viabilizando a vitória das forças de oposição? Como pensar as perspectivas de alternância do poder? A longa duração de um ciclo que exceda os limites legais do número de mandatos consecutivos exercido por um mesmo mandatário, pressupõe a escolha de um nome que possa ser

apresentado e reconhecido como capaz de dar continuidade ao seu legado político. A indicação do sucessor ideal envolve um paradoxo: ele não pode ser um simples “poste”⁸ para fixação da imagem do *Outro*, mas, sua imagem não pode ganhar uma autonomia que ponha em risco o sentido de continuidade que sustenta sua postulação ao cargo. A relação posterior entre o eleito e sua “sombra” é quase sempre fonte permanente de tensões: como governante não pode ser visto como um “fantoche”; como portador de uma “herança” não pode renegá-la para eximir-se de responsabilidade de problemas ou crises que tenha que enfrentar. A lealdade ao antecessor em certos casos pode tornar-se um fardo. Os “sucessores” são quase sempre alvos mais fáceis de ataques, o que aumenta a probabilidade de que o “encanto” da temporalidade política por eles representada se estenda indefinidamente. Ter-se-ia assim uma temporalidade de transição entre ciclos marcada pela gradativa acumulação de forças de oposição sinalizada pelo crescimento do nível de competitividade das campanhas eleitorais?

A eleição de Dilma Roussef, em que o leitor votou nela como se votasse no próprio Lula (solicitação explicitamente feita durante a campanha) inaugurou em condições democráticas na política brasileira a vigência do ciclo político para além de dois mandatos, traz indicações interessantes para as indagações postas sobre condições de transferência de imagens sustentadoras da continuidade. Tem-se que esperar a próxima eleição presidencial em 2014 para analisar em que medida o peso da simbó-

⁸ Sobre o assunto ver o texto “Luzes no “poste”: análise da eleição para prefeito de Recife em 2008” de Aquiles Magide Bizarro/ Artur Leandro Alves da Silva / Enivaldo C. Rocha publicado na coletânea Como o Eleitor Escolhe seu prefeito – campanha e voto nas eleições municipais, organizada por Antônio Lavareda e Helcimara Teles. FGV Editora, RJ, 2011.

lica “Era Lula” permanecerá ou não, como favor preponderante na determinação dos rumos da sucessão: reeleição de Dilma Roussef? A alternância no interior do ciclo político com outra candidatura, ou o retorno do próprio Lula? Quais perspectivas de competitividade de um candidato de oposição? Em qualquer das alternativas, haverá ainda lugar para a reprodução de polarização nas disputas simbólicas entre Lula e FHC que tem marcado as eleições presidenciais no país desde 1994?

Considerando a hipótese de perspectiva de alternância no poder presidencial, quais as repercussões se fariam sentir sobre os ciclos políticos estaduais? A de um outro realinhamento que confirme a tendência de articulação vertical e sincrônica entre os níveis governamentais federal, estaduais e municipais? Esta é ainda uma longa agenda de pesquisa a ser percorrida.

2. AS CAMPANHAS ESTADUAIS DE 2002 E 2006 NO CEARÁ: TRANSIÇÃO ENTRE CICLOS POLÍTICOS

Considero que as campanhas estaduais de 2002 e 2006 trazem as marcas ambíguas de uma transição na quais os enlaçamentos simbólicos e políticos dos governadores eleitos com a Era Tasso ainda não tinham sido completamente desfeitos.

Em 2002, a vitória ao governo do candidato do PSDB, Lúcio Alcântara, e a conquista das duas vagas do Senado, a primeira ocupada pelo próprio Tasso e a segunda por Patrícia Gomes, candidata pelo PPS que teve seu apoio, encobriam os sinais de declínio do ciclo político tassista. O primeiro e mais importante deles é

que a vitória de Lúcio Alcântara pode ser tributada principalmente à falta de ousadia da oposição de esquerda que não acreditando em sua própria força política lança como candidato ao governo estadual o ex-prefeito do município de Expõe, José Airton, de reduzida expressividade política dentro do seu próprio partido, o PT. Prenunciava-se uma campanha pouco competitiva e não foi o que aconteceu. Embalado no slogan “É Lula Lá e José Airton Cá” a disputa foi levada para o segundo turno e vencida pelo candidato do PSDB por uma diferença irrisória de menos de quatro mil votos. Por outro lado a presença de Tasso na campanha de Lúcio Alcântara na TV ocorreu apenas no segundo turno e reduziu-se a uma justificação de que o candidato por ele escolhido tinha o perfil e o estilo do político tradicional, maleável no trato e negociações com os seus pares. Pode-se dizer que a força da inércia no campo político atuou no sentido de preservar posições já estabelecidas, prolongando um ciclo político já em declínio.

Em 2006 o governador Lúcio Alcântara candidata-se a reeleição pelo PSDB sem o apoio de Tasso que durante a fase pré-eleitoral rompe publicamente com ele tecendo duras críticas à sua gestão. Se na fase pré-eleitoral Lúcio Alcântara liderava as intenções de voto, com o início da campanha no rádio e TV, é ultrapassado por Cid Gomes (PSB) e a distância entre os dois cresceu de forma constante e substancial eliminando perspectivas de competitividade. Os resultados eleitorais confirmaram as previsões das pesquisas: vitória retumbante de Cid Gomes no 1º turno com 2.411.457 votos, correspondente a 62,38% do total de votos válidos, quase o dobro dos 1.309.277 obtidos por Lúcio Alcântara, candidato a reeleição. Acen-

tua-se a fragilidade do senador Tasso Jereissati em uma situação em que o governador Cid Gomes tendo sido eleito por uma coligação de esquerda da qual participavam PSB, PT, PMDB e PC do B não tinha garantias de que o seu apóio poderia ser retribuído em 2010 quando pretendia reelegendo-se ao senado preparar sua saída de cena sem que seu prestígio tivesse sido contestado. O *script* da disputa pelo senado seguiu um rumo distinto do traçado por Tasso. Sem o apóio do governador em exercício, ele descobre no desconforto da oposição que já não era detentor de força política própria que lhe garantisse a reeleição ao senado.

3. A PRÉ CAMPANHA ELEITORAL PARA O GOVERNO DO CEARÁ EM 2010: ASPECTOS INUSITADOS

O que se convencionou nomear “pré campanha” para postos majoritários, não é uma fase de “não acontecimentos”, ao contrário, é aquela em que é mais intensa a interação entre os campos da mídia e da política para produzir e trazer para a esfera da visibilidade pública os “bastidores da política”, dando a conhecer ao eleitor “quem é quem”, identificando zonas de atrito, ou de convergência de interesses entre personagens que com protagonistas principais ou coadjuvantes têm pretensão de integrar a trama de enredos eleitorais mais ou menos previsíveis de campanhas com graus de competitividade mais altos ou baixos.

O aspecto que considero inusitado na pré campanha ao governo do Estado em 2010 é que a pauta jornalista na fase pré eleitoral não estivesse centrada em nomes de candidatos a

serem lançados em oposição à única candidatura considerada certa, a de reeleição do governador Cid Gomes. Em janeiro a manchete do jornal o Povo com citação do governador Cid Gomes, “2010 será para visitar obras”, não deixa dúvidas que sua campanha estava em curso. A fotografia do governador com capacete de proteção utilizado por operários nas obras sinaliza para o “*ethos*” do “homem de ação”.

Com essa maratona de viagens aos quatro cantos do Estado, Cid espera conseguir dar mais celeridade a um conjunto de projetos que, segundo ele, estão acontecendo em áreas como educação, saúde, segurança e transporte. (Povo,21-1-2010).

Somente um nome, o do ex-deputado federal e prefeito de Maracanaú Roberto Pessoa (PR), aparece em janeiro como possível pré-candidato de oposição, decisão condicionada a conquista do aval de outros partidos além do PPS, o que não aconteceu.

Por outro lado o centro das discussões localizou-se nas perspectivas de rompimento da aliança histórica e suprapartidária entre o senador Tasso Jereissati e o governador Cid Gomes.

Prenunciava-se o dilema que o PSDB enfrentaria durante todo o período pré-eleitoral: lançar candidato próprio ao governo ou manter-se na confortável posição de apoiar e ser apoiado pelo governador em sua pretensão maior, a reeleição de Tasso Jereissati ao senado. E foi exatamente sobre este dilema que envolvia as relações entre Tasso, Cid e o PT, que o enredo da pré-campanha se desenrolou, arastando-se até às vésperas das datas finais para a realização das convenções partidárias. Para

o PSDB de Tasso o melhor dos mundos seria receber o apoio do governador para uma das vagas do senado. O acordo firmado na campanha estadual de 2006 entre o PSB de Cid, o PT e o PMDB envolveu a desistência de Eunício Oliveira (PMDB) de candidatar-se ao senado, em favor do candidato do PC do B Inácio Arruda, tendo com contrapartida a garantia de apoio a sua candidatura ao mesmo posto em 2010. Por sua vez, Tasso que informalmente apoiou a candidatura de Cid Gomes em 2006 mantendo o seu grupo na base governista durante toda sua gestão, esperava em 2010 receber o apoio do governador a sua reeleição ao senado para uma das duas vagas a serem preenchidas. Cid Gomes supostamente poderia manter o compromisso com Eunício e ao mesmo tempo apoiar o amigo e aliado Tasso. Não havia no horizonte do PSDB a perspectiva de rompimento com o governador.

Em matéria intitulada PT rejeita acordo entre Cid e Tasso, o PT indicava que não seria fácil ao governador manter os laços políticos até então preservados com o tassismo:

Um dos nomes fortes do PT cearense, o deputado federal José Nobre Guimarães afirmou ontem que se o governador Cid Gomes (PSB) der qualquer tipo de apoio à reeleição do senador Tasso Jereissati (PSDB), ainda que “por debaixo do pano”, o PT deixará a aliança”. Segundo Guimarães, ‘mesmo que chova canivetes’ o partido terá nome próprio para o Senado, o do ministro José Pimentel (Previdência). (Guimarães. 22-2 O Povo).

Para o PT derrotar Tasso Jereissati, identificado com um dos maiores adversários do

partido e do governo Lula, era uma meta vital e não negociável.

As observações anteriores não deixam dúvidas que em 2010 os cenários das disputas para a presidência, governo e senado federal no Ceará não estavam dissociados. Para o governador era vital a manutenção do arco de alianças que o elegera em 2006. Para tanto teria que ultrapassar duas grandes barreiras: no plano nacional as ambições presidenciais do irmão Ciro Gomes mostravam-se incompatíveis com o apoio de Cid a candidatura de Lula; no plano estadual o lançamento por sua coligação de duas candidaturas ao senado, Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) implicaria no rompimento definitivo dos laços de lealdade política entre os Ferreira Gomes e Tasso Jereissati preservados até então.

A estratégia adotada por Cid foi adiar ao máximo a explicitação de suas decisões deixando que o tempo e a força das circunstâncias conduzissem o desfecho já esperado, mas no qual ele não aparecia como autor do gesto material do rompimento.

No decorrer dos meses de fevereiro, março e abril nas páginas do Povo se desenrolaram capítulos das escaramuças de Ciro Gomes para garantir sua candidatura à presidência do país pelo PSB partido que integrava a coligação governista que teria assim no primeiro turno dois nomes para disputa, o dele, e o de Dilma Rousseff, candidata do PT lançada por Lula. Seus pronunciamentos em peculiar estilo provocativo traziam ofensas que atingiam ao PT, ao PMDB e a seu próprio partido. Ciro pressiona PSB e cobra que partido “pense grande”. Na disputa pela manutenção da sua candidatura Ciro Gomes afirma que o PSB deve deci-

dir, entre ter candidato, ou continuar em alianças pautadas na distribuição de cargos e favores” (08 de abril de 2010).

Luizianne Lins representando a direção do PT de Fortaleza assume a dianteira do debate com o governador cobrando dele, com ameaças pouco sutis, o apoio incondicional a candidatura presidencial de Dilma Rousseff, qualquer que fosse o destino da candidatura do seu irmão, Ciro Gomes.

O argumento principal de Ciro para manter sua candidatura à presidência era ampliar a margem de segurança na derrota do candidato do PSDB no primeiro turno, ou na pior das hipóteses no segundo, o que não se mostrava convincente nem para o PT, nem para comando nacional do PSB nas mãos de Eduardo Campos, governador pernambucano, candidato a reeleição ao mesmo cargo.

O PT coloca o governador Cid Gomes em situação melindrosa ao exigir o apoio às duas candidaturas da coligação ao senado e a indicação do vice na chapa governamental. A ameaça era mais um ingrediente de uma encaenação na qual o PT sabia que não tinha em suas fileiras um nome com densidade política para fazer frente a Cid, para quem por sua vez era fundamental manter e se possível ampliar a coligação que o elegera em 2006.

Ao candidato ao senado pelo PMDB, Eunício Oliveira, também não interessava que um terceiro concorrente colocasse em risco uma vitória considerada certa. Matéria publicada em 1º de maio de 2010, sob o título, O Governador quer tucanos também, mas resistência persiste comenta que o “casamento” desejado

pelas duas partes encontrava impedimento de uma terceira, o PT.

O dilema político vivido pelo governador Cid Gomes (PSB), que vem sendo pressionado pelo PT e PSDB a optar entre uma das siglas no palanque, é a prova de que, também na política, não se pode ter tudo. Abrir mão de aliados, cargos e até da própria ideologia faz parte do jogo. É o custo das alianças. E paga quem quer. (O Povo, Coluna Política assinada por Fábio Campos).

Tasso persistia na esperança de ter Cid como aliado: “Só faltam alguns arranjos para aliança”. (o Povo 2/4/2010). Até junho mantinha-se a situação paradoxal de existira apenas um candidato ao governo, Cid Gomes, candidato a reeleição, justificando-se assim o comentário jocoso da imprensa de que sua vitória seria por WO. (metáfora esportiva para a vitória de um competidor pelo não comparecimento do adversário).

Cid Gomes não tinha pressa, afirmando que só se pronunciaria sobre a disputa estadual depois da definição da sucessão presidencial. O tempo corria a seu favor na mesma medida em que minguava o tempo que a oposição teria para construir candidaturas viáveis e discursos plausíveis.

A matéria “Bases frágeis de uma sólida hegemonia”, (O Povo, 05/6/2010) a jornalista Kamila Bokasso, aborda essa ausência de oposição questionando se ela poderia ser interpretada como hegemonia completa do governador Cid. Entre os “especialistas” (sociólogos e cientistas políticos de Universidades) convocados a pronunciar-se prevaleceu à tese de que a heterogeneidade da base política de sustenta-

ção de Cid implicava em um equilíbrio instável que poderia ser rompido com facilidade.

Em 22 de abril o jornal, o Povo, dá destaque ao encontro de Lula com Cid como “parte da estratégia do Presidente de remover sua pré candidatura ao Planalto”. O anúncio oficial do PSB sobre a saída de Cid da disputa presidencial acontece após a decisão tomada em reunião da executiva nacional do partido, realizada em Brasília em 27 de abril. Naquela ocasião a maioria absoluta dos dirigentes estaduais do partido, incluindo Sergio Novais do Ceará, votou contra a tese de candidatura própria a presidência da República.

Faltava a Cid desatar o nó com o PSDB que insistia na aposta de que os ressentimentos, resultantes da exclusão de Cid da disputa presidencial poderia abalar as relações do governador com o PT. Todos os partidos (PT, PSDB e partidos de oposição – PR e PPS) adiaram ao máximo suas convenções a espera da palavra final do governador, que insistia em reafirmar que seu compromisso político era apenas de apoio a Eunício Oliveira.

Sem alternativa, em oito de junho Tasso divulga na imprensa seu ultimato ao governador Cid Gomes:

O senador Tasso Jereissati avisou ontem que o prazo para o PSDB definir sua estratégia eleitoral se encerra neste final de semana. Num gesto de pressão contra o governador Tasso afirmou que tendo, ou não conversa com Cid, o PSDB vai fechar suas definições eleitorais até a próxima sexta-feira (O POVO, 8/06/2010).

A matéria intitulada “Tasso teme estar sendo cozinhado por Cid e convoca reunião

para decidir rumos eleitorais”, é reveladora de que a esperança de contar com a adesão do governador se esgotará. Três dias após, o desfecho ganha manchete: “De aliado a adversário – Sem resposta de Cid, o PSDB anuncia disputa ao governo”. O presidente estadual do partido explicou: “a reação é resultado de uma série de desgastes com o Palácio Iracema. Ele disse que o insistente silêncio de Cid sobre as coligações para a corrida eleitoral deste ano soou como ingratidão diante da fidelidade da sigla” (11/06/2010).

Somente com a realização das convenções estaduais dos partidos ao final de junho, definiram-se as composições das três coligações principais para as disputas majoritárias para o governo e o senado:

Coligação “*Por um Ceará melhor pra todos*”, integrada pelos partidos PSB, PT, PMDB, PC do B, PDT, PSC e PC do B), apresenta o nome do governador Cid Ferreira Gomes como candidato a reeleição, tendo como vice o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Domingos Filho do PMDB. Para o senado vence a tese defendida pelo PT de ter dois candidatos da coligação ao senado: Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT).

Coligação “*Por um Ceará moderno e forte*”, integrada pelos partidos de oposição PSDB e DEM, lançou a candidatura do deputado estadual César Cals Neto para o governo, tendo como vice o empresário Pedro Fiúza. Para o senado, Tasso Jereissati era o único candidato da coligação.

Coligação “*Por um Ceará melhor para todos*”, integrada pelos partidos PR, e PPS apresentou o ex-governador, Lúcio Alcântara

(PR), para concorrer ao governo tendo como vice o empresário Alexandre Pereira (PR).

A matéria “PSDB á procura de um discurso de oposição” traz à baila as reduzidas perspectivas de construção de um discurso de oposição de um partido que até o último momento apoiava o governo e cujo candidato somente pediu exoneração do cargo que ocupava de Secretario de Justiça e Cidadania do governo Cid no limite do prazo exigido para desincompatibilização dos que pretendiam candidatar-se a algum cargo nas eleições daquele ano. O desconforto de Marcos Cals por uma surpresa, mas irrecusável convocação de Tasso para ser o candidato ao governo do PSDB, frustrava seus planos de uma reeleição considerada certa ao sexto mandato de deputado estadual foi objeto de comentário na matéria “Saia Justa” (O Povo 23 de junho).

Da costela de Cid eis que surge o candidato tucano (...) E Cals resistiu o quanto pode a concorrer a um cargo executivo, tendo repetido que preferia se manter aliado de Cid. Contudo diante da ausência de nomes da confiança de Tasso Jereissati ele foi o escolhido. E imagino que isso tenha acontecido só depois de muita chiadeira” A bancada tucana ciente de que enfrentar frontalmente o governo seria no mínimo contraditório, preferiu destacar seu perfil competente e conciliador.

É emblemático o título da matéria publicada na edição do jornal em 25 de junho, “Para Tasso, Ciclo está cansado”. Nela o senador faz um misto de autocrítica e ensaio de ataque:

O senador Tasso Jereissati defendeu ontem durante entrevista coletiva em Fortaleza, o

fim do controle do Ceará pelas famílias Jereissati e Ferreira Gomes que governam o Estado quase ininterruptamente há quase 24 anos. É um ciclo cansado, Ferreira Gomes e Jereissati, tá na hora de mudar.

O ataque foi sentido e respondido pelo deputado estadual licenciado Ivo Gomes (PSB) irmão do governador e vice prefeito na 1ª gestão da prefeita Luizianne Lins (PT):

“O Governo Cid Gomes não pertence ao ciclo político iniciado pelo ex governador e hoje senador Tasso Jereissati, como afirmou o próprio tucano em tom de crítica”. O nosso governo é a inauguração de um novo ciclo no Estado do Ceará.

Não menos frágil era a candidatura ao governo do ex-governador Lúcio Alcântara (PR), também decidida nos últimos dias que antecederam ao prazo final das convenções partidárias (28 de junho). O ex-governador Lúcio Alcântara que amargara fragorosa derrota para Cid Gomes na sua tentativa de reeleição em 2006 pelo PSDB (sem o apoio de Tasso) em 2010, com uma base partidária restrita a dois pequenos partidos tinha remotíssimas chances de um bom desempenho em um segundo confronto com Cid.

O título da matéria “Ao oficializar sua candidatura ao governo diz que é “oposição de verdade”, é posto em dúvida no corpo do texto”:

Com um discurso muito parecido com o do PSDB o ex-governador Lúcio Alcântara (PR) se lançou ontem oficialmente na disputa pelo Governo do Estado. (...) Lúcio lembra que sua candidatura é anterior à da legenda tucana. “Eu fiquei na oposição de

desde o início”. Muitas vezes até me ridicularizaram, me hostilizaram, dizendo que eu era um ressentido, dizendo que eu estava fazendo isso por vingança, ressalta (O Povo 29 de junho).

Após as querelas da pré-eleição o cenário que se apresentava era de franco favoritismo da candidatura de Cid Gomes a reeleição ao Governo do Estado. O teste de força entre os irmãos Ferreira Gomes e Tassismo será travado na disputa ao senado. Os acertos de última hora das cúpulas partidárias deixavam as bases eleitorais nos municípios perplexas e cautelosas sobre quem apoiar. De modo especial os deputados partidários da candidatura de Eunício do PMDB reclamavam da concentração de poder:

“Integrantes dos diretórios municipais criticam a centralização excessiva da executiva estadual do PMDB nas mãos de Eunício. Os prefeitos de Itarema, Robério Monteiro, e do Iguatu, Agenor Neto, admitem apoiar o nome de Jereissati (PSDB) e Pimentel.”

4. O QUE DIZIAM AS PESQUISAS ELEITORAIS: CID GOMES E OS “OUTROS”

Em pesquisa realizada nos dias 16 e 17 de março de 2009, pelo Instituto DATAFOLHA, o governador Gomes (PSB) liderava isoladamente a disputa pelo governo no Ceará. Os “outros” que apareciam nos quadros exibidos eram de certo modo resultantes dos próprios procedimentos das pesquisas pré-eleitorais que precisam apontar competidores possíveis recorrendo para tanto a citações de nomes que os eleitores lembrem, ou de nomes que de forma induzida os entrevistados são solicitados a es-

colher em listas previamente selecionadas pelos pesquisadores.

Na solicitação espontânea, 20% da população cearense declarou intenção de voto em Cid Gomes. Entre os “outros” alguns nomes cujas candidaturas eram absolutamente improváveis como Ciro Gomes (5%), Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara (ambos com 4%), Luizianne Lins (2%), e Moroni Torgan e Eunício Oliveira (1% para cada).

Foram também apresentados aos entrevistados dois cenários, o primeiro que incluía o nome de Cid e Tasso Jereissati como candidatos e o segundo sem a presença do último. O pressuposto que justifica a estratégia era testar o prestígio dos políticos dos dois nomes na disputa eleitoral naquele ano, mesmo sabendo-se que Tasso não seria candidato ao governo, mas ao senado. A transcrição dos dois “cenários” que indicam a preferência do eleitorado não deixa dúvidas que em uma possível “queda de braços” entre os dois até então aliados, o governador Cid Gomes seria o grande vencedor.

Cenário 1		Cenário 2	
	16 a 19/03/2008		16 a 19/03/2008
Cid Gomes (PSB)	34	Cid Gomes (PSB)	39
Tasso Jereissati (PSDB)	18	Lúcio Alcântara (PR)	18
Lúcio Alcântara (PR)	13	Moroni Torgan (DEM)	14
Luizianne Lins (PT)	12	Luizianne Lins (PT)	13
Moroni Torgan (DEM)	11	Eunício Oliveira (PMDB)	4
Eunício Oliveira (PMDB)	3	Renato Roseno (PSOL)	3
Renato Roseno (PSOL)	3	Em branco/nulo/nenhum	6
Em branco/nulo/nenhum	3	Não sabe	4
Não sabe	3		

A pesquisa do Instituto Datafolha realizada entre os dias 14 e 18 de dezembro de 2009, dez meses antes das eleições, indicava que o governador Cid Gomes seria o grande vencedor em 1º

turno em uma disputa de baixa competitividade. Na primeira pesquisa realizada nos dias 14 e 15 de julho após o início do horário gratuito, com candidatos já oficialmente inscritos, ampliou-se para 21 pontos a diferença entre Cid Gomes (47%) e o segundo colocado, Lúcio Alcântara (PR) com 26%. O deputado estadual, Marcos Cals, do PSDB, aparecia com 9%, Gonzaga (PSTU) e Marcelo Silva (PV) com 1% cada. Soraya Tupinambá (PSOL) e Nati (PSOL) foram citados, mas não atingiram 1% das menções. Os votos em branco, ou anulados atingiam 6%, e 12% dos eleitores se declararam indecisos.

Os dados da pesquisa do IBOPE publicados no jornal Diário do Nordeste em dois de setembro justificavam a manchete, **Hoje Cid estaria eleito**. O governador Cid Gomes (PSB) tinha 61% das intenções de votos ultrapassando em 31% as intenções de votos de todos os outros seis candidatos ao Governo do Estado do Ceará. O segundo colocado na pesquisa, Lúcio Alcântara (PR) aparecia com 17%, o terceiro Marcos Cals (PSDB) com 10%.

Pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 23 e 24 de setembro mostrou que Cid Gomes pela primeira vez perdera seis pontos nas intenções de voto ao governo, interrompendo a tendência constante de alta das pesquisas anteriores. A queda foi atribuída ao acirramento das críticas à administração estadual desencadeada pela morte de um adolescente em ação desastrosa de policiais do programa Ronda do Quarteirão, que durante toda a primeira gestão contribuía para sustentar a popularidade do governa-

dor. A divulgação em agosto de matéria na revista Veja com denúncias de envolvimento do governador (e seu irmão Ciro Gomes) em esquema de desvio de recursos públicos em prefeituras cearenses também contribuiu para colocá-lo no desconforto de uma posição defensiva.

Apesar da queda de seis pontos o governador, candidato a reeleição, mantinha-se na liderança com 52% das intenções de voto (levantamento anterior, feito nos dias 9 e 10 do mesmo mês, ele aparecia com 58%).

Em pesquisa IBOPE publicada em 04 de outubro de 2010 o governador Cid Gomes (PSB), seria reeleito em primeiro turno. Há dois dias antes das eleições Cid Gomes tinha 55% das intenções de voto contra 32% de todos os outros seis candidatos juntos. Lúcio Alcântara (PR) aparecia com 19% das intenções de voto, Marcos Cals (PSDB) com 11%, Marcelo Silva (PV) e Soraya Tupinambá (PSOL) com um ponto percentual cada. Os demais candidatos: Gonzaga (PSTU) e Nati (PCB) não pontuaram. Em síntese, todas as pesquisas eleitorais realizadas nas fases pré eleitoral e eleitoral eram unânimes nas previsões de que a campanha seria vencida em 1º turno por Cid Gomes que em nenhum momento foi ameaçado por outro candidato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE NOS DIZEM OS RESULTADOS ELEITORAIS DE 2010?

Uma breve análise dos resultados eleitorais é suficiente para demonstrar que Cid impôs

9 Optei por manter o texto datado, sem atualização da análise face aos acontecimentos políticos posteriores à sua redação original em 2011. Algumas previsões feitas naquele momento se confirmaram. Foi o caso do rompimento entre o PT de Luizianne e o PSB do governador Cid Gomes na disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2012, com o lançamento candidaturas apadrinhadas por cada um dos governantes, respectivamente, Elmano Freitas Roberto Cláudio. Com a vitória do seu candidato Cid Gomes se fortaleceu, o que, como já dito, não elimina as tensões entre PT e PSB para manter ou construir novas alianças nas eleições estaduais de 2014.

sua supremacia eleitoral em todos os níveis da disputa. Elegeu-se governador no 1º turno com 61,27% de votos; foram eleitos os dois candidatos a senador da sua coligação, Eunício Oliveira do PMDB com 36,32% dos votos, José Pimentel com 32,3%; a coligação situacionista elegeu também a maior bancada de deputados estaduais (31 deputados de um total de 46) e deputados federais (18 deputados de um total de 22). No primeiro turno a candidatura de Dilma à presidência obteve no Ceará 66, 3% do total de votos válidos, e no segundo turno obteve 77, 35% dos votos válidos.

A votação de Cid foi maior do que a dos seus opositores não apenas nos municípios do interior, mas na capital, Fortaleza: obteve 733.649 votos nominais contra 228.594 de Marcos Cal (PSDB) e 111.767 de Lúcio Alcântara (PR). A supremacia de Cid Gomes na política estadual confirma-se não apenas por sua reeleição ao governo do estado em primeiro turno, derrotando fragorosamente o candidato do PSDB, mas de modo especial pela derrota do próprio Tasso na disputa por uma das vagas para o senado. Seu desempenho foi desastroso mesmo em municípios onde os prefeitos pertenciam ao seu partido, o PSDB: dos 54 municípios em apenas 06 (11,11%) Tasso foi o candidato a senador mais votado; em 23 (42,59%) ocupou a segunda colocação e em 25 (46,29%) foi o terceiro colocado. A bancada de quinze deputados estaduais eleitos em 2006 pelo PSDB encolheu para oito em 2010; a de deputados federais decresceu de cinco para dois. A vitória de Cid Gomes marca o início de outro ciclo político na política cearense? Do ponto de vista de longevidade eu diria que sim. Tudo leva a crer que no exercício do segundo mandato Cid consolidará sua posição de personagem

central nas decisões sobre as próximas disputas eleitorais em 2012⁹ para a prefeitura da capital. A prefeita de Fortaleza, Luizianne, tem a pretensão de indicar o candidato a sua sucessão, o que poderá suscitar resistências de tendências internas ao PT que disputam com ela a hegemonia do partido. Por sua vez Cid afirma que seu compromisso com a prefeita já foi cumprido com o apóio a sua reeleição em 2008, invocando por consequência autonomia sobre quem apoiará como candidato a prefeitura de Fortaleza em 2012. O PC do B também já manifestou a intenção de indicar candidato à prefeitura de Fortaleza em 2012, argumentando que o partido já disputou o cargo por duas vezes, sendo uma delas contra a própria Luizianne em 2004, quando Inácio Arruda foi derrotado em disputa acirrada decidida em 2º turno por ínfima diferença de votos. Ou seja, para os partidos que compõem a atual base governista não há uma “candidatura natural” para a sucessão da prefeita da capital, o que coloca em pauta a possibilidade de cisões na coligação situacionista atualmente instalada no governo do Estado e na prefeitura da capital.

As turbulências são maiores no horizonte das eleições de 2014. A principal dificuldade será garantir a vitória do seu sucessor ao governo estadual, já que não pode mais ser reeleito, nem indicar um de seus irmãos como candidato. Para manter-se como personagem nuclear do ciclo político a que deu início terá que encontrar para sucedê-lo alguém que por um lado não seja um simples “poste”, onde sua própria imagem seria fixada e, por outro, que não tenha brilho próprio a rivalizar com a sua. O fato da carreira política de Cid estar associada ao sobrenome familiar, “os Ferreira Gomes”,

poderá ensejar o ressurgimento de um discurso de oposição “anti-oligárquico”. Esta foi a senha oferecida por Tasso, quando já na oposição ao governador defendeu “o fim do controle do Ceará pelas famílias Jereissati e Ferreira Gomes que governam o Estado quase ininterruptamente há quase 24 anos. É um ciclo cansado, Ferreira Gomes e Jereissati, tá na hora de mudar” (Jornal o Povo, julho de 2010).

Vale ressaltar ainda que sua margem de manobra no âmbito institucional tende a se reduzir ao longo do segundo mandato. Diferentemente de Tasso que tinha controle total sobre o PSDB estadual que com ele se confundia, Cid Gomes não tem um partido político “que possa chamar de seu.” No plano nacional o presidente do PSB, Eduardo Campos, governador de Pernambuco ao barrar as pretensões de Cid Gomes de lançar-se candidato a presidência em 2010 deixou evidente sua baixa influência nas decisões do partido. Na esfera estadual do PSB Cid Gomes encontra resistências de dirigentes “históricos” da sigla que o consideram de certo modo “um estranho no ninho”. Por outro lado não me parece que se tenha consolidado ainda uma simbólica suficientemente forte para demarcar uma temporalidade política reconhecida como ERA CID. O que não impede que a marca pessoal de “Construtor de um Ceará Novo” possa ser alcançada no decorrer do segundo mandato.

Trabalho recebido em 14/10/2012
Aprovado para publicação em 20/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. *Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Jorge. *Como Vota o Povo Brasileiro*. São Paulo, Ed Xamã, 1998.

AQUILES, Magide Bizarro/Artur Leandro Alves da Silva / Enivaldo C. Rocha, “Luzes no “poste”: análise da eleição para prefeito de Recife em 2008”. In: *Como o Eleitor Escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*, organizada por Antônio Lavareda e Helcimara Teles. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2011.

BALANDIER, George. *O Poder em Cena*. Brasília, Editora UNB, 1982.

BARHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Bertrand, 1993.

Barreira, Irllys. *Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Campinas/SP, Ed Pontes, 2008.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1991.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

BORGES, André. “Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, Fev. 2010.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel/Bertrand, 1989.
- _____. *O Que Falar, o Que Dizer*. Lisboa, Difel, 1982.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei - A Construção a Imagem Pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- CARDOSO Flamarion e MAKERBA Jurandir. (org.) *Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar*, São Paulo, Papirus Editora, 2000.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Transição Democrática Brasileira e Padrão Publicitário Midiático da Política*. Campinas-SP: Pontes Editores/UFC, 1999.
- _____. “Representações da Política”. In: Antonio Albino Canelas Rubim (org.) *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. SP/Salvador. Editora UNESP/UFBA, 2004.
- _____. “Como Se Faz e Desfaz Um Fenômeno Eleitoral: o caso Roseana.” In: Rubim, Antonio Canelas Rubim (org.) *Eleições Presidenciais no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo, Hacker Editores/CULT, (2004)
- _____. Eleições Presidenciais de 1994 - algumas reflexões sobre o padrão midiático da política. In: *Textos Mídia Política e Eleições 33*, UFBA- Programa de Pós Graduação em Comunicação, 1995.
- _____. Imagem Marca e Reeleição: a campanha de FHC em 1998. In: Antonio Albino Rubim (org.) *Mídia e Eleições 98*. Edições FA-COM, 1998.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos e LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Política, Cultura e Processos Eleitorais*. 2006.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar Opinião – O Novo Jogo Político*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo, Editora Contexto, 2006.
- CHARTIER, R. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- DAHL, Robert. *Polarity: Participation and Opposition*, New Haven, Yale University Press, 1971.
- DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor - As revoluções midiológicas do Poder*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes 1994.
- DURAND, Gilbert. *As Estrutura Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Figurações de um presidente: Lula traidor, companheiro, populista* publicado na coletânea *Imaginários Sociais em Movimento*, organizadores. Júlia Miranda, Ismael Pordeus e Laplantine, François. Editora Pontes/ UFC/ Universidade de Lyon 2. Campinas-SP, 2006.
- MOUFFE, Chantal. “Por Um Modelo Agonístico de Democracia”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 2005.

- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis-RJ: editora Vozes, 1975.
- IBANEZ, F. *Representações sociais: teoria e método* in Ideologias de la vida cotidiana. Barcelona, Sendai, 1988.
- JAWADAT Abu –El-Haj. Robert Dahl e o Dilema da Igualdade na Democracia Moderna. In: *Revista de Ciências Sociais*. Lisboa, 2007.
- JOAS, Hans. “Interacionismo Simbólico”. *Teoria Social Hoje*, organizadores Anthony Giddens e Jonathan Turner: editora UNESP, 1999.
- JODELET, Denise. *Les Représentations Sociales*. p. 31-61. Paris: PUF, 1991.
- LIPOVETSKY, Giles. *O Império do Efêmero: A moda e seu Destino nas Sociedades Modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. *Contribución a la teoria de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MAINGUEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- PALMEIRA, Moacir e GOLMAN, Marcio (org.). *Antropologia e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- RIVIÉRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- RUBIM, Antonio Canelas Albino. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. São Paulo/Salvador, Editora UNESP/UFBA, 2004.
- _____. *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo, Hackers Editores/ CULT, 2004.
- _____. *Mídia e Política – Eleições de 1994*. Textos 33, Salvador, UFBA, 1995.
- _____. “As imagens de Lula presidente”. In: Antônio Fausto Neto e Antônio Albino Rubim e Eliseo Veron (org.). *Lula Presidente – Televisão e política na campanha eleitoral* Editora Unisinos/ Hacker Editores, 2003.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada - O debate contemporâneo*. Vol 1. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. *O Estado do Espetáculo*. São Paulo, Difel, 1978.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da Intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, John B. *O Escândalo Político – poder e visibilidade na era da mídia*. Rio de Janeiro, editora Vozes, 2002.
- VERON, Eliseo. *A Produção de Sentido*. São Paulo, Editora Cultrix/Ed da Universidade de São Paulo, 1980.
- SPINK, M.J. (org.). *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Volume 2. Brasília: Editora UNB, 1999.

FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PODER NA MODERNIDADE BRASILEIRA: O CASO DAS FAMÍLIAS MENDONÇA E MOURA, NA CIDADE DE BELO JARDIM - PE

José Adilson Filho

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão histórica e sociológica sobre as contradições e ambiguidades da cultura política brasileira, focalizando a influência política e socioeconômica de algumas famílias tradicionais nordestinas na história recente do Brasil. De modo mais específico, analisamos o caso das famílias Mendonça e Moura, na cidade de Belo Jardim, Pernambuco. Os dados indicam que elas utilizam estratégias tradicionais de manutenção e/ou consolidação do poder político, em uma época cujas características mais fortes e visíveis são as mudanças e transformações aceleradas vivenciadas, simultaneamente, em escala global e local.

Palavras-chave: Famílias; Poder político; Tradição; Modernidade brasileira

FAMILY, TRADITION AND POWER IN BRAZILIAN MODERNITY: THE CASE OF MENDONÇA E MOURA FAMILIES IN THE CITY OF BELO JARDIM - PE

ABSTRACT

This text presents a historic and sociologic reflection on contradictions and ambiguities of the Brazilian political culture from the traditional northeastern families in Brazil's recent history. Specifically we analyze the case of Mendonça and Moura families, in the city of Belo Jardim - Pernambuco State. The data point out that they have been used traditional strategies in order to maintain and consolidating politic power in an epoch whose strongest and more visible features are the fast changes and transformations, which are experienced both in global and local scales.

Key words: Families; Political Power; Tradition; Brazilian Modernity

INTRODUÇÃO

A reflexão histórica sobre o poder local, principalmente aquela focada no Tempo Presente, tende, não obstante, a se tornar mais vulnerável às altas pressões advindas do calor dos acontecimentos. É, pois, sob tal efeito que grande parte das pesquisas sobre a política local, na sua fase mais contemporânea tem sido produzida. Analisar este tipo de poder é sempre problemático, pois mesmo quando nos encontramos relativamente distante dele sentimos o peso da sua gravidade. Agora imaginemos o pesquisador mergulhado no tempo e no espaço do objeto que pretende investigar, o que poderíamos inferir dessa relação? É possível afirmar que devido a proximidade e aos contatos de primeiro grau entre os atores (pesquisadores, políticos, cidadãos, etc.) a leitura da trama política venha a se constituir bem mais visceral do que quaisquer outras, por adentrar-se de forma aparentemente mais intensa e duradoura no âmago das pessoas. Eis aí uma questão importante para aqueles que procuram pesquisar realidades com as quais se encontram umbilicalmente ligados. Os vínculos afetivos e político-partidários fazem-nos transcender da condição de “distantes” observadores a protagonista da trama. E vice-versa, já que os caminhos que levam ao conhecimento da política local são clivados por posições, oposições e misturas.

A análise do poder local, feita sob a perspectiva do Tempo Presente, tempo esse encruzilhado entre a experiência do autor, a observação dos fatos e a sua narrativa¹ – interpela-nos

a refletir tanto sobre a operação historiográfica como sobre a necessidade de novas leituras das relações de poder, plasmadas entre as elites e os demais atores, a despeito desta trama ser tecida numa grande, média ou micro realidade social.

A hegemonia política das elites (aqui me refiro as de origem ou perfil tradicionais) e a sua legitimidade em diversos municípios brasileiros é o foco de nosso principal interesse neste texto. Essa hegemonia foi e continua sendo interpretada por uma plêiade de jornalistas, cientistas políticos, sociólogos e historiadores de forma ainda bastante convencional e, muitas vezes recheada de preconceitos, produzindo, com efeito, uma retração do nosso campo visual para enxergar outros problemas e possibilidades.

A complexidade e a diversidade presente nas formas e conteúdos do social e da política são reduzidas muitas vezes a interpretações polarizadas por dicotomias do tipo: modernidade versus tradição, rural versus urbano, natureza versus cultura, progresso versus atraso, coronelismo versus democracia, como se essas coisas fossem vivenciadas na realidade brasileira somente a base de antagonismos irreconciliáveis.

Sabemos da importância dos dualismos nas interpretações das realidades históricas e também do próprio fazer das ciências humanas, à medida que nos ajudam a classificar, separar e distinguir seres, objetos, ideias e valores. Todavia, a vida social é mais dinâmica e tende a embaralhar as cartas do jogo, rompendo com as fronteiras do *in* e do *out*, justapondo-as e misturando-as. Ao sofrer tal ação as oposições biná-

1. A problemática relação da análise histórica de um tempo, cuja experiência do autor se entrecruza com objeto de estudo tem se constituído um campo historiográfico bastante inovador, sobretudo a partir dos trabalhos desenvolvidos por historiadores franceses, ligados ao Instituto de História do Tempo Presente. Sobre isso, vide CHAVEAU, J., TÉTART, Philippe. Questões para o presente. Bauru: Edusc, 2000.

rias transfiguram-se em ambiguidades e ambivalências, passando a colocar em dúvida e suspeição a vitalidade epistemológica e metodológica de certos paradigmas interpretativos. Porque numa realidade *mutatis mutandis* torna-se imprescindível rever teorias e ampliar a imaginação para pensar as coisas de maneira diferente, mesmo que ainda nela estejam fortemente enraizadas velhas práticas do passado.

Pensar a longevidade no poder de algumas famílias ou personagens ditos tradicionais, a luz do Tempo Presente - seja nos pequenos, médios ou grandes municípios do Brasil -, demanda de cada um de nós maior disposição para ler tal realidade sob a lógica do contrassenso, principalmente da política na sua dimensão local e contemporânea (interiorana e nordestina, por exemplo). Romper com certos lugares-comuns, significa tentar apreendê-la como algo que é simultaneamente complexa, diversa, descontínua, contraditória e ambivalente.

1. AMBIVALÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

Desde cedo nos ensinaram a estudar a modernidade como um projeto de ruptura com a tradição. Nestes termos, ambos seriam assimiladas não apenas como experiências distintas, mas, sobretudo, antagonicas. A tradição seria o corolário do antigo, do arcaico, das permanências, ao passo que o moderno se caracterizaria pela pulsação do novo e da novidade, articuladas ao desejo de velocidade, mudança, pro-

gresso, cientificidade e racionalidade. A vida na modernidade corresponderia a um estágio superior da condição humana. Foi sob essa ótica que filósofos iluministas, revolucionários liberais, socialistas e marxistas forjaram suas utopias e lutas. Eles criam, fielmente, que “não se podia fazer vinhos novos em odres velhos”. Toda uma geração de poetas, escritores, artistas, políticos, engenheiros e pensadores da Europa e de outras partes do mundo radicalizaram a ideia de que somente sob os escombros da velha ordem é que seria possível erigir-se uma nova e fulgurante sociedade². Daí a revolução e a guerra constituírem-se nos métodos mais privilegiados para a emergência da civilização moderna.

Esta imagem da modernidade fora construída entre os séculos 18 e 19, a partir da combinação das ideias iluministas com as revoluções burguesas, a revolução industrial e as lutas dos movimentos sociais, sob a liderança de anarquistas, socialistas e comunistas. Entre todos eles vicejava o sentimento e o desejo de destruição e criação, uma crença inabalável de que “tudo que era sólido se desmanchava no ar”, como metaforizou Marx no Manifesto Comunista, em 1848.

Contudo, devemos diferenciar o projeto original da modernidade do seu processo de ocidentalização³. A ocidentalização da modernidade, isto é, a sua aventura pelo mundo em paisagens como a América Latina e, particularmente, o Brasil, dera-se sobre formações sociais variadas e profundamente complexas. Ao viajar pelos oceanos atlântico, pacífico e índico,

2 Sobre este espírito destruidor que caracterizou o pensamento e as práticas modernas, Ver Condição Pós-moderna de HARVEY, David. Ver também Tudo que é sólido se desmancha no ar de. BERMAN, Marshal e o Manifesto do Partido Comunista de MARX, Karl, entre outros sagazes intérpretes dos sentidos da modernidade.

3 Sobre o processo de ocidentalização da modernidade, suas diferenças e continuidades, vide o texto de EINSENSTADT, N.S. Modernidades Múltiplas. In. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. N° 35, 2001, pp. 139-140.

a modernidade não foi simplesmente impondo seus valores e avatares, ao contrário, no contato com o Outro experimentou tensões, lutas e negociações, o que significa dizer que fora forçada a dialogar e, não obstante, a mesclar-se com projetos e tradições locais. Seus ventos no Brasil não produziram ciclones e tufões iguais aos ocorridos nas paisagens do centro e do norte do continente europeu.

Na “Terra de Santa Cruz”, a modernidade teve que coabitar com imaginários, crenças e práticas que antes associava à selvageria e à barbárie... Na verdade, ela chega-nos de forma invertida, pois para se adentrar no nosso território tivera que ocultar do seu *menu* justamente a sua parte mais radical, democrática e popular. De-la absorvemos e incorporamos vividamente seus aspectos políticos mais retrógrados, filtrados pela reação implacável de papas, czares e reis absolutistas às rupturas e princípios democráticos da Revolução Francesa e da chamada Primavera dos Povos, arquitetados pelo Congresso de Viena e a Santa Aliança. No Brasil, conforme assinala Carlos Guilherme Mota, tais reacionarismos contaram desde logo cedo com a firme adesão do imperador Pedro I e das elites dominantes⁴.

O projeto que venceu no Brasil fora o projeto conservador e reacionário, que nos permitiu conviver lado a lado com uma monarquia regida por um príncipe português, a escravidão, o patriarcalismo e o catolicismo como a religião legitimadora do poder e das estruturas socioeconômicas. Como vimos, as elites do império souberam apropriar-se dos ideais liberais adequando-as a estruturas obsoletas e seculares. O Brasil tornar-se-ia a última nação do

ocidente a abolir oficialmente a escravidão. Enquanto sistema político e modo de produção, nós éramos de fato o Outro das Américas. Isso tudo foi o resultado dos esforços das nossas elites para que o novo não submergir-se completamente ao velho. Até mesmo alguns liberais críticos como o jornalista Evaristo da Veiga *apud* Carlos Guilherme Mota (1999) queriam mudanças, sem rupturas traumáticas: “Nada de jacobinismo de qualquer cor que seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais [...]. Assim, Deus e o Diabo na Terra do Sol podiam conviver juntos e, ao mesmo tempo separados.

Na formação e consolidação do império e da república venceriam as forças mais retrógradas, Mas tais vitórias, não obstante, ancoraram-se no uso frequente da violência privada e estatal e de ressignificações da tradição e apropriações seletivas e pragmáticas do moderno. A visão de modernidade era, porém, estrategicamente míope, pois segundo assevera José Murilo de Carvalho (1997, p.113).

Na época de que nos ocupamos, modernos, modernidade, modernização significava muita coisa: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião [...] Todos os elementos mencionados podiam ser parte do conceito de moderno, mas a maneira pela qual se combinavam é que vai dar o sentido de modernidade, seu maior ou menor grau de rompimento coma tradição. Começando pelo aspecto político ela não contemplava a ideia de igualdade e de democracia [...].

4 Sobre a vitória do projeto conservador na construção do Estado brasileiro, ver o texto *Ideias de Brasil : Formação e Problemas (1817-1850)* de Carlos Guilherme Mota. In. *Viagem Incompleta*. Vol 1. São Paulo: Editora Senac, 1999.

As teses da cidadania, democracia e participação popular que deveriam compor a modernidade eram as tematizadas apenas pelos movimentos sociais e alguns intelectuais anarquistas, socialistas e democráticos. Para as elites da República Velha, a igualdade jurídica pretendida pela maioria seria substituída pela verticalização política, jurídica e social.

A hegemonia política no Império e na República foi favorecida também graças à fraca organização e luta dos movimentos sociais, somada logicamente a violência e ao medo derivado da ação de coronéis, fazendeiros, empresários, magistrados, promotores, delegados, policiais. Enquanto que a classe média, composta por jornalistas, médicos, engenheiros e intelectuais coube à tarefa de produzir, divulgar e legitimar teses de cunho racistas e autoritárias, fundamentais para a verticalização do poder e da manutenção das desigualdades sociais.

A república brasileira de fato ainda não se republicanizou, pois os segmentos mais reacionários continuam suficientemente sólidos para conter as tendências propulsoras das mudanças históricas. E isto tem sido duramente percebido pelos setores ditos progressistas, que no seu afã para conquistar uma hegemonia política, terminam sucumbindo a alianças excessivamente frouxas e pragmáticas. Após o fim da

Ditadura Militar e, mais, especificamente a partir da Nova República, as mídias do país passaram a produzir, quase que ininterruptamente, manchetes e reportagens sobre escândalos envolvendo as esferas do executivo, do legislativo e do judiciário com agentes do mercado⁵.

Misturar os opostos do espectro político constitui prática comum na história mais recente do Brasil. Lembremos que no final da década de 1940, sob a batuta do *queremismo*⁶, o líder comunista Luís Carlos Prestes encontrou uma estratégia para combater o imperialismo e o “entreguismo” das elites conservadoras, aliando-se a Getúlio Vargas, o mesmo que lhe retirou a liberdade por dez anos e entregou sua esposa, Olga Benário, aos nazistas para ser morta num campo de concentração. E o que dizemos do outrora “príncipe da sociologia brasileira” Fernando Henrique Cardoso, que junto a figuras como Mário Covas, José Serra, Franco Montoro fundaram o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), sob a alegação de que o PMDB estava demasiadamente promiscuído pela volúpia do poder. Todavia, em 1994, as lideranças deste partido, pretensamente ético, fizeram uma ampla aliança que juntava desde o carcomido PMDB às “retrógradas” oligarquias das regiões norte e nordeste, filiados ao PFL, cuja origem vem da ARENA e do PDS, parti-

5 Denúncias sobre corrupção e formação de quadrilha, comissões parlamentar de inquérito (CPIS), Ações Penais, envolvendo parlamentares, governantes, empresários e setores da mídia deixam perplexos a sociedade brasileira. No governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos os escândalos relacionados a compra de parlamentares para garantir a reeleição presidencial, a privatização das empresas estatais, a chamada Pasta Cor de Rosa, o Caso Cacciola, o Projeto Sivam, o Mensalão Tucano e nos governos Lula e Dilma, o Mensalão do PT, a CPI dos Correios, denúncias e investigação contra funcionários de alto escalão do governo e de ministros do PT e da base aliada. E parte da própria imprensa mostraria vínculos espúrios, como podemos ver nas relações do repórter Policarpo Jr da Revista Veja com a rede criminosa do empresário Carlinhos Cachoeira. Além disso, o próprio procurador da República, Roberto Gurgel, responsável pela formulação da denúncia da Ação 470, apelidada de Mensalão, foi acusado de prevaricação pelo senador Fernando Collor de Mello, por ter feito “corpo mole” em relação às investigações da Operação Vegas da polícia federal sobre ações supostamente criminosas praticadas pelo empresário Daniel Dantas.

6 O *Queremismo* foi o movimento que desejou a volta de Getúlio Vargas à presidência da República no Brasil, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

dos que deram sustentação a Ditadura Militar. Sob o argumento de que o Brasil precisaria se modernizar e entrar com força na globalização, diversos intelectuais “uspianos”, empresários e políticos do ninho tucano e do moderno “Sul Maravilha” se amalgamaram com antigos “chefes políticos” das regiões Norte/Nordeste, a exemplo de Antonio Carlos Magalhães (apelidado de ACM, “Toninho Malvadeza”), José Sarney, Jáder Barbalho, Renan Calheiros, Marco Maciel, entre outros.

O PT e os governos de Lula e de Dilma são o outro exemplo dos limites da nossa modernidade política: a de que não é possível se fazer mudanças econômicas e sociais significativas via jogo institucional, sem o conluio com representantes da velha ordem. Romper totalmente com ela implicaria em assumir cada vez mais formas radicais e revolucionárias de se fazer política. O problema, como sabemos, é que a grande maioria do povo tem aderido maciçamente à democracia parlamentar e representativa e as mudanças moderadas em contraposição as propostas radicais ou as formas mais diretas e participativas de exercício do poder⁷. Deriva daí uma fragilização do discurso ideológico e da politização das massas e das classes médias em nome de um pragmatismo eleitoral e de poder, cuja lógica tem juntado os diferentes como o PT, PSB, PC do B e PDT aos teoricamente contrários, tais como o PMDB, PP, PR, PTB, PSD. No teatro da política brasileira, veem-se as polaridades do espectro convergirem para o centro, pois partidos de orientação

pretensamente progressistas atraem forças historicamente hostis às mudanças sociais de ampla envergadura.

São indiscutíveis os avanços sociais e os ganhos de cidadania efetuados nos governos Lula/Dilma, mas também se pode dizer que ambos tornaram-se reféns do apoio de personagens incongruentes com o que antes defendia a ideologia e programa de governo do PT. O PT, paradoxalmente, avançou no governo com a ajuda de políticos como José Sarney, a quem apoiou na sua reeleição à presidência do Senado e a quem defendeu contra denúncia de corrupção na mesma instituição, sem falar em Collor, Renan Calheiros e, mais recentemente Paulo Maluf. O malufismo se constituiu em São Paulo como a dissonância absoluta do PT. Maluf era a tese e Lula a sua antítese. No entanto, a vontade de manutenção de uma hegemonia política em São Paulo e no Brasil, levaram Lula e Maluf a produzir uma nova síntese na política brasileira.

As sentinelas do tradicionalismo político aprenderam a jogar o jogo das performances, operando as contradições e as ambivalências com mais naturalidade e menos remorso do que as esquerdas. Para sobreviver às novas linguagens e subjetividades contemporâneas, tornaram-se, portanto, mais dramaturgicos. Combinar velhos e novos dispositivos tem sido prática comum aos mais ousados representantes dos grupos de poder tradicionais. Para eles não basta somente representar é preciso fazer acreditar.

7 Podemos observar isso nas atitudes ambíguas dos eleitores que votam em candidaturas majoritárias de esquerda em nível presidencial e em deputados de direita, filiados a partidos como o DEM e o PP. O próprio eleitor encontra uma forma de conciliar suas paixões locais, intestinais, conservadoras com algo que sinalize uma mudança maior. Vale frisar que este mesmo povo também se mostra profundamente insensível a ideologias e a propostas radicais, sejam estas advindas da extrema esquerda ou da extrema direita. Daí estes partidos se caracterizarem pelo inexpressivo desempenho eleitoral e força política junto à sociedade brasileira. Parece-nos que o pragmatismo é a principal característica da nossa “Cultura Política” na sua dimensão mais contemporânea.

Vale apenas perscrutar o *pathos* que leva empresários, trabalhadores, desempregados, funcionários públicos, profissionais liberais, religiosos, estudantes, professores e intelectuais de cidades médias, porém, já modernas e complexas como Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Belo Jardim (PE), Mossoró (RN), Petrolina (PE) a creditarem sua confiança e o governo de suas cidades em indivíduos e famílias que roubam a cena pública há várias décadas? De onde emanam tanta sedução e paixão? São questões difíceis, mas que exigem algumas respostas. Neste momento iremos nos debruçar sobre três famílias proeminentes da vida política e econômica do estado de Pernambuco, mas que tem suas origens e ações mais fortes fincadas na cidade de Belo Jardim, no agreste central, a cerca de 180 km do Recife, a capital do estado.

2. PODER E NEGÓCIOS: DUAS FAMÍLIAS, UM SÓ CORPO

Na história da sociedade brasileira a presença do poder de tipo familiar constitui-se numa marca indelével. Vimos sua força através do poder discricionário dos senhores proprietários de terras e de escravos e dos coronéis da república, mas também na constituição e consagração de juristas, burocratas, empresários, jornalistas, políticos e até em alguns dos intelectuais responsáveis pelas principais interpretações do Brasil.

As famílias ainda exercem influência na nossa história, a despeito de estarmos vivendo sob o prisma de tempos líquidos (Bauman, 2000) ou fraturados (Hobsbawn, 2012). Elas caminham na transversal da história brasileira, obliquamente, nos *entre-lugares*, sejam es-

tes públicos ou privados, sagrados ou profanos, macros ou micros. Apesar das intempéries provocadas pela dinâmica da vida moderna, elas continuam vivas, imponentes e sedutoras. Tal como a Fênix renascem das cinzas. Mas a verdade é que elas nunca foram submetidas a cinzas por nenhuma revolução social ou quaisquer tipos de mudanças radicais. Portanto, em certa medida, podemos afirmar que as famílias continuam influenciando o jogo político nos municípios, estados e até na nação, como vimos com as famílias Sarney e Magalhães. No campo das comunicações, sobretudo, nas mídias televisivas e impressas onde apenas algumas famílias (Marinho, Frias, Mesquita, Civita, Macedo, Sayad, Abravanel) exercendo o monopólio dos principais meios de comunicação do país.

Se tal realidade salta aos olhos em nível nacional, macro, o que dizer então da atuação das famílias mais poderosas em nível micro, municipal, sobretudo, nas cidades interioranas e periféricas do Brasil? A leitura da nossa modernidade passa por essa presença intersticial do poder familiar na vida das pequenas e médias cidades. Iremos discutir como isso se delinea no município de Belo Jardim – PE, localizado no agreste central e contando atualmente com uma população de mais de 70 mil habitantes, sendo há mais de quatro décadas hegemônica política e economicamente pelas famílias Mendonça, Galvão e Moura.

Como afirma Wright Mills (1982) em quase todos os municípios da América sempre existiu ou ainda existem algumas famílias voejando sobre as demais. Estas famílias são as mais influentes, pois são as detentoras dos meios de produção e dos bens simbólicos mais desejados e cultivados pela maioria dos indiví-

duos que constituem as sociedades locais. Seguindo uma velha e eficiente tradição, elas estabelecem alianças políticas e forjam casamentos entre si com vistas à manutenção e a ampliação do capital político, econômico e cultural.

Na cidade do Belo Jardim, ambos assumem, metaforicamente, a condição de seus principais jardineiros, os responsáveis legítimos por cuidar da sua ordem, beleza e progresso. As famílias Mendonça, Moura e Galvão são, em última instância, os definidores da trama política que se desenvolve há quase meio século. Desde 1960 até o presente momento, estiveram ininterruptamente se alternando no poder. E por um curto período (1969-73) foram aliados contra a família Maciel e o grupo liderado pelo deputado estadual Luís de França. Em certa medida sua ascensão e hegemonia política foram favorecidas pelo apoio dado a Ditadura Militar, mas não sucumbiram ao declínio deste regime, já que souberam adaptar-se aos novos arranjos políticos, econômicos e culturais vividos pelo país. Sua personalidade forte e atuante mostra os limites e descontinuidades da “Nova” República brasileira. Uma tradição que precisa se legitimar pela apropriação de algumas mudanças.

Os Mendonça e os Moura se constituem na esfera local como duas famílias que formam um só corpo do ponto de vista da unidade dos interesses políticos e econômicos que os mobilizam. Tal união começa com o casamento de Estefânia Moura, filha de Pedro Moura Jr. e irmã do engenheiro Edson Mororó Moura, proprietário das fábricas de baterias Moura, com o jovem empresário e futuro deputado estadual José Mendonça Bezerra. Deste casamento nasceria simbolicamente uma grande aliança entre

duas famílias que se tornariam fulgentes e emblemáticas não apenas na história de Belo Jardim, mas também no Estado de Pernambuco.

Ambas fortaleceram-se mutuamente com a aliança. Os Moura financiavam as campanhas eleitorais dos Mendonça enquanto estes, através de mecanismos políticos e burocráticos, atraíam investimentos públicos para o Grupo Moura. Todavia, era preciso garantir essa unidade na forma de coesão familiar, da preservação e continuação de um capital simbólico: os sobrenomes e sua significação. Os sobrenomes das famílias tradicionais, segundo Bourdieu (1996, p.137), constituem-se “num dos lugares por excelência de capital simbólico sob diferentes aspectos e a sua transmissão entre as gerações resguarda a sua unidade. Isso se torna bem claro, por exemplo, na transmissão do nome da família, elemento primordial do capital simbólico hereditário”.

Este capital simbólico de que nos fala Pierre Bourdieu é realmente consagrado no nome dos filhos e, principalmente na sua luta para continuar mantendo-o visível e forte, a partir dos dispositivos que dispõem para isso. Na cidade do Belo Jardim, as famílias Moura e Mendonça dispõem de vários meios para manter seus espectros sempre reluzentes e duradouros no imaginário social dos cidadãos.

3. OPERANDO COM A AMBIVALÊNCIA: TRADICIONAIS E MODERNOS, NA MEDIDA DO POSSÍVEL

Os nossos pretensos demiurgos seguindo uma prática discursiva entre as elites brasileiras dão a entender que seu sucesso na políti-

ca e nos negócios advém, sobretudo, do seu talento e vocação individuais. Procuram colocar-se como o super-homem de Nietzsche, isto é, como homens que a partir da sua vontade de potencia conseguiram superar as barreiras impostas pelo lugar, o tempo e a cultura. Mas para além de quaisquer talentos ou determinação, eles tiveram que lançar mãos de vários subterfúgios e estratégias para vir a se tornar as figuras proeminentes da sociedade local. Suas histórias de sucesso, seja nos negócios ou na política, estão associadas ao braço amigo da Ditadura Militar, que apoiaram do início até o fim, e a seu pragmatismo para imergir-se em novas tramas sociais e políticas.

O pragmatismo e a ambivalência estarão presentes nas suas práticas e discursos, enfim, nas suas estratégias de sobrevivência e mesmo de hegemonia. E tais ações se tornaram mais evidentes em momentos de crise, transições de regimes, mudanças mais à esquerda do espectro político, como as que ocorreram no Brasil, desde as Diretas Já (1984), a eleição de Tancredo Neves, no Colégio contra Paulo Maluf, a criação do PFL (Partido da Frente Liberal), oriundo de uma ruptura com o PDS, o inchamento do PMDB com a filiação de representantes das velhas oligarquias do norte e do nordeste e as alianças destas com o PSDB e o PT durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula e Dilma.

Assim, as elites de Belo Jardim interpe-ladas pelos novos contextos e arranjos políticos, sociais e econômicos do país procuraram renovar suas práticas e estabelecer novos dispositivos e alianças. Era preciso ampliar o capital social para construir interna e externamente conexões e alianças com outros segmen-

tos e instituições. Os Moura e os Mendonça serão, na cidade do Belo Jardim, aqueles atores que irão constituir uma extensa e variada rede de relações pessoais e interpessoais com vistas a voos por paisagens sociais, geograficamente, bem maiores do que aquelas circunscritas ao lugar vivido.

A partir dos anos 1990, os Mendonça vão deixar de ser uma elite de expressão local para se transformar numa oligarquia estadual. Mas esta visada política passava por conexões com áreas que envolviam a cultura, os esportes, o judiciário, organismos estatais, casamentos e alianças até então impensáveis. Ousadia e des-pudor tornaram-se também marcas dos Mendonça na política.

No campo cultural procuraram fortalecer o *habitus* de classe, mediante uma formação universitária mais jurídica e técnica. Alguns dos seus filhos e filhas serão formados em Administração de empresas e Direito, sendo preparados, portanto, para atenderem simultaneamente os interesses políticos e econômicos do clã, uma vez que durante os anos 1980 e 1990, atuaram como empresários nos setores da pecuária, suinocultura e da avicultura na região do agreste pernambucano. Empresas como a Belasa, Pecasa e Suibesa representaram o braço econômico do clã. Mas parte de seus investimentos foi direcionado ao setor imobiliário como atestam a construção de um hotel e de um condomínio. Sendo que a maior parte dos recursos que financiava tais empreendimentos advinha de organismos estatais como o Finor, a Sudene e o BNDES, ou seja, das conexões e influências que o líder do grupo, o então deputado federal José Mendonça (falecido em 2011) mantinha com figuras de peso na política esta-

dual como Marco Maciel, Moura Cavalcanti, Nilo Coelho ou de militares de alta patente e altos executivos instalados na burocracia federal.

Enquanto que Mendonça Filho (atualmente deputado federal pelo DEM) ampliaria o capital social e cultural do grupo familiar ao se casar, em 1988, com Taciana Vilaça, a filha de Marcus Vinícius Vilaça, ex-ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) e ex-presidente da ABL (Academia Brasileira de Letras). O casamento aconteceria na oficina do artista plástico Francisco Brennand para algumas centenas de convidados e padrinhos; governador, ex-governadores, desembargadores, ministros, prefeitos, deputados, empresários, artistas, enfim, a “nata” da elite pernambucana. Este casamento foi preparado para se tornar um grande acontecimento político e social: a escolha do local, a suntuosidade, a quantidade e o tipo de personagens, sem esquecer da cobertura feita por jornalistas e colunistas dos jornais do Comércio, do Diário de Pernambuco e das emissoras filiadas à Rede Globo, SBT e Bandeirantes ajudou a consagrar a imagem dos Mendonça entre os mais altos estratos da elite pernambucana. Portanto, não fora apenas um casamento de gente importante, mas um rito de passagem para coroa-los simbolicamente entre aqueles que não apenas se veem como os mais ricos e poderosos, mas também como os melhores, os mais refinados e educados da sociedade. Seguindo a mesma lógica, Danilo Mendonça, um dos caculas do clã, reproduzia a mesma suntuosidade e espetacularização do irmão, ao se casar, em 1993, com Aline Correa (ex-deputada pelo Estado de São Paulo), filha do então deputado federal Pedro Corrêa, (atualmente envolvido no escândalo do “Mensalão”). O evento aconteceu

nos jardins do Caxangá Golf Club, teve mais de dois mil convidados, 160 padrinhos e a presença festejada, entre outros, do então governador do estado Joaquim Francisco, do prefeito do Recife Jarbas Vasconcelos e de Paulo Maluf, amigo de longa data da família. O casamento foi um fiasco, pois não duraria uma noite de verão, mas cumpriu seu papel diante dos holofotes da mídia e dos interesses políticos e de classe que estavam subjacentes. Ali estava presente o líder máximo do PMDB estadual, Jarbas Vasconcelos, e muitos líderes do PFL como Joaquim Francisco, Marco Maciel, Roberto Magalhães. Velhos antípodas que viriam a se tornar aliados. Nas palavras de Adilson Filho (2009, p.157-158):

A família Mendonça – mais do que os Galvão – recorre com mais avidez aos envolvimento com a chamada “alta sociedade pernambucana”, ou seja, com seu estrato social dominante, através de eventos e espaços exclusivos como baile municipal do Recife, Lyons Club, maçonaria, viagens ao exterior etc. Com frequência ganham visibilidade nas colunas sociais dos principais jornais e canais de televisão da região.

A partir da década de 1990, os Mendonça conquistaram mais projeção na política e a partir dela noutros espaços sociais. Um exemplo disso será sua eleição para presidência do Santa Cruz Futebol Club, um time cuja torcida é uma das mais fanáticas do país. Será com a ousadia e o pragmatismo de José Mendonça que sua família e seu grupo chegam aos postos mais elevados do poder político no Estado de Pernambuco. Este momento chegou sob o embalo de uma festa ocorrida no dia 05 de

dezembro de 1993, na Fazenda São José, localizada no município de São Bento do Uma. Este encontro articulado pelo deputado federal José Mendonça juntou velhos remanescentes do conservadorismo com figuras históricas da resistência democrática ao regime militar. Colou Jarbas no mesmo palanque de Marco Maciel, Roberto Magalhães e Inocêncio Oliveira, distanciando da frente popular, liderada por Miguel Arraes. De acordo com Adilson Filho (2009, p.142).

Desta aliança resultaria a eleição de Mendonça Filho por duas vezes consecutivas para o cargo de vice-governador do estado de Pernambuco e de sua indicação a candidato oficial da aliança PMDB, PFL e PSDB a governo do estado nas eleições de 2006. Até o dia 31 de dezembro de 2006, Mendonça Filho ocupou o cargo de governador de Pernambuco, em substituição a Jarbas Vasconcelos, que precisou renunciar ao cargo para se candidatar a uma vaga no senado. Na corrida ao Palácio das Princesas, Mendonça Filho seria derrotado por Eduardo Campos por uma diferença de um milhão e trezentos mil votos (...).

Como podemos perceber o referido clã foi a cada lance alargando as bases políticas e aumentando com isso seu cacife, até chegar ao governo de Pernambuco, mesmo que fosse por um curto período de tempo. Nesse período, o grupo atingiu o máximo de seu poder. Sua estratégia visava trabalhar em três frentes: desbancar o grupo Cintra Galvão na cidade de Belo Jardim, fortalecer a influência no espectro político estadual e eleger Mendonça Filho, o governador do Estado. Quase conseguiram se não fossem desbancados pela aliança Eduardo e Lula, via frente popular.

Mas eles precisam da legitimidade popular e, por isso investem nos elementos da tradição, do sagrado e do profano. Sua legitimidade passa pelo imaginário dos seus eleitores das camadas populares. Daí a invenção de festas, sua valorização e presença em bares, clubes, praças, restaurantes, jogos desportivos bem como a criação de times de futebol e de estádios, e de relações com jovens e religiosos. José Mendonça começou sua carreira política sempre ao lado de figuras religiosas importantes como Padre Zuzinha, liderança da cidade de Santa Cruz do Capibaribe e do Bispo Dom Mariano, da Diocese de Pesqueira - PE. Foi utilizando de tais dispositivos que tornarem-se durante certo tempo figuras destacadas no cenário político estadual. Depois da chegada de Lula/Dilma e Eduardo ao poder, as forças ligadas a Jarbas e a Marco Maciel sofreram um forte encolhimento, que afetou os Mendonça, mas que não representou ainda a morte do grupo. Ainda lhes restam dois deputados federais, alguns deputados estaduais, dezenas de vereadores, alguns prefeitos e uma razoável rede de amigos, correigionários, médicos, advogados, funcionários públicos, empresários, entre outros.

Já os Moura, a partir da década de 1990, tornar-se-iam os maiores produtores de baterias da América Latina. Seu sobrenome passaria a dar fama a um produto que articulou o local ao global, já que as baterias automobilísticas produzidas pelos operários(as) de Belo Jardim se espalharam por todo território nacional, parte da América Latina, Itália e Alemanha e Estados Unidos. As baterias também trouxeram fama, poder e fortuna para a família Moura.

Através de mudanças na gestão, na política de recursos humanos, investimentos em

tecnologia e qualificação da mão-de-obra as baterias fizeram a família Moura ser reconhecida e respeitada nacional e internacionalmente no setor. Os vários prêmios recebidos no Brasil e no exterior são legitimadores deste sucesso empresarial. Sua pujança levou-a a competir em pé de igualdade com a fábrica Heliar, uma multinacional norte-americana.

O crescimento e a consolidação no mercado nacional pelo Grupo Moura e, principalmente o fato de ter a matriz sediada em Belo Jardim e, logicamente, por gerar a maior quantidade de empregos industriais e de impostos para o município, fez com ela se tornasse uma espécie de emblema do progresso e da modernidade local. Os discursos de fora também ajudam a reforçar esta imagem ufanista. Numa reportagem feita pelo Jornalista Jomar Morais da Revista Exame, em 20 de outubro de 1999, a Moura foi colocada como uma espécie de “oásis” do “sertão”. Vejamo-la:

À véspera do ano 2000, Belo Jardim, cidade de 50.000 habitantes no sertão de Pernambuco, surpreende o visitante com uma cena que lembra tempos medievais. Ali, pode-se perceber a classe social de uma pessoa não apenas pela aparência da roupa ou do meio de transporte que esteja usando, mas, sobretudo, pelo tipo de vaso que utiliza num ritual que, três vezes por semana, reúne os moradores no lugar: a romaria aos caminhões-tanques que trazem água potável, líquido que a seca implacável há dez meses fez sumir das torneiras. Os mais pobres carregam baldes, latas e panelas. A classe média exhibe potes e barris de plástico. Esse drama poderia ser o único destaque de uma cidade incrustada numa das áreas mais áridas do Nordeste. Poderia. Mas Belo Jardim não surpreende apenas por seus problemas.

É de lá que sai um quarto de todas as baterias de automóveis produzidas no Brasil; os 2,5 milhões de unidades fabricados anualmente pela Bateria Moura, grupo que erigiu em Belo Jardim a maior indústria de acumuladores da América Latina.

Para construir a diferença e excepcionalidade do grupo Moura, a reportagem invoca uma série de imagens estereotipadas da região, tais como seca, pobreza, atraso econômico, social e cultural para demarcar a importância e o significado da empresa para a cidade e o país. Será, portanto, o talento, a determinação e a criatividade desta família os verdadeiros responsáveis por retirarem os belo-jardineses de um “cenário medieval” para inseri-los no tempo da modernidade, o tempo do progresso e do desenvolvimento social. Mas este tipo de reportagens fortalece, por sua vez, o espírito de demiurgos dos Moura em relação à cidade. Todas essas questões associadas e articuladas fornecem o cabedal para sua legitimação social.

Reproduzindo um discurso comum a burguesia brasileira, essa família procura dignificar seu êxito e o tamanho do patrimônio acumulado nos negócios a partir da valorização da capacidade individual dos seus membros para superar as dificuldades. Geralmente, tais histórias começam com uma figura visionária, que “sem lenço, nem documento, nada no bolso ou na mão”, venceram as intempéries da história e as hostilidades de uma natureza implacável. As falas a seguir de Dona Conceição e de Edson Moura (o Dr. Edson, “o visionário”), respectivamente, realçam bem tal argumento.

Por isso, é preciso olhar as páginas do passado para entender o sucesso da Moura. Mais

do que isso, é preciso compreender o sentimento de um homem que sonha e busca incansavelmente a realização dos seus ideais, esquecendo as dificuldades, ignorando barreiras [...] quem poderia imaginar que uma empresa do interior do Nordeste pudesse se colocar no podium nacional das melhores em sua área de atuação. (40 anos de energia. In. Notícias Moura – Ano 3 – agosto de 1997, Nº 25.).

A própria Moura é, em si mesma, um caso surpreendente. Surgiu do nada, há 42 anos, quando havia na cidade apenas um carro e não mais que 700.000 mil veículos rodavam no resto do país. Desde então, escreveu uma história na qual a mistura de criatividade e audácia, especialmente nos momentos de crise, tem garantido à empresa avanços num dos setores mais competitivos da economia. (Revista Exame, op. cit, p. 71)

Embora também resguardem certa coerência, tais discursos superdimensionam o papel do indivíduo em detrimento da classe social e das suas conexões políticas e institucionais que os envolvem. E mais do que isso: quando não ocultam a terríveis condições de trabalho e saúde dos operários e a própria poluição da natureza, procura naturalizá-los como decorrência inevitável do progresso. Ou seja, dando a entender que é preço que se paga pelos avanços conquistados por todos os cidadãos.

As histórias de sofrimentos dos operários e a defesa da Ditadura militar, a visão autoritária e as ambiguidades de Edson Moura são ofuscadas pelo brilho do visionário nacionalista e empreendedor. Mas ele mesmo reconhece num artigo intitulado “A Agonia Nacional”, publicado no Diário de Pernambuco, no dia 20 de julho de 2001, que “sem apoio político não

se teria avançado tanto”. E este apoio nunca foi dissimulado, embora o amigo de Marco Maciel e cunhado de José Mendonça, ambos do PFL, sabia usar da sua “excentricidade” para dar guinadas à esquerda quando lhe fosse interessante. Neste artigo e em vários pronunciamentos fizera duras críticas ao governo de Fernando Henrique e a candidatura de José Serra por achá-los demasiadamente contrários a soberania nacional e ao Nordeste. Nas eleições de 2002 e 2006 votou em Lula para presidente e, como efeito dos bons índices de crescimento econômico vividos durante o governo do petista, teceu vários elogios a ele antes do seu falecimento em 2009. Era uma figura ambivalente ou “excêntrica”, como gostava de se definir, pois quem poderia imaginar “um capitalista que tece loas ao bigodudo Josef Stálin, o sanguinário comunista, e um pefelista que trata de negócios sob uma foto emoldurada de Che Guevara? (Revista Exame, p.9) aproveitando-se dessa ‘excentricidade’ escreveu um artigo no Diário de Pernambuco intitulado “A Sudene é nossa”, o qual visava:

O apoio de todos os expoentes da política e da cultura pernambucana. Da direita à esquerda, passando por intelectuais como Michel Zaidan, Ariano Suassuna, Evaldo Cabral, pede-se o seu concurso “independente de suas convicções político-partidárias, para com uma Sudene fortalecida cantarmos com toda autenticidade a “Nova Roma de Bravos Guerreiros”. (Adilson Filho, 2000, p.192).

Seu pragmatismo e ambiguidade tornaram-lhe menos alinhado e fiel politicamente em nível nacional às teses do seu amigo e cunhado deputado José Mendonça Bezerra. Mas, no pla-

no municipal e estadual, eles foram como “carne e unha”, unidos como duas famílias num só corpo. E a morte comprova isso: José Mendonça foi enterrado no próprio túmulo de Edson Moura, selando simbolicamente a unidade dos interesses das duas famílias. Os dois líderes mesmo mortos continuariam juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto focamos nosso olhar nas contradições e ambivalências da cultura política brasileira, tentando mostrar como o velho e o novo se tencionam e se justapõem em dados momentos da história do país. Todavia, o objetivo principal foi analisar as estratégias de algumas famílias tradicionais para continuarem influentes no espectro da política, uma vez que buscamos discutir como tais atores vêm interferindo na dinâmica das tramas políticas que envolvem tanto os municípios como os estados da federação, a partir da segunda metade do século XX, a despeito das suas transformações aceleradas.

Os casos das famílias Mendonça, Moura e Galvão são exemplos razoáveis desta presença insofismável da força da tradição na vida sociopolítica e econômica brasileira. Há meio século hegemonomizam as escolhas políticas dos cidadãos do município de Belo Jardim, localizado no agreste pernambucano, de tal forma que até o presente momento não houve nenhuma fissura na sua hegemonia, a não ser entre os próprios familiares. Mas a dominação política inscrita a partir dos referidos sobrenomes se mantém sólida. As poucas tentativas de romper a bipolarização, sustentada na oposição Mendonça-Moura *versus* Galvão, provocadas por

outras forças políticas (casos do PT, Deputado Luís de França, família Maciel) foram humilhadas nas urnas.

O que explica, a meu ver, a continuidade e força política e econômica destas famílias no poder, talvez seja o fato de terem aprendido a dialogar e a se apropriar simultaneamente dos signos do moderno e da tradição nos seus mais variados aspectos. Sendo assim, tais famílias, sem perder de vista os aspectos essenciais da tradição – o discurso sobre o sagrado, o profano, certas moralidades – investem nos novos avatares do discurso político moderno, além das alianças e conexões que passaram a fazer no sentido da ampliação dos seus vários tipos de capital.

A sua legitimidade cada vez mais prescinde desta capacidade de vestir e se revestir com as máscaras e os adornos de diferentes temporalidades. As famílias Mendonça, Moura e Galvão tanto a nível político quanto nos negócios aprenderam a jogar esse jogo, e operando com simbiose que conseguem fazerem-se influentes e, ainda decisivos num mundo repletos de intempéries.

Trabalho recebido em 10/10/2012

Aprovado para publicação em 22/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. *A cidade atravessada*. Velhos e novos cenários na política belo-jardinese. Recife: Comunigraf, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BERMAM, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras,

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. Belo horizonte: EDUFMG, 1997.

CHAVEU, J.; TÉTART, Phillipe. *Questões para o presente*. Bauru: EDUSC, 2000.

EINSENSTADT, N. S. Modernidades Múltiplas. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 35, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1995,

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MARX, Karl, ENGERLS, F. *O manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1978

MILLS, Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982,

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta*. v. 1. São Paulo: Senac, 1999.

SOCIABILIDADE E PODER: FAMÍLIAS TRADICIONAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS NO SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Maria Ferreira

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre práticas de sociabilidade e poder familiar em torno da terra e da política no médio São Francisco, dois elementos fundamentais para produzir e reproduzir uma elite local e o tipo hegemônico de propriedade familiar privada, de modo a dividi-la sem que se altere o status quo. Os membros das principais famílias proprietárias de terras da região mencionada formaram um coletivo de atores políticos, os quais são co-proprietários de terras e defendem seus interesses de modo a perpetuar suas posições de poder na área.

Palavras-chave: Família; Poder político; Redes de sociabilidade.

SOCIABILITY AND POWER: TRADITIONAL FAMILIES AND POLITICAL PRACTICES IN THE SERTÃO OF MEDIUM SAN FRANCISCO (BRAZILIAN NORTHEAST)

ABSTRACT

This article deals with practices of sociability and family power around the land control and politics in the sertão of medium São Francisco River (Brazilian Northeast), two key elements for producing and reproducing a local elite and the hegemonic type of family land private property, through internal sharing without changing in the status quo. Members of traditional landowners' families formed a body of politicians, co-owners of land who defend their interests in a way that perpetuates their power position in the mentioned area.

Key words: Family; Political Power; Sociability Network.

INTRODUÇÃO

O Sertão português no Brasil compreende uma área singular no conjunto das possessões ultramarinas lusitanas. Ao se afastarem da Zona da Mata¹ e se interiorizarem, portugueses passaram a conviver não somente em um clima diferente, também, estavam frente a um grande desafio. A hinterlândia pernambucana, além de distante, é quente e seca. Área de colonização tardia, a região sub-médio do rio São Francisco serviu de Porto Seguro ao povoamento estrangeiro a partir do século XVII. Nesse interior, desenvolveu-se, como atividade econômica principal, a pecuária, que abastecia de carne e couro o centro exportador da cana-de-açúcar, e, como atividade secundária, o fornecimento de animais de tração para os centros mais movimentados do Nordeste. Antonil (1971, p. 201) assinala que desde o início do século XVIII: [são muitos os] [...] “os engenhos do Brasil que cada ano fornecem bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca serrarias e lenhas” [...]. Os sertões eram grandes espaços de terras ainda pouco explorados ou inexplorados pelos colonizadores. Mas, não eram despovoados. Segundo Bartira Barbosa², os *Kariri*, povos nativos da região, formavam o grupo mais forte dos indígenas da capitania de Pernambuco. Eles dominavam as áreas mais férteis dos sertões nordes-

tinios. Ao mesmo tempo em que eram “gigantes e inexplorados”, sinônimo de perigo e de medo, os sertões se tornaram um desafio e alimentavam o desejo do colonizador de ali encontrar ouro e outras riquezas. Portanto, pode-se dizer que, no contexto dos primeiros séculos de domínio europeu no Brasil, *sertão* significava o ‘locus’, cujo sentido é o interior das terras ou do continente, pode ou não vir implícita à ideia de aridez ou de área despovoada.

Segundo Manoel Correia de Andrade³, o Sertão é uma sub-região do Nordeste, que abrange nove Estados da federação⁴, com extensão total de aproximadamente 912.208 km². O clima, de acordo com a maior ou menor quantidade de chuvas, é classificado como “tropical com chuvas de verão-outono e clima seco, estépico, quente com chuvas de verão”⁵. O solo da região é antigo e, em geral, pouco profundo. A maior parte da região do Sertão nordestino tem solo de embasamento cristalino, com baixa capacidade de infiltração, embora em outros locais, nas bacias sedimentares, os solos são mais profundos, permitindo uma maior infiltração e um melhor suprimento d’água. A vegetação característica é a caatinga, onde se destacam o umbuzeiro, o xiquexique, o mandacará e a palma, plantas resistentes ao clima seco.

A sociedade colonial que se instalou nesta área da América portuguesa foi profundamente marcada e demarcada pelas diversas re-

1 Zona litorânea de Pernambuco, onde predomina o clima tropical e uma vegetação exuberante de floresta.

2 BARBOSA, Bartira e FERRAZ, Socorro. Sertão, um espaço construído. Universidad de Salamanca – Centro de estudios brasileños, Impreso na Espanha, 2005, p. 15.

3 ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

4 Oito estados nordestinos (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), além de Minas Gerais.

5 Lígia Bernardes e Inês Guerra, geógrafas, In. BARBOSA, Bartira e FERRAZ, Socorro, op. cit. p. 31.

lações entre os colonizadores que naquele lugar se estabeleciam. O objetivo principal da tese que inspirou este artigo foi analisar como se deu a permanência de latifundiários e de latifúndios no Sertão do sub-médio São Francisco, vistas pelo ângulo da trajetória social de cento e cinquenta e quatro proprietários de terras em suas redes de relações. Partimos de três questões principais. Primeira: os bens patrimoniais eram divididos em partes iguais entre herdeiros e herdeiras. Segunda: depois de mais de um século, a divisão igualitária dos bens poderia ter resultado na transformação dos latifúndios em pequenas propriedades, como indicava a primeira leitura de cento e cinquenta e quatro processos de inventários *post-mortem*. Terceira: Ao contrário do que se esperava, a divisão igualitária dos bens indicava a permanência do sistema latifundiário. O que não se encaixava no quadro fundiário eram as diversas pequenas posses de terras registradas nas partilhas hereditárias de mais de 80% dos processos de inventários *post-mortem*.

Partimos, então, em busca do que e de como os proprietários fizeram para equilibrar a situação, aparentemente adversa, e manter a propriedade fundiária no seio do grupo familiar, após um século de partilhas igualitárias das terras, cuja tendência era o desaparecimento dos latifúndios. Os primeiros resultados das pesquisas apontaram que as famílias estavam ligadas por quatro tipos de relações complementares: os matrimônios, as amizades, o patrimônio e a política. Entendemos, então, que analisar a trajetória social através dessas relações seria a forma mais coerente de trabalhar as questões pendentes no quadro fundiário da região.

Os dados que subsidiaram as análises apontam que o modo como os proprietários se firmaram na região e se apropriaram das Vilas de Floresta e Tacaratú, ocorreu devido ao sistema de posses de terras de cada família, mas, sobretudo, a uma forma de sociabilidade. Algumas famílias prosperaram financeiramente devido aos empréstimos de dinheiro a juros, concedidos/negociados com famílias menos abastadas da região. Outras não prosperaram muito. No entanto, fossem mais ou menos abastadas, os membros dessas famílias permaneciam juntos e exibiam características de pertencimento a um grupo social que transitava nos lugares de poder. E como teria sido possível preservar esse *status quo* em situações adversas?

As diversas relações sociais se organizaram de elementos dinâmicos e centrais, comuns de uma rede de sociabilidade, como os matrimônios, as amizades, os compadrios, o patrimônio, a política, os conflitos. Ao mesmo tempo, a intensidade ou a estreiteza das relações podiam variar de acordo com a intensidade das ligações mantidas entre os membros da rede de sociabilidade que as famílias criaram.

A rede de sociabilidade, em Floresta e em Tacaratú, baseou-se em relações sociais que se complementavam e, na maioria dos casos, eram indissociáveis, como os compadrios e os matrimônios duradouros até a morte. As primeiras relações de proximidade foram constituídas dentro das famílias, das amizades e, muitas vezes, no lugar de origem comum. Temos muitos casos de doações ou negociações de terras entre parentes distantes por causa dos matrimônios. As segundas relações derivam das primeiras e se dão em torno de bens patrimoniais, como a terra e os escravos. As terceiras, em tor-

no da política. No seio das famílias, as relações se desenvolveram, lateralmente, pelo recurso das alianças matrimoniais, amigáveis e de compadrios, não exclusivamente endogâmicas e, co-lateralmente, por relações de copropriedades e cossenhórios. Essas relações são complementares, coerentes e movimentaram várias ligações.

Outro tipo, diferentemente das relações familiares, patrimoniais e políticas, conectavam indivíduos, porém, pelo viés de relações de dependências, no entanto, não eram menos importantes para o funcionamento do sistema. Eram as relações de autoridade e de subordinação entre os cossenhores e os seus escravos, entre proprietários e agregados, que, muitas vezes, foram recrutados por eles para compor a sua guarda pessoal.

1. AS REDES DE ALIANÇAS E OS CONECTORES

Uma vez constituídas as alianças, apareceram, entre 1840 e 1880, três redes maiores de alianças ligando a maior parte dos proprietários de Floresta e Tacaratú. Cada uma dessas redes apresentava características particulares e o lugar que nelas ocupavam os proprietários não era o mesmo, mas, às vezes, se confundiam. Então, é interessante analisar o sistema que elas revelam. Todas as genealogias que mencionamos aqui repousam sobre a possibilidade de ligar, entre eles, proprietários, por intermédio de alianças matrimoniais, patrimoniais e políticas.

1.1. REDE A- MATRIMÔNIOS: CONECTORES DA REDE FAMÍLIA

Na rede de poder que se estabeleceu em Floresta e Tacaratú existiram duas pessoas que, se eles desaparecessem, poderiam ter modificado completamente as relações entre a maioria dos membros das famílias aqui mencionadas. Tratam-se dos portugueses, Manuel Lopes Diniz e Manoel Alves de Carvalho. Segundo Leonardo Gominho⁶, os Carvalho, de Floresta, vindos da Bahia, eram filhos nascidos de casamentos entre filhos e netos de Manuel Lopes Diniz. O genealogista⁷ afirma que foram estas duas famílias o tronco de outras famílias de destaque da região, como Alves de Barros, Torres Barbosa, Nogueira de Barros, Valgueiro Barros, Torres Carvalho, Carvalho Barros, Lopes Barros, Diniz Carvalho e outras. Os Lopes Diniz também eram conectados com membros da família Souza Ferraz, por laços de família, de amizade e de compadrio. Manuel Lopes Diniz foi compadre do capitão Dâmaso de Souza Ferraz, por batizar uma de suas filhas. A mulher de Manuel Lopes Diniz era tia do capitão Dâmaso. A quinta filha de Manoel Lopes Diniz, Rosa Maria do Nascimento, casou-se com Francisco Gomes de Sá, um dos proprietários da fazenda Mandantes e um dos juízes ordinários de Fazenda Grande. Manoel Lopes Diniz e José Lopes Diniz foram grandes financistas, emprestando dinheiro a juros aos fazendeiros das vilas de Tacaratú e Floresta, como de outras mais próximas da região: Cabrobó, Itabaiana, Penedo e Serra Talhada.

6 GOMINHO, Leonardo Ferraz. Floresta, uma terra, um povo. Coleção Tempo Municipal, vol. 14. FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Floresta, 1996, p. 56.

7 Idem.

Membros da família Carvalho chegaram ao Sertão de Pernambuco na segunda metade do século XVIII e se instalaram, primeiramente, na fazenda Campo Grande e, depois, na Panela d'Água, dos Lopes Diniz, e em mais quatorze outras, dentre as quais, encontramos referências a sete delas nos processos de inventários.

Inácia Maria da Conceição foi uma das primeiras mulheres da família a conectar definitivamente a família Carvalho à Lopes Diniz. Os casamentos foram um importante fio conector das redes de relações dessa elite. Filha de Manuel Lopes Diniz, Maria da Conceição foi a segunda mulher do português Manoel de Carvalho Alves, que já havia desposado uma prima, também, da prole Diniz. Deste casal, nasceram treze filhos, entre eles, Francisco Alves de Carvalho, homem que veio a ocupar um importante papel de mando na política e na rede de funcionários da administração judicial de Fazenda Grande. Igualmente ao pai, ele também desposou duas primas da família Diniz e, na trajetória política, foi um importante condutor de parentes na estrutura da administração judicial.

Os proprietários de Floresta e Tacaratú, das décadas de 1840 a 1880, compõem-se, predominantemente, de membros da geração de bisnetos dos colonizadores do século XVIII. Na família Ferraz⁸, são bisnetos de Jerônimo de Souza Ferraz, o primeiro a chegar. As notícias indicam que Jerônimo era originário de Sergipe e teria chegado ao Sertão de Pernambuco em meados do século XVIII, onde fixou residência na fazenda conhecida por Riacho do Navio.

Manuel Lopes Diniz, outro grande fazendeiro da região, arrendou terras de sesmarias à Casa da Torre⁹, na Bahia. Logo depois, em meados do século XVIII, ele arrendou a fazenda Panela d'Água, localizada na altura do afluyente do riacho do Capim Grosso, afluyente do rio Pajeú, local onde fixou residência definitiva e onde se constituiu o povoado Fazenda Grande, atual de Floresta.

Quanto aos Gomes de Sá, de Floresta, provavelmente,¹⁰ eles eram descendentes dos irmãos pernambucanos Francisco Gomes de Sá, José Gomes de Sá, Anacleto Gomes de Sá, Cypriano Gomes de Sá e Alexandre Gomes de Sá, que teriam dado origem a uma das maiores famílias do Sertão pernambucano, particularmente em Floresta, onde, também, influenciaram na política local.¹¹ Os Novaes descendiam de Antônio Francisco de Novaes, já residente no Sertão pernambucano. A estrutura do grupo, como foi visualizada nos documentos, mais de cem anos depois, resultou, essencialmente, do encontro desses grupos e da mescla de interações e antagonismos resultantes dele.

Seria impossível explicar a configuração social que os proprietários criaram em Floresta e Tacaratú sem fazer referências à genealogia, à geografia, sem dizer de onde vieram ou sem tentar expor o modo como eles foram ali se inserindo e formaram as redes, desde os primeiros proprietários, que, afinal, nem eram tão estrangeiros assim, nem estranhos entre si. Existiam relações criadas anteriormente em outras vizinhanças, como na Bahia, com os proprietá-

8 Idem.

9 Idem, p. 57.

10 Idem, p. 85.

11 Idem, p. 86.

rios da Casa da Torre, entre os quais há possibilidades de relações de parentescos.¹² Outro fato importante no quadro fundiário é que, à época, os arrendamentos de terras eram comuns entre eles.

De trinta e dois nomes de famílias mencionados no conjunto das fontes pesquisadas¹³, dezenove são reconhecidos como desmembramentos dos primeiros grupos de colonizadores da região¹⁴ do Sub-Médio São Francisco, a partir do século XVIII.

Esses “nomes de família” indicam uma parte importante da genealogia dos sujeitos que compuseram a elite, eles são recorrentes nos processos de inventários *post-mortem* e nos documentos concernentes a cargos e funções nas diversas esferas do poder local, como os Souza Ferraz, Novaes, Lopes Diniz, Gomes de Sá. Nesse tempo, o tecido social já estava consolidado.

1.2. REDE B - CONECTORES PATRIMONIAIS: COPROPRIETÁRIOS

As tentativas do Império do Brasil de implantar mudanças na política de terras¹⁵ em matéria de Direito, em nada havia alterado, pois, os “proprietários” das décadas de 1840 ainda

não podiam ser considerados proprietários legítimos de terras, pois não possuíam um título legítimo do domínio¹⁶.

A extinção de concessões de sesmarias em 1822 não extinguiu a vigência dos decretos, leis, alvarás, avisos referentes à terra, do período colonial. Segundo Lígia Osório, o direito à propriedade não era absoluto, mesmo para os sesmeiros que cumpriram as condições da doação, pois a condicionalidade estipulada nas Ordenações nunca foi revogada.¹⁷ No entanto, pela força do uso, empregamos o termo proprietário¹⁸, designando com essa expressão, todos os inventariados que tiveram posses de terras registradas em Floresta e Tacaratú, independente da situação jurídica.

A cada morte de um chefe de família ou do seu cônjuge, as fazendas foram sendo divididas entre herdeiras e herdeiros legítimos, igualmente. Dependendo do tamanho da prole do inventariado, ou inventariada, e da área do terreno, a partilha e a parte de terra da fazenda poderia ser grande ou pequena. No entanto, a cada nova geração, partilhar era inevitável. Geralmente eram realizadas entre um número tão grande de herdeiros que toda posse de terra, por menor que fosse, tornava-se importante para quem a obtivesse.

12 FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Floresta do Navio. Capítulo da História Sertaneja. Biblioteca Pernambucana de História Municipal 26. Centro de Estudos de História Municipal, Recife, 1992, p. 57.

13 Inventários *post mortem*, cadastro de terras, atos de compra e venda de terrenos, ofícios da Câmara Municipal de Floresta

14 FERRAZ, Tatiana Valença. A Formação da Sociedade no Sertão de Pernambuco: trajetória de formação de núcleos familiares. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação de Mestrado em História) p. 40..

15 A extinção do Sistema de Sesmarias, em 1822, e a execução da Lei de Terras, de 1850.

16 SILVA, Lígia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio, efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. p. 80

17 Idem..

18 No caso do Brasil, segundo Alice Canabrava, o termo propriedade, na época em questão, não podia assumir conotação jurídica precisa. In SILVA, Lígia Osório. Op. cit. p. 93, 2.

Nesse contexto, um dos elementos recorrentes na composição dos bens patrimoniais eram as posses de terras em comum. Esse fato se repetiu, não somente entre herdeiros de uma mesma família, mas, entre os herdeiros da maioria das famílias tradicionais. Por esse sistema de partilhar, emergiu a figura do co-proprietário de terras e um sistema condominial de propriedades familiares.

Os condomínios se apresentaram de dois tipos: mistos e familiares. O condomínio tipo misto tinha uma configuração heterogênea, não somente quanto à composição genealógica, mas, também, quanto ao quesito financeiro, visto que neles tinham posses proprietários classificados como ricos, devido ao montante total de seus bens e de sua posição social e proprietários classificados como empobrecidos, vistos pelos mesmos critérios econômicos e sociais, que eram para menos.

Cada um dos novos co-proprietários das fazendas tinha o domínio de sua posse, parte do todo patrimonial. As vastas extensões das fazendas sofreram divisões sucessivas entre co-herdeiros, mas não deixaram de funcionar como grande propriedade. Seus domínios, mesmo apropriados em comum, guardaram-nas do desaparecimento. Os homens e mulheres, co-proprietários dos bens patrimoniais, mantiveram nessas terras elementos que caracterizavam o sistema de dominação nos moldes latifundiários da região, o trabalho escravo e a produção pecuarista.

O número de coproprietários se multiplicava sucessivamente, configurando uma rede baseada em relações sociais, como de casa-

mentos entre parentes colaterais, como primos, tios e sobrinhas, ex-cunhados e, também, entre membros de famílias vizinhas da região. As relações familiares, de amizades, de compadrios e de vizinhanças entre os primeiros colonos foram fios desse tipo de configuração social que se prolongou na localidade.

Os terrenos adquiridos e compartilhados sob o sistema de condomínios rurais, como estes que caracterizamos, não foram um caso isolado nas vilas de Tacaratú e Floresta. Segundo Tânia Maria Pires Brandão¹⁹, esse tipo de copropriedade familiar também foi encontrado no Piauí, situada a leste da província de Pernambuco. O sistema teria ocorrido pelas atitudes de homens de prestígio da época da colonização, como o Capitão Domingos Afonso Mafrense, que solicitou e recebeu o título de propriedade de Sesmarias. Tânia Brandão encontrou o condomínio entre famílias e/ou amigos, mesmo durante o período após a conquista do território. Como na província de Pernambuco, o condomínio na província do Piauí, ultrapassou o simples propósito de colonização. Em termos práticos, era uma maneira de ampliar o patrimônio e reproduzir a propriedade familiar na região.

1.2.1 Os Condomínios Rurais

Na Comarca de Flores, Província de Pernambuco, na fazenda Paus Pretos, uma das mais antigas do Vale do Pajeú²⁰, criada por um membro da família Silva Leal, funcionou um condomínio formado por quatro coproprietários di-

19 BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

20 O Vale do Pajeú é uma microregião do Estado de Pernambuco a 420 km de Recife.

ferentes. O primeiro perfil social que traçamos é o da coproprietária Francisca Maria de Jesus, uma mulher solteira²¹. Suas oitenta braças²² de terras foram avaliadas, para efeito do inventário *post-mortem*, em cento e oitenta mil réis. Os seus herdeiros legítimos eram os seus oito irmãos que, depois de sua morte, tornaram-se os coproprietários desse pequeno terreno e do seu único escravo. Francisca deixou um patrimônio muito modesto que, à primeira vista, surpreende porque o sujeito da pesquisa é a elite proprietária. Entre os bens que pertenceram a Francisca, estão descritos um engenho de fiar, um tamborete, um banco, três chapéus de sol, quinze vacas, uma besta, um poldro e o escravo Benedito, de trinta e um anos. Tudo somou um total de oitocentos e trinta e oito mil setecentos e vinte réis. O quantitativo dos bens de Francisca Maria de Jesus era compatível com um patrimônio empobrecido, remanescente de uma herança várias vezes partilhada. A segunda vista, este patrimônio não é compatível com o conceito de “riqueza”, comparando-se com proprietários da zona canavieira da Província de Pernambuco. Quando o analisamos de acordo com a realidade do Sertão, à época, encontramos que Francisca possuía dois bens que foram os elementos concretos e essenciais de riqueza no Brasil durante os três primeiros séculos da colonização, mesmo que as pessoas não os possuíssem em abundância e que não gerassem lucros financeiros. Oitenta braças de terras atribuíram a Francisca à condição de coproprietária do direito de posse e a propriedade do escravo lhe poupava da realização dos trabalhos domésticos, deixando-a numa condição

social privilegiada, por comparação a uma população de despossuídos à margem do sistema. Ela possuía um cativo ao seu serviço.

Oitenta braças de terras são insuficientes para praticar a criação de gados num cenário onde se desenvolve a pecuária intensiva, mas não nesta realidade, onde a pecuária era extensiva e tecnicamente precária. Os gados pastavam a céu aberto em terras das matas ou mesmo em terras dos vizinhos. Os proprietários indicavam aos vizinhos a propriedade dos animais imprimindo-lhes as iniciais dos seus nomes sobre o couro. Quinze vacas não produzem carne, leite e derivados suficientes para realizar um comércio no mercado regional, mas permitem que se produzam os meios de subsistência, sobretudo quando se tem o trabalho escravo e o livre, realizado pelos oito irmãos.

O engenho de fiar significa que Francisca possuía uma pequena lavoura de algodão ou que trabalhava na produção de tecidos ou de linhas para costuras ou, ainda, que fosse uma costureira, profissão muito comum entre as mulheres sertanejas da época. A besta e o poldro indicam que possuía animais de pequeno porte para transporte. Na realidade, o patrimônio de Francisca revela que ela se diferencia dos despossuídos na medida em que tinha terras, um criado, animais e, provavelmente, uma profissão. Essa realidade mostra as duas faces do conceito de elite do Sertão de Pernambuco.

Em relação aos outros, os coproprietários de famílias que possuíam um patrimônio abundante, casos, como o de Francisca, mostra um empobrecimento devido às sucessões

21 LAPEH/UFPE - Inventário *post mortem* de Francisca Maria de Jesus, 1862.

22 Equivalente a 176 m².

hereditárias entre numerosos herdeiros. Isto é visualizado pela pequena extensão do terreno, pela posse de um escravo e de poucas cabeças de gado. Em relação à sociedade como um todo, composta por diversas categorias sociais completamente despossuídas, como os escravos, os agregados, os indígenas e mestiços, o caso de Francisca revela que o conceito de elite e de riqueza estão associados não somente à abundância ou ao lucro, mas a uma realidade definida pela posição hierárquica dos grupos sociais. Obviamente, Francisca não tinha a opulência dos proprietários da zona canavieira de Pernambuco, mas tinha bens que lhes proporcionavam os meios de subsistência, relativo poder econômico devido à posse do escravo, bem de maior valor no mercado. Esses elementos já lhe davam distinção. Para além do peso econômico relativo desse bem, não podemos deixar de considerar o peso do imaginário social criado em torno dessas famílias. Ser senhor de terras e de escravos, independente do quantitativo desses bens, já produzia e reproduzia toda uma imagem idealizada entre os despossuídos e entre os senhores, como cada um se percebia nesta sociedade.

O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Acrescentamos que se trata de uma produção coletiva, já que é o depositário da memó-

ria que as pessoas e os grupos recolhem de seus contatos cotidianos.

A segunda coproprietária do condomínio onde Francisca morava era Maria de Souza da Silveira²³, viúva de Francisco de Souza Leal. Após a viuvez, tornou-se a “cabeça de casal” da família e passou a administrar os bens dos nove filhos herdeiros, três homens e seis mulheres, até que eles atingissem a maioridade ou casassem. Descendente da tradicional família Souza Ferraz, era uma mulher muito respeitada na região e conhecida pelo apelido de “Mãe Grande dos Paus Pretos”²⁴.

No começo do século XIX, a fazenda condomínio chamada Paus Pretos, funcionou um cartório de notas da povoação de Fazenda Grande, sob a orientação de Manoel da Silva Leal, filho do casal Maria de Souza da Silveira e Francisco de Souza Leal²⁵. As filhas casaram com homens de destaque na região. A sua terceira filha, Margarida de Souza e Silva, casou-se com o tenente coronel Serafim de Souza Ferraz. A sexta filha, Antonia Maria da Purificação, casou-se com Narciso Gomes de Sá. A sétima, Joaquina Maria da Purificação, com Pedro de Souza Ferraz. Todos os maridos eram membros de famílias tradicionais e enriquecidas. Maria de Souza da Silveira possuiu 392 braças²⁶ de terras, avaliadas ao preço de setecentos e oitenta e quatro mil réis. Entre os outros bens, foram mencionadas uma casa de quatro vãos, uma casa de um vão, contígua à pri-

23 LAPEH/UFPE - Inventário de Maria de Souza da Silveira, 1861. Este documento faz parte da coleção de inventários *post-mortem* do Sertão do Médio São Francisco, século XIX.

24 Genealogia pernambucana. <http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=81&dir=genxdir/>

25 Idem.

26 Equivalente a 862,4 m².

meira e uma outra localizada na povoação de Fazenda Grande.

O mobiliário mencionado era constituído por uma cama e por um estrado. Foi dona de uma criação de vinte e sete cabeças de gados *vacuns*, seis cabeças de cavalos, trinta e cinco cabrúns, tratados pelo trabalho de doze escravos. Todos os bens juntos somaram um montante total de oito contos e quarenta mil réis, valor dez vezes maior do que o da sua vizinha Francisca. Esse montante colocava a família de Maria de Souza da Silveira entre as mais ricas da região.

Em nível intermediário de riqueza, entre Francisca e Maria de Souza da Silveira, Manuel de Souza Leal²⁷ foi o terceiro coproprietário. Ele tinha um montante de cinco contos duzentos e vinte e nove mil trezentos e sessenta réis. Manuel possuía oitenta e oito braças,²⁸ avaliadas por oitenta e oito mil réis, mais quarenta e seis cabeças de gados diversos e sete escravos.

Manoel Barbosa de Sá²⁹ e Quitéria Maria de Jesus³⁰, foram os quartos coproprietários. Tiveram nove filhos e possuíam um terreno no valor de noventa mil réis, quarenta e seis cabeças de gados e sete escravos. Todos esses bens somaram um montante total de cinco contos duzentos e vinte e nove mil réis. Os quatro coproprietários possuíam juntos mais de seiscentas braças de terras adquiridas por heranças, na fazenda Paus Pretas, uma das mais antigas da região.

Em outra fazenda-condomínio mista, denominada Mulungú, outro grupo, formado por nove coproprietários, registrou posses adquiridas por herança e por compra. Gonçalo Theodório de Oliveira, Antonio dos Anjos de Farias e Barnabé de Souza, herdaram suas glebas dos pais, Theodorio de Oliveira e Inácia Maria. Antonio Fillipe Nere herdou da sua sogra, Anastácia Maria. Vicente José de Araújo herdou da sogra, Inácia Maria. Porém, José Domingues de Farias comprou a Anna Fillipa e Victorino da Silva Barros comprou duas posses, uma a Anna Gomes de Oliveira e outra a Ângelo Pele da Costa. Essas relações estavam baseadas nos costumes e na estrutura social e econômica da região. Um dos aspectos dessa economia era a escassez de dinheiro em espécie e o uso do sistema de créditos para pagamentos. Escravos, joias, terras e animais funcionavam como moedas de pagamentos, em algumas situações, inclusive para pagar os custos dos processos de inventários *post mortem*.

A partilha hereditária, ao contrário de promover a separação, transformava os herdeiros em novos co-proprietários e, assim, contribuiu para o fortalecimento do sistema condominial de propriedade privada familiar, fornecendo elementos para a constituição de uma rede de sociabilidade que teve como papel maior a sustentação das copropriedades latifundiárias nas mãos do grupo de famílias tradicionais da região.

27 LAPEH/UFPE - Inventário de Manoel de Souza Leal. Este documento faz parte da coleção de inventários *post-mortem* do Sertão do Médio São Francisco, século XIX, em microfilmes e em papel.

28 Equivalente a 99 m².

29 LAPEH/UFPE - Inventário de Manoel Barbosa de Sá, 1887. Este documento faz parte da coleção de inventários *post-mortem* do Sertão do Médio São Francisco, em microfilmes e em papel.

30 LAPEH/UFPE - Inventário de Quitéria Maria de Jesus, 1859. Este documento faz parte da coleção de inventários *post-mortem* do Sertão do Médio São Francisco, século XIX, em microfilmes e em papel.

As fazendas de criar das vilas de Tacaratú e de Floresta, onde se desenrolavam as principais atividades econômicas, foram, também, lugares de uma diversidade de relações sociais convenientes. Certamente, as redes de sociabilidade, conectadas pelos matrimônios, patrimônios e pela política, os três tipos de ligações maiores, promoveram a reprodução do patrimônio fundiário familiar. Quer se tratassem de relações formais ou informais, estavam no cotidiano dessa sociedade elitista. Entretanto, apesar da importância de cada uma das ligações, isoladamente, nenhuma delas pode ser considerada mais importante que a outra.

1.2.2 Cossenhores de Escravos

Segundo Emanuele Carneiro de Maupeou³¹, no Sertão do Sub-Médio São Francisco, a escravidão persistiu, mesmo por entre aquelas famílias que não tinham mais os meios de manter seus cativos. O contexto de empobrecimento e de crise levou, através de partilhas sucessivas de bens entre descendentes das antigas famílias de colonos, à fragmentação do patrimônio familiar. Estas famílias que, em momentos de dificuldade, vêm-se na impossibilidade de manter intacta a riqueza acabam utilizando estratégias de preservação, se não do patrimônio familiar inteiro, pelo menos de uma posição social que as identifiquem com a camada de proprietários de gados, terras e escravos. É dentro

desta lógica que práticas, como a de copropriedade da terra, desenvolveu-se com o objetivo de evitar um real desmembramento da grande propriedade.

A análise da partilha de bens indica que a mesma estratégia adotada para evitar o desaparecimento de grandes propriedades rurais de Floresta e de Tacaratú, foi adotada para evitar que a família fosse obrigada a se desfazer de seus cativos após a morte do proprietário. O relativamente baixo plantel de escravos e o grande número de herdeiros por família, impedia que cada um herdasse um cativo individualmente. Além disto, numa sociedade onde as transações comerciais não se baseavam essencialmente no dinheiro em espécie, nem sempre era vantajoso vender um cativo, bem mão-de-obra caro e que poderia servir a toda uma família.

Neste cenário, tornou-se comum que, no momento da realização de um processo de inventário *post mortem*, um mesmo escravo fosse partilhado por vários herdeiros. Entretanto, em muitos casos, onde o número de escravos era menor que os de herdeiros, um cativo era usado em comum pelos herdeiros. Por exemplo, se a família possuía nove filhos e três escravos, após a morte do senhor ou senhora, caberia um escravo para servir a três herdeiros. Este sistema de trabalho foi chamado de *co-senhorio*³². No processo de inventário *post-mortem* de Custódia Gomes de Sá³³ ficaram evidentes como ele funcionava na prática.

31 MAUPEOU, Emanuele Carneiro de. *Cativeiro e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1888)*. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado em História). Todos os dados citados neste artigo sobre « cossenhório de escravos » estão baseados nas pesquisas de Emanuele Carneiro de Maupeou, a quem sou muito grata pelo forte apoio documental, tão importante na construção do meu trabalho.

32 LAPEH/UFPE - O termo é utilizado em um documento do período, uma *Ação de Liberdade da Escrava Marcela*, Floresta, 1886.

33 LAPEH/UFPE - *Inventário de bens de Custódia Gomes de Sá*, 1886, Floresta.

Quando faleceu em 1886, Custódia deixou, entre outros bens, cinco escravos para serem divididos entre o viúvo Capitão Antônio Gonçalves Torres da Silva e os oito filhos maiores do casal. Assim, na partilha, os escravos Saturnino, de vinte e cinco anos, avaliado em duzentos mil réis, e Rita, quarenta e sete anos, avaliada em cem mil réis, couberam ao meeiro. Entretanto, os outros três cativos declarados no inventário foram divididos em partes desiguais, de modo que todos os filhos do casal herdaram partes em escravos.

Desta maneira, no escravo José, de dezoito anos, avaliado no inventário *post-mortem* em quatrocentos mil réis, o viúvo herdou uma parte, no valor de duzentos e cinquenta mil réis, o segundo filho do casal, uma parte, no valor de cinquenta mil réis e o filho mais novo, uma parte, no valor de cem mil réis. Da mesma forma, a escrava Joanna, de vinte nove anos, avaliada em trezentos mil réis cabe, na partilha, à filha mais velha numa parte, no valor de cento e vinte mil réis, à terceira filha, numa parte no valor de cem mil réis e ao sétimo filho, numa parte no valor de oitenta mil réis. Finalmente, uma última escrava, de dezesseis anos e avaliada em trezentos e cinquenta mil réis, foi dividida entre a segunda filha, que herdou uma parte no valor de cinquenta mil réis, o quarto, o quinto e o sexto filho do casal, que herdaram cada uma, parte no valor de cem mil réis. Percebe-se, assim, que todos os filhos do casal receberam partes em escravos de valores semelhantes ou aproximados, tornando-se cossenhores dos escravos. O condomínio de terras familiar e o cossenhório de escravos serviram como conectores na rede de sociabilidade patrimonial.

Em uma primeira análise, uma divisão tão complicada dos cativos parece indicar que

estes seriam vendidos e o valor em dinheiro dividido entre os herdeiros. Entretanto, outros casos mais complexos, em que partes de escravos herdadas eram re-divididas em heranças sucessivas, comprovam que o cossenhório de escravos não era apenas um artifício jurídico, mas uma prática comum na região e um dos meios pelos quais os herdeiros continuavam ligados, após as partilhas sucessivas. Não é incomum encontrar inventários de pessoas que falecem e deixam como herança, não escravos, mas partes nestes.

Na maioria dos casos, “dividir” um escravo significava continuar os laços familiares pela cossenhório do escravo, que ficava ao serviço da família. Na prática cotidiana, esta divisão se traduzia pela utilização do trabalho do cativo por vários herdeiros, senhores ou senhoras, de acordo com as necessidades de cada um e com o valor que cabia a cada um deles. Muitos herdeiros moravam não muito longe uns dos outros, nas terras dos antigos latifúndios, num sistema de condôminos. Deste modo, era possível para escravo de vários senhores se movimentar por entre as copropriedades e servir a todos.

Os descendentes das antigas famílias da região adaptaram a essa prática escravista à realidade de crise, explorando em copropriedade a mão-de-obra cativa de acordo com as possibilidades existentes.

1.3 REDE C – NA TRILHA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As ligações entre titulares de cargos administrativos envolviam, no mínimo, um parente na trajetória política. Um único membro

em cada uma das famílias (Novaes, Souza Ferraz, Lopes Diniz e Gomes de Sá) e oitenta e oito pessoas, ligadas por laços de parentesco, estavam conectadas no exercício de funções e cargos na política, na organização militar e na judicial das vilas de Tacaratú e Floresta. Essas pessoas formaram a rede de funcionários da administração pública ao longo de um século. O total de homens dessas famílias na administração pode ter sido maior do que as nossas fontes permitiram visualizar, entretanto, todos tiveram papéis decisivos na política, na administração, ocupando cargos centrais.

Na jurisdição do Sertão do Pajeú e, especificamente, na Vila de Floresta, vinte e cinco membros da família Lopes Diniz ocuparam posições de poder e autonomia na administração judicial e militar. Para Graça Salgado, a noção de justiça, no período colonial, tinha um sentido bem mais amplo do que na contemporaneidade. Além da relação com o aparelho judicial, era, igualmente, sinônimo de legislação, lei e direito³⁴. Com isso, a Coroa concedia poderes imensos e autonomia aos homens investidos nos cargos administrativos. Segundo Victor Nunes Leal³⁵, a justiça eletiva, com atuação nos municípios, constituía importante instrumento de dominação do senhoriato rural, cuja influência elegia juízes, vereadores e outros funcionários subordinados às câmaras. O primeiro filho de Manuel Lopes Diniz, o coronel Manoel Lo-

pes Diniz, foi o primeiro membro da família a entrar para administração judicial. A sua passagem na administração deixou marcas de sua influência na trilha dos demais familiares que vieram a compor a rede administrativa nas gerações futuras. Em 1802, quando o juiz ordinário deveria ter sido eleito pelas câmaras municipais, Manoel Lopes Diniz *foi nomeado por mérito pessoal* (grifo nosso), juiz ordinário do Julgado do *Certão* do Pajeú para exercer, durante um ano, a serventia do ofício³⁶. O papel da Justiça Real era diverso, absorvendo atividades políticas e administrativas, ao mesmo tempo em que coexistia com outras instituições judiciais, como a justiça eclesiástica e a da Inquisição.

O cargo de juiz ordinário foi criado no ano de 1532 e, segundo Graça Salgado³⁷, era eletivo pela Câmara Municipal, com alçada sobre as demandas ali acontecidas. Os ocupantes do cargo não tinham formação jurídica, obrigatoriamente. Nessa época, o analfabetismo era altíssimo, sendo normal que, entre os juízes ordinários, houvesse homens de pouquíssima instrução escolar, pois a única condição exigida para ocupar o cargo era a mesma dos demais membros da Câmara: que fossem “homens bons”, ou, pessoas influentes na comunidade, por sua riqueza.

As atribuições de um juiz ordinário eram amplas. A pluralidade de atribuições que tinha, tornava-o, em geral, responsável por as-

34 SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1895. p. 73.

35 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 186.

36 Livro Registro de Provisões 1/8, na folha 79, Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano. Ele foi nomeado e provido no cargo por Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, do Conselho de S.A.R., Bispo de Pernambuco, Pedro Sheverim, chefe de esquadra e intendente da Marinha, desembargador José Joaquim Nabuco de Araújo, ouvidor geral desta Comarca, governadores interinos da capitania geral de Pernambuco.

37 SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1895. p. 75.

pectos administrativos e fiscais, além dos especificamente judiciais. Além disso, em conjunto com os demais oficiais da Câmara – os vereadores e o procurador – também elaborava a legislação local. Possuía, igualmente, atribuições do ministério público, como as de representar a Câmara contra as ações particulares que prejudicassem o interesse comum.

Floresta só conheceu a sua primeira Câmara de Vereadores na década de 1840, quando foi elevada à categoria de vila. Em 1846, a pedido do Presidente da Província, a Câmara de Floresta foi empossada pelo juiz de paz do Distrito de Fazenda Grande e major da Guarda Nacional, Francisco de Barros do Nascimento, neto de Manuel Lopes Diniz e o responsável financeiro de todos os negócios da família. Ele era primo e herdeiro político do seu sogro, o capitão Francisco Alves de Carvalho, primeiro juiz de paz de Fazenda Grande, provido no ano de 1830. Conectados por laços familiares bem próximos, também se conectaram por ligações políticas, acumularam cargos e sucederam-se uns aos outros.

No ano de 1847, depois que Francisco de Barros do Nascimento cumpriu o seu mandato de um ano no cargo de juiz de paz, o seu sogro e primo volta ao cargo e, depois, em 1848, Francisco Barros do Nascimento, toma posse, outra vez. Continuando na política, pelo partido conservador, nas eleições de 1847, ele se tornou um dos doze eleitores de senadores e deputados provinciais. Em 1864, Francisco Barros do Nascimento foi presidente da Câmara Municipal da Vila de Floresta, então restaurada. Num quadro como este, era muito comum que as autoridades se confundissem em suas atribuições de juiz, major da Guarda Na-

cional, eleitor, Presidente da Câmara, como foi o caso de Francisco Barros do Nascimento.

A primeira Câmara de Vereadores da vila de Floresta, empossada em 1846, já estava adequada às reformas da legislação eleitoral do Império. A Lei de 1º de outubro/1828 determinava que “As Câmaras das cidades se compõem de nove membros, e as das vilas de sete, e de um secretário”. O vereador mais votado exercia a função de presidente da Câmara, o que corresponderia, hoje, ao cargo de prefeito e as eleições eram realizadas de quatro em quatro anos. A Constituição do Império retirou a atribuição jurídica das Câmaras e eliminou a função de juiz ordinário e instituiu os cargos de juiz municipal ou de paz, promotor e juiz de órfãos.

As Câmaras, transformadas em corporações administrativas, também perderam parte de sua antiga autonomia, ao serem submetidas ao controle dos Conselhos Gerais e de Presidentes de Província. Mesmo tendo reduzidas suas atribuições, as Câmaras, em âmbito local, abrangiam amplos aspectos da vida cotidiana dos moradores, legislando e administrando as relações sociais, econômicas e políticas. Entre suas atribuições, destacavam-se: a elaboração e aprovação do Código de Posturas Municipais em que se estabeleciam as normas para o funcionamento do comércio, da utilização/preservação do espaço urbano e dos recursos naturais da vila, além da regulamentação do comportamento e da convivência social. Os vereadores eram os responsáveis pela fiscalização dos funcionários, pela realização das eleições e, principalmente, pela vigilância, para que as “posturas”³⁸ fossem obedecidas com a aplicação e o recolhimento de multas aos infratores.

38 Postura municipal era a ordem emanada das câmaras municipais, que obrigava ao cumprimento de certos deveres de ordem pública.

Uma das características marcantes da primeira Câmara de Floresta são as fortes relações de parentesco e amizade entre os políticos. O vereador Norberto Gomes dos Santos era genro do juiz de paz Francisco Alves de Carvalho, o vereador Manuel da Silva Leal era primo e cunhado do presidente da Câmara, Serafim de Souza Ferraz, era amigo do vereador José Rodrigues de Moraes, ao ponto de entregar a este a presidência da Câmara, nas suas ausências, o que afirma a trama de solidariedades diversas desses membros da elite.

Uma presença que se repetiu nas duas Câmaras foi a do presidente, na pessoa de Francisco de Barros do Nascimento, figura de destaque na política, entre os descendentes da família Lopes Diniz e de outras, na região, ocupando posições chaves, seja na Câmara, como no judicial e na polícia. Ele foi delegado do termo de Floresta, primeiro suplente de juiz municipal e de órfãos, também, do termo de Floresta, procedeu o inventário do tenente coronel Serafim de Souza Ferraz, foi juiz de paz, suplente de vereador e vereador. Norberto Gomes dos Santos, bisneto de Manuel Lopes Diniz, foi mais um membro da rede, compondo o quadro da primeira Câmara de Vereadores de vereadores.

As Câmaras de Floresta e de Tacaratú, como instituição, foram um lugar essencial para as articulações. Rapidamente, elas se constituíram em órgão de defesa dos interesses dos fazendeiros coproprietários locais. O perfil dos componentes das Câmaras Municipais, desde a sua instituição, é caracterizado pela presença maciça de coproprietários de terras, cosseñhores de escravos e criadores de gados. Constatamos que estava presente todo o segmen-

to de “homens bons” da localidade pertencentes às famílias tradicionais. De dezoito vereadores, em três legislaturas, a maioria tinha algum grau de parentesco ou amizade e assumiu na Câmara por mais de uma vez, potencializando a influência dos grandes proprietários e de seus descendentes.

A ver pelos nomes que compuseram as atas de eleitores, constatamos que membros das famílias Gomes de Sá ocuparam posição de influência nas duas vilas, seus nomes estão presentes em ambas, mas, pelo número de votos obtidos individualmente, eles eram mais fortes em Tacaratú, onde foram os três primeiros mais votados e somaram quatro, entre os nove eleitos.

Mapeando lugares de poder que os coproprietários abastados ocuparam, constatamos que os mais frequentes foram de comandantes e oficiais das Ordenanças das jurisdições³⁹. José Gomes de Sá esteve no comando da jurisdição da Varge da Ema, fazendas Quixabá e Varge Redonda, no Rio de São Francisco, onde embarcava e desembarcava todo o comércio desse rio. A sua jurisdição compreendia, também, três fazendas: Atalho, Papagaio, Riacho, na foz do Riacho dos Comandantes, como se chamava anteriormente o Riacho dos Mandantes, por separar as jurisdições dos capitães comandantes José Gomes de Sá e do seu irmão Cypriano Gomes de Sá, cuja autoridade começava e se estendia pelas paragens que beiravam o rio São Francisco, abrangendo quatro fazendas: fazendas Crauatá, Ambrósio, Sabiucá e Barra, todas localizadas no município de Floresta. A jurisdição do comandante Inácio Gonçalves Torres compreendia cinco fazendas: Tacurubá, onde começam as ilhas do São Francis-

39 FERRAZ, Carlos. Op. cit. pp. 39-40.

co e também as fazendas Jatinan, Pedra, Cana Braba e Alegria.

Entre os dois tipos principais de rede de sociabilidade dos coproprietários (a da administração e a das terras), existe certamente uma ligação mais forte. De modo geral, os Gomes de Sá se projetaram no rio São Francisco, no Riacho dos Mandantes, em Fazenda Grande, em Tacaratú e no Sertão. Os Souza Ferraz e Rodrigues de Moraes destacaram-se no Riacho do Navio. Alexandre Rufino Gomes foi líder da Barra do Pajeú. Os Sá e Silva e os Silva Leal, lideravam na confluência do Pajeú. Os Novaes, no Pajeú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coletivas ou individuais, as conexões da rede política nas vilas de Floresta e Tacaratú, foram baseadas na reciprocidade de interesses pelo poder, via acumulação de cargos na estrutura da administração judicial, militar, política e policial nas mãos dos mesmos grupos familiares.

Fizemos uma análise com base na micro-histórica, na prosopografia e na história serial. Consideramos, então, que os problemas e contradições ocorridas em Tacaratú e Floresta também ocorreram em vilas de outras províncias ou podiam ocorrer em qualquer outro lugar. No contexto das vilas de Floresta e de Tacaratú, filhos da elite se encontraram e, de modo semelhante, ligaram-se ao poder político local, seja conservador ou liberal, nas diversas instâncias administrativas, judicial, policial e militar.

A leitura “construtivista” do termo sociabilidade permite dizer que ele exprime, em primeiro lugar, a riqueza da vida social cotidiana.

Neste sentido, trabalhamos as relações de sociabilidade desenvolvidas entre os coproprietários de Floresta e Tacaratú. As relações que os conectavam não eram unicamente políticas: elas eram indissociavelmente políticas, familiares, profissionais, econômicas, amigáveis, conflituosas.

Ter propriedade de terras, de escravos e de gados foi decisivo no papel que certos indivíduos ocuparam nesta sociedade. Num espaço onde as relações pessoais podiam dar sustentação à condição social, colonizadores recém-chegados, que se instalaram primeiramente na condição de fazendeiros, donos de escravos e criadores de gado *vacum*, logo, passaram à condição de altos funcionários da administração da Coroa no Brasil, como oficiais das Ordenanças e, depois, no exercício de cargos públicos eletivos. Eles foram investidos de autoridade e de autonomia. As suas práticas exprimiam estratégias que reforçavam essa autonomia social, política e economicamente indissociáveis. A releitura da vida política desses proprietários, pelo ângulo das práticas de sociabilidade indicou que a politização desse grupo foi inseparável das condições de vida e trabalho e, por conseguinte, do espaço que construíram. A sociabilidade como uma categoria de análise de grupos sociais é um convite para percorrer as relações que tecem a organização social e as suas práticas políticas.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BARBOSA, Bartira e FERRAZ, Socorro . *Sertão, um espaço construído*. Universidad de Salamanca – Centro de estudios brasileños, Impreso na Espanha, 2005, p. 15.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BURLAMAQUI, Maria Ferreira Burlamaqui. *Trajetórias e Práticas de Sociabilidade na Apropriação de Terras: Floresta e Tacaratú, 1840 a 1880*.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Floresta do Navio. Capítulo da História Sertaneja. Biblioteca Pernambucana de História Municipal 26. Centro de Estudos de História Municipal, Recife, 1992, p. 57.

FERRAZ, Tatiana Valença. A Formação da Sociedade no Sertão de Pernambuco: trajetória de formação de núcleos familiares. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação de Mestrado em História) p. 40.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta, uma terra, um povo*. Coleção Tempo Municipal, vol. 14. FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Floresta, 1996, p. 56.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. O município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 186.

LINHARES, Maria Yeda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo: Nacional, 1983.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. *Cativeiro e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1888)*. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

SALGADO, Graça. Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1895. p. 75.

SILVA, Lígia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio, efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. P. 80.

ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS E TRANSFORMISMO POLÍTICO: PODER E DOMINAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

João Emanuel Evangelista, Gustavo César de Macêdo Ribeiro

RESUMO

Este artigo analisa os contornos assumidos pelas disputas eleitorais no Rio Grande do Norte. A polarização advinda dos tempos do regime militar entre os grupos clânico-oligarquicos liderados pelas famílias Alves e Maia no referido estado (agrupados partidariamente no PMDB e PFL/DEM, respectivamente) continua, após a redemocratização, a influenciar decisivamente a formação de alianças políticas, bem como as dinâmicas eleitorais no estado, no período 1994-2010. Nos anos 2000, num típico caso de transformismo político, conforme a elaboração gramsciana, Wilma de Faria (PSB), originária dos grupos políticos tradicionais, desponta no cenário político com uma vitória para o governo do estado. Entre disputas internas e arregimentação de grupos políticos secundários (que vão desde grupos familiares com influência no interior do estado aos partidos de esquerda, como o PT), esses três grupos monopolizam a cena política, mantendo no estado um padrão bipolar de disputa eleitoral.

Palavras-chave: Política; Eleições; Hegemonia; Transformismo; Oligarquias

DEMOCRATIC ELECTIONS AND POLITICAL TRANSFORMISM: POLITICAL DOMINATION AT RIO GRANDE DO NORTE STATE

ABSTRACT

This article examines the contours assumed by the elections disputes at the Rio Grande do Norte State. The polarization between the groups clan-oligarchic led by the Families Alves and Maia in the referred state (grouped adherently at the PMDB and PFL/DEM parties, respectively), arising from the times of Military Regime, continues after the redemocratization to influence decisively the formation of political alliances, as well the electoral dynamics at the State, at the period from 1994 to 2010. At the 2000's, in a typical case of political transformism, according to Gramsci's political theory, Wilma de Faria (PSB), originating from traditional groups, emerges on the political scene with a victory for the state government. Between infighting and regimentation of secondary political groups (that includes other familiar groups in the countryside of the state and Left Parties, as the PT), this three groups monopolize the political scene, keeping a bipolar pattern of electoral dispute.

Key words: Politics; Elections; Hegemony; Transformism and Oligarchies

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN).

E-mail: joao.e.evangelista@gmail.com.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN). E-mail: gustavo.cmr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A modernização capitalista no Brasil seguiu uma lógica histórica retardatária em relação aos países capitalistas centrais. Houve, durante muitas décadas do século XX, o predomínio incontestado da sociedade política sobre a sociedade civil, cujo fortalecimento também foi muito lento e tardio. Somente depois do expressivo desenvolvimento capitalista e intenso processo de urbanização, ocorrido a partir do governo Kubichek e, em especial, durante o regime militar, surgiu uma sociedade civil diversificada e complexa, criando um novo equilíbrio nas relações entre a sociedade política e a sociedade civil na composição do Estado ampliado brasileiro (Gramsci, 2000; Coutinho, 1999). Isso ocorreu, sobretudo, nas unidades federativas mais desenvolvidas que atuam como polos dinâmicos da modernização capitalista, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse fenômeno não foi homogêneo na sociedade brasileira. Nas regiões periféricas, como as unidades federativas nordestinas, com exceção de alguns estados com tradição histórica de grandes lutas e movimentos sociais, caso de Pernambuco, continuou a imperar uma forte assimetria entre a sociedade política e a sociedade civil, com a centralidade da sociedade política.

Essa relação assimétrica entre um Estado forte e hipertrofiado e uma sociedade civil frágil e gelatinosa produziram um deslocamento das lutas e conflitos da sociedade civil para o interior do Estado no sentido estrito, que desempenha o papel de centro impulsionador de mudanças políticas e socioeconômicas. Com isso, as disputas políticas entre os diferentes segmen-

tos das classes dominantes são concentradas na luta pelo controle dos aparatos governamentais e da burocracia do Estado brasileiro, que se torna o palco privilegiado dos conflitos e das contradições em torno do acesso aos fundos públicos, da definição de políticas públicas e da distribuição da riqueza social produzida. Esse cenário sociopolítico é muito apropriado para a reprodução da tradição patrimonialista nas relações entre o Estado e a sociedade civil na sociedade brasileira (Evangelista, 2006b, p. 4).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira como consequência necessária da modernização capitalista tomou a forma de revolução passiva, com a generalização da prática política do transformismo pelas classes e seus grupos político-partidários dominantes. No Brasil, as contradições sociais e os conflitos políticos engendrados no processo histórico são sempre adiados e nunca são superados; ao contrário, as posições que representam o velho e o novo e o moderno e o arcaico encontram numa monótona reiteração em formas heteróclitas de combinação e acomodação. A “conciliação pelo alto” entre os grupos políticos dominantes e a incorporação e cooptação transformistas dos grupos subalternos e dos movimentos potencialmente transformadores são estratégias complementares que predominam nos momentos históricos decisivos (Coutinho, 1988; Gramsci, 2002; Vianna, 1997). Assim, o bloco hegemônico é composto por grupos político-partidários que podem se revezar no governo e na oposição e disputar nos processos eleitorais a condição de grupo político governante. A hegemonia é exercida por diversos grupos e alianças político-partidários que objetivam o controle do governo nos diferentes níveis. Não há

diferenças substanciais de visão de mundo entre esses diferentes grupos político-partidários que constituem o bloco hegemônico, que tanto podem ser adversários como aliados políticos nas eleições realizadas em diferentes momentos e processos eleitorais.

2. A TRADIÇÃO HISTÓRICA DA BIPOLARIZAÇÃO POLÍTICA E ELEITORAL

A política norte-rio-grandense possui uma longa tradição histórica de bipolarização entre duas grandes lideranças e seus respectivos grupos políticos que competem para dirigir a sociedade e comandar o governo e o aparelho de Estado em aliança com lideranças políticas secundárias ou auxiliares. Nos anos 1960 e 1970, as disputas políticas ocorriam entre o dinartismo, liderado por Dinarte Mariz, e o aluizismo, comandado por Aluizio Alves, abrigados no início em facções dentro da antiga ARENA – “ARENA Vermelha” e “ARENA Verde” e, depois, no PDS e no MDB, respectivamente. Nos anos 1980 e 1990, a competição se dava entre o “maismo, liderado por Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia no PDS e, depois”, PFL, e o “aluizismo”, comandado por Aluizio Alves, Henrique Alves e Garibaldi Alves Filho no MDB e, depois, PMDB. Ao longo do tempo, a família Rosado, que comanda tradicionalmente a política em Mossoró, segunda maior cidade, dividiu-se em duas facções políticas que estabelecem alianças com os dois grupos oligárquicos dominantes que ocupam a condição de governo e de oposição (Evangelista, 2006a).

Com a redemocratização do país e a consolidação da democracia eleitoral e do multipartidarismo, as polarizações entre dois blocos político-partidários, que obedecem a uma lógica clânico-oligárquica, incorporaram novos atores políticos e sociais, que adquiriram maior complexidade e diversidade. Além disso, os clãs políticos Maia e Alves sofreram divisões internas, com importantes consequências para o rearranjo das forças políticas no cenário estadual. Neste processo, uma “terceira força” surge e consolida-se: a liderança de Wilma de Faria¹. Contudo, mesmo com sua ascensão, a dinâmica do sistema político estadual manteve-se condicionada pela competição e movimentação, num padrão bipolar, entre três grupos político-partidários principais – José Agripino Maia/DEM, Garibaldi Filho/Henrique Alves/PMDB e a própria Wilma de Faria/PSB – que se alternam no comando do aparelho governamental como governo e como oposição e estabelecem entre si alianças pendulares.

O senador José Agripino Maia é filho e herdeiro político do ex-governador Tarcísio Maia (1975-1978), que foi indicado de forma indireta para o cargo com o apoio do então senador Dinarte Mariz (ARENA/PDS), de quem havia sido Secretário de Educação em seu governo no período de 1955 a 1960. Nesse início da sua carreira política, Tarcísio Maia elegeu-se deputado federal pela UDN (1959-1963) com atuação pouco expressiva. José Agripino ingressou na política como prefeito indicado de Natal, em 1979, por seu primo e também governador indireto Lavoisier Maia (1979-1982). Fazia parte da geração de jovens prefeitos das capitais nordestinas, com formação profissio-

1 Primeiro filiada ao PDT, consolida sua figura pública filiada ao PSB, partido que ajuda a expandir no plano estadual.

nal universitária e perfil tecnocrático, que foram indicados para os cargos pelo governo militar num esforço de renovação de suas lideranças no Nordeste. Na prefeitura, construiu sua liderança política promovendo a expansão habitacional e a modernização urbana de Natal, através do incentivo e apoio ao desenvolvimento do turismo e construção de avenidas e conjuntos habitacionais em bairros populares periféricos. Em 1982, na primeira eleição direta para os governos estaduais depois do golpe civil-militar de 1964, candidato pelo PDS, foi eleito governador (1983-1986) vencendo a mitológica liderança do ex-governador Aluizio Alves (1961-1966).

Depois disso, disputou todas as eleições e tornou-se uma das mais importantes lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Nas eleições de 1986, foi eleito senador; nas eleições de 1990, foi eleito governador (1991-1994) pela segunda vez. Nas eleições de 1994 elegeu-se novamente senador e renovou seu mandato senatorial nas eleições de 2002 e 2010. Contudo, foi candidato derrotado a governador nas eleições de 1998, com o apoio do PSB de Wilma de Faria, quando perdeu para Garibaldi Alves Filho, que foi reeleito. Nos últimos anos, tornou-se uma das mais importantes lideranças nacionais do antigo PFL e do atual DEM, que dirige o bloco liberal-conservador em aliança orgânica com o PSDB e o PPS, com destacada atuação no Congresso Nacional em apoio e sustentação ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de oposição sistemática ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff.

O antigo “aluizismo”, que se transformou em “alvismo”, identifica-se com o PMDB no Rio Grande do Norte. Com o passar dos anos, as limitações de saúde trazidas pela idade avançada impôs a transferência da liderança de Aluizio Alves² para Henrique Alves, seu filho, e Garibaldi Alves Filho, seu sobrinho. Essa liderança compartilhada nem sempre é exercida sem conflitos, provocados por eventuais divergências entre os interesses políticos de Garibaldi e de Henrique, o que leva o PMDB a uma situação de ambiguidade e/ou de paralisia em certos contextos eleitorais. Apesar do desejo e dos esforços de Aluizio Alves, Henrique Alves não conseguiu, até agora, ocupar nenhum cargo executivo. Em 1988, foi candidato do PMDB à sucessão de Garibaldi Alves Filho à Prefeitura de Natal, sendo derrotado por Wilma de Faria (que à época ainda era Wilma Maia, pois era esposa de Lavoisier Maia). Em 1992, foi candidato, mais uma vez, a prefeito de Natal e perdeu, no segundo turno, para o desconhecido Aldo Tinoco, engenheiro sanitário, apoiado por Wilma de Faria. No segundo mandato como governador de Garibaldi Alves Filho, mais uma vez fracassou a estratégia de capacitar Henrique Alves para disputar com chances de vitória a sucessão estadual em 2002. Em contrapartida, Henrique Alves possui uma trajetória política marcada por votações expressivas na renovação consecutiva do seu mandato de deputado federal desde 1970, sobressaindo-se sempre como um dos deputados federais mais votados na bancada potiguar. Tornou-se uma das principais lideranças e articuladores políticos do PMDB na Câmara dos Deputados.

2 Aluizio Alves faleceu em maio de 2006.

Por sua vez, a trajetória política de Garibaldi Alves Filho começou com sua eleição para a Assembleia Legislativa em 1970 pelo antigo MDB. Depois de quatro mandatos como um dos deputados estaduais mais votados, Garibaldi Filho derrotou Wilma de Faria – à época Wilma Maia -, representante do grupo Maia, sendo eleito prefeito de Natal em 1985, na primeira eleição direta para as capitais brasileiras depois do golpe militar de 1964. A candidatura de Garibaldi Filho representava a ampla aliança das forças políticas que estiveram à frente da resistência democrática durante o regime autoritário. Nestas eleições, o grupo Alves recuperou seu prestígio e força política, depois da estonteante derrota sofrida por Aluizio Alves, pelo PMDB, no confronto com o jovem José Agripino Maia, pelo PDS, nas eleições para governador em 1982. Depois do mandato de prefeito da capital, foi eleito senador em 1990 e em 1994 foi eleito no primeiro turno como governador do Rio Grande do Norte, com 52,7% dos votos, derrotando Lavoisier Maia (PDT), 38,7% dos votos, que teve o apoio de José Agripino (PFL). Em 1998, foi reeleito governador com 50,2% dos votos no primeiro turno, vencendo José Agripino (PFL), que obtém 41,3% dos votos. Deixou o governo para concorrer e ser eleito ao senado nas eleições de 2002.

Amargou sua primeira derrota eleitoral ao perder, no segundo turno, as eleições para o governo estadual em 2006 para Wilma de Faria, reeleita governadora do Rio Grande do Norte³. Apesar de derrotado, Garibaldi Filho confirmou sua liderança política com vitória eleitoral nas maiores cidades da região metropolitana de

Natal: perdeu em Natal (1º turno: 43,3%, 2º turno: 47,5%), mas venceu em Parnamirim (1º turno: 54,1%, 2º turno: 56,6%), em São Gonçalo do Amarante (1º turno: 52,8%, 2º turno: 54,7%) e em Macaíba (1º turno: 56,3%, 2º turno: 57,9%). Em 2010, em aliança com José Agripino, com a estratégia do “voto casado”, foi reeleito como o senador mais votado (TSE).

Em mais uma dessas ironias da história, José Agripino, o algoz do patriarca Aluizio Alves em 1982, tem conseguido sobreviver ao declínio nacional do DEM através do apoio ativo de Garibaldi Filho nos últimos processos eleitorais. Num olhar retrospectivo sobre a política potiguar, uma das “novidades” mais recentes é a reiterada aliança político-eleitoral estabelecida entre Garibaldi Filho (PMDB) e José Agripino (DEM).

3. O SURGIMENTO DE UMA “TERCEIRA FORÇA”

Wilma de Faria lidera, no PSB, o terceiro grande grupo político-partidário estadual. Trata-se de um caso típico de renovação política transformista num contexto de dominação clânico-oligárquica, em que uma liderança com origem no grupo Maia, que surgiu como base de apoio ao regime militar, operou uma transmutação ao migrar para partidos políticos que nacionalmente se situam no espectro de centro-esquerda e de esquerda. Ao mesmo tempo, atua com um discurso de esquerda e reproduz práticas e valores políticos conservadores tradicionais – como, por exemplo, o personalismo, o fa-

3 Para uma análise das eleições de 2006, ver Spinelli (2010).

milismo, o clientelismo e o assistencialismo⁴ –, ocupando o espaço político da esquerda local.

Seu ingresso na política decorreu dos seus vínculos familiares com o grupo Maia, na condição de esposa do governador indireto Lavoisier Maia⁵, organizando as ações de assistência social do governo estadual. No governo de José Agripino, eleito em 1982, assumiu a Secretaria de Trabalho e Ação Social, dando continuidade ao assistencialismo oficial com grande foco em Natal. Suas relações com as comunidades dos novos conjuntos habitacionais nos bairros periféricos foram suas credenciais para concorrer à Prefeitura de Natal nas eleições de 1985, perdendo para Garibaldi Alves Filho (PMDB), que era apoiado por uma aliança de forças democráticas liberais e de esquerda.

Eleita para o Congresso Constituinte, em 1986, teve destacada atuação e se aproximou da agenda e das propostas defendidas pela esquerda. Depois disso, apropriou-se da legenda do PDT, forçando a saída de militantes trabalhistas históricos, sendo eleita prefeita de Natal em 1988 ao derrotar a candidatura de Henrique Alves (PMDB), numa aliança com José Agripino (PFL), que tem Ney Lopes (PDS) como vice-prefeito. Depois disso, trocou novamente de filiação partidária e passou a controlar o PSB, mais uma vez tomando para suas mãos uma legenda de esquerda de militantes socialistas.

Como uma liderança emergente, elegeu como prefeito de Natal Aldo Tinoco (PSB), engenheiro sanitarista que era seu colaborador no secretariado municipal, em 1992, derrotando no segundo turno Henrique Alves (PMDB), que pretendia ser o principal herdeiro do aluizismo. Rompeu com Aldo Tinoco e candidatou-se novamente à eleição para Prefeitura de Natal em 1996, com o apoio de José Agripino. Nessas eleições enfrentou com sucesso a surpreendente candidatura da então deputada estadual Fátima Bezerra (PT) no segundo turno, numa campanha histórica disputadíssima – Wilma de Faria (PSB), com 51,7% dos votos e Fátima Bezerra (PT), com 48,3% dos votos –, que transformou, pela primeira vez, o PT na principal força competitiva da esquerda na política local (TSE, 1996).

Em 2000, com o apoio do governador Garibaldi Alves (PMDB), candidatou-se e foi reeleita como prefeita de Natal com 57,7% dos votos, enfrentando Fátima Bezerra (PT) – 29,4% dos votos – e Sonali Rosado (PFL), candidata de José Agripino, que obteve apenas 11,0% (TSE, 2000). Renunciou à prefeitura, sendo substituída pelo vice-prefeito Carlos Eduardo Alves (PSB), para concorrer às eleições para governador em 2002⁶. No segundo turno, venceu o candidato Fernando Frei-

4 Há, inclusive, graves acusações de práticas de corrupção, com a investigação da Polícia Federal, na Operação Hígia, sobre o envolvimento do advogado Lauro Maia, filho da ex-governadora Wilma de Faria (PSB) e do deputado estadual Lavoisier Maia (PSB). Ele é acusado de tráfico de influência na Secretaria Estadual de Saúde. Em junho de 2008, chegou a ser preso, juntamente com outros 12 investigados, pela Polícia Federal (HÍGIA, Nominuto - <http://www.nominuto.com/noticias/politica/higia-lauro-diz-que-acusacoes-sao-tentativa-de-attingir-wilma-de-faria/52203>). A Operação Hígia apura fraudes em licitações e contratos superfaturados na Secretária Estadual da Saúde, durante o governo de Wilma. Suspeita-se também que esse seria um dos mecanismos de financiamento ilegal de campanha do grupo política da ex-governadora Wilma de Faria.

5 Foi o último governador indicado, nomeado em 1978, durante o regime militar.

6 Nas eleições de 2002, no primeiro turno, Wilma de Faria (PSB) foi a mais votada com 37,6% dos votos, seguida por Fernando Freire (PMDB) com 30,9% dos votos e, em terceiro lugar, por Fernando Bezerra (PTB) com 19,9% dos votos (TSE, 2002).

re (PMDB), vice-governador apoiado por Garibaldi Filho, tendo o apoio de José Agripino (PFL) e do PT⁷: Wilma de Faria obteve 61,05% e Fernando Freire alcançou 38,95% dos votos.

Em 2006, numa eleição muito disputada, Wilma de Faria enfrentou a forte liderança de Garibaldi Filho, considerado favorito no início da campanha eleitoral. No primeiro turno, a então candidata postulante à reeleição conseguiu 49,6% e Garibaldi, 48,6% dos votos; no segundo turno, venceu a eleição com uma pequena ampliação da sua maioria eleitoral - alcançando 52,38%, contra 47,62% de seu opositor. Nessas eleições, Wilma de Faria (PSB) foi reeleita governadora, em aliança com o PT, derrotando Garibaldi Filho (PMDB), que estava aliado com José Agripino (PFL).

Contudo, no auge da sua trajetória política, quando foi reeleita governadora do Rio Grande do Norte em 2006, surgiram os primeiros sinais de declínio da sua liderança política em Natal e na região metropolitana de Natal. O seu desafiante, Garibaldi Filho, ganhou nos dois turnos da eleição na região metropolitana, enquanto Wilma de Faria ganhou somente em Natal, mesmo assim com uma diferença relativa que diminuiu no segundo turno⁸. Além disso, nessa eleição, o candidato apoiado por Wil-

ma de Faria ao senado que tentava a reeleição, Fernando Bezerra (PTB), foi derrotado em Natal por Rosalba Ciarlini Rosado (PFL), ex-prefeita de Mossoró, candidata apoiada por Garibaldi Filho e José Agripino⁹. Finalmente, em 2010, renunciou ao governo do Estado para candidatar-se sem sucesso ao Senado, sendo derrotada com a recondução dos mandatos senatoriais de Garibaldi Filho (PMDB) e de José Agripino (DEM), que se mantiveram aliados nas últimas disputas políticas locais.

4. AS FORÇAS POLÍTICAS AUXILIARES

Ao lado desses três principais conglomerados político-partidários, há grupos auxiliares, que estabelecem alianças com os grupos político-partidários principais em arranjos diferentes em cada processo eleitoral.

Dentre estas forças políticas, destaca-se a família Rosado, com base eleitoral em Mossoró e cidades circunvizinhas da região Oeste, que ocupa continuamente 2 vagas (25%) da representação política potiguar na Câmara dos Deputados há mais de 50 anos, sendo constituída por duas facções da família Rosado, hoje abrigadas no DEM e no PSB.

7 No primeiro turno, o PFL apoiou Fernando Bezerra (PTB), numa coligação entre PTB, PFL, PPS, PV, PAN e PSL, que obteve 261.225 votos (19,9%); e o PT lançou a candidatura de Ruy Pereira (PT), que alcançou 147.380 votos (11,2%), numa coligação entre PT, Pcdob, PMN e PL (TSE, 2002).

8 O resultado eleitoral, em 2006, foi o seguinte em termos relativos da preferência dos eleitores. No primeiro turno: Natal – Wilma 52,3% e Garibaldi 43,3%; Parnamirim – Wilma 42,4% e Garibaldi 54,1%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 44,9% e Garibaldi 52,8%; e Macaíba – Wilma 42,4% e Garibaldi 56,3%. No segundo turno: Natal - Wilma 52,4% e Garibaldi 47,5%; Parnamirim – Wilma 43,3% e Garibaldi 56,6%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 45,3% e Garibaldi 54,7%; e Macaíba – Wilma 42,0% e Garibaldi 57,9% (TSE, 2006).

9 No Rio Grande do Norte, numa eleição com três candidatas competitivas, a ex-prefeita de Mossoró Rosalba Ciarlini (PFL) obteve 44,18% dos votos; o senador Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e o ex-governador Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Em Natal, foi esse o resultado eleitoral: Rosalba Ciarlini com 41,99% dos votos, Fernando Bezerra com 40,28% dos votos e Geraldo Melo com 12,98% dos votos (TSE, 2006).

Sobressai-se, também, algumas lideranças emergentes, como o atual vice-governador Robinson Faria, que controlava o PMN e recentemente passou a comandar o PSD no Rio Grande do Norte, possuindo base eleitoral concentrada na região metropolitana de Natal e na região Agreste do Rio Grande do Norte; o deputado federal João Maia, que controla o PR, tendo base eleitoral principalmente na região metropolitana de Natal e na região do Seridó do Rio Grande do Norte; o prefeito Carlos Eduardo Alves, atualmente no comando do PDT, com forte presença eleitoral em Natal e também em algumas cidades da região metropolitana de Natal; e o ex-deputado federal Rogério Marinho¹⁰, que controla atualmente o PSDB, e tem sua principal base eleitoral na região metropolitana de Natal.

As lideranças intermediárias precisam ter o controle de máquinas partidárias de pequenos e médios partidos como forma de assegurar um mínimo de autonomia para aumentar seu poder de barganha nas alianças com os grupos político-partidários principais, como são o caso, por exemplo, de Robinson Faria com o PMN e o PSD, de João Maia com o PR e de Carlos Eduardo com o PDT. Essas lideranças políticas não podem abrir mão de ter o controle das máquinas partidárias, para viabilizar seus projetos políticos pessoais.

Outro fenômeno recorrente na política potiguar é a acomodação de um grupo de deputados estaduais numa determinada sigla partidária que atua como forma de aumentar o seu poder de barganha para obter acesso a recursos políticos para a reprodução da sua base político-eleitoral – sobretudo, cargos e investimentos locais – em troca do apoio necessário à sustentação parlamentar dos sucessivos governos estaduais. Foi assim no passado recente com o PL e com o PMN. É assim com o PROS, que foi criado, em 2013, no Rio Grande do Norte, sob a liderança do deputado estadual Ricardo Motta, presidente da Assembléia Legislativa, com a participação de cinco deputados estaduais¹¹.

Na esquerda, o PT e o PCdoB são as duas forças político-partidárias com maior expressão eleitoral. O PCdoB foi um aliado do projeto político de Wilma de Faria (PSB) durante seus mandatos enquanto governadora do estado. O PT, premido pela política nacional de alianças, oscilou entre a independência e o apoio político aos governos do PSB no Rio Grande do Norte.

O PT representa o maior partido da esquerda potiguar, apesar da persistente dificuldade para ampliar sua base eleitoral e superar o trauma de origem de luta interna entre lideranças de correntes-partidos que paralisam a ação partidária e impedem o surgimento de

10 Rogério Marinho é uma liderança política em declínio. Atualmente é secretário de Desenvolvimento Econômico do governo Rosalba Ciarlini. Despontou no cenário político atuando no PSB. Com o apoio de Wilma de Faria e dos recursos políticos da máquina governamental, elegeu-se vereador em 2004, ocupando a presidente da Câmara Municipal de Natal, e, depois, deputado federal em 2006. No período que antecedeu as eleições para prefeito de Natal em 2008, insurgiu-se contra a liderança de Wilma de Faria, que defendia uma candidatura de unidade da chamada base aliada do governo Lula à prefeitura de Natal. Seu projeto era ser candidato do PSB a prefeito de Natal. Perdeu a indicação na convenção eleitoral do PSB de Natal. Depois disso, ingressou no PSDB e comanda o seu diretório estadual. Conseguiu uma suplência de deputado federal na eleição de 2010. Foi candidato a prefeito de Natal em 2012, ficando em quarto lugar, com 38.575 votos (10,2%).

11 No Rio Grande do Norte, o PROS é presidido pelo deputado estadual Ricardo Motta, presidente da Assembléia Legislativa, que era filiado ao PMN, e pelos deputados estaduais Gilson Moura (ex-PV), Gustavo Carvalho (ex-PSB), Raimundo Fernandes (ex-PMN) e Vivaldo Costa (ex-PR).

um projeto político alternativo para a sociedade norte-rio-grandense. O PT local não conseguiu seguir a trajetória nacional do PT e seu desempenho político-eleitoral em outros estados do Nordeste, transformando-se em partido de massas com vocação para chegar ao poder e dirigir a sociedade.

Na ausência de um projeto político partidário, predominam os interesses e os projetos políticos das lideranças dos grupos políticos internos, numa aproximação da lógica geral de prevalência dos interesses de ascensão e sobrevivência política de lideranças individuais nos partidos políticos brasileiros. Mesmo assim, o PT tem mantido a representação política mínima de 01 deputado estadual na Assembleia Legislativa¹² e 01 deputado federal na Câmara dos Deputados.

Na trajetória petista, destaca-se a liderança da deputada federal Fátima Bezerra, que foi candidata sem sucesso à Prefeitura de Natal em quatro eleições consecutivas – de 1996 a 2008 – e tem demonstrado grande desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, sendo reconduzida para seu terceiro mandato como a deputada federal mais votada, com 220.335 votos, em 2010 (TSE, 2010). Apesar

de contradição aparente, as derrotas eleitorais em Natal criaram condições sinérgicas para a consolidação da imagem pública e da liderança de Fátima Bezerra, que tem destacada atuação parlamentar na Câmara dos Deputados¹³.

Na eleição para a prefeitura de Natal em 2012, o deputado estadual Fernando Mineiro (PT) fez uma campanha eleitoral em que se diferenciou dos demais candidatos por apresentar diagnósticos e propostas de solução para os problemas da população natalense. O caráter propositivo da sua campanha configurou um contraponto à monótona polarização promovida pelo marketing eleitoral de Carlos Eduardo (PDT) e de Hermano Moraes (PMDB). Além disso, destacou-se como um candidato que apresentou um programa de governo qualificado nos debates promovidos pelas diversas emisoras de televisão. Com isso, sua candidatura teve um grande crescimento na reta final da campanha e por muito pouco não foi para o segundo turno das eleições para disputar a Prefeitura de Natal com Carlos Eduardo Alves (PDT). No primeiro turno, Carlos Eduardo (PDT) obteve 153.464 votos (40,4%); Hermano Moraes (PMDB), 87.380 votos (23,0%); e Fernando Mineiro (PT), 85.915 votos (22,6%)¹⁴.

12 A eleição de 2002 constituiu uma exceção a isso, pois o PT elegeu dois deputados estaduais: Paulo Davim e Fernando Mineiro (TSE, 2002).

13 Em 1996, em seu melhor desempenho eleitoral para a Prefeitura de Natal, numa eleição muito competitiva: Wilma de Faria (PSB) obteve 35,79% dos votos, seguida por Fátima Bezerra (PT) com 28,88% dos votos e João Faustino (PSDB) com 25,69% dos votos; no segundo turno, Wilma de Faria vence a eleição com 51,68% dos votos contra 48,32% de votos para Fátima Bezerra (TSE, 1996). Em 2000, perde novamente para Wilma de Faria, agora no primeiro turno, alcançando 29,3% dos votos e ficando na segunda colocação. Em 2004, em seu pior desempenho eleitoral, fica em quarto lugar com apenas 7,4%, numa eleição em que Carlos Eduardo Alves (PSB) vence Luiz Almir (PSDB) no segundo turno. E, finalmente, na última eleição municipal em 2008, finalizada no primeiro turno, Fátima Bezerra, com o apoio de Wilma de Faria (PSB), Garibaldi Filho e Henrique Alves (PMDB), atinge 36,8% dos votos e perde para Mícarla de Sousa, que alcança 50,8% dos votos, com o apoio do senador José Agripino (DEM), da senadora Rosalba Ciarlini (DEM), do deputado federal João Maia (PR) e do deputado federal Rogério Marinho (PSDB) e do deputado estadual Robinson Faria (PMN).

14 No segundo turno, Carlos Eduardo (PDT) foi eleito Prefeito de Natal, com 214.687 votos (58,3%), contra Hermano Moraes (PMDB), com 153.522 votos (41,7%). Dados disponíveis no TSE (2012).

Tal pleito, ademais, marcou uma reorganização do grupo liderado pelo PSB de Wilma de Faria: além do cisão do PT, com a candidatura de Fernando Mineiro, a ex-governadora voltou ao executivo municipal de Natal como vice-prefeita eleita na chapa de Carlos Eduardo.

Na eleição municipal em 2012, surgiram também novos atores de esquerda na representação parlamentar da Câmara Municipal de Natal. Nessa eleição, aconteceu um fenômeno político inusitado. Em decorrência da exposição de vídeo nas novas redes sociais na internet e sua repercussão em programa nacional de televisão¹⁵, Amanda Gurgel, professora da rede pública estadual, tornou-se a grande estrela das eleições em Natal. Amanda Gurgel (PSTU) foi a vereadora mais votada, ultrapassando as fronteiras sociais e geográficas das zonas eleitorais de Natal. Alcançou 32.819 (8,6%) votos, fato inédito na história política de Natal e do Rio Grande do Norte. Com essa votação excepcional, possibilitou a eleição de dois vereadores do PSOL, Sandro Pimentel, com 1.398 votos, e Marcos Ferreira, com 717 votos, através do quociente eleitoral obtido pela coligação partidária firmada entre o PSTU e o PSOL (TSE, 2012).

5. O ESGOTAMENTO HISTÓRICO DAS LIDERANÇAS TRADICIONAIS?

Essa visão panorâmica do cenário político estadual, com a apresentação dos seus grupos político-partidários constitutivos, também evidencia que as principais lideranças políticas ocupam o lugar de protagonismo no posicio-

namento e na articulação das coligações eleitorais há mais de 40 anos. Ingressam na política na década de 1970 e 1980. Para evitar o esgotamento histórico desse sistema político clânico-oligárquico, nos processos eleitorais mais recentes, há evidências de uma tentativa de renovação dos principais grupos político-partidários, através da entrada em cena de novos personagens do sempre igual enredo político.

Os partidos políticos brasileiros possuem algumas características que lhes são peculiares. A grande maioria dos nossos partidos políticos não dispõe de uma burocracia profissional que é indispensável para a disputa e a conquista de votos numa democracia eleitoral em ampliação constante (SANTOS, 2003). Isso requer que se estabeleçam vínculos de confiança e dependência mútuas entre os líderes e a máquina partidária nas sociedades modernas (WEBER, 1999), com a captação dos recursos materiais necessários às campanhas eleitorais que são cada vez mais dispendiosas. Diante da inexistência dessas condições, são criados partidos que são máquinas políticas sob o comando pessoal de lideranças políticas, cujas relações de confiança estão baseadas e dependem de laços familiares ou laços afetivos de lealdade e gratidão para assegurar o segredo imprescindível na relação com as fontes de financiamento das campanhas e na ocupação de cargos e distribuição de recursos políticos provenientes do exercício do poder.

O sistema político estadual apresenta sinais de mais um ciclo de renovação com o surgimento de novas lideranças, num processo que reproduz a lógica clânico-oligárquico dominante. Assim, destaca-se o fenômeno do “filhotis-

15 Foi entrevistada pelo apresentador Fausto Silva no programa Domingo do Faustão da Rede Globo de Televisão.

mo” político com o advento na cena política de uma nova geração de herdeiros familiares dos diversos grupos político-partidários. Esse processo é conduzido pelas atuais principais lideranças estaduais que já foram, quase em sua totalidade, frutos dessa renovação clânico-oligárquica algumas décadas atrás. Os principais grupos político-partidários cuidam agora de assegurar a iniciação política de seus descendentes que irão dar continuidade aos respectivos interesses políticos.

Em 2002, Wilma de Faria elegeu sua filha, Márcia Maia, para seu primeiro mandato como deputada estadual. Esse processo se intensificou em 2006 com a eleição do deputado federal Felipe Maia, filho de José Agripino Maia (DEM), do deputado federal Fábio Faria, filho do atual vice-governador Robinson Faria (PSD) e do deputado estadual Walter Alves, filho de Garibaldi Alves Filho (PMDB).

A renovação clânico-oligárquica ganhou maior densidade pela relevância dos cargos conquistados, com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM), ex-prefeita de Mossoró, como senadora em 2006 e governadora eleita em 2010.

Isso ocorreu como parte do contexto geral paradoxal em que o declínio nacional do DEM foi acompanhado da recuperação da liderança de José Agripino no Rio Grande do Norte, que adotou uma estratégia vitoriosa nas eleições majoritárias em 2006, quando elegeu Rosalba Ciarlini Rosado como senadora em disputa com o então senador Fernando Bezerra (PTB); em 2008, com a eleição de Mícarla de Sousa (PV) como prefeita de Natal, com a derrota de Fátima Bezerra (PT), apoiada por Wil-

ma de Faria, de Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves; e em 2010 com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) como governadora do Rio Grande do Norte e sua reeleição para uma das vagas em disputa para o senado.

6. ASCENSÃO E DECLÍNIO DA GOVERNADORA ROSALBA CIARLINI

A transformação da liderança regional de Rosalba Ciarlini Rosado em liderança estadual foi o resultado de um longo trabalho de construção da sua imagem pública. Médica pediatra, casada com o ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado, filho do ex-governador Dix-Sept Rosado, um dos principais representantes da família Rosado, que domina a política mossoroense a partir da metade do século XX, ingressou na política sendo eleita três vezes como prefeita de Mossoró (1988, 1996 e 2000). Adotou como marca política o nome de Rosalba Ciarlini, conveniente e aparentemente desvinculada dos grupos oligárquicos. Tornou-se uma liderança estadual contrariando uma tendência que caracteriza a política potiguar. Em geral, as lideranças estaduais surgem e se consolidam a partir da projeção de uma liderança política que tem origem em Natal, capital do Estado e principal colégio eleitoral.

Rosalba Ciarlini firmou sua liderança na principal cidade do interior como uma prefeita que, em três mandatos, transformou e modernizou a infraestrutura urbana de Mossoró. O grande crescimento econômico-social da cidade foi atribuído unilateralmente à competência de Rosalba como gestora, omitindo-se o substancial aumento da arrecadação municipal

oriundo das atividades desenvolvidas pela Petrobras e as empresas que se fixaram em Mossoró para dar suporte técnico às crescentes demandas do setor petrolífero na região. É nesse contexto que a cidade despontou como centro regional de médio porte, que se sobressaiu por expressivas melhorias urbanas e exitosas políticas públicas, com intenso trabalho de *marketing* político na área cultural. Essa foi a base para a construção da sua imagem pública de administradora competente que foi difundida por toda a sociedade norte-rio-grandense.

Esse fenômeno ganhou expressão política na campanha eleitoral para o senado em 2006, quando Rosalba Ciarlini enfrentou e venceu, ao mesmo tempo, Fernando Bezerra, então senador e líder do governo Lula no Senado, e o ex-governador e senador Geraldo Melo. Numa campanha surpreendente ganhou a vaga senatorial e derrotou Fernando Bezerra, que iniciou a campanha como favorito. Rosalba Ciarlini (PFL) obteve 44,18% dos votos; Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Isso aconteceu também em Natal: Rosalba Ciarlini conseguiu 41,99% dos votos e derrotou Fernando Freire, apoiado por Wilma de Faria, com 40,28% dos votos, e Geraldo Melo, que recebeu 12,98% dos votos dos eleitores natalenses (TSE, 2006).

Rosalba Ciarlini consolidou sua liderança estadual nas eleições municipais de 2008, quando teve destacada atuação política ao participar ativamente da campanha eleitoral em cidades de todas as regiões do Estado. Pela importância estratégica, todavia, concentrou sua atuação nos principais colégios eleitorais. Teve papel de relevo na vitória de Mícarla de Souza

à Prefeitura de Natal, consolidando sua imagem pública junto ao eleitorado natalense.

O ciclo de ascensão político-eleitoral de Ciarlini se completou com o êxito nas eleições 2010. Ao concorrer com o então governador Iberê Ferreira (que havia sido vice de Wilma de Faria e assumido o cargo com a renúncia desta para se candidatar ao Senado) e o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, Rosalba venceu já no primeiro turno do pleito, obtendo 52,5% de votos (contra 36,3% de Iberê e 10,4% de Carlos Eduardo).

O consórcio político que levou Rosalba Ciarlini ao êxito eleitoral em 2010 foi marcado pela continuidade do acordo político entre Garibaldi Alves e José Agripino que, por extensão, se constituíram nos principais cabos eleitorais da então senadora. Há de se notar, contudo, que somente José Agripino fez parte da chapa majoritária encabeçada por Rosalba. O PMDB do grupo Alves lançou, com vistas a acomodar os interesses conflitantes em seu interior, uma chapa majoritária própria, capitaneada pela candidatura ao senado de Garibaldi.

Com tal artifício, Henrique Alves se viu liberado para apoiar Iberê ao governo e Wilma ao senado. Ademais, o PMDB também atraiu o PR, do deputado João Maia, e o PV, da então prefeita de Natal, Mícarla de Souza, para uma coligação a deputado federal, que possibilitou a reeleição de Henrique Alves e João Maia e a eleição de Paulo Wagner (PV) para a Câmara Federal.

Rosalba também contou com o decisivo apoio do então presidente da Assembleia Legislativa do RN, Robinson Faria, que foi candidata a vice-governador em sua chapa. Robinson,

que apoiou Wilma de Faria durante boa parte de seus dois mandatos como governadora, migrou para a oposição quando ficou definida a candidatura de Iberê Ferreira ao governo em 2010. A migração de Robinson e seus liderados (1 deputado federal, seu filho Fábio Farias, 4 deputados estaduais e vários prefeitos no interior do estado) foi a peça final no quebra-cabeça que levou Rosalba ao governo do Estado.

O outro lado da moeda na ascensão político-eleitoral de Rosalba Ciarlini e associados na eleição de 2010 foi o consequente declínio do grupo liderado por Wilma de Faria. Além da derrota de seu candidato ao governo, a própria Wilma sofreu um revés eleitoral (651.358 votos) em sua candidatura ao senado, sendo derrotada justamente por seus dois principais adversários, Garibaldi Alves (1.042.272 votos) e José Agripino (958.891 votos).

A composição inicial da equipe de governo de Rosalba indicaria uma das principais características da atual gestão estadual. As principais secretarias foram ocupadas por antigos colaboradores de Rosalba na prefeitura de Mossoró. Essa tendência à provincianização do governo levou, a médio prazo, ao seu crescente isolamento em relação às forças políticas e sociais que poderiam dar sustentação ao governo Rosalba. A paralisia administrativa e o isolamento político tem sido a marca do governo Rosalba nesses quase três anos do seu mandato.

A coalização de forças políticas que foi formada para a eleição de Rosalba começou a se desfazer, em outubro de 2011, antes de completar um ano do governo, com a crise política envolvendo o vice-governador Robson Faria e o ex-deputado estadual Carlos Augusto Ro-

sado, marido da governadora, que provocou o pedido de exoneração do advogado Paulo de Tarso, chefe de gabinete, que era até então um dos principais assessores do governo. A partir daí, o vice-governador rompeu com a governadora e passou a fazer oposição ao governo.

Naquele episódio, a sociedade norte-rio-grandense tomou conhecimento de fatos graves que abalaram a autoridade da governadora Rosalba na condução do governo. As notícias veiculadas na imprensa informavam que o centro de decisão do governo estadual era ocupado por Carlos Augusto Rosado, marido da governadora.

Ao longo do tempo, o governo Rosalba não conseguiu mostrar que era capaz de implementar as políticas públicas prometidas durante a campanha eleitoral. Ficou paralisado em suas ações administrativas. Com isso, o discurso que marcou o início da gestão, que atribuía todas as dificuldades administrativas às dificuldades orçamentárias herdadas do governo anterior de Iberê Ferreira de Souza e Wilma de Faria, perdeu sua capacidade de convencer a sociedade sobre a fragilidade e a ineficiência no desempenho do novo governo.

A crise administrativa e financeira do governo Rosalba atingiu seu ápice com a impossibilidade do governo honrar seus compromissos dos repasses previstos constitucionalmente dos recursos orçamentários para o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Apesar do aumento da arrecadação de impostos, o governo estadual propôs a redução do percentual a ser repassado ao Legislativo e ao Judiciário. Além disso, como há muito não acontecia na administração pública estadual, o governo Rosalba

atrasou o pagamento da folha salarial dos servidores públicos estaduais.

O PMDB, que participou do governo desde o início, se distancia do governo Rosalba e anunciou que terá candidato próprio nas eleições de 2014.

Enquanto isso, o senador José Agripino, presidente do DEM, declarou que o principal objetivo estratégico do partido não seria a reeleição da governadora Rosalba, mas a preservação eleitoral da sua bancada federal no Rio Grande do Norte. O seu objetivo é assegurar a reeleição do seu filho, o deputado federal Felipe Maia (DEM). Para tanto, começam a ser estabelecidos os primeiros entendimentos entre José Agripino e Garibaldi Filho. O objetivo é manter a aliança político-eleitoral entre ambos, traduzindo-se numa coligação partidária que conte com a participação do PMDB e do DEM em 2014.

O resultado foi o desgaste¹⁶ crescente frente à opinião pública e a consequente desaprovação popular, como tem revelado recentes pesquisas de opinião realizadas pela Consult Pesquisa e pelo Instituto Índice Pesquisa, que são institutos de pesquisa locais. Em junho de 2013, o Instituto Índice Pesquisa avaliou a aprovação do governo Rosalba: é desaprovado por 70,1% da população – sendo 17,9% de regular negativo, ruim de 20,7% e péssimo de 31,5% (Vidal, 2013). E em agosto de 2013, a Consult Pesquisa avaliou o governo Rosalba: apenas 11,53% aprovam, 83,35% desaprovam e 5,12% não têm opinião formada (Dantas, 2013).

7. ELEIÇÕES AO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE: OBSERVANDO O PADRÃO BIPOLAR DE DISPUTA

No plano eleitoral, a movimentação dos três principais grupos clânico-oligárquicos, em associação com os grupos alternativos e auxiliares, tem impactos diferenciados ao longo do tempo. Observando-se as disputas para o governo do estado no pós-redemocratização, é possível destacar três momentos distintos. Na década de 1990, a polarização entre Alves e Maias, advinda dos tempos de regime militar, é a tônica central. As eleições de 2002 marcam uma virada no padrão, com a ascensão de Wilma de Faria ao executivo estadual e consequente derrota dos candidatos referendados pelos grupos que antes monopolizavam a cena. Em 2006 e 2010, o embate passa a ser entre o campo liderado por Wilma e o consórcio político resultante da união entre Alves e Maia. De forma semelhante ao que ocorre nas eleições presidenciais, polarizadas por blocos políticos liderados pelo PT e pelo PSDB, as eleições para o governo estadual baseiam-se numa lógica dual de disputa.

A despeito das recorrentes avaliações de fragmentação do quadro partidário brasileiro, estudos recentes sobre o assunto demonstram que, em se tratando de eleições para o executivo, os padrões de disputa tendem a envolver uma seleção restrita de postulantes. Assim, especificamente no caso das eleições presidenciais e para os governos dos estados, o número de partidos em competição é reduzido e tende a se estruturar na oposição entre dois grandes grupos. Ademais, em larga medida, as coligações e

16 Nos debates parlamentares da Assembléia Legislativa, começa a ser cogitada a proposta de um impeachment da governadora Rosalba Ciarlini.

arranjos políticos presentes nas primeiras tendem a influenciar a composição das segundas, mesmo que nelas exista um maior espaço para acomodação de interesses locais diversos da lógica nacional (Limongi e Cortez, 2010; Meneguello, 2011). Em sintonia com tais tendências, nas décadas de 1990 e 2000, as eleições para o governo do estado do Rio Grande do Norte envolveram um número restrito de concorrentes, recaindo, no mais das vezes, em um padrão bipolar de disputa.

É o que se pode visualizar através do Número de Partidos Efetivos (Ne)¹⁷ das eleições para o governo do estado entre 1990 e 2010:

TABELA 1 – NÚMERO EFETIVO DE PARTIDOS POR ELEIÇÃO – GOVERNO RN – 1990-2010

Eleição	Candidatos	Ne
1990	4	2,51
1994	4	2,32
1998	6	2,34
2002	7	3,46
2006	7	2,07
2010	5	2,39

Fonte: FERREIRA, BATISTA, STABILE (2008); TSE (elaboração própria)

No período considerado, embora o número de candidatos concorrentes tenha apresentado uma média de 5,5, o índice relativo à quantidade efetiva de partidos sempre esteve em torno de 2 (numa média de 2,51). Isto é, excetuando-se a eleição de 2002, tais dados corroboram a avaliação de um padrão de compe-

tição baseado no confronto entre dois candidatos competitivos por pleito. A primeira eleição dos anos 2000 apresenta um Número de Partidos Efetivos fora da curva justamente porque há uma mudança na configuração dos grupos em disputa, com a ascensão de Wilma de Faria ao governo. Neste caso, torna-se importante salientar, a candidata do PSB se impôs à polarização anterior, mesmo com as candidaturas das famílias Alves e Maia postas (o vice-governador Fernando Freire, PPB, e o senador Fernando Bezerra, PTB, respectivamente).

O padrão polarizado e restrito das disputas ao executivo diferencia-se daquele encontrado para a Assembleia Legislativa. Por um lado, o Número de Partidos Efetivos para o legislativo no período foi maior (numa média de 6,46 entre 1990 e 2006, conforme estudo de Ferreira, Batista e Stabile, 2008, p. 443), demonstrado uma abertura à pluralidade. Por outro, embora tal pluralidade possa ser encontrada, a influência do executivo também se fez presente, restringindo os partidos em disputa em determinados pleitos. É o que se pode depreender da comparação entre a votação obtida pelas coligações vencedoras ao governo e seus representantes na casa legislativa estadual. Entre 1994 e 2010, quando se tratou da primeira eleição de um(a) dado(a) candidato(a) ao governo (Garibaldi Alves em 1994, Wilma de Faria em 2002 e Rosalba Ciarlini, em 2010), a tendência foi a de que suas respectivas coligações ao legislativo obtivessem uma votação menor, conforme mostra a tabela 2 (baseada em estudo de Rachel Meneguello, 2011). No sentido oposto, quando o(a) governador(a) foi reeleito(a) (Ga-

17 Calculado a partir da divisão por 1 do somatório dos quadrados da proporção de votos ou cadeiras obtidos pelos partidos. Para mais informações, ver Laakso e Taagepera (1979).

ribaldi em 1998 e Wilma em 2006), os números mudaram, levando a uma maior volume de votação de seus apoiadores legislativos.

TABELA 2 – VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS AO GOVERNO DO RN E DE SUAS RESPECTIVAS COLIGAÇÕES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1994-2010)

Eleição	Candidato(a) Eleito(a)	Votos Válidos Eleito(a) (1º T %)	Coligação Ass. Legislativa (%)
1994	Garibaldi Alves (PMDB)	52,7	33,3
1998	Garibaldi Alves (PMDB)	50,2	50
2002	Wilma de Faria (PSB)	37,6	8,3
2006	Wilma de Faria (PSB)	49,6	50
2010	Rosalba Ciarlini (DEM)	52,5	29,1

Fonte: Meneguello, 2011, pp. 24-29.

Embora ocorra uma maior quantidade de partidos em disputa para a Assembleia Legislativa, o “governismo” termina por prevalecer na dinâmica parlamentar (ABRUCIO, 1998), fazendo com que adversários do(a) governador(a) na campanha eleitoral sejam convertidos em base de apoio governamental no transcorrer do mandato. Esse fenômeno fica muito evidente nos números obtidos por Wilma de Faria e sua base de apoio. Em 2002, os candidatos da sua coligação partidária obtiveram apenas 8,3% dos votos válidos. Na sua reeleição, em 2006, o número de candidatos eleitos por sua coligação partidária elevou-se para 50% em 2006.

Além dos dados acima, também são representativos do padrão bipolar de disputa ao

governo do estado do RN a fração de votos obtida pelos grupos tradicionais e os índices de volatilidade eleitoral. A tabela 3 expõe os percentuais alcançados pelos candidatos lançados pelos três grupos aqui analisados no período compreendido entre 1994 e 2010. Em todas as eleições da série, a parcela de votos válidos arregimentados por eles é muito larga e gira em torno dos 90%. Nelas, os pleitos polarizados são aqueles que apresentam maiores índices (acima de 90% em 1994 e 1998 e chegando aos 98,2% em 2006, todos em eleições com pelo menos quatro candidatos em disputa). Nas eleições mais fragmentadas, com quatro e três candidatos obtendo mais do que 10% dos votos (em 2002 e 2010, respectivamente), os postulantes ao governo chancelados pela associação entre Alves e Maia e pelo grupo liderado por Wilma de Faria agregam uma fatia menor, mais ainda bastante elevada, dos votos (88,39% e 88,8%).

É válido salientar que, para o cálculo da proporção de votos obtidos pelos três grupos em questão, foram considerados somente os escores ou das lideranças dos mesmos ou dos candidatos por elas diretamente chancelados. O que exclui dos resultados agregados expostos na coluna “Total Grupos” as votações de Ruy Pereira, em 2002 (uma vez que o PT somente passou a apoiar Wilma de Faria no segundo turno daquele pleito), e Carlos Eduardo, em 2010 (posto que, formalmente, a ex-governadora apoiava o candidato de seu partido, Iberê Ferreira). Todavia, com vistas a calcular os índices de volatilidade eleitoral no período, é possível incorporar os percentuais obtidos por tais candidatos àqueles arregimentados pelos demais postulantes ao governo advindos dos mesmos grupos.

TABELA 3 – VOTAÇÃO DOS(DAS) CANDIDATOS AO GOVERNO DO RN (1994-2010)

Eleição	Candidatos(as)	Votos Válidos Polarização (1º T %)	Total Grupos (%)
1994	Garibaldi Alves (PMDB)	52,7	91,4
	Lavoisier Maia (PDT)	38,7	
1998	Garibaldi Alves (PMDB)	50,2	91,56
	José Agripino (PFL)	41,36	
2002	Wilma de Faria (PSB)	37,6	88,39
	Fernando Freire (PPB)	30,89	
	Fernando Bezerra (PTB)	19,9	
	Ruy Pereira (PT)	11,24	
2006	Wilma de Faria (PSB)	49,6	98,2
	Garibaldi Alves (PMDB)	48,6	
2010	Rosalba Ciarlini (DEM)	52,5	88,8
	Iberê Ferreira (PSB)	36,3	
	Carlos Eduardo Alves (PDT)	10,38	

Fonte: TSE (elaboração própria)

Em geral, o índice de volatilidade eleitoral mede o grau de estabilidade da votação entre pares de eleições, a partir do cálculo da quantidade de votos ganhos ou perdidos entre

partidos ou “blocos” políticos¹⁸. Quanto menor o índice, menor a fragmentação do sistema partidário em análise. Para o período em questão, foram calculados índices de volatilidade dos períodos 1994-1998, 2002-2006 e 2006-2010 (todos relativos aos primeiros turnos das diferentes eleições).

Cada par representa os diversos momentos da disputa política no estado. O primeiro demonstra que, nas duas disputas nas quais Garibaldi Alves derrotou seus contendores da família Maia, as votações variaram em 2,58. No segundo conjunto de eleições, representativo dos dois pleitos vencidos por Wilma de Faria, tal índice chega a mínimos 0,2¹⁹. Por fim, no último período, a volatilidade eleitoral obteve seu maior número na série, mas ainda apresentou um resultado baixíssimo, com 3,41. Por se tratar de um indicador que, teoricamente, pode variar entre 0 e 100, os números apresentados pelo índice de volatilidade eleitoral no Rio Grande do Norte foram ínfimos.

Isso significa que, nos pares de eleições considerados, os eleitores tenderam a manter suas escolhas restritas aos partidos e blocos considerados. Tomando-se em conjunto o reduzido número de partidos efetivos em disputa pelo governo, os baixos índices de volatilidade eleitoral e da elevada proporção de votos arregimentada pelos três grupos tradicionais estabelecidos na cena política norte-rio-grandense, pode-se ter a dimensão da sua capacidade de hege-

18 Nicolau explica como o índice é calculado: “The volatility index is calculated as follows: The percentage of votes (or seats) that a party received in an election is subtracted from the percentage of votes obtained by this same party in the preceding election; the difference indicates the change, and the (-) or (+) signs reveal the decline or growth of a party, respectively. The next step is to add the result of this operation (not considering the sign) and divide by two” (2011, p. 36). Como dito, o índice também pode ser calculado para blocos de partidos a partir do somatório das votações de seus partidos constitutivos.

19 Neste caso, os percentuais da socialista foram somados aos do candidato petista, em 2002, e comparados com a votação da mesma em 2006. Por seu turno, as votações de Fernando Freire e Fernando Bezerra foram comparadas com as de Garibaldi Alves em 2006.

monizar a disputa política no estado. Em se tratando das eleições para o executivo estadual há, portanto, pouco espaço para candidaturas políticas que se organizem para além deles. Ademais, o padrão bipolar de disputa mostrou-se consolidado, mesmo que com atores diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exemplo das corridas presidenciais brasileiras, baseadas no “duopólio” (LIMONGI E CORTEZ, 2010, p. 23) do PT e PSDB, as eleições para o governo do Rio Grande do Norte têm ocorrido através de disputas duais entre os três principais grupos políticos do estado, liderados pelas famílias Alves e Maia e pela ex-governadora Wilma de Farias. Ao longo do período que se estende da “abertura” política aos dias atuais, as relações entre tais conglomerados hegemônicos ocorrem com tensões internas recorrentes entre suas lideranças (seja entre Garibaldi e Henrique Alves, José Agripino e o casal Rosado, Wilma de Faria e Robson Faria) e processos pendulares de aproximação e afastamento entre os mesmos.

Nesse processo, alguns indícios relativos ao processo de formação e manutenção de tais grupos revelam tendências políticas que reverberam na atual conjuntura política do estado.

Pelo movimento das principais lideranças, há uma tendência na manutenção da aliança política entre os grupos Alves e Maia nas eleições de 2014. Atualmente, os rumos desse consórcio dependem dos desígnios do PMDB.

Esse maior protagonismo do PMDB dos Alves ocorre tanto devido ao declínio político do governo Ciarlini, quanto da maior proeminência dos seus líderes em âmbito nacional²⁰. Como figuras-chave da aliança nacional entre PT e PMDB, Garibaldi e Henrique Alves passaram a disputar, em plano estadual, os legados dos governos Lula e Dilma, apesar de manter localmente a aliança com o DEM (adversário mais aguerrido dos governos petistas).

A apropriação dos feitos das administrações presidenciais petistas e seu espólio eleitoral tem sido uma das características do grupo de Wilma de Faria. Após a derrota fulminante em 2010, Wilma de Faria mantém-se na cena política como vice-prefeita de Carlos Eduardo em Natal. Na esteira da crise de popularidade de Rosalba Ciarlini, Wilma de Faria apresenta sinais de reabilitação e pode voltar a influir sobre o destino de lideranças auxiliares como Carlos Eduardo Alves e Robson Faria.

Mesmo com uma eventual mudança de atores, o quadro de polarização de forças políticas no Rio Grande do Norte tende a se reproduzir num futuro próximo.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O ultrapresidencialismo Estadual. In: ANDRADE, Regis de Castro (Org.). *Processo de Governo e no Estado:*

20 Atualmente, Garibaldi Filho é o ministro da Previdência Social, desde o início do governo Dilma Rousseff, e Henrique Alves é o presidente da Câmara dos Deputados.

uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1998a.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

EVANGELISTA, João Emanuel. Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004. In LEMENHE, Maria Auxiliadora e CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Política, Cultura e Processos Eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006a.

EVANGELISTA, João Emanuel. As classes subalternas e o mundo da política: senso comum e bom senso na recepção e decodificação do HGPE nas eleições de 2004. GT mídia e eleições. I Compolítica. UFBA, 2006b.

DANTAS, Diógenes. Dona Wilma já lidera cenário com Garibaldi na disputa pelo governo. Disponível em <http://nominuto.com/blog-dodiogenes/bandconsult-dona-wilma-ja-lidera-cenario-com-garibaldi-na-disputa-pelo-governo/4457/>. Acesso em 15 de novembro de 2013.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*. Campinas, v.14, n.2, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAAKSO, M. e TAAGEPERA, R. Effective Number of Parties: a measure with application to Western Europe. *Comparative Political Studies*, vol.12, nº1, 1979.

LIMONGI, F e CORTEZ, R. As eleições 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos*, 2010, n. 88.

MENEGUELLO, Rachel. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. Disponível em: http://venus.ifch.unicamp.br/pos/cp/selecao/2011/las_elecciones_de_2010_y_los_rumbos_del_sistema_de_partidos_brasile%C3%B1o.pdf. Acesso em 30 de dezembro de 2011.

NICOLAU, Jairo. Elections, Volatility, In: BERTRAND BADIE; BERG-SCHOLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo. (Org.). *International Encyclopedia of Political Science*. Los Angeles: Sage, 2011, v. 4 , p. 35-38.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A universalização da democracia. In BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIDAL, Casciano. Pesquisa Índice revela aprovação de Carlos Eduardo e Dilma Rousseff e mostra Rosalba Ciarlini sem aprovação. Disponível em: <http://www.cascianovidal.com.br/pesquisa-indice-revela-aprovacao-de-carloseduardo-e-dilma-rousseff-e-mostra-rosalba-ciarlini-sem-aprovacao>.

lini-sem-aprovacao/. Acesso em 15 de novembro de 203.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. 11a ed., São Paulo: Cultrix, 1999.

CONSELHOS DE FATO E CONSELHOS NO PAPEL - PODERES LOCAIS E PRATICAS DE PARTICIPAÇÃO

Irllys Alencar Firmo Barreira

RESUMO

As práticas designadas como participativas no estado do Ceará foram implementadas com base na constituição de 1988, expressando um duplo registro: um conforme o previsto nas políticas oficiais de caráter nacional, que supunha a existência de conselhos como instancia de regulação de políticas públicas; o outro, referido a experiências que se tornaram notáveis, para além da legalidade, assumindo um lugar de exemplaridade. O presente artigo reflete sobre o tema da participação se baseando na análise de diferentes experiências de articulação entre entidades associativas e poderes locais em municípios cearenses (Sobral e Santana do Acaraú). O desenvolvimento das questões norteadoras da pesquisa baseia-se nos diferentes sentidos e ações atribuídas à participação e a inscrição das organizações associativas na rede de poderes locais. Dois modelos antagônicos de interlocução efetivados em municípios cearenses servem de referência à pesquisa: uma proposta de gestão baseada na forte presença de conselhos em espaço municipal decisório e outra forma de articulação na qual os mecanismos de participação são menos evidentes.

Palavras-chaves: Participação; Conselhos; Poderes Locais; Espaço Municipal.

ACTUAL COUNCILS AND ON-PAPER COUNCILS: LOCAL POWER AND PARTICIPATIVE PRACTICES

ABSTRACT

Practices seen as participative activities in the State of Ceara were implemented under the auspices of the 1988 Constitution, and are shown according to a double registry: in the one hand, a record that was foreseen in national official policies that took for granted the existence of councils as a regulation claim from public policies, and in the other hand experiences that became notorious, going beyond legality and serving as an example to be followed. This article evaluates the participative theme based on different articulating experiences between associative entities and local power representatives from municipalities in the State of Ceara (Sobral and Santana do Acaraú cities). The unfolding of guiding issues for the research is based on different meanings and actions attached to participation and enrollment of associative organizations in the local power structure. Two conflicting interlocutory models we have found in municipalities in the State of Ceara are used as reference to the research: an administrative proposal based on strong presence of councils in decision-making municipal configurations, and one other form of articulation where participation mechanisms which are not so evident.

Key words: Participation; Councils; Local Power; Municipal Power Configurations

INTRODUÇÃO

Um representativo conjunto de estudos abordando os poderes locais municipais no Brasil priorizou, em suas observações, a descentralização das decisões políticas e a *participação popular* como variáveis fundamentais indicativas de transformações políticas. Se o poder local, assim posto no singular para indicar uma expressão conjunta de práticas tradicionais de mando¹ caracterizava formas de dominação típicas de municípios brasileiros, segundo parte significativa da literatura sociológica, uma espécie de inversão do olhar ocorreu em trabalhos voltados para o registro mais recente da *participação* em segmentos organizados no governo municipal. Os acenos às mudanças materializaram-se, principalmente, na proposta de orçamento participativo e nas conexões estabelecidas entre prefeitura e conselhos de representantes junto à gestão municipal que apontava diversas dinâmicas associativas.

O ideário da *participação* tem memória feita de histórias diversificadas. Esteve presente desde os diversos movimentos sociais, dos anos 1980 e 1990 que demandavam direitos de cida-

dania e posse de bens coletivos de consumo na cidade. Materializou-se tanto em forma de reivindicações dirigidas ao Estado, como em propostas governamentais que condicionavam o gerenciamento de programas sociais à intermediação de entidades populares organizadas que eram muitas vezes consideradas como “vindas de cima”, ou “cooptadas”². Perspectiva semelhante pareceu ocorrer no âmbito dos poderes locais municipais cujas práticas de atuação dos conselhos acionaram tanto mecanismos de ampliação das decisões como promoveram conflitos em torno de entidades associativas e instâncias governamentais de representação.

O presente artigo enfoca uma reflexão sobre o tema baseada na análise de diferentes experiências de articulação entre entidades associativas e poderes locais³. Duas questões servem de roteiro ao desenvolvimento das ideias: os diferentes sentidos e ações atribuídos à *participação* e a inscrição das organizações associativas na rede de poderes locais.

Dois modelos antagônicos de interlocução efetivados em municípios cearenses servem de referência à pesquisa. Uma proposta de gestão baseada na forte presença de conselhos⁴ em

1 Ver, a esse respeito, o trabalho de Maria Isaura Pereira Queiroz, *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

2 Em pesquisa sobre o tema, denominamos de “política da escassez” (Barreira e Braga, 1991) a gestão de limitada de bens (alimentação, saúde e moradia) realizada por associações de moradores de bairros populares em Fortaleza que disputavam a posse legítima da representação.

3 Os dados provenientes do trabalho de campo foram coletados por meio de entrevistas feitas com políticos e representantes de conselhos, observação de reuniões, depoimentos de conselheiros e visitas feitas em áreas diversas (rural e urbana) nos municípios pesquisados. A investigação que dá subsídio ao presente texto circunscreve-se a uma pesquisa denominada “Gestão municipal e formas de participação popular” realizada em quatro estados brasileiros entre 2002 e 2004. Uma versão modificada desse artigo foi publicada na coletânea organizada por Beatriz Maria Alásia de Heredia e Moacir Palmeira, *Política, governo e participação popular* col Sociologia e Antropologia, ed 7 letras, Rio de Janeiro, 2012.

4 No âmbito do governo estadual durante a segunda gestão de Tasso Jereissati (1995-1998), os denominados Conselhos de Desenvolvimento Sustentável foram criados como “estrutura de representação, de articulação, de integração, de orientação, de acompanhamento e de mobilização da municipalidade em sua busca de desenvolvimento”, visando “contribuir para o desenvolvimento sustentável e compartilhado dos municípios, integrando pessoas, ações, tempo e recursos, dentro de uma visão estratégica e cooperativa” (Governo do Estado do Ceará, cf, Cordeiro, ANPOCS, 2000).

espaço municipal decisório e outra forma de articulação na qual os mecanismos de participação são menos evidentes.

1. DIALOGANDO COM A LITERATURA CEARENSE

No campo acadêmico, a literatura que aborda o tema da participação é bastante heterogênea. Nela é possível encontrar relatórios de pesquisa, livros e artigos que abordam o tema relacionando-o às formas de gestão municipal ou, de modo mais específico, verificando o papel de setores populares e usuários na definição e apropriação de políticas públicas (educação, saúde, habitação etc). Em torno desse conjunto amplo é possível demarcar diferenças entre trabalhos voltados diretamente para avaliação de políticas públicas que se apresentam por meio de relatórios e folhetos, visando divulgar experiências consideradas bem-sucedidas, e artigos, livros, teses e dissertações que refletem sobre a temática enfocando as questões da democracia e da descentralização. Trata-se, via de regra, de percepções que incluem registros de mudança do poder local, caracterizado historicamente como *oligárquico e tradicional*⁵.

Embora a avaliação esteja também presente em trabalhos de teor acadêmico mais evidente, observa-se que muitas das reflexões encaminham-se para a observação de práticas de *participação* sob o prisma da democracia e dos mecanismos de intermediação de interesses⁶. Outra vertente interpretativa focaliza o tema da participação como possibilidade de incremento de capital social, considerando o poder das ações políticas no embate com as forças tradicionais do Estado⁷.

A literatura sobre o tema da participação percorreu algumas matrizes que subsidiaram o conjunto dos trabalhos. Um primeiro bloco de estudos emergiu com base nas discussões sobre movimentos sociais vistos como indutores de canais de intermediação entre população e políticas públicas⁸. O registro das discussões sobre a *participação* ocorria no plano de demandas populares e no âmbito de políticas sociais que induziam a criação associações e conselhos como espaços de intermediação entre governos e moradores.

A vigência de associações, outras entidades e conselhos vistos ora como representantes legítimos de segmentos organizados da chamada sociedade civil, ora como espaços restritos

5 Ver Elza Braga, “O local e a construção de uma nova cultura política” in Braga Elza (org) *América Latina, transformações econômicas e políticas*, Editora UFC, Fortaleza, 2003.

6 Na perspectiva de verificação dos conselhos como expressão de um espaço público democrático ver a tese de Celeste Cordeiro para concurso de Professora Titular, “Democracia, conselhos e esfera pública local no Brasil – uma análise do CMDS no Ceará. UECE, 2001.

7 Destaca-se nesse sentido o livro de Jawdat Abu-El-Haj, *A mobilização do capital social do Brasil, o caso da reforma sanitária no Ceará*, Annablume, São Paulo, 1999.

8 Ver a esse respeito, entre outros, Irllys Barreira e Elza Braga, *A política da escassez, lutas urbanas e programas sociais governamentais*, Stylus, Fortaleza, 1991

9 Uma discussão sobre as formas institucionalizadas de participação e os conflitos entre entidades representativas pode ser vista nos artigos de Ana Quiroga Fausto Neto “Revivendo mecanismos autoritários: as organizações de moradores na gestão de políticas públicas” e Irllys Barreira “Entre a rebeldia e a disciplina: dimensões simbólicas e políticas nos movimentos sociais urbanos in *Brasil Urbano, cenários da ordem e da desordem*, Notrya, Rio de Janeiro, 1993.

de repasse de verbas, confere ao tema da participação práticas e sentidos variados⁹.

As discussões sobre a *participação* integram no contexto das análises sobre os movimentos sociais uma perspectiva abrangente na medida em que “de fato, trata-se atualmente, mais de um campo que de um tema. Neste campo encontram-se articuladas questões relativas à ação coletiva, às mediações institucionais, aos limites da participação política, às bases morais e culturais do exercício do poder, aos interesses envolvidos nas políticas públicas e às oportunidades de superação dos atuais níveis atingidos pela pobreza urbana” (Ribeiro, 1993, p.13).

A literatura abarca nessa perspectiva um duplo período: aquele cujo tema da *participação* circunscreve-se no protagonismo de setores populares designados por movimentos sociais e outro recorte temático mais recente que percorre reflexões baseadas em diferentes expressões de gestão municipal oriundas de mudanças na Constituição. É possível acrescentar a essa análise o fato de que nas décadas de 1970 e 1980 questões opcionais (participar ou não participar?) tocam os limites de uma sociedade onde os canais democráticos se encontravam em processo de consolidação.

Adjetivos que buscam mais recentemente qualificar os modos de participação (democrática, cidadã etc) delimitam esse momento conjuntural no qual *participar* passa a ser um pressuposto legítimo muito embora as práticas

efetivadas em seu nome sejam bastante variadas sinalizando, em sua maioria, o poder de pressão sobre a influência decisória de políticas municipais. A passagem de uma *fase reivindicativa* para a tradução de demandas em propostas políticas redefine o peso conferido às emendas constituintes, “na luta fazemos a lei” e a organização de propostas políticas efetivadas através de canais institucionais (Carvalho, 1999).

Vários trabalhos não restritos ao Ceará, baseados na observação etnográfica de municípios chamam atenção para a emergência de conflitos entre espaços de representação nem sempre articulados e às vezes concorrentes¹¹. A esse respeito cabe a reflexão de que o tema da *participação* mantém muitas vezes um conteúdo performático que o põe em um lado antagônico aos conflitos de poder. Trata-se de uma linguagem frequentemente acompanhada de termos como *comunitário*, *união*, *convergência de interesses* os quais provocam a percepção dos conflitos como *obstáculos* à participação.

As situações pesquisadas expostas a seguir apontam o modo como se constituem experiências de participação associadas a práticas e sentidos diversificados¹².

2. A PARTICIPAÇÃO COMO ALTERNÂNCIA DE PODER

O município de Santa Mariana notabilizou-se como modelo de “participação bem su-

11 Ver Bezerra, Marcos Otavio “formas de participação popular e produção de interesses coletivos – observação a partir de duas experiências no Estado do Rio de Janeiro” e Herédia, Beatriz Maria Alásia “participação e política – experiências de dois municípios gaúchos em Política, governo e participação popular col. Sociologia e Antropologia, ed 7 letras, Rio de Janeiro, 2012.

12 Para efeitos de manutenção de sigilo modificamos os nomes de pessoas e municípios pesquisados.

13 Santa Mariana, foi reconhecida pela UNICEF como um dos modelos de gestão participativa, constituindo uma das experiências governamentais municipais classificadas, no Brasil, sob a nomenclatura da *participação*.

cedida”, obtendo premiações¹³ e referências em trabalhos acadêmicos. Os destaques enfatizam a forma de gestão municipal, baseada no planejamento de recursos, efetivada em conjunto com entidades populares organizadas. Posto no contexto de “experiências exitosas”, o Município passou a figurar, ao lado de outros existentes no País, como exemplo de *descentralização e participação* materializadas na criação de entidades mediadoras de demandas sociais articuladas em um fórum unificado, conhecido popularmente como *Conselhão*.

As práticas acumuladas de organização de trabalhadores em assentamentos ou sindicatos influenciaram a emergência de canais de comunicação fortalecidos por ocasião da administração municipal inaugurada por Adriano Almeida. Portanto, as vivências mais recentes designadas posteriormente como participativas foram cumulativas, sendo realimentadas e transferidas para o Conselhão, que se tornou reconhecido por constituir um espaço potencial de acolhimento das demandas.

A ênfase conferida à participação como marca registrada da administração de Adriano Almeida apresenta-se, nos relatos dos moradores, como sendo proveniente de uma espécie de *ato inaugural* que materializou o rompimento com o *poder tradicional*. Foi também recorrente, nas entrevistas realizadas, ou mesmo em conversas informais com os moradores, a divisão da história política local em dois momentos históricos. No primeiro período, anterior a

1989, o poder era disputado por dois grupos políticos representados através dos “chefes políticos”, João Araújo Neto e Antônio Vargas, ambos descendentes de uma mesma família tradicional da região. Durante trinta anos o grupo político liderado por Antônio Vargas ocupou o poder executivo local. O primeiro período é nesse sentido denominado como tempo de vigência da “política tradicional” também designado por termos como “clientelismo”, “oligarquia”, com predomínio do “voto de cabresto”.

A campanha eleitoral de Adriana Almeida¹⁴ pelo PSB foi marcada pelo discurso de rompimento com o passado oligárquico e acesos à construção de espaços de “participação popular” na gestão pública municipal. O *slogan* de campanha em 1989, “Povo em Ação”, convocava a população de Santa Mariana “a virar uma página na história daquele município”.

As *práticas participativas* que caracterizam a gestão municipal de Adriano Almeida consolidaram-se institucionalmente através da criação, em 1989, de um espaço único e centralizado de comunicação entre Executivo Municipal e entidades organizadas da sociedade civil nomeado Conselhão. Este órgão representativo acolhia as demandas, discutia as prioridades com os interessados e elaborava um termo de compromisso conjunto.

O chamado *método da administração concreta*, elaborado por assessores municipalistas, tinha por objetivo recolher e adaptar as demandas de associações comunitárias aos pa-

14 A trajetória do prefeito considerado mentor da ideia de participação tem características interessantes de serem ressaltadas. Adriano Almeida, quando estudou medicina em Portugal, engajou-se no movimento sanitarista e em lutas estudantis no período da ditadura salazarista. Em Portugal, cursou parte das cadeiras de medicina, voltando em 1976 para Fortaleza para concluir seu curso na Universidade Federal do Ceará.

15 Informação obtida através da Dissertação de Holanda Ivna, *A Participação Popular na Gestão Municipal*, Curso de Mestrado em Educação da UFC, Fortaleza, 1995.

drões legais orçamentários¹⁵. Era o momento inaugural de uma experiência que se construía com base em dinâmicas associativas já existentes. De fato, não se pode atribuir exclusivamente ao Prefeito Adriano Almeida o engajamento de *lideranças comunitárias* no projeto do *Conselhão*. A ideia de cumulatividade de experiências articulada a processos que caracterizam determinadas figurações sociais, tal como pensou Elias (1994) para fazer referência à rede de funções e papéis desempenhados em dada sociedade, torna-se importante para ultrapassar a dicotomia do “sujeito criador” versus “determinação social”. Se o pressuposto do *marco zero* está presente em depoimentos que validam a existência do *antes e depois*, a existência de outras experiências associativas não classificadas naquele momento como *participação* chama atenção para os sentidos históricos das práticas sociais e suas formas de designação e classificação.

O Conselhão torna-se o espaço de materialização das práticas de *participação*, lugar para o qual convergiram as múltiplas redes de sociabilidade política, fazendo convergir vivências provenientes de diferentes espaços de organização.

O discurso de representantes de entidades populares corrobora também com o lugar do Conselhão, como afirmação de um *ideal comunitário* baseado no princípio da unidade, sendo a *participação* percebida como a presença nas reuniões da entidade. O modo como o Conselhão operacionalizava a conjugação de demandas pautava-se em representações baseadas no princípio da unidade. Santa Mariana aparecia como modelo exemplar de *participação*

por sediar um coletivo forte, considerado único e capaz de ultrapassar a diversidade de interesses. Também impor uma hegemonia que se contrapunha a outras possibilidades de representação consideradas não legítimas.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDs, por exemplo, que eram propostos pelo Governo do Estado do Ceará, foram preteridos e Santa Mariana, tendo em vista ser o Conselhão considerado o único *autônomo* e *comprometido* com as formas preexistentes de organização popular. Não por acaso, a palavra *participação* confundia-se com a entidade Conselhão, sendo as reuniões realizadas na entidade o momento de expressão de práticas nomeadas *participativas*.

É interessante observar que a *participação* no Conselhão não se refere apenas à perspectiva de uma ação política, incluindo também a vigência de um domínio social composto de sociabilidades, classificações (os que frequentam e os que não frequentam a entidade) e o próprio senso obrigatório de pertença, indutor de críticas e justificativas de ausências nas reuniões.

Alguns depoimentos punham em lados opostos o que seria da ordem da política e o que estaria no âmbito da *participação*. Era sob a ótica da *participação* que o termo *comunitário* emergia mais fortemente, porque compreendido como desvinculado de interesses partidários. Na realidade, a palavra política era utilizada de forma ambígua e negativa, estando associada a disputas partidárias, em curso, sobretudo, em ano eleitoral.

16 A distinção entre *comunitário* e *político* faz parte de uma nomenclatura típica dos movimentos populares, sendo encontrada entre moradores da periferia da cidade organizados em associações de bairro. As categorias nativas que põem em lugares opostos a “política comunitária” e a “política partidária” fundamentam essa distinção nos ideais coletivos que supostamente seriam quebrados pela presença de representantes políticos (Barreira, 1998).

Também a distinção entre a política “ligada a interesses partidários”¹⁶ e as práticas consideradas “comunitárias” estiveram evidentes, sobretudo, por ocasião do rompimento do prefeito com seu sucessor, em 2001, momento em que os destinos do Conselho pareciam estar em suspense. Outras situações expressivas de conflitos internos faziam emergir versões diferenciadas entre propostas orçamentárias, catalogadas como estando vinculadas a *interesses políticos*, em contraposição a *princípios comunitários*.

A *participação* como prática *sui generis* de organização associa-se também a uma dimensão de sociabilidade, sendo o Conselho mencionado como um lugar de partilha de informações e encontro de lideranças. Lugar também de aprendizado, troca de experiências e formação política. De acordo com vários depoimentos, no início das atividades do *Conselho* as pessoas eram mais inibidas. No decorrer do tempo, aprendiam a expressar-se e usar a palavra diante de “autoridades”. Observa-se, assim, que a *participação* é promotora de capital simbólico, no sentido empregado por Bourdieu (1989) que poderá ser potencialmente convertido em formas variadas de reconhecimento social e político.

É importante, no entanto, salientar que a percepção do Conselho como espaço de encontro “entre iguais” não exclui a reverência e distinção hierárquica. A chegada do prefeito às reuniões e as interações que se desenvolvem com os participantes e integra uma ritualidade¹⁷ com suspensão aparente de um espaço de hierarquia, que reforça o discurso de um ideal co-

munitário. Tudo se passa como se a fala coletiva e a presença, em um mesmo espaço, de segmentos socialmente distantes, contribuíssem para a construção de uma *identidade de interesses*.

A percepção da participação como prática social inovadora, como expressão de sociabilidade e arma simbólica de identificação das demandas populares contribui para a afirmação de um *ethos comunitário*. Nele vão estar presentes os referentes de *unidade* ou os *interesses coletivos* que fazem dos conflitos uma espécie de força negativa a ser expurgada, denegando a ideia de que *participar* é também integrar a trama das relações de poder.

As demandas apresentadas ao Conselho como sendo “propostas do povo” promoviam, em algumas situações, disputas entre lugares de representação, sendo fonte potencial de disputas simbólicas. Na medida em que o *Conselho* revelou-se como um lugar de reforço à legitimidade do prefeito tornou-se, em algumas situações, um lugar de concorrência com a Câmara de Vereadores. Ainda mais, possuía a prerrogativa de expressar o que era visto como veículo de uma “vontade geral”, pondo-se em patamar superior aos interesses partidários.

Observa-se que a concepção que evocava a *participação* atribuía ao “povo” a capacidade de falar sobre “as reais necessidades para o planejamento das políticas públicas. Por outro lado, a ideologia dos “interesses coletivos”, vigente no momento em que se quebrava o discurso do “apadrinhamento”, revelava-se difícil de ser realizada por conta das imposições legais orçamentárias e da necessidade de definição de

¹⁷ Uma análise mais pormenorizada das reuniões do Conselho e sua dinâmica na efetivação de laços de sociabilidade e relações de poder encontra-se em Silva dos Santos, Clodson (2004).

prioridades. Segundo informações de um dos principais assessores municipais, a grande abertura de pedidos, sem a devida restrição legal, dificultava o andamento de propostas. Era necessário solicitar dentro das rubricas disponíveis, não obstante o atendimento das demandas não ser apenas técnico. As implicações políticas advindas de necessidades insatisfeitas expunham a defasagem entre carências e possibilidades de atendimento.

O patrimônio simbólico da *participação* como legitimidade de uma “conquista popular” já assegurada, associou-se na gestão posterior a Adriano Almeida a outros referenciais de “eficiência”. A forma como a *participação* foi incorporada na gestão de Nunes chama atenção para os sentidos diferenciados à ela atribuídos, capazes de fundamentar distintas práticas sociais. Comprova as múltiplas possibilidades de apropriação do termo com seu poder simbólico de construir e resignificar espaços sociais de representação política.

A análise das relações entre o Conselho e os poderes municipais aponta para a definição complexa dos lugares de representação política, revelando a disputa pela posse legítima da *participação* em um jogo de retração e ampliação da esfera pública¹⁸. De todo modo, o Conselho constituiu a expressão do que poderia ser designado “conselhos de fato”, tornando-se ícone da expressão das demandas comunitárias de Santa Mariana.

3. “CONSELHOS NO PAPEL”, A EXPERIÊNCIA DE SANDOVAL¹⁹

Menos reconhecido como exemplo de práticas de participação Sandoval, ao lado de outros municípios cearenses, aparece nos meios de comunicação como exemplo de “gestão competente”, signatária de ruptura na forma tradicional de gerir o Município. De fato, Sandoval há vinte anos era praticamente governado pela família Prata e família Nogueira. Após a hegemonia das duas oligarquias que se revezavam no poder a aliança entre PT e PSB viabilizou a mudança nos poderes municipais incorporando-se nesse momento as ideias de inovação do poder.

De fato, a entrada de partidos de oposição e assessorias com atuação aberta e a inclusão de conselhos e formas variadas de representação expressam mudanças e, é nesse contexto que se configura a vigência de intermediações e organismos encarregados de construir a chamada “participação popular”.

Outros elementos não relacionados diretamente à gestão do poder municipal deram à cidade de Sandoval o sentido de uma transformação, revelada através de um maior intercâmbio entre nativos e migrantes vindos de outras localidades do País. Técnicos e profissionais do Sul do País vieram atraídos pela fábrica de calçados Grandene e projetos de expansão na universidade que favoreceram o desenvolvimento

18 A importância que os novos canais de acesso à participação adquirem para as disputas locais é analisada na pesquisa de Bezerra, Marcos Otávio (2004) feita com base na experiência de Niterói. As disputas entre associação de moradores e políticos pela ocupação de espaços de representação revela, segundo o autor, a importância de reescrever as experiências de participação nas configurações de poder.

19 Surgido em 1841, O município de Sandoval, situa-se na região Norte do Ceará, a 235 km da capital. Seu território abrange uma área de 2.129 km² com uma população de 155.276 habitantes à época da pesquisa. No Município existem cerca de 25 bairros, espalhados principalmente na zona urbana, 86,6% do total, incluindo 11 distritos, além da sede.

de atividades de lazer e consumo. A ampliação de cursos universitários, a exemplo da instalação da faculdade de medicina, reforçou o sentido de investimento e racionalização de recursos que passaram a presidir a nova gestão municipal.

Do ponto de vista dos municípios que se destacam pelo discurso da participação, Sandoval diferia de Santa Mariana, aproximando-se mais do que poderia ser designado como “modernização administrativa” segundo a lógica estratégica de construção de “municípios saudáveis”. Trata-se de uma proposta originada de trabalhos realizados na área de saúde que previa a existência de políticas intersetoriais em articulação com várias instituições da sociedade e secretarias municipais.

Se a lógica de uma “participação induzida”, ou a criação de espaços de atuação, como conselhos, parece traduzir as mudanças recentemente implantadas no Município, ideias de modernização e desenvolvimento se tornaram mais evidentes desde a percepção do dirigente municipal que, comparando sua administração com aquelas notabilizadas pelo *slogan* da participação, afirmava que “mais do que alardear proposta é importante pagar as contas em dia”.

O discurso da participação no município é, no entanto, anterior a essa gestão, sendo veiculado desde décadas anteriores, por sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias e entidades filantrópicas. Com a ascensão da atual força política, materializada na aliança PPS/PT, o discurso da participação agregou-se a temas associados à “modernidade” e ao “desenvolvimento”, promovendo no discurso nativo a designação de “conselhos no papel” para fazer

referência a entidades restrita ao cumprimento formal da legalidade, supostamente esvaziada de engajamento popular.

4. “CONSELHOS NO PAPEL”

Como acontece em diversas situações, o Município mantém formalmente uma série de conselhos, muitos dos quais legalmente criados, mas inativos, constando “apenas no papel”, como costumam dizer alguns informantes. A ideia de *conselhos no papel*, freqüentemente mencionada nas entrevistas, traduz uma categoria nativa reveladora da criação institucional de entidades sem funcionamento orgânico efetivo. O CMDS, por exemplo, criado pelo Governo do Estado do Ceará como forma de dinamizar os municípios, terminou em muitas situações induzindo espaços, pouco representativos de demandas populares, sendo muitas vezes acusado de tornarem-se correia de sustentação do poder. Em conversa mantida com o presidente do CMDS constatamos que a entidade há tempos não se reunia e não mantinha atividades de organização e mobilização dos participantes.

Outros conselhos criados sob o impacto da necessidade de elaboração de projetos tinham sua existência limitada sem o poder de continuidade. Nesse sentido o presidente do CMDS queixava-se da superposição de papéis entre associações e conselhos, que criavam dificuldades para viabilizar a “participação”: *tem gente que diz que os conselhos tomam lugar das associações na área de educação e saúde*.

Na realidade, a vigência de projetos e formas de financiamento condicionadas à existência de entidades populares terminou em vá-

rias situações emprestando aos conselhos um caráter burocrático e pouco representativo. Dizer que os conselhos “funcionam no papel” é expressar a lógica dos requisitos administrativos do poder, distanciados do que era percebido como sendo a “autêntica representação”. Mesmo que alguns informantes tivessem enfatizado a importância de criar instituições representativas, era claro o divisor de águas entre o conselho que funcionava e o que “estava no papel”.

Um dos requisitos apontados pelos entrevistados para o funcionamento dos Conselhos referia-se à necessidade de mudança na forma de participação dos Conselheiros nas reuniões. A distinção feita com base em categorias nativas entre “governamentais” e “não governamentais” demonstrava a existência de uma polaridade cuja consequência estava no interesse e na importância atribuída à entidade. Segundo Francisca Lopes²⁰, coordenadora da Mobilização Social, um setor da Secretaria de Saúde e Assistência Social que congregava diversos conselhos, incluindo o de Saúde, um dos problemas mais recorrentes que vinha dificultando o andamento dos trabalhos era a “falta de compromisso”, principalmente de *Conselheiros governamentais*, escolhidos muitas vezes à revelia dos participantes e sem assumirem o papel atribuído de representação em sua profundidade. Os *governamentais*, segundo ela, não iam às reuniões, não se comprometiam, queriam impor horários de reuniões a partir de suas conveniências e criavam uma série de problemas com os *não-governamentais*, que eram muitas vezes voluntários e, portanto, não tinham a mesma disponibilidade de tempo.

A distinção revela, assim, uma hierarquia entre participantes remetendo ao tema da legitimidade da representação.

É importante ressaltar que atualmente, grande parte das associações comunitárias tem algum convênio, seja com a Prefeitura, seja com o Governo do Estado. A experiência de Sandoval não difere de outras cidades do Estado e do País. Muitos programas e verbas governamentais surgem através de associações comunitárias. (um bom exemplo disso é o Projeto São José e os programas financiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento). Essa necessidade de que as associações dispusessem das verbas criou uma situação de simbiose entre poder e espaços associativos de representação. Além do mais favorecia a criação de entidades cadastradas que não eram “verdadeiras”.

5. OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO

Sandoval apresenta diferentes apropriações da palavra participação, incluindo tanto os formatos institucionalizados materializados em conselhos como as experiências associativas não imediatamente catalogadas como participativas. No âmbito dos espaços reconhecidos como expressão da mudança, nas formas de intermediação entre representantes e população destacam-se os conselhos de saúde como exemplos de transformação nas redes do poder local.

20 Francisca Lopes Souza é assistente social e trabalha na Secretaria de Assistência e Saúde do Município. Foi convidada pelo Secretário Odorico Menezes para ocupar o cargo de coordenadora da Mobilização Social, dando apoio técnico aos Conselhos.

A presença nos Conselhos e associações é, sobretudo, feminina. Segundo Benedito representante dos usuários eleitos pioneiramente em substituição à tradicional escolha de médicos para ocupação do cargo de presidência da entidade, “Por incrível que pareça são as mulheres que participam mais. Acho porque o homem tem a cabeça mais dura, acha que passa o dia trabalhando e as reuniões às vezes são à noite; quando são à tarde eles estão trabalhando... quando a gente vê muito homem, a gente vê que a coisa tá melhorando”.

Existe outra noção de participação associada a aspectos legais de funcionamento dos conselhos. Do ponto de vista dos gestores, a lei “permite” que os Conselhos sejam paritários, ou seja, dividam-se entre “governamentais” e “não governamentais”. É válido ressaltar que parte dos “governamentais” indicados pelo poder público nem sempre se interessa pelas temáticas, não dispondo muitas vezes de tempo para integrar Conselhos com reuniões e discussões que muitas vezes não apresentam “resultados”.

Do ponto de vista do poder público, os conselhos muitas vezes constituem uma ameaça ao poder local. Tudo se passa como se os conselhos fossem potenciais apropriadores dos poderes e, dependendo do seu andamento, pudessem se tornar um espaço paralelo, capaz inclusive, de descredenciar o executivo municipal.

Esse argumento era também extensivo às articulações entre conselhos e poder legislativo. Muitos vereadores percebiam os conselhos como ameaça à governança legislativa, minimizando suas funções de intermediação junto à população. Por sua vez, os conselhos também

tiveram enfrentamentos com os diferentes poderes, sendo suas demandas muitas vezes consideradas como “não atendidas”, produzindo uma sensação de impotência decisória.

As múltiplas apropriações da participação e seus formatos institucionais demonstram a impossibilidade de pensá-las a partir de uma única direção. Sandoval, diferente da situação de Santa Mariana apresentou uma articulação mais complexa dos espaços de representação presente no antagonismo entre “governamentais e não governamentais”. Trata-se na realidade de classificações reveladoras de disputas simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios de Sandoval e Santa Mariana apresentam a diversidade e a complexidade dos mecanismos de poder no conjunto das práticas *participativas*. Tentando romper com uma análise meramente avaliativa, a pesquisa revelou os espaços institucionais, os agentes e os discursos que acenavam com as formas mais recentes de inclusão de segmentos sociais organizados nas esferas do poder municipal.

Os mecanismos de *participação* social, presentes em gestões municipais, apontaram também dimensões importantes de uma “cultura política” calcada nas experiências anteriores de organização e nas redes do poder local, incluindo os discursos que acenam com propostas de renovação. A multiplicação de seminários, reuniões e fóruns variados de discussão sobre a questão exprimem a construção de um “saber” sobre a *participação*, no sentido foucaultiano do termo, implicando na emergência

de especialistas, discursos e situações exemplares a partir dos quais as experiências de organização e representação passam a ser geridas.

As narrativas da participação consideradas eficazes apresentam-se como sendo signatárias de uma temporalidade dividida entre um “antes” e um “depois”, fundamentados na ideia de ruptura com o poder local. Percebe-se, nesse sentido, que a ideia de *participação* opera como forte elemento de legitimação de governos de oposição. É importante também redimensionar o tema da participação à luz das experiências anteriores. Do ponto de vista sociológico, suplantar a leitura do “antes” e do “depois” sugerida pelas forças de oposição no poder, ou a ideia de que a participação opera a partir de um marco zero, supõe uma análise do modo como as experiências de organização se redefinem em diferentes contextos históricos.

Os Conselhos Municipais, enquanto instituições operativas de realização de “gestão municipal participativa”, constituem espaços ideais de verificação das mediações e valores que envolvem o tema da *participação*. Ressalta-se, nesse contexto experiências diversificadas. No âmbito das experiências analisadas verificamos como as tradições locais, as concepções partidárias e as vivências societárias, advindas de práticas variadas de organização popular, se articulavam ou se antagonizavam. As situações apresentadas revelaram o quanto é diversificada e complexa uma análise sobre a participação não pautada na perspectiva de avaliação.

Menos que uma conclusão para o que se apresenta como “entraves à participação” é importante salientar algumas questões que se impuseram na pesquisa. Em primeiro lugar, des-

taca-se a ideia de que existe uma grande variedade de acepções sobre o conceito de participação. São acepções que apontam a existência de conflitos simbólicos e luta entre classificações: *os que participam, os que não participam e os que deveriam participar*. Na mesma direção, destacam-se *os políticos que incentivam ou dificultam a participação*, reproduzindo as clivagens sociais entre o que se nomeia de *governo e população*.

Para o pesquisador, interessado em desvendar processos e tramas da realidade social, há sempre o desafio de entender a formulação de conceitos nativos e o papel que desempenham na construção de práticas de intervenção efetivadas por diferentes agentes sociais. Nesse sentido, o recurso metodológico etnográfico utilizado na pesquisa contribuiu para pensar os modos diferenciados de construir e pensar a *participação*, incorporando as formas de apropriação por parte de múltiplos atores sociais. A participação como legitimação de grupos hegemônicos, como bandeira política de segmentos organizados ou como afirmação de espaços de poder apresenta possibilidades analíticas interessantes a serem exploradas no contexto de pesquisas comparadas.

É importante salientar que a participação opera como uma espécie de rede de comunicação interativa e conflitiva entre grupos, líderes e políticos. Uma “cultura da participação” cria a rotatividade de assessores que desempenham a função de “intelectuais orgânicos” difusores de experiências. O próprio Partido dos Trabalhadores, enquanto um dos mentores da ideia de participação, reproduz experiências percebidas como cumulativas.

Uma institucionalização das articulações entre poderes locais e segmentos sociais populares repõe, por outro lado, os conflitos de poder existentes entre espaços diferenciados de representação: Conselhos Populares, Prefeitura e Câmara de Vereadores.

A participação se institui com base em discursos diferenciados e práticas também diversificadas. Talvez, uma das contribuições maiores no exame das situações concretas, seja introduzir com base em estudos etnográficos, a ideia de conflito não como entrave ao *ideal comunitário* que a participação parece sugerir. As redes interativas que se estabelecem entre a participação, os agentes e os espaços de poder constituem matéria prima para se pensar em investigações posteriores.

Se o discurso que justifica o tema da *participação política* pôde se fundamentar em ideais de reciprocidade, os conflitos inerentes à própria política, referentes à concentração ou distribuição desigual de poderes apontaram também dificuldades de aplicar os princípios na prática. Não é possível esquecer que a *participação* não ocorre em uma arena uniforme de representação política, o que gera diferentes efeitos na implementação das práticas efetivadas em seu nome. Tampouco, se implementa em um vazio social de histórias e interesses como parece sugerir a narrativa do “antes” e “depois”, sugestiva de um “marco zero” típico de um mito fundador. Nesse sentido emerge uma questão: como os valores que embasam o tema da participação coadunam-se com a prática de atores sociais inseridos em diferentes espaços de representação?

Se a *participação* é compreendida e apreendida de forma múltipla, essa polissemia não é em vão. Ela traz a possibilidade e flexibilidade de ressignificações conceituais, no tempo e espaço por diferentes agentes. Nessa perspectiva, a *participação* pode ser percebida como “obra sem autor”, para usar uma expressão de Grün e Donanone (2001) para referir-se ao modo como ela foi apropriada por empresários e Conselhos de Fábrica, no momento da sociedade brasileira em que se buscava organizar lucros e partilhar decisões. As lutas simbólicas em torno da definição da participação e dos processos de legitimação subjacentes têm, portanto, diversos alcances e difusões, transformando-se em patrimônio da gestão municipal.

Trabalho recebido em 20/10/2012

Aprovado para publicação em 11/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BARREIRA, Irlys e Braga Elza. *A Política da Escassez, lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 2001.

_____. *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. Participação popular e conflitos de representação política. In: Teixeira Carla Costa e Chaves, Christine de Alencar. *Espaços e Tempos da Política*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGA, Elza. O local e a construção de uma nova cultura política. In: Braga Elza (Org.). *América Latina, transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: EDUFC, 2005.
- COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 35, out. 1997.
- DONANONE, Júlio César e GRUN, Roberto. Participar é preciso! Mas de que maneira? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 47, out. 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- HOLANDA, Ivna. *A Participação Popular na Gestão Municipal*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.
- LEÃO, Ilza. Descentralização e poder municipal no Nordeste. In: SOARES, José Arlindo (Org.). *O orçamento dos Municípios no Nordeste Brasileiro*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- PAOLI, Maria Céli e TELLES Vera. Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil. In: Alvarez, Sonia; Dagnino Eveline; Escobar, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: EUFMG, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SILVA, Clodson Santos. *O que se diz e o que se faz em nome da participação*: Conselhão, Santana do Acaraú-CE. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- SOARES, José Arlindo. Finanças municipais e desigualdades regionais. O orçamento dos Municípios no Nordeste Brasileiro. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO PODER LOCAL: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA CULTURAL DO POLÍTICO

José Romildo Souza Lemos Júnior

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a bibliografia em Língua Portuguesa sobre poder local, sendo um dos resultados das reflexões que feitas na dissertação de mestrado, de minha autoria, intitulada Família, Poder e Representações: tramas do cenário político agrestinense entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990. Discutimos aqui a utilização das contribuições da história cultural na análise das relações entre poder local e representações. O artigo apresenta considerações a respeito da aplicabilidade de conceitos tais como coronelismo, cultura política e representações, todos estes em diálogo com o conceito de poder local.

Palavras-chave: Poder Local; Representações; História cultural

LOCAL POWER PRACTICES AND REPRESENTATIONS: POSSIBILITIES OF A CULTURAL HISTORY ON POLITICS

ABSTRACT

ABSTRACT

This article aims to analyze the literature in Portuguese on local government, being one of the results of reflections done in our Master's dissertation untitled Family, Power and Representations: plots of the agrestinense political scene between the end of the 1940 decade and the beginning of the 1990's. We discuss here the using of Cultural History in analyzing the local political power and its representations. This article presents comments on the applicability of concepts as Coronelism, Political Culture and Representations, all them in reference to the local power.

Key words: Local Power; Representations; Cultural History

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido a partir das reflexões, em termos de referencial teórico, que fundamentaram a dissertação de mestrado de minha autoria, intitulada *Família, Poder e Representações: tramas do cenário político agrestinense entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990*. Ainda que relacionado a uma pesquisa historiográfica, o presente texto apresenta também um esforço de revisão bibliográfica acerca do poder local, tendo em vista que nos limitaremos, neste espaço, a uma discussão conceitual.

Nesta discussão, entretanto, serão constantes as referências ao objeto de pesquisa, isto porque as reflexões que se seguem foram estruturadas a partir de considerações acerca da aplicabilidade de conceitos como coronelismo, cultura política e representações ao nosso objeto, sendo que este, por sua vez, está relacionado à história política do município de Agrestina.

Em sua relativamente curta história, tendo em vista que a emancipação ocorreu apenas em 1928, esta pequena cidade do interior do estado de Pernambuco, localizada no Agreste e distante 154 km da capital Recife, apresenta um cenário político marcado pela disputa entre grupos que, de forma geral, tinham como base famílias consideradas abastadas e com grande prestígio político no âmbito municipal.

Um cenário como este, onde predomina a disputa e o revezamento no poder de grupos

de base familiar, não chega a ser uma especificidade do município de Agrestina, já que parece ser característico também em outras cidades da região¹. Contudo, o que chama a atenção na trajetória política de Agrestina é que, durante um período considerável de sua história, não houve propriamente um revezamento dos grupos opositores no poder, isto porque um dos tais grupos, que tinha como núcleo a família Ribeiro, conseguiu tornar-se hegemônico no controle da prefeitura e da câmara de vereadores. Este grupo político, que teve como principal liderança o ex-prefeito e deputado estadual Elias Libânio da Silva Ribeiro, exerceu um domínio quase que ininterrupto na vida política local entre 1947 e 1992, nestes quarenta e cinco anos a oposição, formada por um grupo que tinha como núcleo a família Guilherme, conseguiu vencer apenas uma disputa eleitoral, tendo governado a cidade entre 1969 e 1972.

Neste sentido, o objetivo central da pesquisa que inspirou a produção deste artigo foi compreender o período em que as instituições políticas do município de Agrestina estiveram sob o domínio do grupo Ribeiro. Para tanto, fizemos uso de relatos orais, coletados através de entrevistas. Nestes relatos nos chamou a atenção o fato de que o poder atribuído a este grupo e, em especial, ao seu líder pelos atores sociais agrestinenses, de modo geral, era imenso, mas, por outro lado, a avaliação positiva ou negativa do poder e das práticas do grupo Ribeiro, durante o período em que este controlou o cenário político local, variava de acordo com o pertencimento dos nossos entrevistados ao pró-

1 Como exemplo de pesquisa relacionada a esta temática em uma cidade do interior de Pernambuco, podemos citar o seguinte trabalho: ADILSON FILHO, José. *A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários na política belo Jardimense*. Recife: COMUNIGRAF, 2009. Neste livro, o autor analisa a permanência das famílias Mendonça e Galvão, por cerca de quatro décadas, no poder municipal da cidade de Belo Jardim.

prio grupo Ribeiro ou ao grupo opositor que, como afirmamos anteriormente, tinha como núcleo a família Guilherme.

O caminho escolhido para a compreensão deste domínio foi à análise das representações em torno do poder político do grupo Ribeiro, assim como as lutas em torno destas e a maneira pela qual estas mesmas representações e as práticas delas decorrente contribuíram para a efetivação e legitimação de certa hegemonia política.

Por se tratar de uma pesquisa que teve como objeto as representações em torno de grupos de base familiar, fizemos ainda algumas reflexões em torno das relações entre família e poder político. Nesta perspectiva, procuramos compreender o contexto em que atuaram e a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina, assim como as representações em torno destas famílias, julgamos que estas representações tiveram um peso fundamental para a construção e manutenção do prestígio político destas e, até mesmo, de seus respectivos grupos.

Tendo em vista nossa opção de analisarmos, basicamente, as práticas e representações do poder, acreditamos que o nosso trabalho possa ser incluído no campo de uma história cultural do político. Com isto, por um lado, nos afastamos da tradicional análise do poder local a partir da questão do coronelismo, mas, por outro lado, não aderimos à perspectiva da chamada nova história política. No entanto, esta breve apresentação dos objetivos e dos conceitos centrais da nossa pesquisa escondem o caminho tortuoso que foi trilhado até a definição quanto à utilização deste instrumental teórico.

Neste artigo refletiremos sobre a utilização do conceito de representações e da inserção do trabalho no campo da história cultural, incluindo nesse caldo considerações acerca dos conceitos de coronelismo e cultura política, além de uma rápida abordagem relativa à noção de grupos de base familiar e ao próprio itinerário da história política, sobretudo nos últimos anos com o chamado retorno ao político e ao desenvolvimento da nova história política.

1. PODER, REPRESENTAÇÕES E HISTÓRIA CULTURAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Optamos por problematizar o objeto de pesquisa a luz de uma história cultural do político, procurando fugir da associação quase automática e ainda bastante comum – sobretudo quando se trata da análise de temáticas ligadas ao campo político em pequenas e médias cidades do interior – entre poder local e coronelismo, assim, apesar de trabalhar com um objeto que envolve a relação entre família e poder, não utilizamos este conceito, o que será justificado mais adiante.

Por outro lado, é evidente que o trabalho se insere no processo de renovação teórico-metodológica pelo qual vem passando nas últimas décadas, e em especial nos últimos anos, a história política, processo este que desembocou no chamado retorno ao político ou na chamada nova história política. Desta forma, procuramos estabelecer um diálogo tanto com este processo de renovação, quanto com o conceito de cultura política, que vem sendo utilizado por historiadores, sobretudo, a partir do início dos anos 1990. No entanto, os limites apre-

sentados pelo conceito de cultura política para a análise do nosso objeto e o questionamento de alguns dos pressupostos básicos da chamada nova história política, nos levaram a considerar a possibilidade de uma história cultural do político sem a utilização deste conceito e focando na questão das representações e práticas do poder, sendo, basicamente, estas as reflexões que passamos a fazer a partir de agora.

Além da preocupação central que circundam as práticas e representações do poder, o trabalho também apresenta algumas considerações em torno das relações entre família e poder político, pois, como já assinalamos, os dois grupos que disputavam o poder no município de Agrestina, durante o período que coincide com o recorte temporal estabelecido, ou seja, entre 1947 e 1992, tinham como núcleo famílias consideradas abastadas e com significativo prestígio no cenário político local, uma dessas famílias, inclusive, a família Guilherme, apresentava um longo histórico de atuação política, que se iniciara ainda na época da emancipação do município.

A temática que articula poder político e família tem sido abordada a bastante tempo, atualmente é vasta a produção² em campos disciplinares como, sociologia, antropologia e história. De modo geral, os trabalhos tem revelado a importância da família nas estruturas do poder político ao longo de toda a história brasileira. Rego (2008), por exemplo, afirma que a família representou papel essencial no estabelecimento das estruturas sobre as quais foi cons-

truído o estado no Brasil e que a família é tão indissociável das estruturas de poder no Brasil, que estudá-la é estudar essas mesmas estruturas.

Nesta perspectiva, tivemos a preocupação de abordar o contexto de atuação e a trajetória política das famílias Ribeiro e Guilherme no município de Agrestina. No entanto não utilizamos, especificamente, o conceito de família. Isto porque consideramos mais apropriado para essa análise a noção de grupo de base familiar proposta por Lewin (1993), tendo em vista que os grupos Ribeiro e Guilherme não eram formados apenas por membros destas famílias, mas também por aliados, já que os vínculos e alianças destes grupos eram definidos por diversos elementos que iam desde interesses conjunturais até a amizade política.

Ainda com relação às famílias Ribeiro e Guilherme, abordamos também, como afirmamos na introdução, a questão da maneira pela qual os atores sociais agrestinenses representavam estas famílias, as lutas em torno destas representações e a importância disto para o prestígio político tanto destas famílias como dos seus respectivos grupos. No entanto esta questão, das representações em torno das famílias Ribeiro e Guilherme, será retomada mais adiante.

A opção pela não utilização do conceito de coronelismo se deu pelo fato de considerarmos inadequada a utilização deste conceito em períodos históricos anteriores ou posteriores à chamada primeira república (1889-1930). Isto porque, a partir das contribuições de Carvalho (1997), que por sua vez adota a perspectiva

2 Conferir, entre outros: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995. RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

clássica proposta por Victor Nunes Leal acerca deste conceito, o coronelismo foi um sistema político que envolvia compromissos recíprocos entre os governos federal, estadual e municipal. Tal sistema é situado historicamente na primeira república e surge da convergência de uma conjuntura econômica com um fato político: a conjuntura econômica é a decadência dos fazendeiros e o fato político o federalismo implantado neste período. Desta forma, este sistema não existiu antes da proclamação da república e não continuou a existir depois da chamada revolução de 1930, que pôs fim ao federalismo existente até então.

Segundo Carvalho (1997), a insistência na permanência do coronelismo que caracteriza parte da produção acadêmica ligada ao poder local aponta para uma confusão conceitual: confunde-se mandonismo e clientelismo – práticas que atravessam praticamente toda a história brasileira e que não são incompatíveis os signos do moderno e mesmo com processos de modernização nas ambivalentes posturas e estratégias adotadas pelos políticos brasileiros³ – com o coronelismo e, em consequência dessa confusão, estas práticas são pensadas como traços da permanência do coronelismo e dos coronéis, embora adaptados a novos contextos históricos. Neste sentido, o referido autor busca definir, de forma mais precisa, os três conceitos. Procuremos, então, acompanhar o seu raciocínio.

Para Carvalho (1997), a noção de mandonismo implica:

à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter acesso ao mercado e à sociedade política.⁴

Nesta formulação do conceito o mandonismo, no entanto, não é um sistema, é uma prática característica da política tradicional. Ele atravessa a história da colonização e do império, sobrevivendo, ainda hoje, em regiões isoladas. Porém, segundo este autor, a tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.

Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e tem de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo.⁵

Parte da produção acadêmica sobre poder local identifica coronelismo e mandonismo. Segundo Carvalho (1997), esta produção contribuiu para esclarecer o fenômeno do mandonismo, no entanto:

O fato de esta literatura ter tornado sinônimos os conceitos de coronelismo e mando-

3 A discussão e análise destas questões encontra-se em ADILSON FILHO, Op. Cit.

4 CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº. 2, 1997, p. 3.

5 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

nismo foi negativo. Alguns autores encontram mesmo um coronelismo urbano (Reis, 1971), ou um coronelismo sem coronéis (Banck, 1974: 1979).⁶

Outro conceito frequentemente confundido com coronelismo é conceito de clientelismo. Este último indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve a troca de benefícios como empregos, isenções fiscais, etc. por apoio político, principalmente na forma de voto. O clientelismo também não constitui um sistema, mas uma prática, ele, assim como o mandonismo, atravessa quase toda a história do país. No entanto, o clientelismo não segue uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo, ele pode aumentar ou diminuir ao longo da história, de acordo com o sistema político.

Ainda segundo Carvalho (1997), os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do Brasil estão falando de fato de relações clientelistas. Contudo, estas relações, nos casos acima citados, dispensam a figura do coronel. Para sumarizar a questão da inadequação do conceito de coronelismo na análise do poder local fora do período da chamada primeira república observemos um exemplo dado pelo autor:

que na década de 60 era dominada por duas famílias, cujo poder baseava-se simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos (Carvalho, 1966). As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenôme-

no não era sistêmico, embora houvesse vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo.⁷

Por outro lado, além desta inadequação, em termos da própria definição do conceito de coronelismo em análises acerca do poder local fora do período da chamada primeira república, também consideramos que há limites na concepção de poder que norteia parte dos trabalhos que interpretam a longevidade de famílias, ou grupos no controle político de alguns municípios como a permanência do coronelismo.

Isto porque, nestes casos, o poder local é visto quase sempre como um poder discricionário que pertence exclusivamente ao coronel e, desta forma, os trabalhos têm enfatizado a dominação em detrimento da forma como os atores sociais representam o universo político e, conseqüentemente, de como orientam suas práticas em meio às relações de poder. Práticas estas que, se consideradas em termos táticos, como propõe Certeau (2008), podem revelar diversas formas de resistências. Além do mais, esta ênfase no poder dos grupos dominantes desconsidera a questão da crença partilhada na autoridade.

6 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

7 CARVALHO, Op. Cit., p.3.

Até aqui temos adiado as reflexões em torno do conceito de representações. Isto se deve, por um lado, ao fato de considerarmos necessárias as considerações iniciais feitas a respeito das relações entre família e poder político e em torno da não utilização do conceito de coronelismo, por outro lado, a própria discussão em torno das representações é mais complexa e requer maiores cuidados.

Estudos relacionados ao poder político, apontam para o processo, hoje bastante conhecido, de renovação da história política. Sendo assim, a entrada em cena do conceito de representações está ligada ao próprio itinerário da história política nas últimas décadas. No entanto, para compreendermos as transformações pelas quais passou a história política, é necessário considerar, mesmo que brevemente, sua trajetória desde o final do século XIX. De forma bastante esquemática, esta trajetória pode ser dividida em momentos distintos, todos eles relacionados tanto às tendências dominantes como às transformações ocorridas no campo historiográfico.

Em um primeiro momento, ainda no século XIX, a história política foi considerada o objeto por excelência dos estudos históricos pela chamada história tradicional. Esta tendência historiográfica, capitaneada pela escola metódica francesa, caracterizava-se, grosso modo, por uma postura cientificista – que advogava uma separação absoluta entre o objeto e o historiador, já que este deveria apenas expor os

fatos tal como aconteceram, extraindo-os dos documentos oficiais ou, para usarmos uma expressão bem conhecida, fazendo os documentos falarem por si sós – e por uma narrativa factual, cronológica e linear, que enfatizava os feitos dos grandes homens.⁸

No entanto, a partir do final da década de 1920, com o advento da chamada escola do *Annales*, essa história política perdeu prestígio, passando a ser considerada o símbolo maior da história tradicional e tornando-se, desta forma, o principal alvo das críticas dos historiadores dos *Annales*. Os membros desta corrente propuseram uma renovação historiográfica pautada numa história-problema, interdisciplinar e socioeconômica, além de inovarem também com a utilização de novas fontes e uma nova concepção de tempo histórico.⁹ Isto acabou levando a história política a passar algumas décadas numa espécie de ostracismo, pois sendo considerada “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia [...] todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”.¹⁰

O último momento, que já é o do processo de renovação da história política, depois do longo período em que ela permaneceu num segundo plano, é bem mais difícil de precisar, pois são múltiplos os fatores que impulsionaram esta renovação, mesmo assim tentaremos seguir algumas pistas na tentativa de compreendê-lo. Uma contribuição decisiva para es-

8 Conferir: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

9 Conferir: BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

10 RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 18.

te processo foi dada pelo grupo liderado pelo historiador francês René Rémond que, a partir do final dos anos 1960, quando o campo historiográfico ainda era dominado pelo paradigma braudeliano da segunda geração dos *Annales*, defendeu o retorno, sob nova roupagem, da história política. Por outro lado, o advento da chamada terceira geração dos *Annales* questionou o modelo historiográfico braudeliano e ajudou a reestabelecer a história política, pois esta passou a ser vista como uma alternativa ao predomínio da história econômica e social. Este processo de renovação pelo qual passou a história política foi ainda influenciado e impulsionado pelo desenvolvimento da história cultural e pelo contato com outras disciplinas como a sociologia, a ciência política e, sobretudo, a antropologia, pois estas disciplinas também empreenderam renovações teórico-metodológicas relacionadas às pesquisas em torno do político, pense-se, por exemplo, no desenvolvimento da antropologia da política.¹⁰

É neste contexto que, nos últimos anos, tem crescido o interesse dos historiadores do político pelo universo do simbólico e das representações. Neste sentido, ao caracterizar o movimento de renovação liderado por René Rémond, ao qual nos referimos e do qual participou, Serge Berstein afirma que:

O móvel principal dessa renovação consistia em aplicar à história política os enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política, e os novos horizontes abertos pela voga da história cultu-

ral, em particular no campo das representações.¹¹

Ao chegarmos neste ponto faremos algumas considerações a cerca do conceito de cultura política, considerando o recente interesse pelas representações do universo político que possibilitam uma redefinição e a reabilitação do próprio conceito. Entre os autores que buscaram apresentar uma definição do conceito de cultura política – como, Andrade (1999), Motta (2009), Berstein (2009) e Guedes (2011) – parece haver certo consenso em situar o surgimento e o desenvolvimento do estatuto acadêmico deste conceito entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, no âmbito da ciência política norte-americana. Isto a partir dos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba, principalmente no livro “*The Civic Culture*”.

Situados no contexto da guerra fria, num momento em que os esforços estavam voltados para o fortalecimento do campo democrático liderado pelos Estados Unidos, tratava-se para estes teóricos de compreender a origem das democracias políticas. Influenciados pelo campo antropológico, criaram tipologias para enquadrar as diferentes formas de cultura política, no esquema organizado por estes autores havia três tipos básicos: cultura política paróquia, cultura política da sujeição e cultura política participativa, esta última corresponderia ao estágio superior a ser alcançado pelos povos atrasados na corrida para o desenvolvimento de sistemas democráticos. Buscaram, ainda, encontrar:

10 Conferir KUSCHNIR, Karina. Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2007.

11 BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Org. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 30.

uma regra de comparação entre sistemas políticos diferentes, mas considerados de valor desigual, com relação a critérios de desenvolvimento, estabelecendo como modelo da modernidade as normas e os valores das democracias liberais do ocidente¹².

Desta forma, fica clara a perspectiva evolucionista e etnocêntrica que norteia esta formulação do conceito. Outra característica da concepção de cultura política é que ela é pensada em termos de território nacional. Neste último ponto, entretanto, há discordâncias entre os autores que discutem o surgimento deste conceito. Na concepção de Berstein (2009), Almond e Verba postularam a existência de culturas políticas nacionais homogêneas, no entanto, para Motta (2009) o esquema não era tão simplório, pois concebe casos em que convivem até os três modelos de cultura política citados anteriormente.

Uma coisa, porém, é certa: com a renovação teórico-metodológica pela qual passou o campo político nas últimas décadas e, mais recentemente, nos últimos anos, sobretudo com a entrada em cena da questão das representações, diversas foram as críticas que se abateram sobre esta concepção de cultura política. Críticas empreendidas principalmente por antropólogos, sociólogos e historiadores que norteiam suas pesquisas a partir de temáticas ligadas à relação entre cultura e política, e que contestaram, sobretudo, os aspectos evolucionista, etnocêntrico e nacional desta formulação do conceito. Nesta perspectiva, alguns autores tem proposto

uma redefinição, como citamos anteriormente, do conceito de cultura política.

No campo historiográfico, como não poderíamos deixar de comentar, foi só a partir desta redefinição que a noção de cultura política passou a ser utilizada. O conceito aparece na historiografia francesa no início da década de 1990, com autores como Serge Berstein e Jean-François Sirinelle, Estes historiadores são externos ao movimento dos *Annales* e ligados ao grupo de René Rémond, ao qual nos referimos anteriormente. O livro manifesto, se assim podemos chamá-lo, “Por Uma História Política”, organizado por René Rémond e publicado em 1988, não tinha um capítulo dedicado à noção de cultura política, no entanto, outros historiadores do grupo passaram a desenvolvê-la.

De fato, os diversos autores que postularam uma redefinição do conceito de cultura política tem colocado no cerne desta ressignificação a noção de representações. A socióloga Maria Antônia Alonso de Andrade, por exemplo, ao comentar as vantagens de uma nova concepção deste conceito, propõe que a cultura política seja entendida “não como as atitudes, mas como as representações sociais do mundo da política, ou mais precisamente, como o campo de representação da política”.¹³

Já o historiador francês Serge Berstein define da seguinte forma o modo como o conceito é apropriado pelo campo historiográfico: “Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a

12 BERSTEIN. Op. Cit., p. 32.

13 ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura Política, Identidade e Representações sociais. Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999, p. 22.

identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político.”¹⁴

Por outro lado, o também historiador Rodrigo Patto Sá Motta, apesar de se fundamentar teoricamente em Berstein e por no centro de suas reflexões as representações, procura ampliar o conceito definindo-o como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.¹⁵

Para Berstein (2009), o que justifica o recurso a esta noção do conceito de cultura política é que ela possibilita a explicação dos comportamentos políticos, respondendo a questionamentos como o que faz um grupo de pessoas se sentir mais próximo de uma força política do que de outra, Votar a favor ou contra determinado partido, aprovar ou protestar contra esta ou aquela medida. Por outro lado, Motta (2009) aponta ainda a força que tem o paradigma culturalista na atualidade como motivação para a utilização deste conceito.

A partir desta resignificação, a produção historiográfica que volta seu olhar para as relações entre cultura e política na história tem procurado definir o que seriam os aspectos centrais da cultura política. Um primeiro ponto que tem sido enfatizado é a pluralidade das cul-

turas políticas, ou seja, ao contrário do que haviam pensado os fundadores norte-americanos do conceito na década de 1960, numa mesma sociedade podem conviver culturas políticas diferentes e rivais entre si, o que não significa que estas não possam entrar em contato e sofrer influências mútuas.

Outro aspecto, destacado por Berstein (2009), é que a cultura política de determinado grupo social constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes, sendo preciso levar em consideração as redes de sociabilidade que garantem a coesão do grupo. Este historiador classifica, ainda, as culturas políticas como um “fenômeno evolutivo”, no sentido de que estão, como tudo que é histórico, sujeitas a mudanças, no entanto, as transformações pelas quais passam estas culturas políticas só podem ser percebidas na longa duração.

Outro ponto que tem sido discutido, e que vem sendo considerado ainda bastante problemático, é a questão da difusão ou reprodução das culturas políticas. Porém, tanto Berstein (2009) como Motta (2009) consideram que esta difusão ocorre através de vetores sociais como a família, igrejas, instituições militares e escolares, ambientes de trabalho e até pelas mídias.

É inegável que este recurso a um conceito de cultura política renovado, e que direciona o olhar do pesquisador para o estudo das representações, trouxe ganhos e contribuições importantes para o campo da história política. Se adequado ao objeto de estudo, o conceito

14 BERSTEIN, serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

15 MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009, p. 21.

pode ser extremamente útil para as pesquisas nesta área.

No entanto, como instrumento chave de análise o conceito de cultura política apresenta limitações. A primeira delas é que a noção de cultura política, da forma como foi pensada pelos historiadores acima citados, refere-se apenas a grupos políticos intelectualizados e com fundamentação teórica bem definida, como, por exemplo, os Liberais, os Marxistas, os Republicanos, etc. Neste sentido, Berstein (2009) afirma que um dos elementos que compõe a cultura política de determinado grupo é o que ele chama de substrato filosófico, este, por sua vez, seria apropriado de maneira diferente pelos membros do grupo, pois enquanto:

as elites cultas se referem diretamente às obras fundadoras, na massa da sociedade essas mesmas ideias penetram sob a forma de uma vulgata que exprime, a partir de posições concretas, os princípios de cada uma dessas culturas políticas.¹⁶

Nesta perspectiva, não conseguimos vislumbrar os atores políticos agrestinenses entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990, numa cidade pequena do interior de Pernambuco, se definindo como pertencentes a estas “grandes famílias políticas”, para utilizarmos uma expressão de Berstein (2009).

Também não parece adequado considerar a cultura política de determinado grupo co-

mo um todo homogêneo e bem delimitado em oposição a culturas políticas diferentes e rivais, pois numa configuração social como a existente na cidade de Agrestina entre 1947 e 1992, os traços de uma “cultura política” estavam difusos por toda a sociedade, alterando-se apenas os usos que os diversos grupos sociais faziam deles,¹⁷ considere-se, a título de exemplo, a questão do clientelismo. Esta prática pôde ser apropriada tanto como uma estratégia pelos grupos que disputavam o poder – fosse o grupo Ribeiro ou Guilherme, embora a intensidade com que a utilizavam variasse – quanto como uma tática, no sentido proposto por Cerneau (2008), pelos eleitores.

Outro problema do conceito, este apontado por Motta (2009), é o risco de se cair nos extremos do paradigma culturalista, absolutizando a determinação cultural e se esquecendo de relacionar as representações com a realidade social.

Por outro lado, também consideramos limitada a perspectiva de alguns autores da chamada nova história política ou do chamado retorno ao político, que postularam uma consistência própria e “certa” autonomia do campo político em relação ao social, isto é o que defende, por exemplo, René Rémond (2003). Voltando ao nosso objeto, não seria possível pensar a hegemonia do grupo Ribeiro em Agrestina sem considerar, por exemplo, os recursos econômicos e o capital social de que este grupo dispunha e que, na perspectiva dos próprios

16 BERSTEIN, serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 33.

17 Apesar de adaptadas ao nosso objeto, estas reflexões estão fundamentadas nas críticas que o historiador Roger Chartier faz às noções de cultura popular e cultura erudita. Conferir: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Ed. Difel, (1988). _____. *À Beira da Falésia a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. _____. *A História ou a Leitura do Tempo*. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

atores sociais agrestinenses, eram fundamentais para a manutenção do seu poder.

Apesar de optarmos, pelos motivos acima expostos, pela não utilização do conceito de cultura política em nosso trabalho, tivemos a pretensão, ainda assim, como já insinuamos, de fazer uma história cultural do político, isto porque, para lembrarmos mais uma vez, o foco da pesquisa esteve voltado para as práticas e representações do poder.

A utilização de conceitos, como práticas e representações, sugere um olhar sobre a noção de representações proposta pelo historiador francês Roger Chartier. Ao se apropriar do conceito de representações, Chartier o tornou central, não apenas em sua obra, mas também para a própria história cultural já que, da forma como a define, esta corrente historiográfica tem por objetivo principal “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹⁸

Segundo este autor, as representações não são simples imagens, falsas ou verdadeiras, do real, além disto, elas têm uma energia própria que convence os atores sociais de que o real corresponde efetivamente ao que elas afirmam ou mostram. Outro aspecto da formulação do conceito, de representações em Roger Chartier deve-se ao fato que representações são consideradas, ainda, as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.

Sendo assim, associado às noções de prática e apropriação, como discutiremos a seguir, este conceito possibilita ao historiador refletir a

cerca da forma como os atores sociais, de acordo com o seu pertencimento e inserção em grupos, apreendem e atribuem sentido à realidade, permite também pensar a forma como orientam suas práticas em meio ao contexto social no qual interagem.

Em relação ao nosso objeto, estas primeiras características do conceito de representações já o tornaram bastante interessante, pois as representações em torno do poder do grupo Ribeiro e as práticas delas decorrente contribuíram para a efetivação da hegemonia política deste grupo no município de Agrestina entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990.

Entendidas como esquemas de classificações, delimitações e juízos que organizam a apreensão da realidade, as representações incorporam nos indivíduos as próprias divisões do mundo social e, Segundo Roger Chartier, “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”¹⁹.

As representações do mundo social, construídas desta maneira, apesar de aspirarem a uma verdade e validade universal, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as formulam. Desta forma, o autor chama a atenção para a necessidade de relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políti-

18 CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Ed. Difel, 1988, pp. 16-17.

19 CHARTIER. *Op. Cit.* p. 17.

cas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁰

Roger Chartier alerta, ainda, para a necessidade de pensar as representações colocando-as em um campo de concorrências que possibilite uma reflexão acerca das relações de poder e dominação que elas implicam. Nesta perspectiva:

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio²¹.

Sendo assim, abordamos a forma como variavam as representações acerca do grupo Ribeiro e, em especial, do seu líder, de acordo com a inserção dos atores sociais agrestinenses no próprio grupo Ribeiro o no grupo opositor, ou seja, o grupo Guilherme. Esta variação também se dava com relação às representações em torno do estatuto das próprias famílias Ribeiro e Guilherme no cenário municipal, sobretudo, como também abordamos, quando se tratava da “origem” da família Ribeiro.

Fica evidente, a partir da análise das fontes, a existência de certa disputa entre os partidários dos dois grupos acerca da produção de narrativas como “verdade”. Contudo, entendemos que as versões conflitantes em torno dos temas – poder local, coronelismo, mandonismo e clientelismo - estão diretamente re-

lacionadas não apenas à inserção dos atores sociais agrestinenses em um ou outro grupo político, mas, também, às experiências decorrentes do lugar social e político por eles ocupado. Com isso, o que queremos deixar evidenciar aqui é que se, por um lado, não pretendemos encontrar “a” verdade em torno destas questões, por outro lado, não pretendemos relativizar ao ponto de afirmarmos que o que existe são apenas discursos, pois em termos historiográficos, se faz necessário um esforço no sentido de relacionar as representações com a realidade socialmente construída ou, em outras palavras, é preciso relacionar os discursos ao seu referente externo.

É importante ressaltar ainda que, segundo este autor, a reflexão acerca das representações não afasta a pesquisa historiográfica do social, ele propõe, inclusive, acabar com os “falsos” debates entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Isto porque, em sua perspectiva, os esquemas geradores de classificações e juízos, próprios de cada grupo, são verdadeiras instituições sociais, tendo em vista que incorporam nos indivíduos, sob a forma de representações coletivas, como já havíamos frisado antes, as divisões da própria organização social.

Em Roger Chartier o conceito de representações não pode ser dissociado da noção de prática. Segundo o autor, esta associação, entre práticas e representações, permite articular três tipos de relação dos atores sociais com o mundo:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as con-

20 CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

21 CHARTIER. Op. Cit. p. 17.

figurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade²².

Para Chartier, o recurso e a importância atribuída à noção de prática, assim como sua associação às representações, se justificam pela necessidade de considerar e refletir acerca da irredutibilidade das maneiras de fazer aos discursos que as prescrevem ou as proscovem ou, ainda, as organizam. Ao falar de apropriação Roger Chartier assinala:

A problemática do “mundo como representação”, moldado através de séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real.²³

Na perspectiva do autor, o conceito de apropriação é entendido ao mesmo tempo como controle e uso, ou seja, enquanto as autoridades ou os grupos hegemônicos expressam

sua vontade de posse e estruturação das representações e da própria realidade social, os consumidores comuns reinventam o que lhes é imposto. É interessante ressaltar a simetria entre Roger Chartier e Michel de Certeau no que se refere as noções de controle e uso para um e estratégia e tática para outro.

Ao analisar as práticas dos atores sociais na cena política agrestinense em termos de estratégias e táticas no sentido proposto por Michel de Certeau, ou seja, a primeira entendida como “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado em um ambiente”,²⁴ enquanto que a segunda seria

um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro [...] sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas²⁵.

Porém esta noção de prática, entendida como estratégia de dominação e táticas de resistência, implicam algum tipo de apropriação, no sentido proposto por Roger Chartier, ou seja, como controle e uso. Para exemplificar voltemos à questão do clientelismo, esta é uma prática que pôde ser apropriada e usada tanto como estratégia pelos grupos que disputam o poder, quanto como tática pelos eleitores. Neste sentido analisamos as práticas – enquanto estratégias de poder – tanto do grupo

22 CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

23 CHARTIER. Op. Cit. p. 23-24.

24 CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 46.

25 CERTEAU. Op. cit. pp. 46-47.

Ribeiro como do grupo Guilherme e as práticas – no sentido tático – dos demais atores sociais agrestinenses. No entanto, uma reflexão acerca das práticas que têm lugar no campo político, sejam elas estratégias ou táticas, apontam para a necessidade de relacioná-las às representações que lhes servem de matriz.

Nesta perspectiva, optamos por analisar, sobretudo a partir das contribuições de Roger Chartier, as representações que o grupo Ribeiro construiu de si e de seu poder, através de suas estratégias, durante o período em que manteve o controle das instituições políticas agrestinenses, assim como a validade atribuída, ou não, pelos demais atores sociais a estas representações, pois, como afirma o referido autor, “A autoridade de um poder ou a dominação de um grupo depende do crédito outorgado ou recusado às representações que proponham de si mesmos.”²⁶

Por outro lado, além de tentar perceber a forma como se dava a crença partilhada no poder do grupo Ribeiro e a forma como os atores sociais representavam, de acordo com seus pertencimentos e inserções em determinados grupos, este poder, procuramos, ainda, compreender a forma como estes atores representavam o próprio campo político e norteavam suas práticas, em termos táticos, no contexto de hegemonia do grupo Ribeiro na cidade Agrestina entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão conceitual, realizada no curso desse artigo foi estruturada a partir de consi-

derações acerca da aplicabilidade de conceitos como coronelismo, cultura política e representações a um objeto de pesquisa específico – a saber, as práticas e representações do poder durante o período de hegemonia do grupo Ribeiro no município de Agrestina-PE entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1990 – no entanto, apesar de termos tomado como referência um objeto singular, acreditamos que, desta discussão, possamos extrair algumas conclusões de ordem geral sobre poder local e, especialmente, acerca da possibilidade de inserção deste tema no campo da história cultural, já que este foi o eixo norteador das reflexões do presente trabalho.

Nesta perspectiva, consideramos o conceito de coronelismo inadequado para a análise de questões ligadas ao poder local em períodos anteriores ou posteriores à chamada Primeira República (1889-1930). Isto porque, tomando como referência as contribuições do historiador José Murilo de Carvalho, entendemos coronelismo como o sistema político predominante no período acima citado. Por outro lado, a insistência na permanência do coronelismo, em fases recentes da história do Brasil, implica certo equívoco, tendo em vista que muitos trabalhos têm identificado coronelismo com mandonismo e clientelismo. Por fim, acreditamos que o conceito de coronelismo seja por demais limitado para dar conta da complexidade das relações de poder no campo político, tanto em fases recentes da nossa história como na atualidade.

Com relação ao conceito de cultura política, apesar dos debates que ainda ocorrem acerca do seu estatuto e dele não ter se consolidado no meio acadêmico, acreditamos que

26 CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 50.

possa ser útil, desde que adequado ao objeto de pesquisa, já que se refere a grupos políticos mais específicos como os comunistas, os liberais, etc. Para pensar a relação entre poder político e cultura de forma mais ampla, partindo-se do pressuposto de que os traços culturais estão presentes nas práticas dos diversos grupos sociais e políticos, embora se altere os usos que se fazem deles a forma como são apropriados, o conceito de cultura política se mostra bastante limitado ou completamente inadequado.

Neste caso, o conceito de representações em Roger Chartier, pode ser mais apropriado, tendo em vista que este possibilita a análise da percepção que os mais diversos grupos e atores sociais têm do campo político e a forma como orientam suas práticas em meio às relações de poder nas quais estão inseridos. Dito isto, reiteramos que é possível a inserção de pesquisas relacionadas ao poder local no campo da história cultural e consequente a construção de uma história cultural do político, mesmo que não se recorra exclusivamente ao conceito de cultura política.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: Velhos e novos cenários na política belo-jardinese. Recife: Comunigraf, 2009.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura Política, Identidade e Representações sociais. Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Orgs. AZEVEDO, Cecília; ROL

LEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. – 8ª Ed. – Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº. 2, 1997.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Cultura e Poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. A escrita da história. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Ed. Difel, (1988).

_____. À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

- _____. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. A História ou a Leitura do Tempo. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- _____. Origens culturais da Revolução Francesa. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FORTUNADO, Maria Lucinete. O Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campinas - SP, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro; Ed.Graal. 1979.
- _____. Vigiar e Punir. São Paulo, Vozes, 1977.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed., São Paulo: ALFA-OMEGA, 1978.
- LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RECORD, 1993.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Ensaios de antropologia da política. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Pstrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.
- RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A GIRAFÁ EDITORA, 2008.
- RÉMOND, René (Org.). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier a Força das Representações: história e ficção. Chapecó, SC: Argos, 2011.

TRAMAS E ARDIS DO JOGO POLÍTICO: ENTRE MICROFONES, CORES E PROMESSAS FUGIDAS

Maria Lucinete Fortunato, Mariana Moreira Neto

RESUMO

As relações de poder em municípios do Alto Sertão Paraibano, no que concerne ao exercício do poder político local, têm sido historicamente analisadas como relações “tradicionais” ou de “apadrinhamento” e dominação. Na contemporaneidade, o “poder” tem sido pensado enquanto uma rede de relações entre forças distintas e conflitantes, a partir do entendimento foucaultiano de que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Neste texto defendemos a relevância da problematização da presença ou não dessas relações tradicionais e da existência de continuidades e descontinuidades no quadro atual. No campo discursivo, mudanças de concepções, atitudes e procedimentos de agentes tais como os políticos, a mídia, partidos, associações civis organizados, movimentos sociais etc., representam uma interessante trilha para o entendimento de como são (re)significadas as vivências e as concepções sobre poder local. O objetivo deste artigo é contribuir com esse debate, discutindo o caso dos jogos político-eleitorais nas eleições de 2012 no município de Cajazeiras - PB. A discussão será permeada pelo entendimento do poder como um conjunto de relações de forças e estratégias específicas que instituem uma cultura política, questionando até que ponto, nesse contexto, o poder é pensado como extensão de domínios privados, em suas dinâmicas sutis e microscópicas.

Palavras Chave: Relações de poder; Poder local, Jogo político.

PLOTS AND TRICKS OF POLITICAL GAME: AMONG MICROPHONES, COLORS AND FLEETING PROMISES

ABSTRACT

Power relations in the municipalities of sertão of Paraíba State, regarding to the exercise of local political power have historically been considered as traditional “relationships”, “sponsorship” and domination relations. Recently Power has been thought as a relations network among distinct and conflicting forces, inspired in the Foucauldian understanding that there is no relationship of power without the constitution of a correspondent knowledge field. We argue here that is relevant to put in questioning the presence or not of these traditional relations and the existence of continuities and discontinuities in the contemporary scenarios. In the discursive field, changes of conceptions, attitudes and agents built by actors such as politicians, media, political parties, civil associations, social movements etc. represent an interesting track to understand how have been (re) meant the experiences and conceptions of local power. This text aims to contribute to this debate, discussing the political games played at 2012 elections in the municipality of Cajazeiras-PB. In our discussion is pervasive the understanding of power as a set of relationships of forces and specific strategies that establish a political culture, questioning to what extent, in this context, the power is thought as an extension of private domains, taking it into account in its subtle and microscopic dynamics.

Key words: Power Relations; Local Power; Political Games

INTRODUÇÃO

Nas investigações acerca do “poder local” no “Nordeste” brasileiro, de forma recorrente, o poder tem sido sinonimizado como “relações tradicionais” caracterizadas por sua forma clientelística, hierárquica e institucional. Assim, o “poder” seria tomado como fenômeno de dominação homogênea de um indivíduo, grupo ou classe sobre outros e localizado em um determinado lugar. (FORTUNATO, 2008).

A partir do final do século XX, surgiu uma nova preocupação por parte dos Cientistas Sociais no sentido de produzir análises sócio-culturais, por meio de abordagens que possibilitam a adoção de novas perspectivas, notadamente no que se refere à cultura, como as ações e noções subjacentes à vida cotidiana (GEERTZ, 1978); ao imaginário, enquanto criação incessante e essencialmente indeterminada de formas e imagens, a partir das quais somente é possível falar de alguma coisa (CASTORIADIS, 1986); ao poder, enquanto correlação de forças, relação contínua (FOUCAULT, 1989), etc.

Neste sentido, o “poder” passa a ser pensado enquanto uma rede de relações, de entrelaçamentos entre forças distintas e conflitantes, a partir do entendimento de que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Todo saber, por sua vez, institui novas relações de poder e, como tal, não pode ser caracterizado como neutro, mas como dispositivo

de enunciados e visibilidades que se positavam culturalmente.¹

Considerando que, nos municípios da região do Alto Sertão Paraibano, as relações de poder, no que concerne ao exercício do poder político local, geralmente são analisadas como relações “tradicionais” ou de “apadrinhamento”, problematizar a presença ou não dessas chamadas relações tradicionais e a existência de continuidades e descontinuidades, hoje, dentro desse quadro, é de fundamental importância. Assim, faz-se mister questionar, no nível do discurso, como ocorrem as mudanças nos valores e noções veiculados por agentes como: os políticos, a mídia etc., no que diz respeito às relações de poder na nossa contemporaneidade, já que o poder não é exercido de forma unilinear, mas se constitui enquanto relação, com respaldo, interesses e estratégias dos vários agentes envolvidos.

1. PODER LOCAL NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: VELHAS E NOVAS MANEIRAS DE VIVER A POLÍTICA

O exercício de poder local, sobretudo no Nordeste, tem sido pensado, majoritariamente, por meio da análise da perpetuação de relações econômicas e de denominação política, através da ideia de poder como dispositivo que estaria acima das classes sociais tendo como eixo principal a institucionalização e ação do Estado². Assim, o poder é visto enquanto

1 Cf. FOUCAULT, 1989, p. 171.

2 O Estado, segundo essa visão, seria uma instituição neutra ou autônoma, faria parte das estratégias de defesa dos interesses da “classe dominante” e de apaziguamento dos conflitos sociais de modo a instituir uma visão do mundo visando determinados interesses e estratégias para consolidá-la em sua defesa de forma universalizante.

apropriação e vários são os enunciados que instituem essa concepção.

Historicamente, um dos principais mecanismos de reprodução da idéia de perpetuação de relações “tradicionais” de poder no Nordeste é a seca.

O discurso da seca, elaborado no final do século passado [século XIX], consegue carrear para o ‘Nordeste’ investimento por parte do Estado, notadamente no período das secas, que irão beneficiar as terras dos grandes proprietários (...) Além de atingir objetivos de cunho econômico, o discurso da seca serve como pano de fundo ideológico para o estabelecimento de uma nova hegemonia na ‘região’, a medida que cria uma nova coesão social, ou uma nova imagem do grupo dominante para os dominados, mascara as verdadeiras intenções destes dominantes (ALBUQUERQUE JR., 1985, p. 76).

Assim, a seca, elemento constitutivo do espaço nordestino como “natural”, constante e ameaçador, pelo fato de desorganizar a natureza, é vista como eterna, e diante dela o homem se vê como ser impotente. O discurso veiculado a partir da temática da seca é construído a fim de legitimar as diferenças sociais e fortalecer o exercício efetivo do poder por parte dos chamados “políticos locais tradicionais”. Institui-se, então, um saber, através do qual toda a desorganização da natureza e todos os problemas sociais que são frutos de implicações surgidas social, cultural e politicamente aparecem como sendo causados pela seca e não por fatores vinculados as transformações econômicas e sócio-culturais. Tenta-se passar a ideia de que tudo pode quem tudo tem, ou seja, a realidade surge como já dada, naturalizando a “subordinação”

e a “passividade” como verdades apreendidas pela vivência de relações sociais desiguais.

Nessas relações as pessoas ocupam lugares diferenciados, os quais, muitas vezes, aparecem como “destino”, e, embora apontem para as desigualdades e oposições, para a existência da exploração e da injustiça, se justificam pela concepção de que uns detém um saber que se pretende superior aos outros.

Outro enunciado importante para caracterizar as relações de poder no Nordeste é a família. As relações no interior da família são pensadas enfatizando-a como instituição hierárquica. Mas, apesar de haver uma definição hierárquica de papéis, ela se define por uma relação de sociabilidade também vista como “natural”, que pressupõe unidade e interesses comuns. A união no seio da família é tida como núcleo central de sociabilidade e perspectiva de consolidação de poder.

Contudo, na nossa contemporaneidade, essa compreensão também vem sendo redefinida. Novos dizeres, sobretudo sobre o sertão, começam a ganhar visibilidade, por meio da ideia de convivência com o Semiárido, e a configurar como ilegítimo tudo o que traz a marca da seca e tudo que a ela se associa como: a fome, o degredo, a miséria, a desterritorialização, subordinação política e sócio-cultural, etc. desconsiderando que, historicamente, a seca foi instituída como o principal enunciado para caracterizar e definir o Nordeste, sobretudo, a região do Semiárido.

Nesse contexto, às famílias desempenham posição principal na montagem da tecnologia de captação da água da chuva, passando a vivenciar uma ordem específica de relações

de poder assentadas na partilha e no sentimento de comunidade e que se traduz nas inúmeras modalidades de *fundos rotativos*³ criados e administrados pela comunidade para o gerenciamento e propagação de táticas de convivência, a exemplo das cisternas de placas⁴, dos bancos comunitários de sementes⁵ etc.. No discurso da convivência, as tecnologias devem ser experimentadas, apreciadas e reconhecidas no âmbito da agricultura familiar, como formas de superar a semiaridez e de produzir possibilidade de vivência digna na região.

Embora ainda se constitua a principal modalidade de composição social, a família já não se apresenta como uma instituição que consolida e legitima relações sociais e políticas desiguais. A importância da família como foco de atenção e de atuação do discurso da convivência representa a possibilidade de que, através de um processo educativo informal, sinonimizado e experienciado em oficinas, capacitações, visitas de intercâmbio e inúmeras outras modalidades que se apresentam fartas nas experiências das entidades que trabalham com a proposta da convivência, sejam transformadas em

concepções de mundo, sejam aceitos e reproduzidos procedimentos e comportamentos. (MOREIRA NETO, 2010).

Em suma, a família, enquanto força estratégica nas relações de poder, não mais é vista como modelo a ser reproduzido. De modelo passa a

(...) segmento privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo (Foucault, 2008, p. 139).

“Outros mecanismos que fazem parte da legitimação do poder local e que deixam claro como essa legitimação ocorre de forma relacional são os laços de vizinhança e a consideração”. (Fortunato, 1993, p. 33).

No que diz respeito aos laços de vizinhança, a ideia da convivência preconiza novas

3 Os fundos rotativos são uma espécie de poupança coletiva, comunitária. Os recursos poupados são aplicados em obras de infra-estrutura e projetos de geração de trabalho, renda e inclusão social na própria comunidade, especialmente as situadas no Semiárido Brasileiro. São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias beneficiadas nos projetos.

4 Cisterna de placa são as famosas cisternas de captação de água de chuva, que recolhem a água dos telhados, conduzindo-a diretamente para o reservatório, sem deixá-la cair no chão. Tem a finalidade de oferecer, durante as estiagens, água de qualidade para o consumo humano e para o preparo dos alimentos. Hermeticamente fechadas, não permitem a entrada da luz; assim, também não permitem a multiplicação de algas e outros elementos vivos. A água fica preservada. As cisternas de placas são tanques construídos sob os oitões das casas a partir de placas de concreto e onde é armazenada a água da chuva coletada dos telhados. Cada cisterna armazena em média 16 mil litros de água.

5 Os bancos comunitários de sementes (BCS) se constituem em espaços coletivos organizados pelos agricultores familiares onde são armazenadas as sementes que, anualmente, a cada início da estação chuvosa, são distribuídas com os agricultores para o cultivo das lavouras. Além de preservarem sementes de variedades nativas ou já adaptadas às condições de clima e solo do Semiárido, os bancos de sementes são considerados, sobretudo, pelos que comungam da proposta de convivência, como espaço importante de discussão política sobre preservação do solo, conservação da caatinga, uso de fertilizantes e defensivos naturais, utilização de recursos hídricos.

formas de sociabilidade que podem ser consideradas opcionais, uma vez que, apesar da aproximação pelo espaço físico, essa aproximação não se constrói no interior de um mesmo espaço. Daí a necessidade de união surgir da amizade entre um vizinho e outro.

Vivendo em condições precárias a amizade e a troca de favores, no sertão nordestino são vistas enquanto elementos imprescindíveis. Como estratégias de sobrevivência e formas de proporcionar o aumento da capacidade de enfrentamento cotidiano nas relações sociais e de poder. É como se no vizinho se configurasse uma extensão da família.

A consideração, por sua vez, é caracterizada como reposta a benefícios recebidos, como uma troca, um dever moral que se edifica pela reciprocidade. Assim, o “poder” surge como uma relação e implica um contra-poder, de tal modo que as relações de poder não se caracterizam apenas como subordinação de uns e domínios de outros; elas envolvem amizade, compadrio, aliança, sedução, etc.⁶

A interface das relações familiares e de vizinhança com o poder político que opera no seio do Estado, configurado como um quadro jurídico de unidade, traz embutidos os princípios de um desenvolvimento sustentável, a partir de várias matizes – política, econômica, social, ambiental, cultural, étnica – e sugere o amálgama entre poder político e poder pastoral. Tal poder pastoral evidencia não apenas

as necessidades ou as novas técnicas de governo do mundo atual. Ele deve ser reco-

nhecido por aquilo que ele é: uma das extremamente numerosas reparações do delicado ajustamento entre o poder político exercido sobre sujeitos civis e o poder pastoral que se exerce sobre indivíduos vivos. (Foucault, 2006, p. 366).

A partir dessa compreensão, pensar as relações de poder no Alto Sertão Paraibano, na nossa contemporaneidade, considerando o exercício efetivo do poder local e as diversas estratégias de resistência frente às mudanças e/ou permanências de tais relações, nos remete à problematização dos rituais da política na referida região. É neste sentido que se torna importante apreender os enunciados que se mantêm válidos até hoje para se pensar as relações de poder no sertão, como e até que ponto o poder é relacionado com os momentos institucionais e não institucionais e as contradições que neste sentido se apresentam.

2. RELAÇÕES DE PODER, MÍDIA E OUTRAS TÁTICAS DE SEDUÇÃO POLÍTICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Em seu sentido amplo a palavra governo tem sido usada para designar o poder do Estado e a pessoa que o exerce configurando-se como um lugar distante onde se exerce o poder e/ou como a pessoa que exerce o poder. Assim, o governo significa instância máxima de poder, e, como tal, tem a responsabilidade de assegurar a ordem social⁷ e costuma designar o poder do Estado. Neste sentido, o governo é consi-

6 Cf. FOUCAULT, 1989. p. 186.

7 Cf. CALDEIRA, 1984.

derado a instância capaz de resolver os problemas sociais, aquele que tem condição de mudar a vida dos cidadãos através de políticas públicas que redimensionem a qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, pode-se considerar que a ideia de governo se relaciona a um jogo de forças ajudando a compor o quadro das desigualdades sociais através de alianças e favorecimentos interessados.

O governo aparece também como poder personalizado⁸. Nesse caso há uma percepção de que o poder tem dono, e é a pessoa que ocupa a posição de governo que tem o poder de se posicionar como uma força neutra ou de defender os interesses de alguns, acentuando a desigualdade social. É dela que se espera a solução dos problemas de todos e é a ela que se atribui obrigações determinadas juridicamente. Essa visão tem se evidenciado nos jogos políticos, sobretudo, como forma de potencializar as campanhas eleitorais.

As campanhas eleitorais se apresentam como momentos significativos de expressão das relações de poder. As eleições possibilitam uma maior visibilidade do confronto entre os grupos políticos locais e destes com os outros segmentos sociais, colocando frente a frente, forças distintas e antagônicas, cada qual defendendo à sua maneira, os seus interesses. Isso porque o processo eleitoral implica uma seleção, no seio da qual determinadas pessoas serão autorizadas por toda sociedade a “governar” ou “administrar” os bens e interesses públicos.

Esse processo, por sua vez, se compõe de determinados rituais, que se iniciam com a

apresentação dos candidatos à sociedade e se completam através da campanha política. Mas, a própria campanha política, segundo os estudos do poder⁹, se apoia nos benefícios públicos oferecidos pelos políticos locais, que advêm das camadas altas da sociedade e chegam a tal posição através do sistema de parentela, das suas próprias condições econômicas e/ou da sua relação com as esferas governamentais do poder Estadual e Federal. (FORTUNATO, 2008).

Até a década de 1980, pode-se afirmar que,

O sucesso de uma campanha eleitoral dependia, em boa medida, do contato direto do candidato com os eleitores. Isso era feito através de inúmeras e constantes viagens, visitas e comícios em centenas de cidades do país. Como o candidato dependia de suporte local nas cidades a serem visitadas, a organização e a estrutura partidárias tornavam-se de importância fundamental. Outro recurso eram as viagens e visitas de correligionários políticos. Os partidos/coligações partidárias e as demais organizações políticas exerciam a função de mediadores entre o candidato e os eleitores. Além disso, constituíam-se, para o eleitor, em fonte primeira de informações sobre o candidato e seu programa de governo. Era através dessas instituições e da distribuição de cartazes, faixas, medalhas, distintivos, santinhos, etc. que os candidatos buscavam definir a agenda da campanha e construir a sua imagem junto aos eleitores. (Lima, 2004, p. 53)

Mas, se antes, nas eleições, quem intermediava o voto eram os patrões e os eleitores votavam por “consideração”, em políticos que

8 Cf. FAORO, 1979; 1977.

9 Cf. QUEIROZ, 1977; LEAL, 1978; SÁ, 1974.

visavam ter *status*, na atualidade, o voto se tornou uma mercadoria devido ao fato de que a política se tornou um emprego, um ganho, e, como tal, exige uma relação político-eleitor diferenciada. Nessa “nova” relação os investimentos a serem feitos para assegurar o sucesso eleitoral passam pela compra do voto, pelo espetáculo dos *shows*, pela propaganda e pela sedução. À medida que a política se mercantiliza, os eleitores passam a encarar o voto como uma propriedade, como uma mercadoria e desestabiliza-se o vínculo de “compadrio” estabelecido anteriormente.

No sertão paraibano, no entanto, é praticamente consensual o reconhecimento da histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. O exercício da política tem sido perpassado por relações personalistas, de tal modo que o processo político tem representado uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). A mídia neste cenário, sobretudo as emissoras de rádio e os jornais, assume, algumas das tradicionais funções dos partidos: gera e transmite informações políticas; oferece programas de fiscalização de ações governamentais e de críticas ou apologias às políticas públicas, consolidando, desse modo, uma preferência pela cobertura jornalística de candidatos, e não de partidos políticos e diminuindo, progressivamente, a atuação partidária como canal de articulação entre a governamentalidade, as políticas públicas e as demandas sociais. (Wattenberg, 1991; 1994).

Assim, nos processos eleitorais que se realizaram a partir das duas últimas décadas do século XX, a mídia passa a ser objeto de disputa de diferentes atores e campos políticos, uma vez que em sua centralidade a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004).

No sertão paraibano, por exemplo, um dos rituais da política é viabilizado pelas emissoras de rádio que exercitam a função de canalizadoras das demandas populares através de programas comandados por radialistas, muitos dos quais têm se transformado, com sucesso, em políticos profissionais, a exemplo do radialista Ivanildo Dunga¹⁰, no município de Cajazeiras, que exerce mandato de Vereador, tendo desenvolvido toda a sua campanha política com base na liderança midiática, por ser um dos principais apresentadores do Programa “Rádio Vivo”, da rádio Alto Piranhas, que se configura como espaço de interlocução entre as instâncias políticas e as demandas sociais do município.

Há um ritual de interdependência entre mídia e governo, já que na política local, as emissoras de rádio sobrevivem, sobretudo, de verbas publicitárias dos governos estadual e municipais da região do Alto Sertão e de contratos celebrados com políticos, como: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. Tais contratos asseguram espaço, nesse veículo de comunicação, para divulgação de suas figuras e ações políticas e demonstração de que a liderança política conquistada diz respeito à sua capacidade de afetar os seus adversários ou se sobressaírem

10 Nas eleições de 2012, além do radialista Ivanildo Dunga Gonçalves, o radialista e advogado Adjamilton Pereira de Araújo, um dos principais apresentadores do Programa ‘Boca Quente’, da Difusora Rádio Cajazeiras, considerando um dos maiores líderes de audiência da região, foi candidato a vice-prefeito na chapa de Carlos Rafael. O também advogado e radialista Antonio Wilson Lacerda, conhecido por Wilson Furtado, outro apresentador titular do Programa ‘Boca Quente’, foi eleito para o quinto mandato de vereador no município de Bonito de Santa Fé, na região do Alto Sertão Paraibano.

diante da opinião pública. Tanto é assim que as redefinições no campo da política não surgem, nesses discursos, como redefinições das relações de poder, e, sim, como redefinições que estão ligadas meramente às características pessoais dos líderes políticos e à forma através da qual eles gerem a administração municipal.

Essa questão nos remete, ainda que indiretamente, a outro patamar, que é o da relação entre os políticos locais e os demais segmentos sociais. Percebemos que as estratégias dos políticos locais, sobretudo as que se dão via mídia, ocultam toda uma gama de relações que se realizam nos espaços e instituições locais onde se exerce o poder, servindo de fundamento para o fortalecimento dos laços de poder e impossibilitando uma maior visibilidade do confronto e das correlações de forças que se estabelecem no cotidiano das relações de poder e das campanhas eleitorais.

Nos discursos da mídia, no que concerne à apologia e/ ou a crítica aos políticos locais, pode-se perceber o ocultamento do conflito entre as diversas forças sociais e até a anulação da existência de determinadas forças na cena política, além de definir-se, enfaticamente, um lugar no poder para cada agente social. Dessa forma, legitima-se apenas o poder político dos “dominantes”.

Os programas de rádio que possuem um cunho político no município de Cajazeiras – PB, por exemplo, quase sempre só fazem uso da opinião pública para defenderem os interesses de grupos determinados. Não se tenta entender como os mecanismos de poder e os processos sociais se correlacionam, ou como ocor-

rem as disputas na prática política eleitoral; esquecendo-se do fato de que o poder passa, também, pelo assentimento ou reação dos “dominados”. Ou seja, que “O campo da política tem como uma de suas regras a disputa e convivência entre as partes contrárias no palco das eleições”¹¹. E, nesse sentido, esquece-se de considerar que no referido campo as eleições são apenas um momento de maior visibilidade do confronto, que se define entre forças distintas e antagônicas, as quais ditam, cada qual à sua maneira, as regras do jogo.

Trabalhando com diferentes momentos dos rituais que compõem ou informam a política local no município de Cajazeiras – PB, pode-se apreender como se apresenta a correlação entre as várias forças sociais que se debatem nestes momentos privilegiados, em que a política se apresenta como arma capaz de transformar, ou não, determinadas relações, como algo que possibilita uma inversão social.

As eleições 2012 no município de Cajazeiras – PB, por exemplo, trouxeram, para a cena política, novos parâmetros em termos de campanha e de propaganda políticas.

Os principais Candidatos a Prefeito, Carlos Rafael Medeiros de Souza (PTB), então prefeito e Carlos Antônio Araújo de Oliveira (DEM), que ocupou, por dois mandatos consecutivos, o cargo de prefeito (2001-2008), compartilharam o cenário com Carlos Gilde-mar Pontes (PSOL), até as vésperas da eleição, quando o TSE impugnou a candidatura a prefeito de Carlos Antônio Araújo de Oliveira, líder em todas as pesquisas de intenções de voto, com base na “Lei da Ficha Limpa”. A jus-

11 Cf. BARREIRA, 1993, p.141.

tiça eleitoral permitiu, de última hora, a candidatura da sua esposa Francisca Denise Albuquerque de Oliveira (PSB), como forma de provável substituição do mesmo no caso dele vencer o pleito.

Assim, a campanha política foi marcada por um contexto de incertezas, uma vez que, o tempo todo, a confirmação ou não da impugnação de Carlos Antonio, foi utilizada por seus correligionários e opositores políticos como elementos chave do *marketing* político da Campanha.

No cotidiano do processo eleitoral, vislumbrou-se uma disputa efervescente, na qual o jogo político se manifestou por meio de propagandas, “reuniões” públicas, noticiários de emissoras de rádio, impressos e meios cibernéticos, com espetáculos diversos alimentados não somente pelos candidatos e correligionários, mas pela população que protagonizou a cena por meio de embates apaixonados expressos, inclusive, pelas cores adotadas pelos candidatos (Carlos Antonio – Verde e Carlos Rafael – vermelho).

As músicas da campanha também expressavam os enunciados que eram utilizados para sensibilizar os eleitores. Na campanha de Carlos Rafael a música chefe enfatizava a administração do mesmo:

♪♪ Sua administração a população aprova,
a creche da Vila Nova e também a construção da Praça
Coração de Jesus que a gente tem.

A Padre Cícero também que já saiu do papel,
porque Carlos Rafael trabalha como ninguém.
(...) O SAMU com atitude que Cajazeiras ganhou,
foi ele quem implantou mostrando grandes virtudes.
Os postos de saúde também mandou reformar.

Não se negou a doar com muita tranquilidade
o Instituto IJB para a Universidade (...).

Neste sentido dava-se ênfase as obras públicas realizadas na sua administração como exemplo de competência política e de legitimidade para a reeleição.

Também era evocada a questão das comemorações de feriados nacionais como benesses e concessões viabilizadas pelo prefeito:

♪♪ (...) A festa que não havia no dia da cidade.
Com muita seriedade fez o Auto de Natal,
São João e Carnaval tudo é realidade.

Além disso, as ações executadas em sua gestão, possibilitadas via políticas públicas, legitimavam o seu poder de realização pessoal da mesma forma:

♪♪ (...) E das estradas rurais fez a recuperação.
De poços perfuração teve em vários locais.
E nas ações sociais Pro-Jovem é garantia.
O PETI a cada dia tem uma ação maior,
Morando melhor, jornada da cidadania.

Toda essa construção enunciativa era permeada pelo refrão:

♪♪ Eu vou votar pra prefeito eu vou votar,
com Carlos Rafael Cajazeiras vai ganhar.

Já a música de Campanha de Carlos Antônio, também não deixava a desejar, dando o tom do retorno do político competente, experiente, que vai devolver a esperança ao povo:

♪♪ Pra nossa terra voltar a sorrir, Cajazeiras vai reagir.
Quem não lembra de um tempo feliz que o povo canta-
va assim:

(Alô Cajazeiras, a hora da mudança chegou, Dr. Carlos
voltou...)

(...) É Dr. Carlos, um nome com amor e paixão,
25 confirme, Cajzeiras em boas mãos.
Que seja feita a vontade do povo,
Cajazeiras quer ele de novo,
quer Dr. Carlos e Júnior Araújo,
experiência e ação.
Dr. Carlos fez e fará mais,
Júnior Araújo é o vice da paz.
O 25 tá no coração com amor e paixão.
É 25 oh oh oh.
É 25 oh oh oh
Dr. Carlos prefeito,
é 25 Oh, Dr Carlos voltou,
a esperança renovou,
sou 25 com amor.

Como se pode observar, pelas regras do *marketing* eleitoral as músicas são sedutoras, mas não abrem espaço para propostas políticas propositivas, são muito mais competitivas e visam exaltar as habilidades e competências pessoais dos candidatos como meio de ascensão ao exercício do poder.

É tanto, que na eleição, quando foi confirmada a vitória de Carlos Antônio, as manifestações públicas também se expressavam por meio da musicalidade, com chavões do tipo: “♪♪ (...) e tomeee remédioo ... Pra insônia, dor de cabeça, dor de cotovelo, dor no juízo, dor de barriga... e etc - - Êêê... Dr. Carlos voltou,

a esperança renovou (...).” Ou seja, não se evocava a forma de governar, os ganhos políticos e administrativos que o município usufruía.

A preocupação maior foi a de ironizar os opositores, por meio de um espetáculo que ia dos businaços, às carreatas e se concluíam em praça pública na recepção calorosa de “Mãinha”¹², ou seja, “Dr^a Denise”, que vencendo as eleições majoritárias municipais diante do impedimento legal da candidatura de seu esposo, o substituiria no exercício efetivo do poder executivo municipal.

No palco das eleições, como forma de institucionalizar a primeira prefeita do município e creditar à mesma uma legitimação política, foi publicado um panfleto sob o título “Cajazeiras meu amor, Cajazeiras minha paixão”¹³ cujo discurso se utilizou de uma linguagem apelativa que contrariou todo um processo histórico em que, nos últimos dois séculos, em diversas partes do planeta, mulheres, e homens, estão tecendo novas relações e buscando articular diferentes formas de viver, diversas daquela que, milenarmente, pensou o mundo pela perspectiva androcêntrica.

A eleição de Francisca Denise Albuquerque de Oliveira também expressou a compreensão de como as relações de poder são encaradas e vivenciadas como peças que podem ser manipuladas ao sabor dos interesses e das conveniências. Como neste tabuleiro as pessoas e, sobretudo, as propostas e programas de governo

12 O tratamento de “Mãinha” para a prefeita Francisca Denise Albuquerque de Oliveira foi amplamente estimulado como estratégia eleitoral e revela como as relações políticas e as concepções de poder se misturam e se confundem com relações familiares, traduzindo como o poder é compreendido como uma expressão maternal, de quem vai zelar pelos que lhes são fiéis.

13 O slogan “Cajazeiras meu amor, Cajazeiras minha paixão”, foi a principal peça de marketing eleitoral das duas campanhas em que Carlos Antonio foi eleito prefeito de Cajazeiras e retornou na Campanha de 2012 como principal elemento de aglutinação e de promoção de sua candidatura. Após o impedimento legal, as vésperas da eleição, o slogan foi ‘naturalmente’ transferido como marca característica da candidatura de Francisca Denise Albuquerque de Oliveira (sua esposa.).

que representem os interesses e necessidades da população, se diluem e se esgarçam na tessitura de acordos e conchavos que buscam a perpetuação de relações personalistas. Dessa forma, o panfleto que circulou no dia anterior a eleição e que buscava legitimar o nome de Denise como ‘substituta e herdeira política natural’ de Carlos Antonio deixa transparecer como, nesta trama, a candidata perde a sua autonomia e identidade, convertendo-se numa apagada sombra da figura masculina, que suga sua vontade, seu amor próprio, seus sentimentos e, dessa forma, lhe usurpa a autonomia. Nestes termos, a relevância histórica da primeira mulher eleita prefeita de Cajazeiras é ofuscada pelo escrito que circulou as vésperas da eleição e que afirma:

Empresto meu nome nesta eleição para que eu possa ser, a frente dos destinos de Cajazeiras, os olhos, as mãos, a cabeça, a alma e, principalmente, o coração de Carlos Antonio. (...) É ele que estará, efetivamente, assentado na cadeira de prefeito.

Palavras que expressam uma concepção que, ocultando ou negligenciando a participação feminina no mundo público do jogo político, considera a mulher mera marionete, inanimada, fantoche cujos cordéis seguem a vontade da manipulação masculina.

Nesse intrincado jogo político das eleições municipais de Cajazeiras a candidatura de Carlos Gildemar Pontes, bem como o envolvimento da sociedade civil organizada, através de inúmeras entidades (sindicatos, associações, conselhos etc.), não ganharam a mesma visibilidade, seja na mídia, seja como espaço para o

debate de propostas e programas de governo que tenham como objetivo derradeiro, a solução de problemas sociais e o atendimento de demandas que se configurem como alternativas para a construção de melhores condições de vida para a população.

No debate que foi realizado na Câmara Municipal de Cajazeiras, promovido e transmitido pela Difusora Rádio Cajazeiras, as propostas de Carlos Gildemar Pontes e suas colocações frente aos demais candidatos, que revelavam certo cunho político e impessoal, foram consideradas pela mídia e pela população como as mais viáveis. No entanto, não conseguiram dissimular a bipolaridade da campanha. Muitos eleitores afirmavam reconhecer que Carlos Gildemar “ganhou” o debate, mas não iam deixar de votar num ou noutro candidato, entre os opositores, pois, se assim o fizessem, estariam ajudando a derrubar o melhor dos que tinham probabilidades de vencer o pleito.

Portanto, o que se apresenta como maior probabilidade e como resposta inicial as inquietações que instigaram essa reflexão é que ainda é majoritária a compreensão de uma cultura política que, historicamente, considera a coisa pública como extensão de domínios privados escamoteando a mecânica sutil e microscópica do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o poder está relacionado a momentos institucionais e não institucionais, e como tal, que não pode ser visto como algo global, nem tão pouco como algo possível de apropriação, entendemos que, os no-

vos canais de comunicação e os novos signos que alimentaram o jogo político na campanha para prefeito, no município de Cajazeiras – PB, no ano de 2012, serviram como formas de expressão de argumentos que iam da defesa à crítica ferrenha dos principais candidatos, tendo como enunciados de base as suas administrações públicas e sua (im)probidade. E é a partir desses jogos que é possível descobrir, sob uma aparente naturalidade, as facetas que se elaboram e movimentam a cena política em nome do poder.

É neste sentido que pretendemos aprofundar esse debate por meio de estudos e pesquisas sobre os jogos da política no Alto Sertão paraibano, com destaque para os enunciados discursivos que os instituem e/ou as condições de possibilidade dos embates, das alianças, das correlações de forças, das estratégias e as táticas de campanha.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A fome tira o juízo – Seca e Conflitos sociais. In: *Revista Grão*. Ano I, Nº 04, Curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985, p. 65-80.

_____. *A Singularidade*: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. Texto mimeografado.

_____. *Falas de Astúcia e Angustia*: a seca no imaginário nordestino: do problema à solução (1887 – 1922). Dissertação de Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 1988.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder – conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos Outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. A Nova Estética do Espetáculo Político. In: XIMENES Tereza. (Org.). *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém, UFPA/NAEA, 1993, p. 124-139.

CASTORÍADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. II, 5. ed., Porto Alegre, Globo, 1979.

_____. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. I, 4. ed., Porto Alegre, Globo, 1977.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *Da “consideração” ao “ganho”*: redefinições das relações de poder no discurso “camponês”. (o caso de Ca-

tolé do Rocha). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, CH/UFPB, Campina Grande, 1993.

_____. *Repensando as Relações de Poder no Sertão Paraibano*. Aperfeiçoamento Científico – CNPq. Relatório 1987 – 1988. Campina Grande (mimeo.).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos)

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*. 8. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 4. ed., São Paulo: Alfa – Omega, 1978.

LIMA, Venício A. Sete teses sobre mídia e política. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

MOREIRA NETO, Mariana. *Da seca à convivência, do sertão ao semiárido: enunciados e territorialidades*. Universidade Federal da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutorado. João Pessoa, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, Livro 1 – Estrutura de Po-

der e Economia (1898 – 1930), FAUSTO, Boris (org.). São Paulo, Difel, 1977, p. 115-190.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos aos Novos Coronéis*. Recife, PIMES/UFPE, 1974.

FAMÍLIAS, CULTURA POLÍTICA E DOMINAÇÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O CASO DE QUEIMADAS-PB

José Marciano Monteiro

RESUMO

No presente artigo apresentamos os resultados do estudo do caso de de Queimadas, município localizado no nordeste semiárido do Brasil, interior da Paraíba. Partindo de uma perspectiva relacional e histórica buscamos analisar a cultura política local e as práticas de dominação exercidas pela família Ernesto Rêgo, através das estratégias mediadas por redes de parentesco, no curso de quatro gerações. A reflexão aqui apresentada problematiza os elementos que propiciaram a continuidade e a reprodução do poder do referido grupo familiar na cidade citada, a partir das seguintes questões: Através de que práticas se instituiu tal dominação? Quais as estratégias implementadas por essa família para conquistar poder no nível local? Constatou-se que as práticas de dominação se estabeleceram através da instituição de redes de dependência entre detentores de maiores e menores quanta de capital econômico.

Palavras-chave: Cultura política; Familismo; Dominação

FAMILIES, POLITICAL CULTURE AND DOMINANCE IN BRAZILIAN NORTHEAST SEMIARID: THE CASE OF QUEIMADAS, PARAIBA STATE

ABSTRACT

In this article we present results of a case study carried out in Queimadas, a small city located at the countryside of Paraíba State, in Northeast of Brazil. From a relational and historical perspective, we analyze the local political culture and the domination exerted by the Family Ernesto Rêgo, through the use of strategies mediated by the establishing of kinship networks for more than four generations. The reflections we present here put into questioning which elements propiciate the continuity and reproduction of the power of the referred familiar group in the cited city, from the following questions: Through which practices was established such dominance? Through which ways this Family conquer dominance in the local level government? We argue that this domination was established through the institution of dependence networks among holders of bigger and smaller quanta of economic capital.

Key words: Political culture; Families Political Domination

INTRODUÇÃO: O ESPAÇO LOCAL CONSTRUÍDO PELAS RELAÇÕES DE PODER: O CASO DA CIDADE DE QUEIMADAS NO NORDESTE BRASILEIRO

José Adilson Filho, em seu livro “A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense”, abre o Capítulo II – “A Cidade do Progresso: Mitos e Emblemas”, com a seguinte narrativa: “toda cidade é um fenômeno socialmente construído que se materializa em maneiras e estilos de vida que são ao mesmo tempo marcados por certa universalidade e particularidade histórico -espacial” (Adilson Filho, 2009, p. 87).

A cidade de Queimadas¹ não seria diferente. Foi construída socialmente a partir das ações e relações de poder constituídas pelos que neste espaço a habitavam. Ou seja, o espaço é construído conforme as práticas que nele são desenvolvidas.

Quando se pergunta a um munícipe queimadense sobre a história e a fundação do município, muitos remeterão a narrativa que, *o Município de Queimadas teve origem a partir do momento em que diversas pessoas passaram a realizar “queimadas”*, ou seja queimar o “agave”, o “sisal”, que por lá existia.

Mas quem foram essas pessoas que trabalhavam queimando o sisal? Quais eram os trabalhadores que vivenciaram as atividades bra-

çais? Eram exatamente os despossuídos de um *quantum* maior de capital, aqueles que prestavam serviços aos donos das fazendas que existentes no município estes os que tinham acesso às instituições e aos bens públicos.

Dessa forma, uma das formas de expressar o discurso historiográfico, por meio do imaginário local, é que foi a partir das “queimadas” que se originou o município. E, posteriormente, contraditoriamente, os que serão lembrados como fundadores deste município são os responsáveis por emancipá-lo diante da ordem jurídica. Os membros da elite política local que tinham acesso à esfera estatal.

A trajetória do município de Queimadas é marcada por uma história de dominação política econômica, cultural e territorial. O espaço fora ocupado por diversos agentes, cabendo aos agentes das famílias tradicionais o domínio sobre as melhores terras, os melhores espaços físicos territoriais. Logo, este espaço físico-territorial foi construído a partir de um espaço na ordem do poder. Motivo pelo qual quando se fala em Queimadas, são reconhecidamente, lembrados aqueles que a dominaram politicamente, mas não se faz menção aos processos e práticas de dominação por estes exercidas e como esta se construiu, passa-se, despercebidos os mecanismos de dominação, naturalizando-os.

As famílias caracterizadas como tradicionais no município são aquelas que possuíam as melhores terras. São às que exerciam o do-

1 O município de Queimadas situa-se no agreste paraibano, a 133 km da capital João Pessoa, e a 19 km de Campina Grande. O povoamento de Queimadas iniciou-se por volta do ano de 1889, quando chegaram à região as primeiras famílias: Maia, Muniz, Tavares, Gomes e, posteriormente, em 1930, a família Ernesto-Rêgo. Foi distrito de Campina Grande – maior cidade do interior paraibano e segunda maior cidade interiorana do nordeste – até quando foi emancipada política e juridicamente através da lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, de autoria do então deputado estadual Antônio Vital do Rêgo.

mínio sobre uma quantidade maior de trabalhadores atuando em suas terras; em uma determinada época, queimando o sisal, e em outra plantando e colhendo o algodão, o milho e o feijão. É do tronco dessas famílias que exerceram domínio e poder, sobre as relações de trabalho local, que se configura, historicamente a “possível nobreza”, que assumirá o poder do município por mais de quatro gerações.

E não foi por mero acaso ou por observância da lei divina que estas famílias dominaram política, econômica, espacial e culturalmente o município de Queimadas, mas através de suas práticas desenvolvidas no interior de um espaço social construído desigualmente por elementos de diferenciação, tais como família, terra, poder econômico, político e cultural.

Os filhos das famílias tradicionais, em sua grande maioria, saíam para estudar nos grandes centros e voltavam para o exercício de cargos públicos locais como “Doutores”, mais acúmulo de capital simbólico, o que permitiu o exercício legítimo da dominação política local, como sendo aqueles mais preparados para o ofício da governança local. Possuíam, quando não os dois, um ou outro capital distintivo e diferenciador das sociedades modernas, o capital cultural e o capital econômico, como salienta Bourdieu.

1. RELAÇÕES DE COMPADRIO, FAVORES E DOMINAÇÃO: O FAZER POLÍTICO EXPRESSO POR UMA LIDERANÇA LOCAL

No início da década de 60 o Brasil passava por transformações políticas que repercutiriam em todas as esferas. Nesta década foi deflagrado o Golpe Militar, este que perdurará até a primeira metade da década de 80, período em que foram constituídos legalmente e institucionalizado o bipartidarismo, através da Aliança Renovadora Nacional – ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB. O primeiro, entendido como partido situacionista, mantém a maioria no congresso nacional, bem como em todas as regiões do país, e o segundo sobreviventes do processo de cassação, se tornam oposicionista ao regime militar².

Essa dinâmica de domínio político por parte dos militares ocupando a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara Federal, conseguindo eleger a maioria dos representantes na Câmara e no Senado, perdurou durante todo o regime. Para tanto, vale destacar que em termos de Nordeste, no final dos anos 70, os situacionistas apresentaram-se, ainda, com uma representatividade extraordinária, ou seja, “a maioria da ARENA no Congresso Nacional foi obtida no Nordeste, garantindo, segundo alguns, a estabilidade do regime (...) O partido do Governo preencheu 08 (oito) as 09 (nove) vagas senatoriais em disputa e elegeu 92 (noventa e

2 Em termos de representatividade no Senado Federal, com esta reforma partidária, que o regime militar realiza do pluripartidarismo para o bipartidarismo, a situação consegue, através da ARENA, obter uma representatividade de 69,2 %, enquanto que a oposição alcançaria uma representatividade de 30,8 %, o que equivaleria em termos numéricos a 45 Senadores da ARENA e 20 Senadores do MDB, isto a composição do Senado Federal em 1965/1966. (SCHMITT, 2000, p.36). Através desses números já se percebe a disparidade representativa entre ARENA e MDB, e a maneira através da qual o regime militar manteria domínio sobre a situação política.

dois) Deputados Federais contra 34 (trinta e quatro) do MDB, correspondendo, neste caso, a uma diferença de 58 (cinquenta e oito) cadeiras”³ (ROLIM, 1979, p. 53).

FAVORES E A CONSTITUIÇÃO DA LIDERANÇA LOCAL

Inserido em um contexto político regional que se destaca no município de Queimadas, como liderança local Carlos Ernesto⁴, advindo de uma família tradicional de políticos⁵. Carlos Ernesto é filho de Francisco Ernesto do Rêgo, sobrinho do José Vital Ernesto do Rêgo, e primo legítimo do Major Veneziano, este que exerceu grande influência política no município de Queimadas até o início dos anos 60.

Na década de 60 no município de Queimadas⁶ a economia local se concentrava na em torno da agricultura e, de modo bastante tímido nos poucos empregos que o poder público local produzia. A maior parte da população vivia na zona rural e sobrevivia da lavoura de subsistência, principalmente o milho e o feijão,

além do algodão cuja produção pertencia ao fazendeiro. O comércio era muito incipiente, inexistindo praticamente estabelecimentos comerciais de grande porte.

As famílias denominadas tradicionais que aqui residiam e exerciam poder político, eram as famílias Barbosa, Gonzaga, Ernesto, Rêgo, Maia, Ribeiro e Lucena. Todas essas exerciam domínio sobre as melhores terras do município e, conseqüentemente, possuíam as grandes extensões de terras.

Os Ernesto-Rêgo, por exemplo, possuíam mais de 600 hectares de terras, que além de serem propícias para o plantio de culturas como, milho, feijão, fava e algodão, possuíam grandes reservatórios de água que, em períodos de seca, serviam a população carente. Soma-se a isso, o gado que estas famílias criavam e destes tiravam o leite para ser vendido na cidade vizinha e pólo comercial – Campina Grande.

Associava-se a essas formas de expressão do poder outras práticas costumeiras na região, o fazendeiro garantir, por dia, um litro de leite aos seus afilhados. Em virtude dessa relação de troca era comum as famílias mais carentes, atri-

3 Estes dados permitem afirmar o controle político que o regime militar mantinha sobre a maioria das lideranças do Nordeste e não será diferente com a Paraíba. Nas eleições municipais de 1972 e 1976, para se ter um exemplo, verificou-se que a ARENA elegeu a maioria esmagadora dos Prefeitos e Vereadores em todos os Estados, o MDB elegeu, em todo o Brasil, 463 Prefeitos, enquanto que a ARENA com os prefeitos nomeados somava-se 3.484. No Nordeste seguia-se o mesmo ritmo, em termos de maioria, a ARENA obteve 1.229 prefeituras e o MDB 145. Embora, à época, a Paraíba se destacasse por possuir 36 prefeituras governadas pelo MDB dos 171 municípios, vê-se que a maioria estava sob o controle dos partidários da ARENA. (Rolim, 1979)

4 <?> Liderança do município de Queimadas da década de 1960 até o final da década de 1980, apresenta algumas características interessantes para se compreender as relações sociais, os laços e o elo moral que caracterizavam o habitus político do município. Ele serviu ao exército brasileiro, em meados do período da segunda grande Guerra Mundial, na cidade de Recife, chegando, assim, a receber a patente de Tenente. Foi também Secretário de Agricultura no Governo de Severino Cabral, no Município de Campina Grande e em Queimadas nunca quis ocupar cargos políticos, porém indicou ao poder Executivo local quatro nomes e os fez prefeito, são eles: José Ribeiro, Leonardo Honório, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Leal Ernesto de Melo.

5 Ver, em anexo, a árvore genealógica da família Ernesto-Rêgo da qual Carlos Ernesto advém.

6 Ver os dados da dissertação “Agricultura Familiar no município de Queimadas, PB: Forma de organização, desafios e perspectiva” de Antônia Maria da Silva (2001, p. 61), apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal da Paraíba, em 27 de Abril de 2001.

buir um dos seus filhos como afilhados de uma dessas famílias tradicionais, visto que além da “proteção” e “segurança”, o leite da criança já esta ria garantido.

Geralmente essas famílias carentes, das quais eram a grande maioria da população no município, em épocas de seca, como já mencionado, dependia das famílias tradicionais em relação aos reservatórios de água. Bem como, trabalhavam na agricultura cultivando as terras dessas famílias tradicionais locais. Trabalhavam como meeiros, vaqueiros, cultivando o algodão, o milho e o feijão, em período de plantação, e em período de colheita, colhendo estas culturas. Na seca, exerciam atividades através do corte da lenha, da palma, do capim, e de alimentos em geral para o gado. Nesse sentido, criava-se toda uma relação de dependência para com estas famílias tradicionais as quais em troca garantiria a “segurança”, a “proteção” e o básico para a sobrevivência de todo o grupo familiar.

Nesse contexto permeado por relações sociais de favores e relações de dependência, que se constitui socialmente a liderança política de Carlos Ernesto, este que exercera grande influência, a partir da metade da década de 60 até o início da década de oitenta, através de um modo peculiar de fazer política.

2. RELAÇÕES DE COMPADRIO E DOMINAÇÃO

Segundo uma de suas filhas, Tereza Leal, Carlos Ernesto teve muito mais de 300 (trezentos) afilhados, as crianças quando nasciam no

município, os pais “davam” para que Carlos Ernesto fosse, juntamente com Maria Leal, seus padrinhos, durante a pesquisa de campo identificamos muitos desses afilhados. Em suas narrativas algumas pessoas afirmaram ter orgulho e se sentirem agradecidas aos seus pais por terem concedido que se tornassem afilhadas de Carlos Ernesto. Afirmam, esses entrevistados – que em sua grande maioria são pessoas pobres – que Carlos Ernesto era como um pai, uma vez que tudo que precisava ele “ajudava”. É nesse sentido, que as palavras do senhor João Vitorino, um dos entrevistados, reafirma o exercício de dominação exercido por Carlos Ernesto, ao reafirma que “o que ele dizia, podia confiar”:

uma pessoa que resolvia qualquer problema no município, problema de ordem inclusive muito particular, a exemplo de brigas entre casais, entre outros colocados pela sociedade de Queimadas, quando não dava mesmo para resolver ele avisava antecipadamente à pessoa. A palavra de seu Carlos valia tudo, pois o que ele dizia, podia confiar. Carlos Ernesto foi uma liderança em todos os aspectos, não gostava de participar de governo, nem tampouco subir ao palco para pedir votos, gostava de ficar entre o povo, conversando com seus compadres, e o que prometia, cumpria. (Entrevista com João Vitorino Silva, em 27 de maio de 2006).

Os que pertenciam a este sistema de apadrinhamento, compadres e afilhados, os que o seguiam e, sobretudo, respeitavam as suas “palavras de ordem”, ou seja, que obedeciam as suas determinações para resolução de problemas do tipo, as brigas entre casais, segundo os informantes, não era Carlos Ernesto, que esta-

va resolvendo determinado problema, mas “o Tenente Carlos Ernesto”, filho de “Francisco Ernesto” que, por sua vez é da família do Coronel Chico Heráclio”, ou seja, fica evidenciado a árvore de poder, justificando os elementos de distinção que reafirma a liderança de Carlos Ernesto no município de Queimadas, estabelecida por capitais simbólicos que vão se acumulando no decorrer de sua própria história social.

Há um processo de dominação, pautado na tradição familiar e associado a sua imagem. Agrega-se a essa imagem a patente de “tenente”, representante do poder militar, e é este poder que no período histórico compreendido, entre 1960 e 1984 que está sendo exercido e reconhecido, portanto, legitimado, neste país. E não seria diferente uma vez que a liderança política local comunga da cartilha política da ARENA, que embora não seja candidato para disputar o cargo executivo local, é quem indica os nomes, dentre os quais se destacarão nos pleitos ocorridos em 1980, 1990 e 2004, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Ernesto, este último primo do primeiro e filho de Carlos Ernesto, considerado o seu herdeiro político, e que virá a ser o chefe do executivo local por duas vezes em 1976 e em 2004.

As relações de compadrio, como já mencionado, assumem uma importância fundamental na compreensão das relações sociais da família Ernesto Rego em Queimadas, a partir

destas relações observa-se que os processos de dominação se farão mais presentes. É nesta relação do “dando” que se “recebe”, movido pelas trocas de interesses, que, na maioria das vezes, não são racionalmente calculadas, mas sim tomadas e guiadas pelo *senso prático* dos agentes, que se constroem relações de dependência e, conseqüentemente, de dominação.

O compadrio, por assim dizer, assume uma característica fundamental, qual seja a característica de ser um ritual⁷, no qual a escolha dos padrinhos para os filhos estava respaldada em critérios como, credibilidade (confiança), respeito (admiração), segurança (proteção). O ritual, portanto, de “dar” os filhos para que Carlos Ernesto e Maria Leal⁸ fossem padrinhos caracterizava-se por ações simbólicas manifestas por emblemas sensíveis e materiais. Possui toda uma função estratégica, visto que a credibilidade – confiança está no fato, como já mencionado, de Carlos Ernesto ser um “homem de palavra”, o que “dizia cumpria”, e isto lhe conferia respeito, pois o espaço da política nem sempre é o espaço da “palavra cumprida”, porém, é sem dúvida, da “palavra prometida”.

Talvez seja essa a razão pela qual Carlos Ernesto tenha sempre se recusado a subir em um palanque, ao lado dos candidatos que ele apresentava, preferindo agir nos bastidores do poder, exercendo sua liderança política por trás do “palco”, posto que é uma atitude totalmen-

7 Como assinala Martine Segalen (2002), “o rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo”. E, continua a autora, “o ritual faz sentido, visto que ordena a desordem, atribui sentido ao acidental e ao incompreensível, confere aos atores sociais os meios para dominar o mal, o tempo e as relações sociais. Sua essência é misturar o tempo individual e o tempo coletivo. Definido em suas propriedades morfológicas e através de sua eficácia social, os ritos também se caracterizam por ações simbólicas manifestas por emblemas sensíveis, materiais e corporais.” (SEGALEM, 2002:32)

8 Esposa de Carlos Ernesto e irmã de Patrício Leal, este último, médico, muito admirado no município de Queimadas pelos trabalhos relacionados à saúde que o mesmo exercia na região. Patrício Leal casara-se com a irmã de Carlos Ernesto, Beatriz Ernesto.

te estratégica permanecer junto aos compadres, na mesma condição, de “igual para igual”. É a liderança que, embora ocupando uma posição diferente das demais pessoas, dentro da estrutura política e social local, está no mesmo espaço compartilhando conversas e saberes do cotidiano com os seus compadres e amigos.

Esta era uma entre tantas maneiras que o líder adotava para se relacionar com os seus “conterrâneos”, demonstrando simplicidade, mas, ao mesmo tempo, exercendo dominação, visto que as pessoas nestes espaços quase sempre “pedem” algo à liderança política local. Temos, nesse sentido, uma aproximação afetiva e econômica que se imbricam nas relações da construção do fazer político local. O estar próximo é estratégico do ponto de vista político, haja vista que podia conversar com diferentes pessoas e analisar, no interior do espaço social, como as mesmas estavam se comportando e quais atitudes tomavam quando os candidatos, por ele apoiado, estavam discursando, como atuavam etc.

As relações parentais e os laços de credibilidade vão sendo construídos na força da palavra, das “ajudas”, dos “favores”, em uma frase: “do que se promete, faz”. Todas estas ações trazem consigo uma dimensão simbólica muito forte posto que imprimem valores que conduzem os agentes a passarem a ter respeito – admiração, levando várias famílias a tomar a liderança, como exemplo de uma pessoa a ser seguida, tornando-se, assim, num misto de “protetor dos pobres” e “conciliador de conflitos”:

Porque o povo tinha ele com maior respeito, ninguém ia na casa dele para voltar com as mãos sem nada, tá um doente aqui, o mo-

mento de precisão mais do cara é quando tá morrendo de fome ou doente, quem chegar é o primeiro. Seu Carlos cobria tudo de remédio, de feira. Era todo mundo que adoecesse, que precisava de alguma coisa, era só ir lá. Ele conseguia, fazia de todo o jeito, mas, dava jeito. Tinha dia que eu trabalhando lá, o dinheiro que ele recebia do leite, ele tirava, tirava do dinheiro do leite que era dele e ajudava, ajudava a todo mundo, o povo que ia atrás. Nunca foi uma pessoa pra dizer assim, voltei sem nada, nunca, nunca, até hoje. Morreu, mas a fama ficou que até hoje está por aí, é, e outro que nem ele não tem mais não. A palavra dele era um tiro, se ele dissesse assim, é assim, é assim, pronto, podia escrever, podia escrever que era aquilo mesmo, e o pessoal obedecia ao conselho que ele dava, sempre para o bem. Olhe você ia tremendo de raiva, vamos dizer assim, você tinha raiva de mim, você ia para me pegar com a maior raiva, se ele encontrasse com você ou mandasse chamar você, aí você já vinha rindo para o meu lado, você já vinha “olá rapaz tudo bom”. Eu vi muitas vezes lá, os cabras ali do Oití, do Balanço, ali da Serralta, quando pegava briga pra lá, corria lá pra seu Carlos. O pessoal não precisava ir para a delegacia, ele mandava só o recado, diga a fulano que venha aqui, acabavam as encrencas. (Entrevista com João Vitorino de Andrade Filho, em 27 de maio de 2006)

Esta fala evidencia o tratamento que as pessoas atribuíam e até hoje tem como representação de uma liderança local, concebendo-o como “protetor”, uma liderança sempre disposta a “ajudar” os mais humildes e os mais necessitados. Este exercício político configura uma prática assistencialista, característica do fazer política na região Nordeste. Associa-se a essas ações à prática de empregar diversas pes-

soas nos setores em que exercia influência, ou seja, no serviço público do Município, bem como nos estabelecimentos públicos do Estado. O que nos conduz a afirmar que, associado ao assistencialismo, registra-se também a prática do clientelismo e empreguismo, as quais vão se constituindo como uma rede de relações legítimas e reconhecíveis que vão moldando, juntamente com as relações de compadrio, o exercício da dominação através dos laços de dependência.

É daí que se constroem os laços sentimentais e pragmáticos que ligam os liderados à liderança e a “dependência política se traduz na expressão “eu devo favor”, o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, mas que pode resultar na possibilidade constante da humilhação pessoal e familiar, (...). Em outros termos, perde mais que ganha, devido aos prejuízos causados pela perda da autonomia”⁹

Em outra dimensão, o sentido da segurança – proteção – as pessoas que escolhiam Carlos Ernesto e Maria Leal para serem padrinhos de seus filhos e, conseqüentemente, compadre e comadre, se devia pelo fato “receber”, por parte dos compadres proteção, uma vez que ele resolvia qualquer “problema”, seja na esfera política, judicial, econômica e, até mesmo, nas relações de micro poderes entre as famílias. “Oferecer” à criança, a Carlos Ernesto e Maria Leal, era estar atribuindo-lhes não apenas do ponto de vista do “conforto espiritual” – tendo em vista que o ritual de passagem do

batismo¹⁰ caracteriza-se por isso – mas era também e, sobretudo, ter “conforto material”, segurança, sentir-se protegido. Esta noção fica ressaltada, de maneira nítida, nas palavras de uma de suas afilhadas:

eu gostava muito dele, é... para mim é mesmo que ser meu pai. Maravilhoso ele, muito bom, para mim e para todo mundo, qualquer coisa que o povo queria era com ele. Lá e ia ser muito bem recebido, do jeito que ele recebia um rico recebia um pobre, do mesmo jeito. Ele não tinha escolha, não tinha distinção, meu padrinho não tinha escolha. E sempre muito educado. Eles dois aí, eu sempre olho muito para eles porque são maravilhosos, e agente todinho lá de casa ama eles todo. (Entrevista com Albertina de Souza Andrade, em 27 de maio de 2006).

Esta é uma estratégia fundamental na relação de compadrio, fazendo dessas relações processos rituais no sentido de que devem ser consideradas “como um conjunto de condutas individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas” (SEGALEN, 2002, p.32).

Além dos padrinhos, a quem os pais “prometiam” seus filhos, tinha-se também a madrinha de apresentação e todos aqueles também que viam ritualisticamente este ato. Assim, “o rito é uma linguagem eficaz na medida em que

9 ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojoardinese.

10 Conforme Ellen F. Woortmann, “Toda criança, ao ser batizada, ganha um padrinho, um “pai espiritual”, e uma madrinha, “mãe espiritual”, que, como em todas as sociedades de tradição cristã, mantêm com seus afilhados determinadas relações de obrigações social e ritual”. Essa relação é fundada em um rito de passagem, o batismo, enquanto nascimento simbólico. (Woortmann, 1995, p.285)

atua na realidade social, decorrendo daí que o rito não se efetiva de qualquer maneira, precisando está apoiado em símbolos reconhecidos pela coletividade” (Segalen, 2002, p.32).

No contexto em que Carlos Ernesto se inscreve, três elementos podem ser destacados enquanto símbolos reconhecidos pela coletividade, a saber, à credibilidade (confiança), o respeito (admiração) e a segurança (proteção). Tais elementos são fundamentais para a legitimação desta liderança através do exercício de dominação material e simbólica, uma vez que se por um lado tem-se instituído na cultura local a prática política baseada no assistencialismo e no clientelismo, como já mencionado; por outro, tem-se, associado a esta, a prática simbólica do batismo, do “dar o filho” como forma de reconhecimento legítimo do poder exercido pela liderança. Assim, além dos “favores” que se realizavam no espaço político, propriamente dito, através do assistencialismo e do clientelismo, observava-se também os favores no espaço religioso.

Dito de outra maneira, o compadrio tem outras funções além das espirituais, quais sejam, assegurar socialização das crianças, estabelecendo laços entre pessoas da mesma classe ou de classes sociais diferentes, atendendo às necessidades da família, garantindo trabalho e abrigo, etc. As relações, para tanto, funcionam da seguinte forma: “na maioria das vezes é o padrinho quem oferece ajuda e proteção aos afilhados e compadres, mas esses também devem retribuir, trabalhando para ele sem cobrar,

executando tarefas graciosamente, votando em seus candidatos, entre outros”¹¹

O compadrio além de ritualizar o parentesco, parte da própria estrutura do parentesco, em outras palavras, como assinala Ellen Woortmann (1995),

o compadrio não é apenas uma forma de ‘parentesco ritual’ ou de ‘parentesco fictício’, isto é de pararentesco. Ele é parte da própria estrutura de parentesco. (...) considero o significado do compadrio (...) destacando a relação entre padrinhos e afilhados, assim como a relação entre compadrio e nomeação. (WOORTMANN, 1995, p.285).

Observa-se, com isso, seguindo ainda os passos de Ellen Woortmann que:

entre padrinho e pai estabelece-se, então, uma **relação de troca**, pois a obrigação de um tem como contrapartida a obrigação do outro. É preciso lembrar que pelo menos em tese, todo pai é também padrinho, e todo padrinho é pai. Instaura-se uma relação de **reciprocidade de obrigação** entre pai e padrinho em função de um terceiro termo, o filho/afilhado(a), que no futuro será pai e padrinho. (Woortmann, 1995, p.290) (gri-fos nossos)

Ellen Woortmann destaca dois tipos de compadrio, o que se caracterizam por ser “horizontal” e “intensivo” no qual os pais convidam pessoas do mesmo *status* social para serem padrinhos dos seus filhos e que residam dentro do mesmo *sítio*, do mesmo círculo de parentes; e o outro é o que se caracteriza por ser “verti-

11 RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008, p. 48

cal” e “extensivo” no qual as relações se dão com pessoas de *status* superior, caracterizado pela patronagem, nesses casos os laços se dão fora do círculo, do *sítio*, ampliando as redes de solidariedade.

É no modelo de compadrio, “vertical” e “extensivo”, que se inscreve a liderança aqui interpretada, visto que, para a sociedade queimadense da época, ela tinha *status*, possuía capital simbólico incorporado, posto que pertencia a uma “família de tradição”, cujo nome remete a uma investidura de poder, associado a isto também havia recebido a patente de “Tenente Carlos Ernesto”, e as pessoas que “davam”, “ofereciam” seus filhos para serem afilhados dele, eram, em quase sua totalidade, pessoas exteriores a família Ernesto.

Desta feita, cresciam às relações de solidariedade, criando através do compadrio, vínculos alternativos e análogos ao parentesco, estendia-se à rede de favores, os laços de dependência, e o exercício de dominação material e simbólica sobre estes que ficavam devendo “favores”, é a dádiva, enquanto dívida permanente.

3. TROCA DE FAVORES E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O “fazer favor” está na base da construção dessas práticas. O “fazer favor” é o alicerce do “fazer político”, e este, por sua vez, é moeda corrente que se converterá em uma retribuição, o “fazer favor” – é um dar –, portanto, – está no plano da dádiva, destaca-se que toda dádiva já é em si mesma uma dívida – exige obrigatoriamente, um compromisso moral, uma retribuição. Esta que não se realiza atra-

vés de um cálculo racional, mas sim pelo simples fato de estar em *jogo*, de dar importância a um *jogo social*.

Outro informante destaca esta prática local de fazer política pautada nos favores afirmando que:

Carlos era um homem de ação, era um homem de ação. Ele não gostava de duas conversas. Se ele pudesse te ajudar, estava te ajudando; se ele não, não podia também te ajudar. Ele não tinha esse desencontro de informação. Se você dissesse “eu preciso”, ele estava ali. Então ele era um homem de “sim?”, “sim”; e eu creio que também no “não”, “não”, ele também sabia dar e com isso fez a diferença – e ainda faz a diferença, hoje tem um nome forte por isso. Era um homem íntegro; era um homem que tinha, portanto, além da integridade, respeito ao ser que tinha menor condição material do que ele – e às vezes ele se colocava até no mesmo nível para resolver o problema dele. Por isso ele fez a diferença. (Entrevista com Maurício Xavier, em 18 de Abril de 2008)

A fala deste entrevistado legitima, por assim dizer, o discurso de que Carlos Ernesto era um homem de “ação”. Ação esta referente ao modo de “fazer ajudas”, de realizar “favores” para os mais humildes, não percebendo, assim, os mecanismos de dominação que estão por trás de todas essas formas de realizar ajudas.

A prática é vista como formas virtuosas do agir, não as percebem como maneiras sutis de dominação e subserviência por parte dos que necessitavam. Estes ficam presos a um regime político de dominação e de dívidas quase que “eternas”, as quais se reproduzem como

dívidas para serem pagas, preferencialmente e principalmente, na forma de votos. Ou seja, as relações de favores, as ajudas, se criam num espaço social específico, com valores construídos historicamente por agentes que detêm os capitais simbólicos de notoriedades legitimados. As pessoas participam desses “jogos sociais” por causa de necessidades que os levam a recorrer a líderes que podem “ajudar”.

Bourdieu (1996) utiliza a palavra *illusio* que vem da raiz da palavra latina *ludus* (jogo), e assim substitui a palavra interesse, visto que interesse é “estar em”, participar, admitir que o jogo valha a pena ser jogado. Portanto,

os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. Isso é o que quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importantes, interessantes, os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo. (...) assim pode-se estar interessado em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferente) sem ter interesse nele. (Bourdieu, 1996, p. 139)

No princípio dessa ação “generosa” de uma variedade de favores prestados e, consequentemente, de trocas de favores, ao contrário de existir uma intenção consciente de um indivíduo isolado, “o que existe é essa dispo-

sição do *habitus* que vem a ser a generosidade e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou aumento do capital simbólico¹²: como o sentido da honra”. (Bourdieu, 20001a, p. 236).

Os “favores” prestados pelas lideranças, ainda é uma prática comum no Município, cujo significado é imponderável para a pessoa que recebe o favor, gerando nesta um sentimento quase “eterno” de gratidão. O dom se exprime na linguagem da obrigação, “que se converte em reconhecimento incorporado, em inscrições nos corpos sob forma de paixão, amor, submissão, respeito, de uma dívida insolvente e, como se diz, frequentemente eterna” (Bourdieu, 2001a, p. 242)

É nesse sentido que Bourdieu (2001) nos chama a atenção para o efeito simbólico dessas relações, além disso, para o fundamento do poder simbólico, que é um poder que cria, se acumula e se perpetua pelo fato de haver uma troca simbólica, “em relações duráveis de poder simbólico pelas quais se é obrigado e com as quais a gente se sente obrigado; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal até em devotamento, em piedade (filial) ou em amor”. (Bourdieu, 2001a, p. 242).

4. SOBRE UMA POSSÍVEL NOBREZA LOCAL

As estratégias de dominação que foram construídas socialmente pela elite política local

12 Fazendo uma leitura de Bourdieu, Jessé Souza destaca o capital simbólico como sendo um capital negado e travestido. Em outras palavras esse capital é só “percebido como legítimo quando desconhecido enquanto capital”. Logo, continua Jessé, “Capital simbólico parece significar o capital, ou melhor, uma espécie de crédito social no sentido mais amplo, que logra transmutar-se e não revelar suas origens arbitrárias. Desse modo, capital simbólico pressupõe mascaramento e opacidade com relação às suas origens e funcionamento prático”. (Souza, 2003, p. 48).

foram sendo incorporadas aos agentes, como se fossem naturais, ou seja, os corpos passam a ser o espaço do exercício da dominação e da incorporação dos valores construídos por um pequeno grupo que tem um maior *quantum de capital*.

Após incorporados esses valores como legítimos, os desprovidos de capital dentro da estrutura social, acabam reproduzindo a concepção dominante como se esta não pudesse ser mudada, bem como a percebe como se fosse a única verdadeira. Com isso, “a força política dos grupos locais se inscrevem, primeiramente nos corpos e mentes dos indivíduos através de valores e imaginários que já existem na própria cultura do povo e que favorecem substancialmente a sua dominação”¹³. Através desta incorporação os indivíduos passam a orientar suas práticas e suas maneiras de agir e tomar decisões por meio dos valores que estão lhes servindo, depois de incorporados, de matriz de percepção e de escolhas e decisões no seio da sociedade. Ou seja, os indivíduos passam a orientar suas práticas pelos valores construídos e impostos pela elite política local.

É a partir desta “naturalização”, da incorporação dos valores produzidos pelos que detêm um maior número de capitais, que se sustentam às ideias de que os “caminhos da política somente podem ser trilhados por alguns poucos personagens ou algumas poucas famílias, como sendo as únicas capazes do exercício do poder público municipal”¹⁴.

É a força desta prática discursiva incorporada que levou muitos cidadãos e cidadãs no município de Queimadas a reproduzirem o discurso de que a política deve ser para os filhos daqueles que atuam ou atuaram no cenário político porque tem “sangue” político e não é por acaso que o município de Queimadas, em termos de ruas e estabelecimentos de ordem pública, recebem os nomes, em sua grande maioria, dos familiares dos políticos que pelo executivo passaram, ou seja, é mais uma maneira de deixar marcado no imaginário popular aquilo que fez, e de, sobretudo, referendar e fortalecer a tradição familiar.

Neste sentido, se constrói no município, certa nobreza familiar da qual deverá sair os nomes, posto que se concebem como se fossem, os verdadeiros herdeiros da representação política local. Estes são encarados como os detentores “legítimos” para a representação do poder público local. Daí decorre que, até o presente momento, o município continua sobre o domínio da família Ernesto -Rêgo, e as outras famílias tradicionais dão base de sustentação a estes grupos, enquanto seus prepostos, pois também são beneficiados com cargos nos órgãos e instituições públicas locais.

O significado incorporado de que a nobreza¹⁵ familiar, ou as famílias de tradição, “as fundadoras do município”, é quem devem, legitimamente ocupar espaços no poder local, essa prática se apresenta de maneira tão contundente na cultura política local que, em períodos

13 ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

14 ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

15 Ver: BOURDIEU, Pierre. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000, p. 60. A ideia de nobreza é construída e desenvolvida a partir da concepção que Bourdieu oferece, recuperando do latim, ou seja, “o nobre”, segundo o latim, é um nobilis, um homem “conhecido” e “reconhecido”.

de “crise de lideranças”, digo aqui que com a falta de liderança para as disputas, sempre procuram recorrer àqueles que estão ligados a algumas das famílias tradicionais.

Isto não se estabelece de maneira aleatória, mas sim pelo fato que são esses representantes, possuidores de elementos de distinção, que são mais fortes em termos de concorrência dentro do campo político, associados a isso se acrescenta que eles tenderão a reproduzir as práticas dos seus antepassados políticos, como maneira, inclusive de “honrar” o nome da família, garantindo os empregos àqueles que sempre o “acompanharam” politicamente.

A nobreza, portanto, enquanto representantes legítimos, visto que são reconhecidos através dos capitais sociais, se tornam, por excelência, aqueles que podem e devem dominar o município, por concessão feita pela maioria da população, a qual de maneira direta ou indireta, já foi beneficiada por algum favor, é nos momentos de campanhas eleitorais que as famílias tradicionais lembram aqueles que foram beneficiados por favores já realizados, junto às famílias mais necessitadas.

A dominação, nesse sentido, é exercida e só se exerce pelo fato que é reconhecida, em outras palavras, permitida, legitimada, posto que possuem os que acreditam que as famílias tradicionais são as representantes políticas do poder político local. Não percebendo que este discurso incorporado que se apresenta de maneira natural, foi construído historicamente através de profundas violências promovidas pela elite política local que se manteve e se mantém no poder reproduzindo as mesmas práticas estabelecidas pelos seu grupo parental, se constituindo como os herdeiros da política local.

Conforme um dos entrevistados quando perguntado sobre essa possível nobreza familiar que domina historicamente o município, ele afirma:

O povo acha que se é pra ser submisso a alguém, que seja submisso a alguém que tenha tradição, certo? Então, nunca eu vou querer ser mandado, ou dominado, ou sei lá, ou liderado por uma pessoa que seja do mesmo nível que eu. (...) Então sempre vai continuar assim. É mais fácil votar no filho de Saulo Ernesto, do que votar no filho de um agricultor por aí – isso aí é muito simples. O povo é que cria essas situações. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de Abril de 2008).

O entrevistado refere-se ao “povo” de Queimadas, enfatizando a relação de dominação que existe entre este e as lideranças locais através do elemento distintivo o nome da família. Apresenta-nos como se isto fosse culpa do povo, no entanto, em primeiro momento, não se coloca como pertencente a esta concepção de que quem deve governar o município sejam apenas pessoas das famílias tradicionais, mas percebe-se, em outro momento, e se coloca como povo quando afirma “que sempre vai continuar assim”, ou seja, ele também incorpora em parte a visão de que a “nobreza familiar” é quem continuará a dominar o município, uma vez que “o povo é quem cria as situações”.

As práticas realizadas por essas famílias tradicionais, o exercício de poder sobre os corpos dos agentes, a maneira de pensar as estruturas mentais desse “povo” que o entrevistado se remete, estão incorporados nos agentes, nas falas e no modo de agir, isto que a percep-

ção de escolhas são orientadas a partir da história que fora incorporada e da dominação, através das práticas realizadas pelas elites locais, as quais construíram historicamente todo um modo de fazer política através de violências arbitrárias que foram marcadas na pele das pessoas e, muitas dessas, não conseguem se desprender percebendo este modo como legítimo e, portanto, como verdadeiro e único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso na vertente da produção da escola sociológica francesa afirmar que as sociedades se constituem a partir do elemento da troca, quer seja troca de bens materiais quer seja troca de bens simbólicos. Todavia salienta-se que as trocas de favores, como mencionadas entre os agentes sociais e os agentes políticos locais, além de estabelecer toda a ordem de funcionamento de *modus operandi* de fazer política, também possibilita aos agentes sociais se tornarem submissos nesta relação de poder, àquele (político) que oferece algo ao agente necessitado.

Assim essas práticas clientelistas e assistencialistas longe de serem encaradas como privatização de bens públicos, por parte do agente político local, conforme concebe a ciência política, são encaradas sob a ótica “nativa”, a partir dos benefícios que recebem do político, como sendo *acesso a bens e serviços públicos*, às pessoas que, devido a sua própria condição social, não os teriam de outra forma.

Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas. Pessoas “ordinárias” – de

estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. (KUSCHNIR, 2007). Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediado pelo político ou por alguém ligado ao político, como o médico citado acima, por exemplo, e é visto como um bem extraordinário “que não tem preço”.

Esta análise suscita duas compreensões, primeiro, que o clientelismo e o assistencialismo possibilitam acesso a bens e serviços públicos; e segundo, que a concepção de “público” para o “nativo” significa recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas e não a concepção apontada pela ciência política, que significa recursos que pretendem a todos.

Os agentes sociais, nesse sentido, orientam suas práticas pelo *senso prático*, conforme o seu *habitus*, o qual é construído historicamente e incorporado pelo agente no decorrer de sua vida. O que se tem percebido, a partir dos discursos é que as práticas políticas, no município de Queimadas, são profundamente marcadas pelo assistencialismo e pelo clientelismo, por “ajudas” oferecidas por parte dos políticos aos agentes sociais, o que tem sido denominado de cultura da sujeição, a qual se dá e se firma através dos laços de dependência, que não deixa de ser uma violência simbólica.

E assim sendo contribui para a sujeição do “outro” em relação ao “eu”, ou seja, a sujeição do agente social em relação ao agente político local, se tornando, nesta relação, um agente heterônomo, ao invés de autônomo, o que provoca a submissão e atitudes de subserviência. Daí que este fazer político fundamentado em “relações de favores” favorece a violência

simbólica, que decorre da própria maneira como se encontram estruturadas as relações sociais e políticas no município de Queimadas.

Trabalho recebido em 13/09/2012

Aprovado para publicação em 18/12/2012

WWREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinese. Recife, COMUNIGRAF, 2009.

ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. Campina Grande/PB (1962). Edição (facsimile), Epigraf, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais 39, 1983.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas – SP, Papyrus, 1996.

_____. Linguagem e Poder Simbólico. In: A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos 4), 1998.

_____. O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas – SP, Papyrus, 2000.

_____. O poder simbólico. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001a.

CÂMARA, Epaminondas. Datas campinenses. Campina Grande, Ed. Caravela, 1998.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

HERÁCLIO, Reginaldo e HERÁCLIO, Ricardo. Chico Heráclio, a herança política. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____. Chico Heráclio: o último coronel. Recife, Editora CEPE, 1979.

KUSCHINER, Karina. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LOPES, Antônio Carlos Ferreira. Queimadas seu povo sua terra. Queimadas-PB, 2006.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistência. 10ª ed. Paraíba/João Pessoa: A UNIÃO, 2002.

PARAÍBA. Plano Diretor Participativo de Queimadas - PDPQ. Queimadas, PB: Prefeitura Municipal de Queimadas, 2007.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, A Girafa Editora, 2008.

- RÊGO, Antônio Vital (Org.) Major Veneziano: tempos de sempre. João Pessoa, A UNIÃO, 1979.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Política nos currais. João Pessoa, ACAUÃ, 1979.
- SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil: (1945-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- SEGALEM, Martine. Ritos e Rituais Contemporâneos. Rio de Janeiro, Editora, FGV, 2002.
- SILVA, Antônia Maria da. Agricultura no município de Queimadas, PB: Formas de organização, desafios e perspectivas. 2001, 180 folhas. [dissertação] – Mestrado em Economia Rural – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.
- SYLVESTRE, Josué. Lutas de vida e de morte, fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, Senado Federal, 1982.
- _____. Nacionalismo e coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- SOUZA, Jessé. Capítulo II – Pierre Bourdieu e a reconstrução da sociologia crítica. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.
- _____. (Org.) A gramática social da desigualdade brasileira. In: A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Colonização. In: Formação história do Brasil. 10^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p.57-108, 1979.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília, Ed.Unb, 1995.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Aldenor Gomes da Silva
Antonio Torres Montenegro
Antonio Jacó Brand
Antonio Claudio Rabello
Celso Gestermeier do Nascimento
Eli de Fátima Napoleão de Lima
Eric Sabourin
Ghislaine Duque
Gonzalo Adrián Rojas
Juciene Ricarte Apolinário
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
Márcia Maria M. Motta
Marinalva Vilar de Lima
Paulo Pinheiro Machado
Sônia Maria P. P. Bergamasco
Wagner Neves Diniz Chaves

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Luis Henrique Cunha
(Revisão do Inglês e do Francês)

Roberto de Sousa Miranda
(Revisão Linguística e Normatização)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com Raíão oferecer zes a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferece-lo a outro periódico ou coletânea.
3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.
4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.
5. Eventuais sugestões de de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.
6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.
7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.
8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.
9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.
10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.
11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
 - . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
 - . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
 - . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
 - . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
 - Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
 - . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;
 - . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;
12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:
 - . LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.
 - . ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.
 - . ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.
13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.
14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
 - a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
 - b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
 - c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.
15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores ad hoc. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.
16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.
17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.
18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

